

TEMÁTICAS



Ano 4 nº 7 1º Semestre 96

PÓS-GRADUADOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS
IFCH/UNICAMP



TEMÁTICAS

Ano 4 nº 7 1º Semestre 1996

PÓS-GRADUANDOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS
IFCH/UNICAMP

TEMÁTICAS

Publicação semestral dos pós-graduandos em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

ISSN 1413-2486

Conselho Editorial:

Francisco Manuel C. C. de Almeida, Francisco Tadeu R. S. Rosa, José Estevão M. Arcanjo, Mara Jaqueline de Oliveira, Marcos Antonio Mattedi, Marcos Vinícius Pansardi, Maria Tereza D. P. Luchiari, Mariano Luis Sanchez, Miguel Angel A. Benitez, Nilce da Penha M. Panzutti.

Editor Responsável

Jesus J. Ranieri

Secretário de Redação

Ruy G. Braga Neto

Projeto gráfico

Marilza A. Silva / Elizabeth S. S. Oliveira

Capa

Vlademir José de Camargo

Impressão

Gráfica do IFCH/UNICAMP

IFCH/UNICAMP

Diretor

João Quartim de Moraes

Diretor Associado

Armando Boito Júnior

Coordenação de Cursos de Pós-Graduação

Décio A. Marques de Saes

Sub-Coordenação de Doutorado em Ciências Sociais

Renato J. P. Ortiz

Sub-Coordenação de Pós-Graduação em Antropologia Social

Márcio Ferreira da Silva

Sub-Coordenação de Pós-Graduação em Ciência Política

Argelina M. Cheibub Figueiredo

Sub-Coordenação de Pós-Graduação em Sociologia

Élide Rugai Bastos

SUMÁRIO

Ao Leitor	v
Autores	vii
<i>As relações homem-natureza e o dilema ecológico</i>	
Thaís Martins Echeverria	09
<i>Os ambientalistas brasileiros, os direitos sociais e a natureza</i>	
Lúcia da Costa Ferreira	31
<i>Arne Naess e os oito pontos da ecologia profunda</i>	
João Luiz Hoefel	69
<i>Dos modos de conhecer e conquistar o Itatiaia: a invenção da natureza e da proteção ambiental no Brasil</i>	
Célia Maria de Toledo Serrano	91
<i>Ilha do Cardoso - o "olho mágico"</i>	
Crismere Gadelha Tsukioka	129
<i>Desenvolvimento e ambientalismo no Litoral Sudeste: o movimento político e das idéias entre ecologistas e moradores tradicionais</i>	
Ruben Caixeta de Queiroz	165
<i>A categoria espaço na teoria social</i>	
Maria Tereza D. P. Luchiari	191
Normas para apresentação de originais	239

AO LEITOR

Pela primeira vez, *Temáticas* abre espaço para um conjunto de artigos que tratam de um tema comum. Diferente do que vinha ocorrendo até o nº5/6 da revista, ou seja, uma bem aproveitada gama de ensaios inseridos no conjunto da pesquisa universitária de cada um dos articulistas, tem-se, neste sétimo número, um espaço cujo intuito é trabalhar também com *dossiês*, o que faculta, tanto aos autores quanto à própria revista, a possibilidade de um debate mais profundo no tratamento dispensado a temas nuclearmente vinculados.

Neste sentido, os artigos presentes neste número de *Temáticas* possuem uma fonte comum de inspiração: todos eles foram escritos sob a influência do projeto “Homem, Saber e Natureza - Hosana”, inicialmente idealizado como uma proposta interdisciplinar e coletiva envolvendo a investigação e análise de sistemas cognitivos de compreensão da lógica da natureza, e de formas culturais de apropriação ética e tecnológica do meio ambiente. Esse projeto, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e coordenado pelo prof. dr. Carlos Rodrigues

Brandão durante os anos de 1992 a 1995, foi o norteador da troca de idéias e leituras críticas entre os pesquisadores, o que resultou num grande volume de trabalhos científicos, entre eles os artigos aqui contidos.

Nessa nova experiência, a organização dos textos coube a Tereza D.P. Luchiari, membro do Conselho Editorial de *Temáticas* e pesquisadora do projeto acima indicado.

Os Editores

AUTORES

THAÍS MARTINS ECHEVERRÍA

Mestre em Antropologia Social e doutoranda em Ciências Sociais na Área de Agricultura e Questão Agrária (IFCH-Unicamp). Área de interesse: Avaliação de Impacto Ambiental.

LÚCIA DA COSTA FERREIRA

Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Ambientais (Nepam/Unicamp) e Doutora em Ciências Sociais na Área de Ambiente, Tecnologia e Estrutura Social (IFCH-Unicamp). Área de interesse: Ação Social e Cidadania.

JOÃO LUIZ HOEFEL

Professor e pesquisador da Universidade São Francisco (Campus Bragança Paulista) e doutorando em Ciências Sociais na Área de Ambiente, Tecnologia e Estrutura Social (IFCH-Unicamp).

CÉLIA MARIA DE TOLEDO SERRANO

Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Ambientais (Nepam/Unicamp), Historiadora, Mestre em Sociologia e doutoranda em Ciências Sociais na Área de Ambiente, Tecnologia e Estrutura Social (IFCH-Unicamp). Área de interesse: Turismo e Meio Ambiente.

CRISMERE GADELHA TSUKIOKA

Mestranda em Antropologia Social (IFCH-Unicamp)

Área de interesse: Antropologia e Meio Ambiente.

RUBEN CAIXETA DE QUEIROZ

Mestre em Antropologia pela (IFCH-Unicamp) e doutorando em Cinema e

Antropologia pela Universidade de Paris X (Nanterre). Área de interesse:

Antropologia Visual.

MARIA TEREZA D. P. LUCHIARI

Professora do Dpto.Sociologia (IFCH-Unicamp), Geógrafa, Mestre em

Sociologia e doutoranda na Área de Ambiente, Tecnologia e Estrutura

Social (IFCH-Unicamp). Área de interesse: Espaço Urbano, Meio ambiente

e Populações Litorâneas.

AS RELAÇÕES HOMEM-NATUREZA E O DILEMA ECOLÓGICO

Thaís Martins Echeverria

RESUMO: Neste trabalho, procuro examinar diferentes interpretações das relações homem-natureza e dos dilemas ecológicos, através da análise da posição de autores paradigmáticos como Paehlke, Eckersley e Habermas, com auxílio da classificação proposta por Lester. Diante da multiplicidade de visões sobre a questão ecológica, procuro compreendê-las, interpretá-las e construir uma leitura apoiada em Habermas, Drysek e Brūzeke. Trata-se de uma alternativa que trabalha a noção de desenvolvimento sustentado, entendida como uma idéia-força que possibilite a busca de modos tecnológicos pautados por uma racionalidade ecológica que articule, em rede, uma infinidade de projetos particulares de “sociedades sustentáveis”.

UNITERMOS: Relações homem-natureza, ecologia, racionalidade, ideologia, desenvolvimento sustentado, redes, sociedades sustentáveis.

OS MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE A QUESTÃO

A literatura contemporânea das ciências sociais na área de ecologia e meio ambiente tem evidenciado olhares diferenciados e propostas polissêmicas, no que se refere à compreensão das relações Homem-Natureza e dos Dilemas Ecológicos. Proponho-me a examinar algumas tendências teóricas subjacentes a esses olhares, através da análise da posição de alguns autores paradigmáticos. Selecionei para essa discussão um ecologista moderado

(Paehlke, 1989), um teórico ecocêntrico ligado ao movimento da ecologia profunda (Eckersley, 1990), e um filósofo contemporâneo (Habermas, 1986, 1987a, 1987b, 1987c, 1994) que inspira discussões de ambientalistas (Drysek, 1987; Brandão, 1994; Brūzeke, 1994) sobre novas concepções de racionalidade aplicáveis ao estudo da realidade ambiental. Para proceder a tal análise, vou inspirar-me nos trabalhos de Lester (1990) e Ferreira (1992).

SISTEMATIZANDO OS OLHARES

Tal como fazem Lester (1990), em relação às teorias referentes à questão ambiental, e Ferreira (1992), em relação à problemática ambiental do Estado de São Paulo, analiso as visões de mundo e os projetos de futuro relativos a esta matéria, subjacentes às abordagens que os referidos autores fazem das relações homem-comunidade-natureza. Desenvolvo meu trabalho empregando a classificação proposta por Lester (1990) para ordenar a produção teórica sobre meio ambiente na área de ciências sociais. O autor procede a esta ordenação através do emprego de categorias que permitem classificar, comparar e compreender as diferenças entre os mais diversos conceitos, diagnósticos e propostas de futuro ambiental. Tais categorias são o individualismo, o comunitarismo, a centralização e a descentralização, as quais refletem as principais orientações de valores que dividem e opõem diferentes tradições teóricas no campo das ciências sociais.

A orientação individualista, herdeira do iluminismo e da revolução industrial, abrange tanto as propostas teóricas que fazem apologia dos sistemas de mercado, como de outros modelos econômicos neoliberais. A vertente comunitarista engloba propostas teóricas clássicas conservadoras e variações do socialismo, assumindo ora uma cosmovisão antropocêntrica, ora uma cosmovisão biocêntrica. Já a centralização é a orientação presente na visão dos ecologistas que defendem a existência de um poder central coercitivo e regulador das relações homem-natureza. Em oposição, a

descentralização é a idéia-força que norteia o pensamento dos ecologistas defensores da mobilização e organização da sociedade civil como uma estratégia de luta contra a crise ambiental. Combinando-se as duas dimensões que marcam os diferentes “*locus das soluções*” com as dimensões que marcam os diferentes “*locus de valores*”, temos, de acordo com Lester (1990, p.317), a seguinte tipologia de visões de mundo ambientalista: hobsonianos e reformistas estruturalistas, guardiões, ecologistas reformistas, conservadores centrados no livre mercado, ecologistas sociais e ecologistas profundos.¹

Os hobsonianos e os reformistas estruturalistas, teóricos que se situam dentro de uma orientação individualista liberal, preconizam, através de diferentes estratégias, a presença de um Estado central controlador com o intuito de disciplinar as relações homem-natureza e as questões ambientais decorrentes. O papel do Estado, na visão dos hobsonianos, seria o de regular os apetites individuais entre os diferentes atores sociais, uma vez que tais relações não disciplinadas poderiam resultar em uma guerra de todos contra todos, o que conduziria à entropia e resultaria em caos ambiental. Exemplos dessa orientação estão contidos na teoria do “*Estado estável*”, de Daly (apud Ferreira, 1992), ou nas teorias que buscam inspiração na dinâmica da escassez, a partir das premissas do dilema da “*tragedy of the commons*” (Hardin, 1968).

Os reformistas estruturais, mais moderados que o grupo anterior, preconizam ora a implementação de políticas públicas mais centralizadas (Lester, 1990), ora formas institucionalizadas e corporativas de coordenação ambiental, que envolvam diálogo entre o Estado, grupos de interesse e ambientalistas (Leonard, Davies, Binder; apud Lester, 1990).

¹Detalhes desta tipologia podem ser encontrados em Lester, J. et al. *Alternative views of Environmental Problematic*. In *Environmental Politics and Policy*. Lester, J. (org.), Duke University Press, 1990. E, dentro de uma perspectiva mais ampla, e com outra organização, em Ferreira, L. C. *Estado e Ecologia: Novos Dilemas e Desafios*. Campinas: UNICAMP, 1992. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1992.

O termo guardiões, segundo Lester (1990, p.319), aplica-se a grupos defensores do monopólio do poder político pelos especialistas, cientistas, ou outras categorias que detenham uma capacidade intelectual ou ideológica relevante para o gerenciamento das relações homem-natureza e dos dilemas ambientais. Este grupo é constituído por uma mistura de marxistas, tecnocratas e conservadores. Classificam-se nesta categoria alguns aspectos do trabalho de Ophuls (apud Lester, 1990), que preconiza uma política ambiental comunitária, coordenada centralmente pelos ecologistas, e de autores que defendem uma tecnocracia ambiental, como Weinberg (apud Lester, 1990).

Os ecologistas reformistas são pensadores que consideram as questões ambientais como a problemática central dentro do sistema político. Priorizam valores biocêntricos, holísticos e uma estratégia sistêmica, comunitária e integrada na abordagem dos problemas ambientais. Buscam implementar tal orientação através de políticas públicas direcionadas para o equilíbrio, integridade e estabilidade dos ecossistemas, para a estabilização da população, manejo integrado do solo e controle das fontes de poluição. Os diversos pesos que tais aspectos ganham nas propostas das várias facções deste grupo conferem-lhe diferentes coloridos. Entre os ecologistas reformistas destacam-se Paul Erlich (apud Lester, 1990) e Eugene Odum (1971).

Os defensores do livre mercado constituem a categoria na qual Lester (1990, p.321) classifica os pensadores que defendem a racionalidade dos sistemas de mercado auto-regulados. Estes autores acreditam que o livre jogo de mercado assegura a possibilidade de atendimento das necessidades individuais, inclusive aquelas relativas aos bens ambientais, tais como ar puro, água potável, etc. Por outro lado, tais autores negam a eficácia da intervenção governamental nas questões de meio ambiente e opõem-se aos mecanismos centralizados de regulação da política ambiental, adotando uma postura eminentemente individualista. Destacam-se neste grupo autores como Julian Simon e Murray Weidenbaun (apud Lester, 1990).

Ecologistas sociais é a denominação que Lester emprega para identificar os pensadores ambientalistas que preconizam uma política sócio-

ecônômica descentralizada e participativa. Trata-se de um grupo que assume uma visão da esquerda libertária, nega a centralização e faz, com frequência, apologia da cooperação comunitária por oposição à competição. Estão incluídos neste grupo os eco-anarquistas, as eco-feministas, e os teóricos críticos, como Drysek (1987) e Brüzke (1994).

Os eco-anarquistas propõem, com muitas variantes, o resgate da harmonização com a natureza a partir da harmonização das relações dos homens entre si. Pregam uma sociedade não hierarquizada, descentralizada e comunitária. Dentre as eco-feministas predomina uma postura de negação dos valores e da hierarquia patriarcal, bem como propostas de descentralização da política ambiental e de maior harmonização nas relações com a natureza.

Os teóricos críticos, inspirados em Habermas, partem de uma crítica da modernidade e do tipo de racionalidade técnico-instrumental em que ela se baseia. Buscam desenvolver conceitos alternativos de racionalidade, tais como o de racionalidade ecológica, empregado por Drysek (1987) e o de racionalidade ampla, empregado por Brüzke (1994). A abordagem desenvolvida pelos teóricos críticos tem um viés antropocêntrico e comunitarista.

Os ecologistas profundos constituem-se em grupos que elegem o sistema biótico como *locus de valores* (Lester, 1990, p.317) e pregam o equilíbrio, a integridade e auto-realização desse sistema. Defendem uma política ambiental descentralizada, holística, não hierarquizada e voltada para aspirações de resgate do sagrado nas relações entre os seres vivos. Dentre os ecologistas profundos destacam-se Arne Naess (apud Eckersley, 1990), Capra (1983) e Eckersley (1990).

UMA ANÁLISE DOS DIFERENTES OLHARES

A taxionomia desenvolvida por Lester auxilia-nos a compreender a estrutura básica do pensamento de diferentes ambientalistas, a refletir sobre seus diagnósticos, concepções e projetos de futuro ambiental, bem como a

situá-los, criticamente, em termos da realidade contemporânea. Assim, vou analisar a partir dela as posições de Paehlke (1989), Habermas (1968, 1987a, 1987b, 1987c, 1987d, 1994) e Eckersley (1990).

A VISÃO MODERADA DE PAEHLKE

Paehlke, em *Environmentalism and The Future of Progress Politics* (1989), discute as bases de uma ideologia ambientalista, mostrando que dentro de uma visão ecológica não pode haver dicotomia entre homem e natureza. Isto porque cada organismo integra uma cadeia complexa e cíclica de interdependências, cuja sobrevivência depende da existência de todos os componentes. Como defensor da ecologia, o autor defende a limitação do uso da natureza, uma vez que as relações custo-benefício do mesmo são frequentemente negativas. Por outro lado, considerando a limitação das sociedades humanas pelos referentes físicos e biológicos de seu ambiente, Paehlke propõe estratégias de desenvolvimento que convivam com essas restrições e não dependam do uso progressivo de materiais e energia. Nessa perspectiva, o mundo natural e seus produtos não são visualizados como um conjunto de recursos a serem usados pelo homem e suas comunidades, mas como elementos de uma mesma cadeia da vida.

Segundo Paehlke (1989, p.277), a ação dos ambientalistas é marcada por diretrizes tais como: 1) promover a proteção ambiental, tanto no que se refere aos aspectos preservacionistas, como aos relativos ao controle da poluição; 2) opor-se a um rápido crescimento econômico e não considerar como sagradas as regras de mercado; 3) promover as transformações tecnológicas associadas com a automação, a comunicação e, ao mesmo tempo, condenar as indústrias poluidoras; 4) promover a redução dos gastos governamentais; 5) inclinar-se para uma política de descentralização; 6) encorajar a redução do tempo de trabalho, em vez do pleno emprego; 7) promover empreendimentos de pequena e média escala; 8) atribuir importância central

ao desenvolvimento de inovações e a participação nas instituições políticas e administrativas. No que se refere a este último aspecto, o autor considera que uma orientação ambientalista na direção do desenvolvimento sustentável requer considerável mobilização social para obter-se reajustes nos hábitos do dia a dia. Tais transformações, segundo o autor, não se fazem sem participação pública.

Paehlke (1989) é integrante do “movimento histórico”, conforme classificação utilizada por Viola, uma vez que parte da

“... conceptualização de que a civilização contemporânea é insustentável no médio e longo prazo devido a quatro fatores principais: crescimento populacional exponencial, depleção da base de recursos naturais, sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficiência energética, e sistema de valores que propiciam a expansão ilimitada do consumo material...” (Viola, 1992, p.8)²

Além disso, desenvolve uma abordagem histórica, filosófica e política do ambientalismo, assumindo uma perspectiva considerada globalista, direcionada para um compromisso de reforma da ordem mundial na direção da sustentabilidade ambiental, com um certo colorido biocêntrico. No que se refere ao “locus de solução” (Lester, 1990, p.317) para a política ambiental, Paehlke pode ser pensado como partidário moderado de um processo de descentralização multissetorial.

Confrontando as propostas de Paehlke (1989) com o esquema de Lester (1990), ele situa-se como um ecologista reformista, com ênfase em um discurso biocêntrico, holístico, centrado na adoção gradual e participativa de uma proposta de desenvolvimento sustentado. O autor parece pretender alcançar, através de um processo de desenvolvimento sustentado, apoiado na participação de um movimento ambientalista capilarizado e multissetorial, a superação da oposição centralização e descentralização.

²De acordo com Viola (1992) os movimentos ecológicos podem ser classificados em três grupos: novo movimento social, grupo de interesse e movimento histórico.

Embora tal orientação o afaste dos modelos centralizadores dos ecologistas reformistas, sua posição moderada, no que se refere a um modelo de sociedade participativa, não sugere sua classificação entre os ecologistas sociais, ao lado dos teóricos críticos ou dos ecologistas radicais.

AS RELAÇÕES HOMEM-NATUREZA DE ACORDO COM A TEORIA CRÍTICA

Habermas, em seu trabalho *Ciencia Y Técnica Como "Ideologia"* (1968), dialoga com os teóricos críticos da Escola de Frankfurt, Max Horkheimer, Theodor Adorno e, mais notadamente, Herbert Marcuse, que introduziram uma inovação temática significativa na discussão das relações homem-natureza, através de suas críticas à dominação da natureza. Ao contrário da visão marxiana acerca da marcha progressiva da história, que enfatizava o potencial liberatório do domínio crescente da natureza através do desenvolvimento das forças produtivas, os autores em questão viam esse desenvolvimento como essencialmente negativo. Isto porque dele decorre uma dominação da natureza, em sentido amplo, envolvendo tanto a sujeição da natureza interna do homem, como da natureza externa a ele, constituída pelo ambiente. Tal dominação, que se reflete negativamente tanto na crise ambiental como na felicidade da humanidade, é exercida através de uma divisão do trabalho repressiva, tanto do ponto de vista psíquico, como social.

Os filósofos críticos mencionados, especialmente Marcuse (apud Habermas, 1968), argumentavam que a racionalidade instrumental não deveria tornar-se o paradigma da sociedade moderna e que as relações entre natureza e sociedade não deveriam permanecer sujeitadas a leis manipuladas por uma elite tecnocrata.

Habermas (1968, 1987a, 1987b, 1994) fez uma revisão dessa crítica da racionalidade instrumental, mostrando que a extensão da racionalidade pragmática às esferas sociais e políticas burocratiza e reifica o mundo da

vida. Localizou a razão instrumental como parte de uma teoria mais ampla da racionalidade e submeteu-a ao crivo da razão crítica. Em *Teoria de La Acción Comunicativa II* (1987c), dialogando com Neunendorff (apud Habermas, 1987c, p.507), afirma que a vida social reproduz-se através de ações racionais com relação a fins, controladas por meios generalizados de comunicação e por uma vontade comum ancorada na prática comunicativa de todos os indivíduos.

Habermas (1968) assumiu uma posição contrária à de Marcuse, no que se refere à questão da ciência e da tecnologia, pois este acreditava na possibilidade de desenvolvimento de uma nova ciência, que colocasse a natureza mais como sujeito do que como objeto de controle técnico. Isto porque Habermas considerava a ciência e a tecnologia como formas de conhecimento guiadas pelo interesse do homem na sua sobrevivência, e como uma maneira de conhecer limitada pelo modo instrumental, através da qual os homens percebem e relacionam-se com a natureza. Segundo esta perspectiva, a ciência e a tecnologia são determinadas pelo caráter objetivo desta relação consubstanciada no trabalho, e que se traduz na luta do homem com a natureza, para assegurar suas condições de subsistência.

Em *Conhecimento e Interesse* (1987a), o autor desenvolve um novo conceito de teoria crítica, baseado na constituição do conhecimento, através dos três diferentes tipos de interesses que guiam sua produção: o técnico, o prático e o emancipatório. O interesse técnico guia a investigação desenvolvida pelas ciências naturais em busca de generalizações e do estabelecimento de leis que possibilitem a previsão e o controle dos eventos. O interesse cognitivo prático orienta o conhecimento desenvolvido pelas ciências histórico-hermenêuticas, no sentido do entendimento interpretativo dos processos de interação social. Tal conhecimento tem por finalidade assegurar as oportunidades de auto-entendimento e do entendimento mútuo entre os indivíduos no decorrer da vida social. O interesse emancipatório guia a reflexão crítica sobre as relações de poder, e procura assegurar a emancipação dos indivíduos, através da consciência das restrições que pesam sobre eles,

tais como as constituídas pelo trabalho alienado e pela comunicação distorcida.

A atualidade desta reflexão, uma vez que Habermas não acredita mais na teoria do conhecimento como *via regia*, conforme expõe em entrevista denominada *Um Perfil Filosófico Político* (1987d), está em seu aporte político. Partindo da separação entre trabalho e comunicação, e fundamentando o conhecimento relativo a cada uma destas esferas em diferentes interesses cognitivos, o autor foi capaz de rejeitar a tese pessimista da escola de Frankfurt de que o progresso técnico traz regressão moral e sujeição sócio-psicológica dos indivíduos.

Para Habermas (1968), os problemas das sociedades desenvolvidas e industriais não derivam do fato de que as relações entre o homem e natureza através do trabalho sejam pautadas por uma racionalidade instrumental. Tais problemas decorrem do fato de que esta racionalidade não tem sido acompanhada, ou mesmo hierarquizada, pela racionalização das normas sociais na esfera comunicativa. Essa autonomização entre as esferas mencionadas tem favorecido o desenvolvimento de processos de reificação da ciência e de outras formas de colonização do mundo da vida. Em função dessa questão, nas sociedades de capitalismo avançado ocorre uma relativização da separação entre interação e trabalho, uma vez que, através da reificação do conhecimento científico, a técnica se autonomiza e invade outras esferas de ação, provocando a extensão indevida dos critérios da racionalidade instrumental a outras esferas do mundo da vida, anteriormente regidas pela racionalidade comunicativa.

As idéias e preocupações de Habermas encaminharam-se de forma distinta em diferentes fases de seus trabalhos. Conforme aponta Freitag (1990), a abordagem epistemológica que o autor desenvolve em *Conhecimento e Interesse* (1987a) é, primeiro, substituída por uma leitura político-cultural em trabalhos como *Ciência e Técnica como "Ideologia"* (1968) e, posteriormente, por uma abordagem centrada nas competências comunicativas, como em *Teoria de La Acción Comunicativa* (1987b, 1987c). Entretanto, a sua visão antropo-

cêntrica, assim como a divisão básica que ele estabeleceu entre trabalho e interação, embora relativizadas pelos fenômenos de autonomização da técnica, não se alteram. O que ocorre é que tais aspectos de sua teoria passam a apresentar uma elaboração muito mais complexa, na qual a razão crítica ordena e prioriza as demais. Esta dinâmica de articulação de razões contraditórias, através da obtenção de consensos normativos e racionais, antevista por Habermas como um projeto para a moderna sociedade democrática, tem possibilidades de concretização com a ajuda de processos participativos baseados em uma comunicação emancipada. É neste caminho que Habermas abre um campo de discussões para os ecologistas sociais, conforme é apontado por Lester (1990) e discutido na conclusão deste trabalho.

HABERMAS E O PENSAMENTO VERDE

Habermas distancia-se do pensamento verde, embora ambos sejam críticos do totalitarismo, da racionalidade tecnocrática, da cultura de massa e do consumismo. Em uma coletânea de entrevistas publicada com o título de *Autonomy and Solidarity* (1986, p.210), Habermas declara sua adesão ao Partido Social Democrata e avalia as possibilidades de uma aliança entre este e o Partido Verde. Conclui que tal pacto não seria natural, em função da dificuldade em estabelecer-se uma unidade de posições políticas e de projetos de sociedade entre grupos tão heterogêneos, tais como os verdes anti-productivistas e os social-democratas representados ora por velhos produtivistas, ora por uma nova classe média.

Habermas (1987c, 1987d, 1990) analisou a emergência dos novos movimentos sociais verdes muito mais como expressões de uma resistência às tendências de colonização do mundo da vida, vinda das camadas populares, do que como movimentos portadores de idéias emancipatórias. Tais movimentos são vistos por ele como defensivos e neo-românticos, uma vez que expressam uma crítica à modernidade centrada em argumentos ecológicos.

A QUESTÃO ECOLÓGICA

A leitura que o autor fez dos desequilíbrios ecológicos em seu trabalho *A Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio* (1994, p.57-61) foi, naquele momento, influenciada por Meadows, (1972) através do relatório *Os Limites do Crescimento*, apresentado ao Clube de Roma e tido, então, como uma obra relevante sobre a questão. Segundo essa análise de Habermas, o crescimento das sociedades capitalistas avançadas colocou a sociedade mundial diante de problemas de equilíbrio ecológico e antropológico. Isso porque o sistema capitalista industrial ampliou seus limites de expansão a tal ponto que a dinâmica deste crescimento passou a se confrontar com a natureza em seu sentido amplo. E, assim, comprometendo tanto a natureza externa constituída pelo ambiente, como a natureza interna do homem, constituída pelo seu equilíbrio antropológico (Habermas, 1994, p.59). Nessas condições, o equilíbrio ecológico e o antropológico definem limites para o crescimento, de forma que tais limites só podem ser ultrapassados às custas do comprometimento das condições de vida no planeta e da alteração da identidade sociocultural dos sistemas sociais. Um problema adicional que se coloca para a avaliação destes desequilíbrios, segundo Habermas (1994), refere-se às dificuldades do estabelecimento dos fundamentos empíricos que permitam estabelecer os limites mencionados.

O dilema ecológico apontado por Habermas (1994) decorre do fato de que as sociedades capitalistas não podem proceder à limitação de seu crescimento sem abandonar os princípios que governam sua organização. A mudança de um modelo de crescimento natural, não planejado, para um modelo de crescimento qualitativo, que privilegiasse o reequilíbrio, tanto ecológico, como antropológico, implicaria numa reorganização dos processos produtivos, os quais precisariam ser replanejados em termos de valores de uso. Essa orientação, contudo, implicaria em uma mudança nos valores centrais que orientam o desenvolvimento das forças produtivas no sistema capitalista, e, conseqüentemente, na mudança da lógica do próprio sistema.

Entretanto, segundo Habermas, tal desenvolvimento das forças produtivas não pode ser desacoplado da produção de valores de troca sem violar a lógica interna do sistema capitalista.

Na conclusão desse trabalho sobre a crise do capitalismo, Habermas (1994) nega a possibilidade de um planejamento centralizado e não participativo como recurso para assegurar a reprodução das condições de existência do sistema social, tanto no que se refere aos aspectos ecológicos, como antropológicos. A reflexão final de Habermas, nesse texto, evidencia a importância da razão e da ação racional no encaminhamento da questão. Fala de um agir racional, o qual, ao nível das soluções ecológicas, implica uma racionalidade instrumental, e, em nível da questão antropológica, uma racionalidade normativa, emancipatória, que ordena e prioriza a primeira, sendo ambas mediadas por uma relação intersubjetiva com a natureza.

ROBYN ECKERSLEY E A ECOLOGIA PROFUNDA

Robyn Eckersley (1990) faz parte da ala ecocêntrica do movimento verde denominada ecologia profunda, que se destaca por procurar trazer para o espaço das decisões políticas não apenas as futuras gerações, mas também todas as espécies vivas. De acordo com teóricos ecocêntricos, como Eckersley (1990), é preciso mudar a posição antropocêntrica, centrada no homem, para uma visão ecocêntrica, centrada na terra, sob pena de estar empobrecendo a vida social, o meio ambiente global e de contribuir para a ocorrência de perdas no mundo natural. Para esse grupo, a crise ecológica não é simplesmente uma crise de bem-estar, de sobrevivência e de participação humana na democracia. Trata-se de uma crise que afeta todos os membros da comunidade biótica e configura-se como uma crise planetária de proporções evolucionárias.

O pleito dos teóricos ecocêntricos é pela liberação do mundo não humano de um *status* de recurso, riqueza, produto e de caricatura humana.

De acordo com tal visão, a solução da crise ecológica passa por uma mudança na orientação da ordem mundial, de antropocêntrica para ecocêntrica, na qual se pensa a natureza como “... uma malha de nós na rede biosférica ou no campo das relações intrínsecas...” (Naess apud Eckersley, 1990, p.740), em vez de partes de uma ordem hierárquica na qual o homem ocupa o topo.

Eckersley defende um tipo de abordagem ecocêntrica conhecida como ecologia profunda ou como ecologia transpessoal. Tal orientação tem como preocupação central o desenvolvimento de capacidades ou experiências que se estendam para além do sentido do ego, biográfico ou pessoal e incluam todos os seres. Em outras palavras, de acordo com Eckersley (1990), o interesse da ecologia transpessoal é o cultivo de um sentido maior de si mesmo, através de um processo psicológico de identificação com a natureza e com o cosmos, partindo da visão particular de que todos fazem parte da “*árvore da vida*” (Naess apud Eckersley, 1990).

Eckersley, como um teórico ecocêntrico, desenvolve uma análise crítica do trabalho de Habermas. Segundo o referido autor, há dois níveis, em relação aos quais a Teoria Crítica de Habermas é deficiente: primeiro, no que se refere às relações entre os homens e o mundo não humano, segundo, no que se refere às comunicações inter-humanas pensadas como o modelo de interação para as sociedades democráticas. No que se refere ao primeiro aspecto, Eckersley enfatiza sua discordância em relação ao caráter rígido da categorização habermasiana dos interesses cognitivos e das possibilidades de conhecimento e de controle da natureza, através da ciência e tecnologia. Esse caráter rígido das distinções, segundo o referido autor, serve apenas para legitimar a exploração contínua da natureza, apoiando mais do que desafiando os preconceitos antropocêntricos dominantes frente ao mundo não humano.

No que se refere ao segundo aspecto, para o ecocentrismo é essencial o reconhecimento de que os humanos são parte da natureza e não separados ou superiores a ela. Este reconhecimento baseia-se numa filosofia de acordo com a qual todos os organismos estão relacionados de modo pro-

fundo com o meio ambiente. De acordo com esta visão, o mundo é uma teia de relações dinâmicas e inter-relacionadas, na qual não há hierarquia entre as entidades nem uma linha divisória entre as diversas categorias de seres. Num sentido biológico, psicológico e social, segundo o pensamento ecocêntrico somos todos constituídos por nossas interações em meio a outros seres humanos e instituições sociais, econômicas e culturais. Neste modelo interacionista o mundo não humano não é visto simplesmente como requisito ou meio para a auto-realização humana, mas seus diferentes membros são considerados como tendo sua própria autonomia relativa e sua própria maneira de ser.

Dentro dessa visão, o pensamento de Echersley contrasta com a teoria crítica, negando a concepção habermasiana de progresso, sua visão antropocêntrica, bem como sua análise sobre a questão da racionalidade.

Segundo a taxionomia de Lester (1990), o pensamento de Eckersley (1990) classifica-se como uma autêntica expressão da ecologia profunda, marcado por sua orientação biocêntrica, descentralizadora, não hierarquizada e holística.

CONCLUSÕES

Diante dessa multiplicidade de visões, a indagação que imediatamente se coloca é a de como pensar essa problemática, qual ângulo de visão selecionar e quais coloridos atribuir a ela.

Considerando a questão do desenvolvimento sustentado em relação às sociedades contemporâneas, acredito serem adequadas as reflexões de Dryzek (1987), um ecologista crítico, segundo Lester (1990), quando discorre sobre a possibilidade de repensar os paradigmas que orientam as discussões sobre o problema da racionalidade, tomando como referência o pensamento habermasiano.

Habermas, ao pensar um projeto para a modernidade, considera as relações homem-natureza no âmbito da racionalidade instrumental, mas

submete o agir racional com relação a fins ao controle dos meios de comunicação e a vontade coletiva apoiada na prática comunicativa dos indivíduos. Tal possibilidade, das relações homem-natureza pautadas pela racionalidade instrumental serem mediadas por uma racionalidade inter-subjetiva e subsumidas a normas de consenso, é condicionada ao exercício continuado de relações dialógicas ao nível das comunidades, dentro de uma sociedade democrática participativa. Esta articulação entre as diferentes instâncias da ação racional abre caminho para a superação de processos de *“cientificização da técnica”* (Habermas, 1968, p.72) e de outras formas de *“colonização do mundo da vida”* (Habermas, 1987c, p.502), distorções que as crises do capitalismo avançado têm evidenciado.

Segundo John Dryzek (1987), é possível falarmos em uma racionalidade ecológica definida como a capacidade dos ecossistemas proverem, de modo efetivo e consistente, o bem-estar e a manutenção da vida humana. Tal racionalidade, enquanto interesse generalizável, voltado para a manutenção de sistemas naturais, terá, no contexto de uma sociedade participativa, antecedência lógica sobre outros princípios normativos, como a maximização das utilidades ou a proteção aos direitos. Contudo, segundo o autor, estas possibilidades estarão restritas aos seres falantes, não havendo espaço para a natureza não falante vir a ser considerada, uma vez que a reciprocidade igualitária, implícita na comunicação humana, não pode ser estendida para a relação entre os homens e a natureza, porque tal comunicação pressupõe referentes humanos livres e autônomos.

Uma outra leitura interessante sobre a questão, feita por Brūzeke (1994), refere-se à possibilidade de, através da teoria habermasiana, podermos trabalhar com o paradigma do desenvolvimento sustentado. O autor chama a atenção para a discussão que Habermas (1987) faz do processo de racionalização parcial. Segundo Habermas,

“... um modelo seletivo de racionalização surge quando ao menos um dos três componentes constitutivos da tradição cultural não é objeto de uma elaboração

sistemática, ou quando ao menos uma das esferas culturais de valor só se institucionaliza de forma insuficiente, isto é, sem que tal institucionalização tenha efeitos estruturais para a sociedade global, ou quando ao menos uma das esferas da vida prevalece até tal ponto sobre as outras, que submete as outras formas de vida a uma racionalidade que lhes é estranha...”.(1987b, p.313)

De acordo com a leitura de Brüzeker (1994, p.10), ao focalizar este processo:

“... a crise não está na razão, mas na sociedade moderna. Não na idéia de modernidade, mas na sua realização (...). O capitalismo caminhou para uma racionalização não equilibrada da economia, da administração, a custos de outras esferas vitais...”

Tal argumentação tem a vantagem, segundo Brüzeker (1994), de não confrontar aspectos racionais e não racionais, mas de trabalhar com racionalizações parciais, que criam certas ordens, causando processos desequilibrados, que têm características de desestruturação e de caos eco-sociológico. Desequilíbrios que são passíveis de resgate, pois o

... desenvolvimento sustentável se propõe nada menos do que resgatar uma racionalização completa, o que inclui o respeito aos próprios limites da razão, buscando um equilíbrio entre as diferentes lógicas do social, do econômico e do ecológico... (Brüzeker, 1994, p.12).

Concordo com Brüzeker (1994). Sua leitura da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas possibilita um tratamento da questão ambiental segundo uma dinâmica positiva do progresso, salvaguardando a possibilidade de uma adesão racional ao projeto da modernidade e, ao mesmo tempo, assegurando a busca de soluções sustentáveis ambientalmente como alternativas aos processos que caracterizam o capitalismo avançado.

O conceito de desenvolvimento sustentado, apesar das contradições que o envolvem, constitui-se como uma idéia-força, possibilitando a busca de modos tecnológicos alternativos, de cujas possibilidades Habermas parecia duvidar, quando afirmava:

“... Se, pois, se tem presente que a evolução técnica obedece a uma lógica que corresponde à estrutura da ação teleológica e controlada pelo êxito -- e isto significa: à estrutura do trabalho -- então, não se vê como poderíamos renunciar à técnica, isto é, à nossa técnica, substituindo-a por uma qualitativamente distinta, enquanto houvermos que manter a nossa vida por meio do trabalho social e com a ajuda dos meios que substituem o trabalho (...) Seja como for, as realizações da técnica que, como tais, são irrenunciáveis, não poderiam ser substituídas por uma natureza que abre os olhos. A alternativa à técnica existente, o projeto da natureza como interlocutor em vez de objeto, refere-se a uma estrutura alternativa de ação: à interação simbolicamente mediada, que é diferente da ação racional teleológica. Mas isso quer dizer que os dois projetos são projeções do trabalho e da linguagem, projetos, pois, do gênero humano na sua totalidade e não de uma época singular, de uma classe determinada ou de uma situação ultrapassável. Assim como não é admissível uma nova técnica, também não pode pensar-se de um modo consequente a idéia de uma nova ciência, já que no nosso contexto ciência deve significar sempre a ciência moderna, uma ciência obrigada a manter a atitude de uma possível disposição técnica: tal como para a sua função, assim também para o progresso científico-técnico em geral não existe substituto algum que seria mais humano...” (Habermas, 1968, p.52-53)

Em relação a este ponto, acredito ser importante, inicialmente, estabelecer um distanciamento da posição de Habermas, para analisar a questão com maior grau de liberdade.

Uma indagação que se coloca é a de como pensar o desenvolvimento sustentado como a idéia articuladora de um projeto global.

Brüzeke (1994) mostra como o conceito de desenvolvimento sustentado assumiu um porte de universalidade, o que lhe assegura, de acordo com a leitura habermasiana, a dimensão de um projeto alternativo de desenvolvimento para a espécie humana:

“... O conceito de desenvolvimento sustentável tem uma conotação extremamente positiva. Tanto o Banco Mundial, quanto a UNESCO e outras entidades internacionais adotaram este conceito para marcar uma nova filosofia do desenvolvimento que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica (...). O conceito de desenvolvimento sustentável sinaliza uma

alternativa às teorias e aos modelos tradicionais do desenvolvimento...”
(Brüzeke, 1994, p.6)

Este conceito, pelas contradições econômicas, políticas e sociais que o envolvem, parece ter possibilidades de concretização apenas através da articulação, em rede, de uma infinidade de projetos particulares de inúmeráveis “...*sociedades sustentáveis...*” (Diegues, 1992) Tais projetos não têm isoladamente um porte universal, mas ganham essa dimensão pela sua articulação em redes.

No que se refere a estas redes, podemos identificá-las direcionando-se para diferentes projetos de sustentabilidade, desde aqueles desenvolvidos pelas instituições convencionais de pesquisa até os desenvolvidos dentro dos circuitos alternativos. Dentre tais redes mencionamos, por exemplo, uma das listas de discussão sobre controle biológico, a BIOCONTROL-L, bem como a THIRD WORLD NETWORK, voltada para as questões ambientais e com ênfase nos problemas do terceiro mundo, articulando-se através da INTERNET. Outras redes começam a formar-se envolvendo, também, pequenos agricultores ecológicos de caráter mais artesanal e concretizam-se, esporadicamente, através de eventos como os Fóruns Globais, ou de iniciativas de articulação dos mercados comuns, voltadas para assegurar a integridade dos produtos agrícolas, como o “selo verde”, “o selo biodinâmico”, o “selo orgânico”.

No que se refere à discussão sobre os modelos de racionalidade, essa questão parece envolver uma problemática ainda em construção. Concordo com Habermas quando ele evidencia que existem esferas no terreno da eficácia, onde a razão emancipadora parece ser a razão, que resguarda o caráter teleológico da razão instrumental, ao mesmo tempo que a disciplina e a submete aos critérios éticos de uma sociedade democrática e emancipada. Por outro lado, em outras esferas da vida a razão emancipadora é a razão crítica. Numa sociedade democrática e participativa caberá à razão crítica estabelecer o limite e o lugar de cada coisa, enquanto cabe ao exercício per-

manente da emancipação o papel de alargar esses limites e suplantando suas contradições.

ABSTRACT: In this paper I examine different interpretations of the man-nature relations and of the ecological dilemma, through the analyses of the position of paradigmatic authors, like Paehlke, Eckersley and Habermas, using the classification proposed by Lester. In face of the multiple views about the ecological question, I try to understand them, interpretate them and construct a reading sustained by Habermas, Drysek and Brůžek. It's an alternative that works with the notion of sustainable development, understood as an idea-force that makes possible the search of technological ways enrolled in an ecological rationality that links, in a net, a variety of particular projects of "sustainable societies".

KEYWORDS: man-nature relations, ecology, rationality; ideology; sustainable development, nets, sustainable societies.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, C. R. *Somos as águas puras*. Campinas: Papyrus, 1994.
- BRŮZEKE, J. F. *Desestruturação sócio-econômica e desenvolvimento sustentável*. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), XVIII, 1994, Caxambu (mimeo).
- DRYSEK, J. *Rational choice: environment and political economy*. Oxford: Basis Blackwell, 1987.
- CAPRA, F. *The turning point: science, society, and rising culture* London: Fontana, 1983.
- DIEGUES, A. C. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 6, n 1/2, p.22 a 29, jan/junho, 1992.
- ECKERSLEY, R. Habermas and green political thought: two roads diverging. *Theory and Society*, Sidney, n. 19, p.739-776, 1990.
- Temáticas*, Campinas, 4(7):9-29, jan./jun. 1996

- FERREIRA, L. da C. *Estado e Ecologia: Novos Dilemas e Desafios*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH. Campinas: UNICAMP, 1992.
- FREITAG, et al. Habermas. São Paulo: Editora Ática, 1990. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- HABERMAS, J.. *Ciência y técnica como "ideologia"*. Madrid: Tecnos, 1968.
- _____. *Autonomy and solidarity* (Interviews), London: Verso, 1986.
- _____. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987a.
- _____. *Teoría de la acción comunicativa. Racionalidad de la acción y racionalización social*. Madrid: Taurus, 1987b. v.1.
- _____. *Teoría de la acción comunicativa. Racionalidad de la acción y racionalización social*. Madrid: Taurus, 1987c, v2.
- _____. Um Perfil filosófico político. Entrevista com Juergen Habermas. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 18, Set. 1987d.
- _____. *Passado como futuro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- _____. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Science*, v. 162, 1968.
- LESTER, J., DRYSEK, J. Alternative views of the environmental problematic. In: Lester, J., org.. *Environmental politics and policy: theories and evidence*. London: Duke University Press, 1990.
- MEADOWS, D. L.. *Limits to growth*. Nova York, 1972.
- ODUM, E. P. *Fundamentals of ecology*, Filadelfia: Saunders, 1971.
- PAEHLKE, R. *Environmentalism and the future of progressives Politics*. New Haven: Yale University Press, 1989.
- VIOLA, E. A. . Dinâmica do ambientalismo e o processo de globalização. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: SEADE, v.6, n.1/ 2, p.6-12 jan/jun.1992.

OS AMBIENTALISTAS BRASILEIROS, OS DIREITOS SOCIAIS E A NATUREZA

Lúcia da Costa Ferreira

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar as diferenciações internas ao ambientalismo, em seus modos de analisar os direitos sociais frente à conservação da natureza. Há entre eles grupos eminentemente políticos, que propõem a organização da sociedade para reivindicar direitos referentes à qualidade dos sistemas sociais. Outra categoria reivindica mudanças profundas nos códigos e valores que sustentam a relação da sociedade com a natureza. Em ambos os casos é possível reconhecer uma tentativa de consenso na construção de um projeto histórico social que se estabelece na alteridade ao nacional desenvolvimentismo, com vistas a uma sociedade mais justa, igualitária e ecologicamente sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: ambientalismo, participação política, direitos sociais.

APRESENTAÇÃO

Este artigo pretende abordar um tema extremamente fecundo, tanto do ponto de vista intelectual, quanto político, e que tem merecido atenção especial de alguns autores caros ao ambientalismo, de modo a compartilhar o reconhecimento da necessidade de um novo projeto social e de uma teoria baseada em categorias positivas que substituam esse sentimento coletivo de esgotamento das antigas utopias, de descrença frente a um mundo aparentemente fragmentado, sem sentido.

O tema abordado aqui pode ser resumido como a preocupação com o processo atual de construção de um novo projeto social, que se propõe histórico, construído cotidianamente em oposição a um dado projeto hoje predominante. A idéia força que sustenta sua identificação política é uma proposta de expansão no campo dos direitos, de modo a resolver o impasse da predação dos ecossistemas no mundo todo. Essa expansão não se restringe contudo, à formulação de um código legal cada vez mais rígido e bem intencionado, mas que não tenha fôlego e legitimidade para ser incorporado à cultura política de uma dada sociedade.

Há duas propostas sendo germinadas no âmbito do ambientalismo. Uma delas, aquela de mais fácil decodificação, pretende a expansão do significado do direito, até hoje restrito à idéia de carências materiais, para incorporar a qualidade ambiental ao universo da cidadania, em nome de uma boa sociedade, cujo pilar seria o progressivo bem estar social. A outra proposta, bem mais ousada porque não depende apenas de recursos financeiros e vontade política, pretende uma tal extensão da esfera dos direitos que pressupõe uma mudança em seu conteúdo, nos seus fundamentos. Da pretensão de expansão da cidadania a todos os homens, cujo princípio normativo é moral e baseia-se em sua humanidade exclusiva, caminha-se para uma expansão no sentido de abarcar todo o mundo da vida. A esfera da cidadania coincidiria com um campo de relacionamentos alargado entre todos os seres vivos. Sua universalidade funde-se com a biosfera.

Essa última proposta, que pressupõe uma nova subjetivação da natureza, é contruída na oposição a um tipo de projeto histórico social que se sustenta em um agir instrumental-orientado-a-objetivos. A questão que dá suporte a alguns desses setores do ambientalismo indaga sobre as possibilidades e limites das tentativas de sacralização da biosfera, como que buscando um reencantamento do mundo.

O ambientalismo contemporâneo, justamente por seu caráter multissetorial (Galtung, 1984; Viola, 1992), apresenta inúmeras facetas e

tendências. Mas, apesar disso, ou talvez por isso mesmo, apresenta-se na maioria das vezes como uma possibilidade de projeto social, inacabado, incompleto, reconhecidamente em construção; mas arrisca-se de qualquer maneira, a prever um reordenamento do mundo e das relações entre a sociedade e a biosfera, de modo a buscar novas mediações para a resolução de conflitos, depois do esgotamento desse papel tradicional no âmbito do Estado moderno.

O projeto ambientalista, não obstante as limitações que lhe são inerentes, apresenta uma grande vantagem diante da estagnação atual, já que por conta de suas próprias premissas, é obrigado a enfrentar as relações possíveis entre os homens contemporâneos e a natureza e acaba tendo que repensar ao mesmo tempo, as relações entre eles mesmos, em sua vida em sociedade.

Antes de mais nada, seria conveniente lembrar que o ambientalismo brasileiro foi transformando-se através de sua atuação nas duas últimas décadas, de modo a criar uma identidade cultural e política mais ou menos bem delimitada. Nos anos de 1980, a politização da degradação social e ambiental do município de Cubatão, no litoral do estado de São Paulo, por exemplo, apontava para uma experiência emblemática do país, que poderia ser caracterizada como anômica em sua relação com a natureza, tornada objetivada por um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social, sem dúvida alguma vitorioso em sua ação voltada à criação de uma identidade nacional, baseada no nacional-desenvolvimentismo (Miranda, 1979; Ferreira, 1993).

Naquela ocasião fora possível observar um acordo nacional, que ultrapassava classes ou interesses setoriais e apontava para a supremacia do desenvolvimento à conservação dos ecossistemas nacionais. Não havia normas ou regras que organizassem a predação. A questão ambiental não tinha sido ainda verdadeiramente incorporada à vivência nacional e carecia de qualquer sentido para a maioria da opinião pública. Cubatão demonstra-

va, de modo exemplar e com uma carga de dramaticidade ímpar, que a preocupação ambiental importada por alguns intelectuais urbanos desde a década anterior, era até então simples retórica.

Esse mundo vivo, “natureza” pensada como cultura, isto é, “tomada pelo homem, socializada, incorporada aos mundos humanos, vivida como símbolos, como suporte, ao mesmo tempo, do ato de significar” (Brandão, 1994, p.72), inexistia como problema. A cultura nacional, tão impregnada pelo drama da pobreza e do desenvolvimento, não conseguiu naquele momento nominar o nexo doloroso entre ambos com a natureza.

Hoje a situação observada é de uma anomia parcial. A questão ambiental institucionalizou-se (Ferreira, 1992; Viola, 1991, 1992; Viola & Leis, 1992), o país convive com uma legislação ambiental relativamente bem elaborada e existem inúmeros casos, nos quais foi possível estabelecer um acordo, mesmo que parcial, entre diferentes segmentos sociais com vistas à recuperação de alguma área degradada, ou para conservar uma coleção de ecossistemas considerada prioritária.

Se hoje o ambientalismo já se consolidou no país através de inúmeras vitórias sociais e jurídicas no campo dos direitos, em contrapartida, a grande questão continua sendo a legitimidade da conservação e recuperação ambientais, para a cultura política brasileira de um modo geral. O projeto ambientalista, apesar das conquistas importantes do final dos anos de 1980 e início dos de 1990, não conseguiu sequer, pelo menos até aqui, uma *performance* ao menos semelhante ao projeto que lhe é adversário, ou seja, o nacional desenvolvimentismo.

Como conseguir essa legitimidade em um contexto democrático, para que o projeto ambientalista não acabe por reivindicar um Estado policial, capaz de fiscalizar de modo mais eficaz as áreas passíveis de conservação e punir aqueles que, independentemente da condição social, insistam em manter relações predatórias com os ecossistemas que se encontram em seu entorno? Essa talvez seja a grande preocupação consensual que percorre

vários setores do ambientalismo, independentemente de suas diferenças internas.

As tentativas de encontrar respostas a essa indagação quase consensual irão justamente diferenciar a ação ambientalista. Como já foi dito, alguns reivindicam uma mudança política e transitam no eixo de relações Estado e Sociedade Civil. Outros reivindicam uma mudança cultural, onde o nexo da relação entre os homens e destes com o mundo natural seja modificado em sua essência, segundo uma reformulação radical nos códigos e valores que organizam a base de nossas relações com os outros seres vivos.

Essa diferenciação na ação política ambientalista é, por sua vez, a preocupação desse artigo, como possibilidade de compreensão desse projeto social, cuja especificidade está sendo definida na justa relação cotidiana entre abordagens muitas vezes antagônicas, outras complementares, mas que se influenciam mutuamente. De qualquer forma, tais diferenças talvez sejam úteis também para delinear os contornos desse ator contraditório do ponto de vista sociológico e político, mesmo que as divergências entre tendências não possam ser totalmente resolvidas, nem tampouco seja possível encontrar caminhos definitivos para ultrapassá-las nesse momento. Com esse propósito, o texto foi estruturado em dois grandes itens que mapeiam as questões centrais que diferenciam a ação ambientalista hoje. Assim é possível reconhecê-las através do contraponto entre os campos por onde transitam tendências diferenciadas, suas características políticas principais e os desafios que estruturam sua ação.

OS DIREITOS SOCIAIS COMO PROBLEMA

O ambientalismo brasileiro modificou-se nos anos de 1980 sob forte influência de outros movimentos sociais, que naquela época estabeleceram-se como um formato alternativo palpável de organização política. Em um mesmo movimento, os sindicatos fortaleceram-se depois das greves no

ABC paulista e as demandas populares invadiram o espaço público (Durhan, 1984; Moisés, 1985; Nunes & Jacobi, 1985; Telles, 1987; Krischke, 1987; Scherer-Waren, 1987; Scherer-Waren & Krischke, 1987; Cittadino, 1988; Jacobi, 1989; Nunes, 1989). As aspirações por uma sociedade justa e igualitária ganharam forma na reivindicação de direitos diversos, expandindo o espaço jurídico formal, através de conquistas importantes na Constituição de 1988 e traduziram-se “na formação de sujeitos políticos hoje reconhecidos como interlocutores legítimos no jogo político nacional” (Telles, 1994, p.44).

Nesse período o desafio da cidadania de modo geral era construir um sentido de pertencimento, sem o qual homens e mulheres não poderiam reconhecer-se como cidadãos, pois sempre foi difícil que os direitos funcionassem como referências normativas a identidades em uma sociedade que insiste em destituir a todos e a cada um de um lugar de reconhecimento: para além das consequências do aumento da pauperização, do desemprego e subemprego, o resultado escandaloso das políticas de saúde, educação, infra-estrutura, ao invés de organizar as bases de uma vida digna, armam um espelho perverso que projeta as imagens da exclusão (Telles, 1994).

O ambientalismo emergente no país teve que conviver com a ausência de espaços de reconhecimento e de vínculos propriamente civis, que seriam traduzidos pela dificuldade de formular os dramas cotidianos públicos e privados na linguagem dos direitos. Sua herança imediata foram códigos morais da vida privada, revestidos de ampla utilidade para ganhar o espaço político, disputando assim códigos de legitimação com a linguagem reconhecida no diálogo formal com o Estado, através da participação política em organismos tradicionais. Apesar de sua intenção verbalizada em diferenciar-se de outros movimentos, mostrava-se impossível não levar em conta que “a negação de direitos, o não reconhecimento do outro como sujeito de interesses e aspirações legítimas afeta a sociabilidade, cultura e identidades” (Telles, 1994, p.45).

Por outro lado, em um país onde se engatinha na construção de patamares mínimos de cidadania, em que o sentido da responsabilidade pública está ausente da cultura política, em que os direitos estão longe de se constituir como parâmetro na definição das políticas que afetam a vida coletiva, “a pauta pós-*welfare state* em um contexto de crescente desregulação da economia haverá de aprofundar ainda mais desigualdades e exclusões” (Telles, 1994, p.47).

Os regimes militares, por sua vez, deixaram de herança à sociedade brasileira nos anos de 1980, a utopia popular de uma nação de trabalhadores construída em um cenário de incerteza e anomia. “Tem os direitos, mas basicamente os deveres de cidadão, não os que nascem no território do país simplesmente, ou os que se submetem às leis da comunidade nacional”, mas aqueles que trabalham e contribuem de alguma forma para a renda nacional. A idéia de trabalho confunde-se assim, na vida privada e no plano jurídico-institucional. Esta concepção de cidadania, segundo Alba Zaluar (1992, p.120-121), está na base de uma estratégia do Estado corporativista de integração seletiva (Offe, 1984; Jacobi, 1989), ou seja por setor profissional, da massa trabalhadora ao universo da cidadania, fazendo dela um parceiro legítimo nos debates e conflitos de interesses.

Para o pensamento acadêmico que tem grande influência sobre a política social e sobre a definição da pauta de reivindicações de movimentos sociais, a idéia básica da conceituação de pobreza é a de carência material, que marcou o pensamento técnico sobre a intervenção do Estado no tecido social durante todo o período autoritário, quando a política social caracterizava-se como assistencialista, paternalista e clientelista e baseava suas ações em valores de caridade e filantropia (Zaluar, 1992).

A interpretação de carência como falta material dificulta a compreensão dos vários aspectos dos direitos - civis, políticos e sociais - entrelaçados mesmo quando se trata das políticas sociais. Nessa perspectiva, a desigualdade surge no plano social, apenas como diferenças materiais, sem vinculá-

la também a outras desigualdades, como as políticas e jurídicas. Do ponto de vista da política social efetivada, a inclusão indiscriminada de todos os pobres, que marcou o sistema seletivo e corporativo no período autoritário, não significou em hipótese alguma um tipo de integração universalista, fruto de direitos reconhecidos de cidadania. Ao contrário da fase assistencialista que atendia todos os pobres, sem discriminá-los por categorias, agora, o Estado Todo Poderoso é associado à implantação da justiça social. Nos anos de 1980, a mesma concepção assistencialista penetrou nos inúmeros e descontínuos programas oficiais de assistência aos pobres, apesar da retórica da cidadania.

Assim, o problema central na história recente da relação do Estado brasileiro com a sociedade e suas demandas é a inexistência do reconhecimento oficial e extraoficial da dimensão concreta da noção de cidadania. Em outras palavras, o desconhecimento deste espaço público, onde as pessoas não se submetem, mas participam dividindo benefícios e responsabilidades caracterizou amplos setores sociais, independentemente de escolaridade ou renda, ou ainda vinculação ideológica. Em uma das versões, aquela preferencial dos gestores convencionais, a noção de direitos está praticamente ausente, pois os papéis sociais que a caracterizam ocupam a posição de contribuinte, que cumpre seus deveres para com o Estado. Em outra versão, aquela extraoficial convencional, a noção de deveres também desaparece, em função de uma ampliação ilimitada dos direitos e os pobres são vistos como “vítimas da sociedade”. O Estado, por sua vez, ora é colocado na posição do perseguidor, ora na de salvador. Essa confusão entre o público e o privado esvazia o papel do cidadão e as demandas daí resultantes misturam-se entre interesses coletivos e pessoais (Zaluar, 1992, p.119).

As mudanças no significado da pobreza provocadas pela cultura autoritária, junto ao imaginário daqueles que utilizam a retórica da defesa da política social voltada ao atendimento dos setores mais pobres não passam de um tipo de armadilha, cuja retórica vale-se das justificativas a programas

de estímulo ao crescimento da economia, baseadas no argumento da expansão da massa economicamente ativa e dos consequentes benefícios do *welfare state* ao universo dos trabalhadores. Esse talvez tenha sido um dos nós mais complicados para o ambientalismo emergente desatar.

A agenda política nacional tem sido assim definida fora do espaço de reconhecimento dos direitos sociais e políticos. O sentido de pertencimento ao universo da cidadania ficou restrito à esfera de produção da riqueza do país, ainda que limitado às carências materiais básicas da sociedade. Deste *continuum* de pertencimento estão excluídos grandes contingentes sociais: o não contribuinte inexistente como cidadão pertencente a uma dada Nação. Para essa estranha identidade nacional a qualidade ambiental aparece como mais um fator de exclusão, nunca como uma referência normativa a mais no processo de consolidação de direitos sociais.

Não há como negar todavia que o universo da cidadania tem sido lentamente ampliado, graças às lutas sociais através dos tempos. As mulheres, os não proprietários e os estrangeiros foram paulatinamente incorporados ao espaço público ocupado pelo cidadão. Cidadania em contrapartida, não pode significar apenas uma concepção de igualdade meramente jurídica: o acesso às oportunidades, garantida por uma sociedade política. O universo da cidadania só tem sentido se o cidadão exigir a igualdade através da participação, da criação de novos direitos, novos espaços e de novos acordos em torno de objetivos comuns, movimentando o processo em constante mudança de constituição de novos atores políticos (Benevides, 1994, p.14).

Uma sociedade profundamente marcada pela desigualdade e pelos desequilíbrios sócio-econômicos e político-culturais carrega em si uma definição de cidadão como portador de direitos e deveres exageradamente discriminatória. No Brasil, sem dúvida, existem cidadãos de diversas categorias. Existem inclusive aqueles, cuja convivência com índices alarmantes de contaminação ambiental configuraram uma situação de ausência total de direitos

(Ferreira, 1993). Essa herança política e cultural deixada ao ambientalismo aprofundou dilemas e dificultou sua atuação política. Os fantasmas da exclusão e discriminação criaram barreiras quase intransponíveis entre militantes e a opinião pública, que há dez anos se debatem em torno de uma falsa polêmica entre qualidade ambiental e bem estar social.

Entretanto sua tarefa apresenta-se como uma via de mão dupla. De um lado os ambientalistas têm tentado articular ambos os fatores da equação, qualidade ambiental e bem estar social, no âmago da cultura política. De outro, sua tarefa mais árdua é, tal qual outras formas de mobilização, formar cidadãos, vistos como alguém que exerce direitos, cumpre deveres ou goza de liberdade em relação ao Estado e é também portador de um papel social, através da participação direta no exercício do poder político. Nesses termos, os direitos políticos de que são portadores adquirem sentido em torno da organização para reclamar os direitos sociais (Benevides, 1994). A cidadania reivindicada sustenta-se pelos princípios da democracia, significando necessariamente conquista e consolidação social e política. Esta exige pois, instituições, mediações e condutas próprias, constituindo-se na criação e expansão de espaços sociais de luta e na definição de instituições reconhecidas para a expressão pública de novos direitos adquiridos.

Os contornos políticos do espaço público próprio do ambientalismo pode ser caracterizado de inúmeras maneiras. Dentre elas há pelo menos duas que ocupam posição de destaque. Em primeiro lugar, em um país onde as carências relativas à pobreza em áreas urbano industriais ocupam o espaço preferencial de constituição do universo da cidadania, invadindo ora a retórica oficial, ora a agenda dos movimentos reivindicatórios, a saturação ecossistêmica que caracteriza o território nacional aparece à opinião pública como reivindicação de forte conteúdo ideológico, como se o bem estar do cidadão representasse a antítese da conservação dos sistemas naturais.

É como se a “cidadania dos deveres” (Zaluar, 1994, p.119) fosse levada às últimas consequências. A perspectiva corporativista, construída em

um tipo de relação com o Estado - seja ele colocado na posição do salvador, todo poderoso, seja na posição do perseguidor, excludente - que opõe os contribuintes aos que não pagam impostos, é imediatamente transportada para as relações com as outras espécies que povoam a biosfera. Para o trabalhador, que contribui com os cofres públicos, os programas de conservação consomem recursos para proteger outras formas de vida, mas deveriam ser direcionados para permitir-lhe o acesso progressivo e ilimitado ao bem estar social. Quando muito aceita financiar programas oficiais de assistência à pobreza voltados ao universo de excluídos do mundo do trabalho e da produção.

Em uma autofagia singular, a sobrevivência de um fator da equação - qualidade ambiental e bem estar social - só seria possível com o consumo inexorável e a destruição do outro. De qualquer forma, este forte conteúdo ideológico, compartilhado por amplos setores da sociedade, obscurece a noção dos direitos socialmente construída, dificultando a expansão da agenda política de modo a incorporar demandas ainda pouco visíveis no tecido social. A extensão progressiva e ilimitada do bem estar social para atingir o universo nacional esbarra nos argumentos acerca da escassez de recursos para mantê-la (Ophuls, 1977) e gastou-se tempo e esforços demasiados a fim de estabelecer e negociar patamares aceitáveis, do ponto de vista da sustentabilidade, para as expectativas de pobres e ricos. Diante do drama social vivido pelo país o conteúdo dessa discussão sempre pareceu exageradamente artificial.

Em segundo lugar, esse forte conteúdo ideológico que reveste as carências que ultrapassam a reprodução da mão de obra aponta ainda para a personalização das relações sociais, como elemento complicador da ação política organizada em torno da qualidade ambiental. Reivindicações sobre a qualidade da água para abastecimento, a manutenção de remanescentes florestais, dentre outras, fogem à compreensão imediata das necessidades

básicas de uma sociedade que se reconhece como excludente, dramaticamente pauperizada e a cada dia mais voltada ao mercado mundial.

Tal qual a maioria das carências não materiais verbalizadas, ou tornadas visíveis pelas classes médias, ou por movimentos étnicos, de gênero e de liberação dos costumes, o sentido para a mobilização ambientalista é buscado na vida privada. Na medida em que ganham o espaço público, interferem enormemente nas condutas voltadas à participação política, diluindo a agenda reivindicatória, dificultando o estabelecimento das parcerias e, finalmente, restringindo o espaço de legitimação do tema. Uma sociedade, cuja maioria esmagadora é obrigada a administrar orçamentos domésticos escassos e convive cotidianamente com a ausência de cidadania, tende a aceitar também a não se reconhecer como portadora do valor universal conferido à vida.

Na realidade, como pano de fundo a estas dificuldades políticas encontra-se um panorama de possibilidades e limitações enfrentadas pelas condutas políticas voltadas à qualidade ambiental, na articulação de outros setores da sociedade brasileira que ultrapassem as classes médias urbanas, principalmente de seus setores mais intelectualizados. Solo obviamente fecundo para o desenvolvimento de opções existenciais e muitas vezes políticas, por um modo de vida calcado em valores pós materialistas.

Os desafios das condutas políticas voltadas à qualidade ambiental alojam-se de fato, na dinâmica mais ampla de uma sociedade, cuja expressão pública de novos direitos convive com a negação cotidiana do universo da cidadania, através da institucionalização de práticas excludentes, violentas e arbitrárias. Segundo Vera Telles (1987, 1994), o eventual atendimento a reivindicações está longe de consolidar os direitos, como referência normativa nas relações sociais, de tal forma que conquistas anteriormente alcançadas podem ser anuladas, sem que isso suscite o protesto e a indignação da opinião pública.

As práticas de organização, representação e negociação generalizam-se com dificuldade, para além do espaço de organização política, por “conta de uma gramática social muito excludente que joga maiorias fora do poder de interpelação de sindicatos, partidos e organizações civis”. A conquista do espaço público e a descoberta do sentido da ação coletiva para ampliar o universo da cidadania e descortinar horizontes possíveis já vem comprometida pela convivência diária com os índices alarmantes de pobreza que destroem projetos, desorganizam formas de vida e comprometem o futuro de qualquer significado positivo (Telles, 1994).

Em contrapartida, o ambientalismo carrega ainda a dificuldade de ser reconhecido como um todo, onde se misturam valores extremamente diferenciados e tendências muitas vezes contraditórias. As tendências do ambientalismo que optaram por transitar no espaço público da cidadania diferenciam-se em pelo menos duas categorias, de acordo com as estratégias utilizadas. Um primeiro grupo caracteriza-se pela militância, já que é herdeiro da tradição socialista e anarquista de décadas anteriores. Seu principal desafio é o diálogo com os outros movimentos por direitos sociais, sindicais e civis e o conteúdo de sua proposta é mais voltado à compatibilização da qualidade ambiental ao bem estar social, como sendo o próximo baluarte a ser conquistado na construção da cidadania.

Em uma outra direção, mas ainda transitando em torno do mesmo eixo de ação, há um segundo grupo que se caracteriza como grupo de pressão e seu diálogo preferencial é com o Estado, como forma de resolver rapidamente os problemas causados pela cultura política nacional. Seu principal desafio é fortalecer o próprio cacife político, através do impacto de suas propostas junto a formadores de opinião e da opinião pública intelectualizada dos grandes centros de um modo geral. O conteúdo de sua proposta é baseado em uma promessa de eficiência na utilização dos recursos e sua garantia é técnica e científica, uma vez que pressupõem o esvaziamento do discurso mobilizatório.

Em uma direção diametralmente oposta, encontram-se aqueles grupos que reivindicam uma reformulação total no campo dos direitos e um reordenamento da cultura nacional. É o caso por exemplo, daqueles que se autodenominam os *últimos românticos*. Apesar de suas dificuldades no trato com a opinião pública “esclarecida” dos grandes centros urbanos e da quase inexistência de diálogo com os excluídos, vêm conseguindo grande visibilidade, expandindo sua esfera de influência, justamente porque transitam na esfera da vida privada e o conteúdo de sua proposta reveste-se de um significado que nega o político. Exatamente por isso, os desafios que enfrentam são de outra natureza: sua ação desloca-se da esfera política para a cultural. O fato de, em muitas circunstâncias confundirem-se com os grupos militantes, já que muitos deles são herdeiros das tradições anarquista e da teologia da libertação, faz com que a opinião pública relacione-os como sinônimo de “ambientalismo”.

Nesse amálgama de tensões, parcerias muitas vezes circunstanciais e interlocução intensa e cotidiana entre tendências o projeto ambientalista vai tomando forma e, em marchas e contramarchas procura definir o seu papel social, organizando condutas e estalecendo contornos para expectativas sociais e políticas futuras.

A RAZÃO INSTRUMENTAL E ANTROPOCÊNTRICA COMO PROBLEMA

Movimentando-se em uma outra direção, a vertente neoromântica do ambientalismo coloca como problema de fundo a razão instrumental, base das relações modernas entre os homens e destes com a natureza.

Seria conveniente lembrar antes de mais nada, que os setores do ambientalismo contemporâneo preocupados com esse tema são na verdade aqueles herdeiros dos movimentos de contracultura que deixaram sua marca nos anos de 1960. John MacCormick (1992) lembra que o ambientalismo floresceu com grande intensidade nesse período, nos países onde havia um

intenso clima de ativismo político, provocado por inúmeros movimentos sociais por direitos civis.

Não que houvesse laços formais definitivos entre aquele ambientalismo e as outras ações mobilizatórias que pretendiam expandir os direitos sociais e civis, já que os valores propagados eram muitas vezes diferenciados e as clientelas também se distinguiam. Mas todos eles fortaleciam-se e influenciavam-se mutuamente, em um espaço público construído em torno de um clima de protesto contra os valores políticos e sociais estabelecidos, contra a legitimidade dos arranjos políticos e das instituições sociais e econômicas. A inquietação diante da autoridade constituída e a sensibilidade aos problemas gerados por uma sociedade altamente industrializada, urbanizada e discriminatória criaram em várias partes do mundo uma clientela receptiva junto às camadas médias e intelectualizadas dos grandes centros urbanos.

Esse clima cultural e político propiciou um casamento perfeito entre o ambientalismo emergente com a contracultura, de tradição anarquista, profundamente antiindustrial, crítica à ética do trabalho, ao consumismo e aos valores materiais, mas também a uma dada racionalidade baseada na ciência e na técnica que produzira atrocidades como a guerra do Vietnã e os danos ecológicos que se espalhavam pelo mundo todo. O ambientalismo emergente nos países ricos frequentou a escola moral e *antiestablishment* do movimento *hippie* no final da década de 1960, para quem o retorno ao mundo selvagem representava o único caminho para recuperar valores não materialistas em uma sociedade perversa (MacCormick, 1992, p.77).

Segundo MacCormick (1992) essa proximidade levou o ambientalismo a despedir-se de suas origens preservacionistas ou conservacionistas, para restabelecer-se como movimento histórico:

“(...) O Novo Ambientalismo era ativista e político. Muitos dentre os grupos preservacionistas mais antigos perseguiram objetivos essencialmente filantrópicos, enquanto os conservacionistas baseavam seus argumentos na ciência econômica; em contraste, os novos ambientalistas buscavam um impacto mais di-

retamente político. Sua mensagem era de que a catástrofe ambiental só poderia ser evitada através de mudanças fundamentais nos valores e instituições das sociedades industriais.(...) O Novo Ambientalismo pode ser visto como parte de uma transformação social mais ampla que ocorria então na sociedade ocidental.(...) O Novo Ambientalismo era um movimento político e social, e as questões que levantou eram, em última análise, universais” (MacCormick, 1992, p.77).

Paehlke (1989), por sua vez, relaciona a emergência de um novo ambientalismo a uma mudança radical no enfoque conservacionista em direção a uma preocupação com a degradação ambiental (*pollution*). Esta mudança foi provocada por preocupações mais ou menos consensuais durante os anos de 1970 com o crescimento populacional, a produção e distribuição de alimentos, além do grande tema da depleção dos recursos naturais, principalmente os energéticos.

Outra distinção importante que o autor (Paehlke, 1989, p.15) faz entre o conservacionismo da década de sessenta e o novo ambientalismo emergente na década posterior é o abandono de um tipo de *gospel of efficiency*, que propagava argumentos científicos, principalmente econômicos, para promover uma racionalização técnica para o uso dos recursos. Para ele, a era da conservação caracteriza-se pela eficiência, pelo uso racional dos recursos e o uso absoluto sobre a natureza.

Paehlke (1989) assinala quatro características importantes desse novo ambientalismo. Em primeiro lugar, de meados dos anos de 1960 até o presente, desde aqueles caracterizados como antipoluição até aqueles antinucleares, ou organizados em torno da questão dos resíduos tóxicos, todos passaram a ser eminentemente políticos e ideológicos. O ambientalismo passava a compreender desde então uma dimensão antitecnológica. Em segundo lugar, o ambientalismo contemporâneo afastou-se das florestas e de outras áreas selvagens distantes dos centros urbanos. Sua preocupação com a proteção da vida selvagem só tem sentido a partir de então, na medida em que esta é fundamental para a viabilidade da biosfera global. Em terceiro, os

grupos ambientalistas questionam, em última instância, a lógica privada das decisões e o modelo convencional de produção, baseado no crescimento econômico ilimitado. Quarto, o movimento ambientalista caracteriza-se por colocar em dúvida o *north american consumer lifestyle*.

Por outro lado, a preocupação dos ambientalistas neoromânticos contemporâneos é onexo necessário para conferir algum sentido a esse “desmesurado e corajoso salto de retorno da sociedade à natureza” (Brandão, 1994, p.72), que continua fazendo parte de seu projeto nos dias atuais, visto agora de forma mais ampla. O mundo natural deveria ser incorporado ao campo dos diálogos e ao eixo dos direitos, através das possibilidades de substituição da perspectiva histórica própria da razão ocidental, instrumental, antropocêntrica, por um tipo de razão próxima à oriental, baseada em uma visão holística, intersubjetiva, onde a linearidade do pensamento é substituída pela idéia de teia.

Seu grande tema, embora em nenhum momento ele seja verbalizado, é também, tal qual o Novo Ambientalismo que se estabelecia nas décadas de 1960 e 1970 de que fala MacCormick, o sentimento coletivo de revolta contra o exercício do controle social inerente às sociedades capitalistas industrialmente desenvolvidas.

Habermas (1980, p.314) dizia acerca disso, em seu diálogo com Marcuse, que o agir racional-com-respeito-a-fins é, segundo sua estrutura, o exercício do controle. Por isso, a racionalização das relações da vida, segundo padrões pré-estabelecidos, significam o mesmo que a institucionalização de um tipo de dominação irreconhecível enquanto política. Compartilhando uma parcela da tese de Marcuse, diz que o grande problema da dominação nas sociedades contemporâneas não está mais no âmbito da exploração do trabalho, mas na generalização progressiva da racionalização para todas as esferas da vida.

Talvez o conceito de razão técnica seja uma ideologia, já que a própria técnica é um projeto histórico-social de controle sobre a natureza e

sobre os homens. Tal qual se viu no Brasil do período do nacional-desenvolvimentismo, o projeto predominante no seio da cultura política da época mantinha-se em uma promessa de dupla face: de um lado uma riqueza escatológica; de outro, menos visível, a dominação, que se sustentava na “manutenção de um sistema que pode se dar a liberdade de fazer do crescimento das forças produtivas, ligadas ao progresso técnico-científico, o fundamento de sua legitimação” (Habermas, 1980:314).

Paradoxalmente para Habermas e Marcuse, a dominação pode perder seu conteúdo ideológico na consciência das pessoas, pois sua legitimação assumiu um novo caráter, que se baseia na referência a sempre crescente produtividade do trabalho e domínio progressivo sobre a natureza, resguardando o direito individual a um bem estar social também sempre crescente, praticamente ilimitado. Talvez seja possível imaginar que essa promessa, progressivamente institucionalizada, dê também à experiência anômica de natureza sua chance de legitimação.

De qualquer forma, a idéia força é que os princípios da ciência e da técnica foram estruturados *a priori*, de modo a poderem servir de instrumentos conceituais para um universo de controle produtivo sobre a natureza. Tais instrumentos, que levaram a uma dominação cada vez maior dos recursos naturais, tornaram-se as condições necessárias e suficientes para uma dominação também cada vez maior sobre a sociedade. Hoje, essa dominação perpetua-se e garante a formidável legitimação do poder político em expansão, que absorve e penetra praticamente todos os domínios da vida social. A racionalização de Max Weber não é apenas um processo a longo prazo de modificação das estruturas sociais, mas aparece ao mesmo tempo como a manutenção de uma dominação objetivamente obsoleta, incoberta pela invocação de imperativos técnicos, que não passam por sua vez, de uma racionalidade de manipulação, de dominação (Habermas, 1980).

Se esse fenômeno que liga a ciência e a técnica a um projeto de mundo, ao qual Marcuse engata a sua análise da sociedade, está relacionado a um

determinado tipo de interesse e a uma dada situação histórica, então, a emancipação só é possível através de uma mudança radical dos seus princípios. Esse é o pressuposto que sustenta a produção da maior parte dos autores e lideranças políticas seduzidos por uma proposta de humanização da ciência e da técnica e de outros ainda que chegam a acalentar esperanças secretas no seu fim.

Somente um tipo de conhecimento capaz de criar novos sentidos para o mundo natural e, dessa forma, capaz ao mesmo tempo de criar um novo projeto para a sociedade como um todo, poderia colocar fim à manipulação técnica dos recursos naturais, estabelecendo uma relação de parceria fraterna e cooperativa, em substituição à atual objetivação e instrumentalização das relações. Habermas (1980, p.318), por exemplo, analisa a proposta de Marcuse de mudar a esfera da interação, de uma esfera da produção e do trabalho, para uma intersubjetiva, comunicativa. A idéia de que uma subjetividade da natureza ainda agrilhoada não possa emergir antes de a comunicação entre os homens torne-se livre, essa idéia em si mesma continua a ter uma força de atração toda especial.

Só se os homens pudessem comunicar-se sem coação e se cada homem pudesse reconhecer-se no outro, só então a espécie humana poderia eventualmente reconhecer a natureza como um outro sujeito. Não a natureza como o seu outro, como pretendia o Idealismo, mas a si mesma como sendo o outro desse sujeito. A alternativa para a técnica existente, o projeto da natureza enquanto parceira no jogo, ao invés de objeto, refere-se a uma estrutura alternativa do agir: a interação simbolicamente mediatizada, em oposição ao agir racional-com-respeito-a-fins.

O problema dessa proposta é que esse projeto alternativo deveria ser um projeto “da espécie humana *no seu todo* e não de uma época isolada, de uma classe determinada, de uma situação que pode ser ultrapassada” (Habermas, 1980, p.318). Em outros termos, estamos pensando em um ator muito especial, que não é historicamente ultrapassado, pois não é social-

mente definido e que impede a manifestação de qualquer peculiaridade: a espécie, biologicamente constituída. A maior dificuldade apontada por Habermas (1980, p.319) é determinar de modo exato o significado de uma expansão da racionalidade incorporada nos sistemas do agir com-respeito-a-fins até tornar-se uma forma de vida, uma “totalidade histórica” do mundo da vida.

Seria conveniente problematizar alguns passos que compõem essa proposta ousada. Em primeiro lugar, seria bom lembrar, juntamente com o próprio Habermas (1980; 1990), que Weber usou o conceito de racionalização para interpretar as consequências do progresso técnico-científico sobre as instituições que sustentaram a modernização. Segundo Habermas, os pares de conceitos que Weber utiliza giram em torno do mesmo problema, que seria reconstituir a mudança institucional provocada pela ação racional-com-respeito-a-fins ou, dito de outro modo, ação racional-orientada-a-objetivos, como por exemplo, *status* e contrato, comunidade e sociedade, grupos formais e informais, cultura e civilização, sacralização e secularização, dentre outros, de modo a dar conta das inúmeras tentativas de mudança, mesmo que parcial, do quadro institucional de uma sociedade tradicional, para uma sociedade moderna.

Essa preocupação tem grande validade para os intelectuais ambientalistas, já que se busca a lógica que sustentaria a emergência tímida de uma nova sociedade, baseada em relações inusitadas entre os homens e destes com o mundo natural. A racionalização passa a ser hoje então, um ponto importante que merece atenção especial. Habermas propõe, incorporando as críticas de Marcuse a Weber, cujo eixo central aponta a despolitização de suas hipóteses, trabalhar com a idéia força de racionalização, mas lembrando que ela se apresenta sempre como parcial e, principalmente, através da distinção fundamental entre agir racional-com-respeito-a-fins, seja o agir instrumental, seja a escolha racional, seja a combinação de ambos e o agir comunicativo.

Habermas (1980; 1988) entende a ação instrumental como sendo aquela regida por preferências formadas através das regras técnicas baseadas no conhecimento empírico. A escolha racional (Friedland, 1974; Roemer, 1985; Carling, 1985; Przeworski, 1988), por sua vez, é regida por estratégias baseadas no conhecimento analítico e implica derivações das regras de preferência, baseadas em valores e máximas universais. Em qualquer um dos casos, a ação racional-orientada-a-objetivos realiza os fins definidos em dadas condições. Ao passo que o agir instrumental organiza os meios adequados, segundo regras de controle da realidade, a ação estratégica só depende de avaliações corretas, ou adequadas das alternativas possíveis para atingir objetivos previamente estabelecidos.

A ação comunicativa, por sua vez, que representa sua grande proposta alternativa à razão instrumental e transformou-se posteriormente em teoria (Habermas, 1988), é um tipo de interação intersubjetiva, mediada simbolicamente. Este tipo de ação é regida por normas previamente estabelecidas por acordo entre pelo menos dois atores, que definem expectativas recíprocas e principalmente, precisam ser compreendidas e reconhecidas pelos polos da relação (Habermas, 1980, p.321). Em outros termos, na ação comunicativa os participantes são sujeitos orientados ao entendimento, ou restringem-se ao consenso previamente alcançado. O êxito desta ação, expectativa esta que lhe confere sentido, só é possível através da categoria do entendimento, ou da possibilidade de consenso. Nos casos onde um deles é possível, os atores são conduzidos a um acordo, que por sua vez depende única e exclusivamente das negociações entre as partes (oferta e postura frente à oferta), sendo impossível qualquer tentativa do uso da força. Do ponto de vista da ação comunicativa, não há interesse maior, pelo menos em um primeiro momento, no significado da fala. Ou seja, não há interesse analítico predominante naquilo acerca do qual se produz um acordo. A preocupação central não é o conteúdo do consenso, mas as condições formais de obtenção dele (Habermas, 1989).

Apesar de que nem todas as atividades constitutivas da vida social são comunicativas, as várias tradições sociológicas da teoria da ação, de Weber a Parsons, culminando com Marcuse e Habermas concordam com alguns pressupostos básicos. Em primeiro lugar, todos optam por uma análise centrada no processo de entendimento entre sujeitos, ou seja, baseada na perspectiva interna do ator. A ação social então, pode ser analisada como a realização de um plano que se sustenta em uma interpretação. Em segundo lugar, a coordenação das ações pressupõe um acordo, ou seja, uma interpretação comum, fundada no reconhecimento intersubjetivo de pretensões de validade, ou de êxito. Finalmente, todos os autores acima reconhecem que qualquer ação baseada em princípios normativos, ou em instituições reconhecidas, serão evidentemente mais sólidas e duradouras, quanto melhor integradas forem as orientações valorativas, normativamente exigidas, com as constelações dadas de interesses (Habermas, 1989, p.486).

No caso específico do ambientalismo atual, independentemente das tendências internas, essa perspectiva proporciona algumas vantagens, principalmente quando se pretende imaginar esse ator tão especial e contraditório do ponto de vista sociológico, desvendando, mesmo que parcialmente, seu papel social, os componentes normativos de sua ação e o espaço adequado para sua atuação na criação de indetidades que fogem daquelas estabelecidas no âmbito do Estado.

Nessa perspectiva apresenta-se em primeiro lugar, a questão da alteridade. Se o espaço público intersubjetivo de comunicação só é possível como manifestação das diferenças e se a questão é a construção de uma relação intersubjetiva com o mundo natural, porque surgiriam propostas que margeiam um reencantamento do mundo? Esse seria o único, ou o caminho mais adequado para, em contraste à instrumentalização da racionalidade moderna, refundar o sentido das relações entre os homens, em sua vida social e destes com a biosfera? Sob a lógica da razão orientada-a-objetivos, a ciência e a técnica venceram a natureza exterior, em uma batalha

travada desde a pré-história, mas que se acelerou gravemente a partir da revolução industrial, com o advento da modernidade (Thomas, 1988).

Assim como o contrato social, a Declaração dos Direitos do Homem ignora e silencia acerca do mundo natural. Esta foi pronunciada em nome da natureza humana e em favor dos excluídos do universo da cidadania. O direito agiu sempre a partir de um sujeito de direito, cuja noção progressivamente ampliou-se. O contrato social (Rousseau, 1978) encerrara-se em si mesmo e deixara fora do mundo uma coleção infindável de seres que eram reduzidos ao estatuto de objetos, passíveis de apropriação. Os sujeitos do conhecimento e da ação poderiam gozar de todos os direitos; seus objetos, evidentemente de nenhum (Serres, 1991).

A proposta do projeto ambientalista de reordenar o direito de modo a incorporar ao universo da cidadania outros seres vivos que partilham a biosfera com o homem, só seria possível segundo sua concepção, se a ilusão ocidental de um mundo dividido entre um polo humano de pura subjetividade e um polo “natural” de pura objetivação fosse substituída por uma perspectiva, onde o mundo natural fosse trazido à esfera da subjetividade:

“Alargar o lugar social do diálogo até o ponto em que outros seres dotados de outras sensibilidades (...) possam participar de uma mesma rede de comunicações conosco (...). Assim a natureza e seus seres individuais, apropriados até aqui de acordo com nossos interesses, devem ser libertados de serem considerados como uma dimensão outra da existência - o que não significa negar a alteridade (...) - caracterizada por uma passividade essencial e pré-suposta, sobre a qual é possível o pleno exercício do domínio humano através do trabalho (...) regido pela utilidade social. Devem ser assim libertados para converterem-se numa largada dimensão de diálogo e comunicação com/entre os humanos. Desde logo a dominação arbitrária de um polo ativo e pensante sobre o outro, passivo e pensado, poderia passar a ser a comunicação e a troca de dons entre dois polos, aos quais caberia o desafio de estabelecer os novos termos de uma lógica e de uma ética de reciprocidades” (Brandão, 1994, p.76-77).

Talvez a preocupação básica da concepção neoromântica relacione-se a uma incapacidade da cultura moderna de pensar o mundo natural através

de princípios sociais, ou “pensar a natureza como símbolo e o sentido do simbólico como algo essencialmente social”. A grande conquista atual e, ao mesmo tempo, a tarefa do ambientalismo estaria circunscrita então, ao âmbito da capacidade criativa, já que esta não é dada ao homem *a priori*, mas precisa ser construída, de modo a pensar-se a si mesmo como um “misterioso milagre” de ser biologicamente uma única espécie, mas ao mesmo tempo e em um mesmo movimento, ser capaz de “produzir uma infinidade de culturas” (Brandão, 1994, p.21-22). Para Carlos Brandão (1994) essa falsa dicotomia pode ser enfrentada através da polaridade entre os modos de pensar o mundo da cultura indígena e da ocidental moderna. Essa incapacidade de pensar a natureza como algo social, seria resultado da impossibilidade de imaginar o relacionamento humano com o mundo natural como interações possíveis entre “duas categorias diversas, mas convergentes e comunicáveis, entre duas dimensões de subjetividade” colocadas em ações recíprocas:

“Esta maneira de pensar o mundo, que torna simbólico o natural e depois pensa o simbólico como social, opõe a cultura do índio à experiência animal de lidar com o mundo. Pois neles a natureza aparece como um mero conjunto de sinais (...). Ela distancia o 'pensamento selvagem' do modo ocidental de pensar. Entre nós e a natureza, estabelecemos o fosso de uma 'dupla natureza' (...) que nos impede o simbolizar qualquer relação com a natureza de um ponto de vista social. Somos os filhos de Prometeu, não eles.(...) Pensando como conjunção, o que nós pensamos a partir de uma inevitável disjunção, os índios movem-se em um imaginário regido de parte a parte por uma ou por inúmeras formas de trocas, de reciprocidades. Isso porque, social e dotado de sentido de um lado (humano) e do outro (natural), tudo o que se passa entre os humanos e os outros seres (...) são trocas, porque são relacionamentos entre sujeitos, de um lado e de outro. (...)Os índios vêem-se no interior de uma trama de relações ativas, intensionais e significativas no mundo da natureza. Isso com a condição de sentir este mundo como alguma coisa não apenas viva, mas vitalmente significativa, algo animado e reciprocamente social” (Brandão, 1994, p.20-21).

Esse social tem o sentido de ser possível normatizar as relações de acordo com regras, por exemplo, de aliança e parentesco. Um mundo no qual o homem inclui-se, porque pode trocar bens e símbolos, tal como é possível em sociedade: essa é aliás, a própria possibilidade da vida social. Dito de outro modo, essa consciência positiva, no sentido de que não se pensa a si mesma como a negação do que tem de natureza, cujo exemplo utilizado é a indígena, pensa com “termos intercomunicados e metaforicamente equivalentes o domínio da sociedade e o da natureza” e atribui uma mesma “qualidade de significados” às ações recíprocas de ambos os lados desta relação entre categorias diferenciadas de sujeitos (Brandão, 1994, p.22-23).

Na verdade essa discussão nos remete ao Weber da *Sociologia da Religião* que, ao colocar o problema da história universal, pergunta por que é que fora da Europa e dos lugares onde esta tem supremacia cultural, o desenvolvimento científico, o artístico, o político e o econômico não seguem as vias da racionalização características do ocidente? Lembrando que racionalização foi o processo de desencantamento que fez com que a desintegração das concepções religiosas gerasse uma cultura profana, podemos resumí-lo, tal qual Horkheimer em parceria com Adorno (1980), em uma única frase: “o programa do Iluminismo era o de livrar o mundo do feitiço”, dissolvendo os mitos e anulando a imaginação, por meio do saber. O desenfeitiçamento do mundo é a erradicação do animismo, que agora se recoloca como uma saída.

O que se pretendia erradicar era a projeção do subjetivo sobre a natureza, como forma de auto-reconhecimento, desvendando o mistério do mundo natural. Segundo o Iluminismo, seja na versão racionalista, seja empiricista, a equação anterior, cujo denominador comum à sociedade e à natureza é o sujeito, deve ser substituída pela natureza objetivada. A sociedade conhece a natureza, na medida em que pode produzi-la e reproduzi-la. De *em-si*, muda-se a identidade no sentido do *para-si*. O preço pago pelos ho-

mens para multiplicar seu poder foi a “sua alienação daquilo sobre o que exercem poder”:

“O Iluminismo se relaciona com as coisas como o ditador se relaciona com os homens. Ele os conhece na medida em que os pode manipular. (...) É assim que o em-si das coisas vem a ser para-ele. Na modificação, a essência das coisas se revela como já sendo desde sempre a mesma, como substrato de dominação. Essa entidade constitui a unidade da natureza. Nem ela nem tampouco a unidade do sujeito eram pressupostas pela conjuração mágica. (...) A magia não era impulsionada por um único e mesmo espírito” (Horkheimer & Adorno, 1980, p.93-94).

Na medida em que todos os seres do mundo natural reduzem-se ao conjunto de todas as possibilidades de exploração, o homem atinge a identidade do si-mesmo, que não pode mais ser perdida na identificação com o outro. Essa é a “identidade do espírito e seu correlato é a unidade da natureza, diante da qual sucumbe a riqueza das qualidades” (Horkheimer & Adorno, 1980). Assim, as múltiplas afinidades entre seres são suprimidas em nome de uma única relação entre o sujeito que confere sentido e o objeto sem sentido; entre a significação racional e o suporte dessa significação. O que está em jogo nesse processo, na verdade, é a auto-preservação. A objetivação da natureza é movida pelo terror de que o si-mesmo seja novamente convertido em mera natureza. Por essa característica, todos sabem que esse processo foi levado a cabo com esforço indescritível, já que foi necessário renunciar à pretensão da semelhança para conhecer o mundo natural.

Nessa perspectiva é possível pensar como Habermas (1990, p.14), que o processo de modernização refere-se sim a um feixe de processos cumulativos que se reforçam mutuamente, como a formação de capital e mobilização de recursos, desenvolvimento das forças produtivas e aumento de produtividade do trabalho, centralização dos poderes e formação de identidades nacionais, expansão dos direitos de participação política. Mas além disso, o processo de modernização refere-se a um dado contexto histórico do racionalismo ocidental.

Visto desse modo, é possível entender o debate contemporâneo como a tensão entre duas perspectivas. De um lado estão aqueles que Habermas chama de neoconservadores, que generalizando uma dada leitura da Teoria da Evolução, como James Coleman por exemplo, dizem que à modernidade teriam que se seguir desenvolvimentos pós-modernos. Se a modernização autonomizou-se ao longo de sua evolução, seria possível dispensar o horizonte do racionalismo ocidental, em cujo âmbito emergiu. Onde a modernidade cultural tornou-se obsoleta, mas a modernização social progride de forma auto-suficiente, através do funcionamento da economia e do Estado, da técnica e da ciência, esta cultura exausta de auto-compreensão tem grande dificuldade para alterar suas premissas.

Em uma perspectiva completamente diferente, cujo formato político é anarquista, não existe dissociação entre modernidade e racionalização. Proclamam o fim do Iluminismo e despedem-se da modernidade como um todo, pois o racionalismo ocidental de Weber aparece como vontade de poder instrumental. Para esses autores, a modernização social não sobrevive ao fim da outra. Essa perspectiva é compartilhada por Héctor Leis (1994), quando analisa as possibilidades políticas e culturais de criação de um espaço público transnacional de governabilidade para os problemas ambientais. Segundo Leis, a dificuldade para se pensar um mundo onde o diálogo seja possível no âmbito da diversidade cultural surge do suposto de que o processo de secularização ainda é a melhor receita disponível.

Seria conveniente no entanto, ressaltar que grandes disparidades que não podem ou não devem ser resolvidas dificultam, tal qual nas sociedades altamente sacralizadas, o surgimento do espírito da mudança, condição essencial para uma sociedade que se deseja em transformação. Para Franz Brüseke (1994) o problema da revolta só faz sentido nas sociedades modernas ocidentais, porque somente aqui a desigualdade pode ser confrontada com o princípio da igualdade, teoricamente possível.

O surgimento do indivíduo consciente de seus direitos é a condição da revolta, mas é também a condição para uma reformulação do direito em direção a uma subjetivação de outros seres vivos. Nas sociedades altamente sacralizadas, a existência do sagrado fixa as ações dos sujeitos, de modo a impedir as mudanças, “a chamada revolta metafísica começa somente com o início da modernidade (...), com a dessacralização radical do mundo” (Brüseke, 1994, p.120).

Essa ação sacralizadora da natureza pretendida pelos setores neoromânticos do ambientalismo atual poderia levar a uma estagnação das relações, em um patamar fechado a transformações. Talvez fosse conveniente problematizar essa perspectiva, sem pretender silenciá-la, mas sim para apontar alguns cuidados necessários à sua disseminação no seio da cultura política contemporânea.

DIVAGAÇÕES SOBRE UMA CERTA ANOMIA PARCIAL

O problema central parece ser o sentimento atual e coletivo de perda de sentido da natureza. A natureza objetivada, resultado do processo de dessacralização, esgotou-se em si mesma. Essa natureza reconhecida como sujeito, que não é só cultura, mas também não é homem. Esse homem que é natureza, mas também é cultura, ambos exigem renominações. Esse sentimento indefinido expressa-se em processos anômicos e não pode ser considerado um problema apenas para o ambientalismo atual, nem muito menos apenas para os neoromânticos.

Segundo Habermas (1987) essa perplexidade é característica das sociedades urbano-industriais contemporâneas e deve-se ao esgotamento das utopias baseadas na sociedade do trabalho e do *welfare state*, comprometidos com uma vida digna para o homem e com a felicidade socialmente organizada, apresentando a ciência, a técnica e o planejamento como instrumentos promissores de controle da sociedade e da natureza.

Contudo, precisamente essa expectativa foi por água abaixo, junto com os resultados apresentados à história. A energia nuclear, a biotecnologia, a pesquisa genética e o processamento de dados são todos intrinsecamente ambivalentes:

“Hoje as energias utópicas aparentam ter se esgotado, como se elas tivessem se retirado do pensamento histórico. O horizonte do futuro estreitou-se e o espírito da época, como a política, transformou-se profundamente. O futuro afigura-se negativamente; no limiar do século XXI desenha-se o panorama aterrador da ameaça mundial aos interesses da vida em geral: (...) o empobrecimento estrutural dos países em desenvolvimento, o desemprego e os desequilíbrios sociais crescentes nos países desenvolvidos, problemas com o meio ambiente sobrecarregado, altas tecnologias operadas às raias da catástrofe dão as palavras-chave que invadiram a consciência pública através dos meios de comunicação de massa. As respostas dos intelectuais refletem uma perplexidade não menor do que a dos políticos. Não é de forma alguma apenas realismo se uma perplexidade aceita temerariamente coloca-se cada vez mais no lugar de buscas de orientação que apontem para o futuro. A situação pode estar objetivamente ininteligível. Contudo, essa imperspicuidade é também uma função da presteza de ação de que uma sociedade se julga capaz. Trata-se da confiança da cultura ocidental em si mesma” (Habermas, 1987, p.104-105).

Diante disso, não constitui surpresa a influência adquirida por aquelas teorias desejosas de mostrar que as mesmas “forças de incrementação do poder - das quais a modernidade extraiu outrora sua autoconsciência e suas expectativas utópicas - na verdade transformaram autonomia em dependência, emancipação em opressão, racionalidade em irracionalidade”. Na cena intelectual alastra-se a suspeita de que o esgotamento das energias utópicas denuncia não apenas um dos estados de ânimo passageiros do pessimismo cultural, mas toca mais fundo. Ele poderia denunciar uma transformação da moderna consciência do tempo em geral:

“Talvez dissolva-se aquele amálgama dos pensamentos histórico e utópico. (...) Talvez a consciência da história se descarregue de suas energias utópicas: assim como no final do século XVIII, com a temporalização das utopias, as

expectativas no paraíso migraram para a vida terrena; hoje, duzentos anos depois, as expectativas utópicas perderiam seu caráter secular e readotariam uma forma religiosa” (Habermas, 1987, p.105).

Essa tese compartilhada por inúmeros autores contemporâneos é infundada, já que, como já foi dito, esgotou-se apenas uma determinada utopia cristalizada no passado em torno de uma sociedade do trabalho. Essa perplexidade contemporânea depois da falência de expectativas frente à sociedade do trabalho, seria a face visível de um dado sentimento coletivo que se manifesta frente à experiência de uma situação limite. Uma cultura que se acredita incapaz de reformular seu futuro, é incapaz até de acreditar que ele exista, e considera bem vindas aquelas teorias que abdicam de categorias positivas, pois sustentam sua compreensão da vida social e da vida coletiva de um modo geral, incluindo-se aí todos os seres vivos que compõem a biosfera, em uma eterna negação.

As ações predatórias então, poderiam ser circunscritas à anomia vivida pelo indivíduo que, segundo Franz Brüseke (1995, p.121-122) admite uma experiência limite caracterizada pela ausência mais ou menos completa da “capacidade espontânea de decidir entre o Bem e o Mal, o Certo e o Errado”. A experiência anômica frente à natureza pode ser vista também como não dependente unicamente da sociedade desorganizada, mas de qualquer forma só é possível se não houver normas ou regras sociais que estabeleçam os limites e as possibilidades de relações entre sujeitos diferenciados. Se há normas e regras, a manifestação da ação predatória pode ser compreendida como a ruptura do acordo social.

Se a intenção aqui é rever algumas premissas que estão na base das relações possíveis entre cultura e natureza. Se o projeto ambientalista hoje pode ser visto como uma possibilidade de alargamento da esfera dos sujeitos portadores de direitos, e essa possibilidade pode ser tratada como uma objetivação possível da tensão entre desencantamento e reencantamento do mundo, cujos atores principais seriam, de um lado a aliança entre especia-

listas e o Estado; e, de outro, os movimento religiosos em aliança com os grupos contra-cultura, seria particularmente arriscado levar às últimas consequências algumas das sugestões apontadas aqui.

O risco que representam é justificar teorias ou condutas políticas que abandonem de antemão a hipótese do próprio Habermas de que o neoconservadorismo ou esse novo anarquismo estejam apenas tentando mais uma vez, em nome de um adeus apressado à modernidade, revoltar-se contra ela, disfarçando sob a capa do novo, uma velha tradição que se opunha ao espírito de uma época, que se autocompreendia como atualidade, como renovação contínua.

O desafio do ambientalismo em seu sentido amplo, como projeto que ultrapassa uma disciplina científica ou qualquer setor social predominante, talvez seja colocar-se como o outro da razão instrumental e do projeto histórico social que a concretiza. Se esse é o sentido dado por eles, há possibilidade de consenso, mesmo que parcial; em contrapartida, seria conveniente não investir em rupturas apressadas, já que é necessário buscar de fato novos significados para essa natureza subjetivada, parceira em teias de relações múltiplas entre sujeitos diferenciados, mas sem abdicar da consciência histórica moderna, qual seja: “A modernidade não pode e não quer continuar a ir colher em outras épocas os critérios para sua orientação, ela tem que criar em si própria as normas pelas quais se rege” (Habermas, 1990, p.18).

Talvez fosse interessante lembrar ainda que o grande tema de autores como Habermas e Marcuse é a dominação, ou melhor dizendo, um tipo de agir que implica dominação, seja ela sobre a sociedade, seja sobre a natureza. Nossos intelectuais contemporâneos por sua vez, impregnados dessas idéias, buscam algum antídoto para a secularização e o fim do agir instrumental frente aos homens e à natureza.

O problema é que, por alguma razão de ser, esquecem que o espírito da revolta - alicerce de um mundo em constante transformação - é uma

invenção das sociedades modernas, a partir da dessacralização do mundo. Ou em outros termos, “a existência do sagrado fixa as ações do indivíduo a certos trilhos e impossibilita assim, a revolta” (Brüseke, 1994, p.120).

É preciso lembrar também, que a emancipação e a autorganização só são possíveis no mundo contemporâneo a partir de centros que surgem nos domínios da prática cotidiana de comunicação, onde é possível desenvolver esferas públicas autônomas, passíveis de serem consolidadas como inter-subjetividades, que ultrapassam o nível individual e são voltadas tanto à organização interna, quanto ao espaço público. Segundo Habermas (1990, p.331-333) a assimetria entre capacidades de auto-reflexão e auto-organização que atribuímos às sociedades modernas em sua globalidade, repete-se no nível dos processos de formação da opinião e da vontade.

Assim, o fato de os movimentos sociais contemporâneos assumirem traços culturais altamente inovadores não é mero acaso. Sua razão de ser é a ameaça a identidades coletivas bem demarcadas. Embora, na maioria das vezes, tais identidades permaneçam vinculadas a particularidades ou especificidades excessivas, ou a condutas predominantemente conflitivas como apontou Hector Leis (1994), estas serão obrigadas cotidianamente a incorporar, em si mesmas, o conteúdo normativo da modernidade, que por sua própria natureza universalista e subjetiva, cria as condições mínimas ao diálogo entre diversidades no âmbito da sociedade e desta com o mundo natural.

Se o Estado nacional democrático inventado pela modernidade era até então a única possibilidade de formação de identidades que fogem a especificidades, aquele capaz de unir o particular ao universal, a alternativa das organizações não governamentais com o mesmo papel, pode ser muito mais eficaz à autorganização e emancipação da sociedade, ambos os movimentos necessários a um reordenamento das relações sociais frente à natureza.

Seria conveniente reforçar, por fim, que o grande risco apontado aqui é fazer do irracionalismo nietzschiano o outro da razão instrumental. Seria impossível deixar de reconhecer a advertência dos filósofos contemporâneos (Giannotti, 1987) acerca da necessidade de uma revisão profunda da própria razão clássica, já que a produção intelectual moderna, de Nietzsche à Escola de Frankfurt, passando por Foucault, foram todos extremamente eficazes em demonstrar a relação íntima entre ela e o poder, em todas as esferas da vida, o que evidentemente explica a profunda crise por que passa atualmente. Mas em contrapartida, esta recusa consensual deve encontrar suas armas no seio de sua própria consciência, único *locus* possível para o autoconhecimento.

Essa visão dicotômica entre racionalismo/irracionalismo, herança da filosofia clássica kantiana não pode mais ser levada em conta. Seria possível ainda hoje acreditar na existência de um fosso profundo e intransponível entre razão, entendimento e sensibilidade? A única resposta possível a essa questão agora é que essa oposição clássica perdeu o sentido; por isso, o programa reformador postulado pelos movimentos de herança da contracultura, de combater a razão a qualquer custo parece mais perigoso do que o seu outro, já que abre mão da premissa básica da mudança dada pelas possibilidades de autoconhecimento.

De qualquer forma, talvez fosse mais criterioso investir na distinção fundamental entre pelo menos dois tipos de racionalização, que é na verdade o ponto de partida do pensamento de Habermas. No nível da ação racional-referente-a-fins, que já forçou o reordenamento institucional e de setores parciais da sociedade, esta ainda pode expandir-se, mesmo que em certa medida. Mas esse desenvolvimento das forças produtivas pode tornar-se um potencial de liberação somente se não substituir a racionalização na esfera político-institucional. Esta deve ser a esfera da ação intersubjetiva mediada simbolicamente pelo entendimento, possível somente através da dimuição dos instrumentos de controle social e político.

Essa distinção fundamental talvez permitisse ao ambientalismo contemporâneo, como o permitiu a Habermas, tomar o paradigma do diálogo como o padrão de medida de uma racionalidade emancipatória. Evidentemente é difícil conseguir essa proeza, através de uma cultura exausta de si mesma. Mas, mesmo assim, seria conveniente aceitar o grande desafio comum de investir na discussão pública sem restrições e isenta de dominações, acerca de normas e princípios que orientem a ação em todos os níveis, em todos os processos políticos de formação de vontade. Esse desafio é comum aos neoromânticos, militantes e paragovernamentais.

O ambientalismo contemporâneo, em seu sentido amplo, tanto no Brasil como nos países ricos, tem procurado construir espaços públicos para organizar a intersubjetividade cotidiana, onde a racionalização é possível e as normas sociais podem encontrar a legitimidade necessária e verdadeira. Essa sim parece ser a única estratégia em que a racionalização apresenta-se como possibilidade emancipatória. O curioso disso tudo é que apenas os neoromânticos tem como reivindicação primordial a expansão da racionalização em direção à vida privada. As vertentes holistas do ambientalismo, construindo-se na alteridade à razão instrumental, despedem-se do público e invadem cotidianamente a vida privada, reordenando hábitos e condutas individuais para alcançar um modo de vida pós-materialista, que por princípio seria sustentável do ponto de vista econômico, ecológico e espiritual.

De qualquer forma, se a preocupação dos neoromânticos é buscar um outro conteúdo normativo para a vida social contemporânea, em uma relação estreita com a biosfera, a partir de uma relação de alteridade frente ao projeto histórico-social da modernidade, seu diálogo com os outros grupos pode ser muito proveitoso, mas a primeira pergunta que estes poderiam colocar-lhe seria se a condição necessária à valorização da natureza estaria nela mesma, através de seu reencantamento? Ou em contrapartida, esta condição estaria no conteúdo normativo da própria sociedade, quando esta

se pensa, através da herança desse tempo, como o lugar de permanência de sujeitos conscientes de seus direitos, estes sim pressupostos do sentimento de revolta? Este não pareceria o caminho mais próximo e adequado para a subjetivação da natureza em curso, nessa modernidade inacabada?

BIBLIOGRAFIA

- ALFORD, R. & FRIEDLAND, R. 1975. "Political participation and public policy". *Annual Review of Sociology*. vol. 1.
- BASQUEIRO, M. & REIS, J. 1987. "Participação e espaço imaginário". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 1, n° 3
- BAYLIS, T. 1978. "The faces of participation: a comparative perspective". *Political Participation in Latin America*. Vol. 1. Holmes & Meyer Publishes Inc.
- BENEVIDES, M.V. 1991. *A cidadania ativa*. São Paulo: Ed. Ática.
- _____. 1994. "Democracia e cidadania" in: VILLAS-BOAS, R. "Participação popular nos governos locais". *Polis*. no. 14. São Paulo: Publicações Polis.
- BRANDÃO, C.R. 1994. *Somos as águas puras*. Campinas: Papirus.
- BRÜSEKE, F. 1994. *A lógica da decadência*. São Paulo. no prelo.
- CARLING, A. 1986. "Rational choice marxism". *New Left Review*. n°. 160.
- CITTADINO, G. 1988. "Movimentos sociais urbanos. Crise da política e democratização". *Ciências Sociais Hoje, 1988*. São Paulo: Vértice.
- DURHAM, E. 1984. "Movimentos sociais: a construção da cidadania". *Novos Estudos*. n° 10, CEBRAP. São Paulo: Ed. Ática.
- FERREIRA, Leila C. 1992. *Estado e Ecologia: novos dilemas e desafios*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/UNICAMP. Campinas.
- FERREIRA, Lúcia C. . 1993. *Os fantasmas do vale: a questão ambiental e a cidadania*. Campinas: Editora da Unicamp.
- FRIEDLAND, E.I. 1974. *Introduction to the concept of rationality in political science*. New York: Geneval.

- GALTUNG, J. 1984. "Los azules y los rojos, los verdes y los pardos: una evolución de movimientos políticos alternativos". *Boletim de Ciências Sociais*. FLP/ UFSC, n.º. 34. Florianópolis.
- GIANNOTTI, J.A. 1987. "O tema da ilustração em três registros". *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, pp.3-15.
- HABERMAS, J. 1980. "Técnica e Ciência enquanto Ideologia". *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- _____. 1987. "A nova intransparência". *Novos Estudos*. CEBRAP. São Paulo, n.º. 18. pp.103-114.
- _____. 1988. *Teoria de la acción comunicativa*. 2 ed. Madrid: Ed. Taurus.
- _____. 1989. *Teoria de la acción comunicativa: complementos e estudios previos*. Madrid: Ed. Catedra.
- _____. 1990. *O discurso filosófico da Modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- HORKHEIMER, M. & ADORNO, T. 1980. "Conceito de Iluminismo". *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural
- JACOBI, P. 1989. *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Cortez.
- KRISCHKE, P.J. 1987. "Movimentos sociais e transição política: Contribuições da democracia de base" in: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P.J. 1987. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense.
- LEIS, H. 1994. *Globalização e Democracia após a Rio-92*. Trabalho apresentado GT Ecologia, Política e Sociedade. in ANPOCS, Caxambu, mimeo.
- MACCORMICK, J. 1992. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- MIRANDA, J.C.R. 1979. *O Plano Trienal, o canto do cisne do nacional-desenvolvimentismo*. Campinas: UNICAMP. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1979.
- MOISÉS, J.A. 1985. *Cidade, povo e poder*. São Paulo: Paz e Terra

- NUNES, E. & JACOBI, P. 1985. "Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia" in: MOISÉS, J.A. *Cidade, povo e poder*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. 1989. "Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos". *Lua Nova*. n.º. 17. São Paulo: CEDEC.
- OFFE, C. 1984. "Critérios de racionalidade e problemas funcionais da ação político-administrativa" in : OFFE, C. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- OPHULS, W. 1977. *Ecology and the politics of scarcity*. San Francisco: Freeman & Company. W.H.
- PAEHLKE, R.C. 1989. *Environmentalism and the future of progressive politics*. New Haven: Yale University Press.
- PIERUCCI, A.F. 1994. "Ciladas da diferença". *Tempo Social*. São Paulo, vol.2, n.º 2, USP.
- PRZEWORSKI, A. 1988. "Marxismo e escolha racional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo. Vol. 3, n.º. 6.
- ROEMER, J.E. 1989. "O marxismo da escolha racional: algumas questões de método e conteúdo". São Paulo: *Lua Nova*. n.º. 19.
- ROUSSEAU, J.J. 1978. *O contrato social*. São Paulo: Ed. Cultrix
- SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P.J. 1987. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. 1987. "O caráter dos novos movimentos sociais" in: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P.J. 1987. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense.
- SERRES, M. 1991. *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- TELLES, V.S. 1987. "Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70" in: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P.J. 1987. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense.

- _____. 1994. "Sociedade civil, direitos e espaço público". São Paulo: Publicações Polis.
- THOMAS, K. 1988. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras.
- VIOLA, E. 1991. "Movimento ambientalista". *Relatório do Brasil na CNUMAD*. Brasília: CIMA.
- _____. 1992. "A dinâmica do ambientalismo e o processo de globalização". São Paulo: *São Paulo em Perspectiva*. vol. 6, nº 1.
- _____. & LEIS, H. 1992. "A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991" in HOGAN, D. (org.) *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Ed. Unicamp.
- ZALUAR, A. 1992. "Exclusão social e violência". *Sociedade civil e educação*. Campinas: Papirus.

ARNE NAESS E OS OITO PONTOS DA ECOLOGIA PROFUNDA

João Luiz Hoefel

RESUMO: Neste artigo procuramos apresentar as idéias básicas da Ecologia Profunda, em especial a abordagem desenvolvida por Arne Naess, bem como elaborar algumas considerações sobre as diferenças que tem sido apontadas por Naess e outros autores entre a Ecologia Profunda e a Superficial.

UNITERMOS: Ecologia Profunda - Ecofilosofia - Sustentabilidade - Valor intrínseco - Antropocentrismo - Problemas Ambientais - Movimento Social.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade apresentar alguns elementos básicos do movimento filosófico conhecido como Ecologia Profunda, elaborado na década de 70, com o objetivo de compreender, articular e propor soluções para a problemática ambiental. Longe de esgotar todas as possibilidades de interpretação, desdobramentos e críticas que a Ecologia Profunda sofreu e tem sofrido, a atenção deste texto concentrou-se na apresentação de seus antecedentes históricos, suas características principais, em especial seus oito pontos básicos, e os aspectos de distinção entre ecologia profunda e superficial. Em função das diferentes interpretações que o termo Ecologia Profunda sofreu nos últimos anos, buscou-se

expressar aqui idéias e opiniões que refletissem o pensamento de Arne Naess (1989) - o criador deste termo, bem como daqueles que têm trabalhado como seus colaboradores próximos.

ARNE NAESS E A ECOLOGIA PROFUNDA

O termo “Ecologia Profunda” foi criado pelo filósofo norueguês Arne Naess em um artigo intitulado “*The shallow and deep, long-range movement. A summary*”, publicado em 1973 no periódico *Inquiry* (Naess, 1989).

O trabalho de Arne Naess no campo da ecofilosofia segue uma longa trajetória na qual ele fez contribuições significativas em áreas específicas da filosofia, tais como semântica, filosofia da ciência e a exposição sistemática das filosofias de Spinoza e Gandhi.

Arne Naess (1989) faz a distinção entre dois grandes movimentos que ele denomina “Ecologia Superficial” e “Ecologia Profunda”, esclarecendo que os termos Superficial e Profunda não dizem respeito a uma escala de valores, mas a um questionamento que nos leva a aprofundar nossa visão sobre as causas da crise ambiental que vivemos hoje.

Wittgenstein apontou para o fato de que o pensamento comum é como nadar na superfície - muito mais fácil do que nadar nas profundezas e para Naess (1989) esta metáfora pode ser aplicada quando se aborda conflitos ecológicos.

Segundo Naess (1990), o termo Ecologia Profunda tem sua origem com a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson (1963). Naess aponta para o fato de que Rachel Carson provocou controvérsias sobre a cooperação entre o departamento de agricultura dos Estados Unidos e a indústria química, ao questionar de uma forma profunda as premissas da sociedade industrial, revelando forças políticas, econômicas e tecnológicas que poderiam levar a uma primavera silenciosa.

O trabalho de Rachel Carson (1963), entre outras contribuições, alertou sobre a ocorrência de desastres ecológicos criados pelo homem, motivou esforços para a criação e implementação de novas políticas e de ações individuais que levassem em conta a problemática ambiental, bem como estimulou a busca de uma nova cosmovisão voltada para a questão do significado à vida, especialmente quando se tem por base uma ética ambientalmente desperta.

Para Naess (1990), foi o aspecto ecofilosófico do trabalho de Carson que motivou o uso do termo Ecologia Profunda, assim como o desenvolvimento de um tipo de filosofia ambiental e o surgimento de um movimento social com o mesmo nome. Salienta também que o termo ecologia profunda engloba sempre dois aspectos: um filosófico e outro como base para um ativismo social, demandando mudanças em todos os aspectos da vida humana.

Em seu trabalho sobre a história da ecologia profunda, Naess (1990) aponta para o fato de que as atitudes e opiniões características deste movimento são encontradas em muitas culturas e que desta forma ele apresenta tanto um aspecto novo enquanto sistematização filosófica quanto um aspecto tradicional, na medida em que reflete a sabedoria e o conhecimento presentes entre uma diversidade de sistemas culturais.

Devall & Sessions (1985), em trabalho semelhante sobre os precursores do movimento em ecologia profunda nos Estados Unidos, colocam a importância dos trabalhos de John Muir, com sua visão de igualdade biocêntrica e sua ativa liderança em questões de políticas públicas afetando áreas silvestres. O movimento do Romantismo do tempo de Goethe até os dias atuais também é apontado como o fornecedor de visões importantes. A história da divisão entre os grupos comprometidos de uma forma profunda, social e politicamente, e os envolvidos no movimento da ecologia superficial está ligada com a história da interação entre o Iluminismo e o Romantismo,

especialmente no que se refere ao aspecto antropocêntrico em relação ao ecocêntrico.

Um outro aspecto ressaltado por Naess (1989) refere-se à função positiva da crise ecológica, que a seu ver é de renovar o interesse geral sobre qual é o papel da humanidade. Por e para que estamos aqui? Para destruir o planeta? Por que devemos fazer isto? Existirão propósitos básicos que tornem necessário ameaçar a riqueza e diversidade de vida? Para ele o movimento chamado superficial não coloca tais questões no centro de suas atenções por crer que os distúrbios ecológicos são poucos, razoavelmente bem conhecidos e capazes de serem eliminados como outros distúrbios já foram, através do conhecimento técnico e de um inteligente gerenciamento de recursos. E, além disto, por não combinar a preocupação ambiental com uma avaliação crítica das tendências dominantes de crescimento econômico, como se isto fosse um bem inquestionável.

Por outro lado, para Naess

“é trabalho do filósofo ir mais profundo nos problemas e situações que a princípio podem parecer simples ou óbvias, expondo suas raízes, de forma a revelar estruturas e conexões que então se tornarão visíveis. É por isto que uma ecologia filosófica é uma ecologia profunda. O termo profundo aplica-se à profundidade com que se observa na busca das raízes dos problemas, negando-se ignorar o trabalho que pode revelar uma inesperada vastidão do problema. Não se deve nunca restringir os limites do problema só para fazer uma solução mais fácil aceitável”. (1989, p.12)

Naess em colaboração com George Sessions (1989) elaborou uma caracterização simples e clara da Ecologia Profunda, que denominou plataforma de princípios básicos do movimento da Ecologia Profunda. Ao publicar tais princípios ressaltou que estes não tinham um sentido absoluto, mas que eram passíveis de mudanças e transformações na medida em que o movimento e as idéias relacionadas com a Ecologia Profunda fossem amadurecendo. É dentro desta perspectiva que, em 1992, os pontos foram reapresentados, em sua última versão, na forma que segue abaixo:

- “1. O florescimento de seres vivos humanos e não humanos tem valor intrínseco. O valor de seres não humanos é independente de sua utilidade para propósitos humanos.
2. A riqueza e a diversidade de formas de vida na Terra, incluindo formas de culturas humanas, têm valor intrínseco.
3. Os seres humanos não têm o direito de reduzir esta riqueza e diversidade, exceto para satisfazer necessidades vitais.
4. O florescimento da vida e culturas humanas é compatível com uma população humana substancialmente menor.
5. A presente interferência humana com o mundo não humano é excessiva e a situação está piorando.
6. Os pontos acima mencionados indicam que mudanças são necessárias na forma dominante com que os humanos até agora têm se comportado em sua relação com a Terra como um todo. Estas mudanças irão, de uma maneira fundamental, afetar estruturas políticas, sociais, tecnológicas, econômicas e ideológicas.
7. A mudança ideológica em países ricos será principalmente a de aumentar o apreço por qualidade de vida, do que a busca de um alto padrão material, desta forma preparando um estado global para um desenvolvimento ecologicamente sustentável.
8. Aqueles que subscrevem os pontos mencionados têm uma obrigação direta ou indireta de tentar implementar as mudanças necessárias por meios não violentos” (Rothenberg, 1993, p.127).

Segundo Naess (1989), esta plataforma é para ser olhada não como um pronunciamento dogmático, mas como um ponto de partida para focar nosso pensamento em uma filosofia ambiental que estimule a elaboração de questões básicas sobre o lugar de nossa espécie na natureza, na esperança de que tais reflexões levem a soluções para a crise ambiental que vivemos hoje.

Na mesma obra, ele estabelece uma distinção entre a filosofia e o movimento da Ecologia Profunda. Um movimento pode ser inspirado por slogans e tocar milhões de pessoas enquanto uma filosofia é algo diferente, pois é um caminho de questionamento, um método que coloca os pensadores em suas próprias e diversas rotas. Talvez subindo a mesma montanha, mas escolhendo o caminho mais apropriado para cada indivíduo escalar.

Historicamente, a expressão Ecologia Profunda tem se tornado uma frase atrativa para muitas pessoas que tendem a utilizá-la sem observar qual o seu significado original. Existem aqueles que a utilizam para se autodenominar verdadeiros e sérios ambientalistas, e há outros que a utilizam como um substituto para o termo radical, levando seus oponentes a criticá-los por irem muito além no que diz respeito a problemas reais e soluções possíveis. Pelo fato de a expressão ter sido muitas vezes distorcida e utilizada em tantas direções distintas da proposta inicial, é necessário esclarecer alguns pontos. A Ecologia Profunda não deveria ser usada como um sinônimo de extremismo, mas como uma base para a determinação de que mudanças são importantes para a realização da meta de um mundo sustentável. Ela não deveria ser um jargão, mas um instrumento que gradualmente poderá levar a um caminho viável.

A Ecologia Profunda, segundo Naess (1989), é uma tentativa em processo e não uma solução acabada. Ela sugere que qualquer ser vivo ou aspecto do mundo vivo não deveria ser utilizado como um meio em direção a um fim, pois a vida tem valor intrínseco e isto deveria estar presente em todas as ações e atividades humanas. Isto não implica que a natureza é algo para ser mantida intocada, mas que deveria ser modificada somente a partir do momento em que a consciência de seu valor fundamentasse qualquer intervenção.

A atitude de reexaminar os limites do mundo natural e do mundo humano tem considerável conseqüências para práticas e teorias éticas e políticas. A contribuição filosófica deve caminhar com o desenvolvimento científico e assim é proposto o termo Ecosofia - ecologia misturada com filosofia, ou seja sabedoria relacionada com ação. Apoiados na Ecosofia, políticos ou tomadores de decisão não pressionarão só por mais ciência mas farão isto na mesma intensidade em que pressionarão por sabedoria. Não importa quanto mais obtivermos da ciência, pois a ignorância aumentará se não soubermos as conseqüências do que faremos através da ciência.

Desta forma, Naess (1989) afirma:

Os oito princípios, de acordo com Naess (1989.a), não deveriam impedir a existência de diferenças em visões científicas, metafísicas e religiosas, mas estas deveriam ter sempre uma base ecológica ecocêntrica e não antropocêntrica. Esta abordagem tem levado alguns críticos a pensar que existe um ponto de vista extremado que tende a por a natureza antes das pessoas.

De acordo com Naess (1986), somente mudanças profundas e significativas na estrutura da sociedade humana serão eficientes para alterar o atual estado de deterioração ambiental, embora a argumentação da ecologia superficial diga que não é necessário ir tão profundo nesta direção. Existe um lado da Ecologia Profunda que implica numa renovação da forma pela qual vemos o mundo, desenvolvendo uma forma de percepção sistêmica que restabelece as interconexões presentes na rede da vida das quais nós somos sempre uma parte.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS OITO PONTOS BÁSICOS DA ECOLOGIA PROFUNDA

Nos últimos anos diversos autores (Devall & Sessions, 1985; Devall, 1993; Fox, 1990; McLaughlin, 1993; Naess, 1989; Sessions, 1994) têm procurado esclarecer e desenvolver as idéias contidas nos oito pontos básicos expostos anteriormente. Nos tópicos a seguir procuraremos apresentar estas contribuições de forma a trazer subsídios para maior compreensão dos elementos básicos da Ecologia Profunda.

Ponto 1

O florescimento dos seres vivos humanos e não humanos tem valor intrínseco. O valor dos seres não humanos é independente de sua utilidade para propósitos humanos.

Segundo Devall & Sessions (1985), valor intrínseco, da forma como é empregado neste ponto, significa que o valor de um objeto natural não é dependente de um observador humano, nem de um valor monetário que lhe

possa ser atribuído. Esta afirmativa refere-se a uma conceituação mais ampla de vida e de seres vivos, conforme expressa pela Ecologia Profunda, e não somente da forma como é definida pelos biólogos. Os termos vida e seres vivos referem-se também a elementos que são normalmente classificados como não vivos tais como rios, paisagens, montanhas, ecossistemas e a Terra como um todo.

Para McLaughlin (1993), esta afirmativa é essencialmente a negação de uma visão antropocêntrica e uma afirmação de que tanto a vida humana quanto a não humana devem ter condições favoráveis para o seu desenvolvimento. Aponta também para o fato de que a busca por alguma espécie de valor na natureza não humana, seja ele inerente, intrínseco ou alguma outra forma de valor não antropocêntrico, parece necessária pelo fato de não termos elaborado totalmente uma ética ambiental adequada. E para Naess (1989) a própria noção de uma ética ambiental deveria desaparecer no momento que os seres humanos se percebessem como uma parte integrante da natureza. Da mesma forma como respirar é um ato automático em seres vivos, a incorporação de uma consciência sistêmica automaticamente deveria levar a uma atitude não antropocêntrica com relação a natureza.

Ponto 2

A riqueza e diversidade de formas de vida na Terra, incluindo formas de culturas humanas, têm valor intrínseco.

Segundo Devall (1993), esta afirmação tem como objetivo ressaltar a importância da complexidade e da diversidade biológica, pois na teoria ecológica todas as espécies têm uma função a desempenhar e desta forma possuem valor em si mesmas. As espécies ditas inferiores não são consideradas apenas como suportes para formas superiores de vida, e o ecocentrismo rejeita a posição de que algumas formas de vida, tais como a humana, têm um valor inerente e superior à outras formas de vida. Devall (1993) aponta também para o fato de que complexidade não é sinônimo de complicação e que a civilização contemporânea exibe muita complicação mas

não é mais complexa do que a realidade multifacetada manifestada por tribos primitivas.

Naess (1989) argumenta que as chamadas espécies vegetais e animais denominadas simples, inferiores ou primitivas contribuem de maneira fundamental para a riqueza e diversidade da vida, tendo valor em si mesmas e não sendo simples etapas em direção as chamadas formas superiores de vida. Esta afirmativa pressupõe que a vida enquanto um processo evolutivo implica em um aumento na riqueza e diversidade de espécies e, segundo o autor, de um ponto de vista ecológico, complexidade e simbiose são condições para máxima diversidade.

Para McLaughlin (1993) esta afirmativa é uma oposição à imagem de evolução que culmina em formas superiores de vida. Envolve uma revisão em nossas idéias e conceitos sobre o desenvolvimento da vida e uma mudança na forma de compreender evolução como um “progresso de formas inferiores” para “formas superiores de vida”, para uma compreensão que a vê como uma expressão de múltiplas e diversas formas de vida. Ao invés de observar a natureza como uma hierarquia de seres de baixo para cima, ou seja do inferior para o superior, a idéia de diversidade acolhe diferenças e rejeita qualquer padrão único de excelência.

A Ecologia Profunda enfatiza o valor da diversidade tanto a nível de atividades humanas quanto no resto da natureza. A diversidade é valorizada no que diz respeito à diferenças em termos de abordagens culturais bem como em relação a esforços para proteger a diversidade de culturas humanas.

Ponto 3

Os seres humanos não têm direito de reduzir a riqueza e diversidade exceto para satisfazer necessidades vitais.

Segundo McLaughlin (1993), a questão central aqui colocada é a distinção entre necessidades vitais e necessidades criadas pela sociedade de consumo. Para o autor não é possível estabelecer limites precisos com rela-

ção a esta questão, em função de diferenças culturais que irão determinar formas distintas de se satisfazer necessidades vitais.

Naess (1989) coloca que este ponto talvez seja um pouco radical mas nos estimula a analisar de uma forma profunda nossos conceitos sobre necessidades e o quanto de realidade eles contêm, em especial em sociedades industriais ricas.

O termo necessidades vitais, para Naess (1989) e Devall & Sessions (1985), é deixado deliberadamente vago para permitir uma amplitude de julgamentos. Devall (1993) apresenta como necessidades vitais as biológicas, sociais e espirituais e sugere que elas são satisfeitas dentro de contextos ambientais, técnicos e culturais com as mais distintas características. Para este autor existem diversas maneiras de se suprir cada necessidade vital mas deve-se ter em mente a possibilidade disto ser feito da forma menos destrutiva do ponto de vista ambiental.

Ponto 4

O florescimento da vida e culturas humanas é compatível com um decréscimo substancial na população humana. O florescimento da vida não humana requer tal decréscimo.

Segundo McLaughlin (1993), uma vez que se perceba ou se valorize outras formas de vida, torna-se claro que a dimensão da população humana é excessiva. A questão populacional, analisada de um ponto de vista global, não é uma problemática apenas de países pobres, mas um elemento a ser considerado em termos de sustentabilidade geral. Para Naess (1989) o desenvolvimento de uma sociedade ecologicamente sustentável, na qual os seres humanos realizem suas metas últimas, requer uma diminuição do crescimento da população humana.

A questão populacional é vista como um problema complexo que não se apresenta da mesma forma em países ricos e em países pobres, onde o grau e os tipos de impacto são diferentes. Se nos países ricos temos um nível de consumo extremamente elevado, nos países pobres temos uma grande concentração populacional, ambos com profundos efeitos sobre a

sobrevivência e manutenção de ecossistemas. A análise desta questão é extremamente complexa e necessita ser realizada com mais profundidade do que será possível nos limites deste trabalho, mas vale ressaltar que, conforme exposto por McLaughlin (1993), existem evidências suficientes a indicar que a melhor forma de se moderar e reverter o crescimento populacional é a busca de soluções que promovam um padrão de vida aceitável para todos.

Talvez existam inúmeras razões psicológicas profundas que tornam muitas vezes bastante incômoda, para diversas pessoas, a proposta e a possibilidade de controle populacional. Talvez nossa abordagem cultural extremamente antropocêntrica não permita, muitas vezes, um olhar mais objetivo ou menos apaixonado sobre a questão.

Ponto 5

A presente interferência humana sobre o mundo não humano é excessiva e a situação está piorando rapidamente.

Segundo Devall & Sessions (1985) o que está aqui colocado não é uma questão de interferência humana versus natureza intocada, mas muito mais o grau e extensão das modificações, e hoje parece provável que a combinação de vários efeitos como a deposição de substâncias ácidas, a redução da camada de ozônio, o aumento no ritmo de extinção de espécies, os processos de desertificação, deflorestamentos e poluição por resíduos tóxicos esteja mudando padrões climáticos mundiais e causando mudanças irreversíveis em grandes áreas da Terra.

Existem para McLaughlin (1993) pelo menos duas formas de interferência que necessitam ser abordadas. Uma é a destruição de áreas silvestres, como as florestas de zonas temperadas e as florestas tropicais, que é um fato irreparável a médio prazo e que impede a continuidade da história biológica. A outra forma de interferência a considerar é a determinada por formas particulares de tecnologia, já que muitas formas de interação com a natureza destróem seus ciclos muito mais do que o necessário, como por exemplo as práticas agrícolas modernas.

Na visão de McLaughlin

“observar diferenças de intensidade de interferência entre várias formas de tecnologia também aponta para uma importante dimensão da problemática populacional. Embora o maior crescimento populacional esteja projetado para ocorrer em países menos desenvolvidos, as populações de países industriais têm um impacto muito maior por pessoa na biosfera. As populações pobres de países menos desenvolvidos que exploram áreas para obter madeira para cozinhar seus alimentos certamente criam certos problemas como um aumento em desflorestamentos e alagamentos, mas os automóveis dirigidos por pessoas de países industrializados geram grandes quantidades de dióxido de carbono cada ano. Ao pensar sobre tais problemas é essencial lembrar que padrões de vida industrial impactam a biosfera muito mais profundamente do que aqueles dos países pobres”. (1993, p.183)

Devall & Sessions (1985) colocam ainda que a idéia de “não interferência” não implica que os seres humanos não poderiam modificar alguns ecossistemas como o fazem outras espécies. Os seres humanos têm modificado a Terra e provavelmente continuarão a fazê-lo, entretanto a questão é a natureza e a extensão de tal interferência pois, segundo os autores, áreas selvagens ou semi-selvagens são necessárias para permitir o processo evolutivo de espécies animais e vegetais.

Ponto 6

Os pontos acima mencionados indicam que mudanças são necessárias na forma dominante com que os seres humanos até agora têm se comportado em suas relações com a Terra como um todo. As mudanças irão de uma maneira fundamental afetar estruturas políticas, sociais, tecnológicas, econômicas ou ideológicas.

Segundo Naess (1989), várias mudanças políticas são necessárias pois a noção de crescimento econômico que temos hoje, e a forma como ela é implementada em sociedades industriais, é incompatível com os pontos (1) e (5). Devall & Sessions (1985) apontam para a existência de uma grande distancia entre formas sustentáveis ideais de crescimento econômico e as atuais políticas de países industriais.

A amplitude das mudanças necessárias é grande, mas um trabalho significativo para criar modelos adequados está sendo feito, na opinião de McLaughlin (1993). Para este autor, embora o conceito de sustentabilidade ainda seja um pouco obscuro, ele começa a apontar uma forma de como as nossas economias deveriam ser reestruturadas, mesmo entre aqueles que ainda se mantêm dentro de uma perspectiva antropocêntrica. E o fato de perspectivas econômicas, tecnológicas e ideológicas estarem interconectadas torna o problema amplo, mas pode determinar que uma mudança real em uma destas áreas facilite mudanças em outras.

Ponto 7

A mudança ideológica em países ricos será principalmente a de um aumento no reconhecimento de qualidade de vida muito mais do que um alto padrão de vida material, desta forma, preparando um estado global para um desenvolvimento ecologicamente sustentável

Segundo Naess (1989), alguns economistas criticam o termo qualidade de vida pelo fato de ele ser muito vago, mas o que é considerado vago é na realidade sua natureza não quantitativa pois não é possível quantificar adequadamente o que é importante para qualidade de vida da forma da maneira como ele está discutindo o assunto e conclui que não há necessidade para isto.

McLaughlin (1993) salienta que este ponto é extremamente importante para aqueles envolvidos em um profundo consumismo e que o apreço à qualidade de vida ao invés de quantidade de coisas leva a um aumento da felicidade e não a um decréscimo. Para ele, o termo sustentabilidade de uma forma geral ainda significa sustentabilidade em relação a seres humanos e esta abordagem parece não considerar que os ecossistemas e as inter-relações ecológicas incluem os humanos e não existe na realidade uma relação humanos aqui e não humanos lá. Esta perspectiva pode funcionar no curto prazo, mas quando se leva em consideração o longo prazo este elemento não funciona pois a manutenção e o desenvolvimento da vida como

um todo exige uma visão ampla e de longo prazo que leve em conta o aspecto abrangente da questão ambiental. Julgar sempre possível uma solução tecnológica para eventuais problemas é não levar em consideração que na realidade nós desconhecemos o real funcionamento dos ecossistemas e que mesmo soluções aparentemente ideais para o presente podem em um longo prazo ser nocivas para o meio ambiente. Sustentabilidade para ser verdadeira exige um raciocínio inclusivo, amplo e de longo prazo, e este conceito não existe se a perspectiva é antropocêntrica. Para McLaughlin (1993), prudência, cautela e humildade deveriam estar sempre presentes nas relações dos seres humanos com o mundo interno e externo.

Ponto 8

Aqueles que subscrevem os pontos mencionados acima têm uma obrigação direta ou indireta de tentar implementar as mudanças necessárias através de meios não violentos.

Na visão de Naess (1989) há espaço suficiente para diferentes opiniões sobre prioridades e em função da valorização da diversidade elas devem ser respeitadas. Devall & Sessions (1985) colocam que tais divergências são saudáveis para o movimento e discussões dentro de um espírito de respeito mútuo podem acrescentar novas dimensões e revelar abordagens criativas à crise ambiental. Para eles, diversas questões necessitam respostas, tais como: O que deve ser feito primeiro? E depois? O que é mais urgente? O que é necessário em oposição ao que é altamente desejável mas não absolutamente urgente?

Segundo Naess (1989), os pontos acima podem ser úteis para muitos que apoiam o movimento em ecologia profunda; outros irão certamente achar que eles são imperfeitos ou mesmo errôneos, mas se necessitarem formular em poucas palavras o que é básico na ecologia profunda proporão uma série de sentenças alternativas e sugere que deve haver um grau de diversidade no que é considerado básico e comum.

Naess (1989), argumenta que o que ele está elaborando não é uma filosofia em sentido acadêmico, nem um movimento institucionalizado

como uma religião ou ideologia. Segundo ele, várias pessoas se reúnem em campanhas e ações diretas, formam um círculo de amigos que apóiam o mesmo tipo de estilo de vida, o qual os outros denominam “simples” mas que elas acham rico e variado. Por estas razões ele prefere o termo movimento muito mais que filosofia.

ECOLOGIA PROFUNDA E ECOLOGIA SUPERFICIAL: ALGUMAS DISTINÇÕES BÁSICAS

Arne Naess e outros autores que têm contribuído para a estruturação e definição da ecologia profunda têm procurado também delimitar e determinar as diferenças entre a ecologia profunda e a superficial. Segundo Naess (1989), uma série de abordagens ou perspectivas torna possível fazer a distinção entre os dois movimentos. A análise de algumas questões presentes no debate ambiental tais como poluição, recursos naturais, população, diversidade cultural e tecnologia apropriada, abordagens éticas com relação ao meio ambiente, educação e empreendimentos científicos, serão consideradas na tentativa de se clarear os contrastes. As diferenças apontadas a seguir são em sua maioria extraídas de trabalhos do próprio Naess.

1. Poluição

Na abordagem superficial procura-se, por exemplo, através da tecnologia purificar o ar e a água e reduzir a poluição; as leis elaboradas limitam poluições permissíveis e as indústrias poluidoras são de preferência exportadas para países em desenvolvimento.

Na abordagem profunda a poluição é avaliada a partir de um ponto de vista biosférico, não centrada em seus efeitos à saúde humana mas à vida como um todo, incluindo as condições de vida de cada espécie e ecossistema.

A reação superficial à chuva ácida é retardar ações concretas enquanto são desenvolvidas mais pesquisas na busca de espécies de árvores tolerantes à acidez, maiores conhecimentos sobre seus efeitos etc., enquanto na visão profunda, a abordagem se concentra no que está ocorrendo no ecossistema total e exige como alta prioridade uma ação contra os sistemas econômicos e tecnológicos responsáveis pela sua formação. Em vez de concentrar a ação em soluções apenas técnicas questiona-se a situação como um todo, procurando verificar a causa fundamental do problema. A prioridade é lutar contra as causas profundas da poluição e não meramente contra efeitos superficiais de curto alcance. A exportação da poluição é vista não somente como um crime contra a humanidade, mas também contra a vida.

2. Recursos

Na abordagem superficial a ênfase é sobre recursos para humanos. Nesta visão os recursos da terra pertencem àqueles que têm tecnologia para explorá-los, ou seja às sociedades ricas. Existe confiança que os recursos não serão esgotados, pois na medida em que eles se tornarem raros o alto preço de mercado irá conservá-los e substitutos serão encontrados através de progresso tecnológico. Além disto, animais, vegetais e objetos naturais são valiosos somente como recursos para seres humanos, se nenhum valor humano é conhecido, eles podem ser destruídos com indiferença.

Na abordagem profunda a preocupação é com recursos e habitat para todas as formas de vida. Nenhum objeto natural é concebido somente como um recurso e isto conduz a uma avaliação crítica dos modelos humanos de produção e consumo. Desta forma, questiona-se em que medida um aumento de produção e consumo favorece valores básicos para a vida humana; em que medida isto satisfaz necessidades vitais local e globalmente; de que forma instituições econômicas e educacionais podem ser modificadas para neutralizar aumentos de produção e consumo

destrutivos, e como o uso de recursos pode servir à qualidade de vida e não a um padrão econômico como o geralmente promovido pelo consumismo. Há uma ênfase em uma abordagem ecossistêmica muito mais do que a consideração de formas de vida isoladas ou situações locais.

3. População

Na abordagem superficial o risco de uma superpopulação humana é visto principalmente como um problema em países em desenvolvimento e a questão da população ótima de seres humanos é discutida sem referência à questão da população ótima de outras formas de vida. A destruição de habitats naturais causada por um aumento da população humana é aceita como um mal inevitável e decréscimos drásticos nas formas de vida silvestres são geralmente aceitos, desde que as espécies não sejam levadas à extinção. Um controle a longo prazo da população humana não é visto como meta desejável.

Na abordagem profunda considera-se que existe uma pressão significativa nas condições de vida do planeta devido a um aumento da população humana. Em função da pressão global que as sociedades industriais exercem em termos ambientais, uma redução na população destas sociedades deveria ser de alta prioridade da mesma forma como em países em desenvolvimento. Esta redução possibilitaria, em função de um aumento de habitats, um crescimento na população de milhares de espécies que agora se encontram reduzidas por pressões humanas.

4. Diversidade cultural e tecnologia apropriada.

Na abordagem superficial o tipo de industrialização existente no ocidente é tomada como meta para países em desenvolvimento. A adoção universal de tecnologias de países desenvolvidos é compatível com moderada diversidade cultural e a conservação dos bons (do ponto de vista oci-

dental) elementos das sociedades pré-industriais. Existe uma baixa estima com relação a profundas diferenças culturais que desviam significativamente dos padrões ocidentais.

Na abordagem profunda a diversidade cultural é semelhante no nível humano à riqueza e diversidade de formas de vidas biológicas. Deveria ser dada alta prioridade à educação em antropologia cultural em sociedades industriais, bem como limitar o impacto de tecnologias ocidentais sobre países não industrializados. Programas políticos e econômicos deveriam favorecer subculturas dentro de sociedades industrializadas. Tecnologias locais brandas deveriam permitir uma avaliação básica de qualquer inovação técnica, criticando livremente as chamadas tecnologias avançadas e conceitos de progresso.

5. Abordagens éticas com relação ao meio ambiente

Na abordagem superficial, paisagens, ecossistemas, rios e outros conjuntos naturais são divididos em fragmentos, desprezando-se unidades maiores e seus processos, que são observados como propriedade e recursos de indivíduos, organizações ou estados. A conservação é analisada em termos de análises de custo/benefício, onde custos sociais e custos ecológicos de longo termo não são incluídos. O gerenciamento da vida silvestre conserva a natureza para futuras gerações de humanos e problemas como a erosão do solo ou a perda da qualidade da água subterrânea são observados como uma perda para humanos, mas uma forte crença em um futuro progresso tecnológico torna mudanças profundas desnecessárias.

Na abordagem profunda a Terra não é considerada como pertencente aos seres humanos, os quais habitam suas áreas e deveriam usar os recursos para satisfazer suas necessidades vitais. A destruição que ocorre no mundo natural não será solucionada por mudanças tecnológicas.

6. Educação e empreendimentos científicos

Na abordagem superficial a reversão dos processos de degradação ambiental e de esgotamento de recursos impõe a capacitação e formação de especialistas que possam orientar em como combinar crescimento econômico com manutenção de um meio ambiente sadio. Considera-se provável a necessidade de intensa interferência tecnológica quando o crescimento econômico global tornar uma degradação adicional inevitável. Os empreendimentos científicos devem dar prioridade às ciências duras, o que determina a necessidade de padrões educacionais com intensa competição.

Para a abordagem profunda a educação deveria concentrar-se em um aumento na sensibilidade para bens duráveis ou em bens de consumo, quando estes fossem suficientes para todos e desde que programas ecológicos sadios fossem adotados. A educação desta forma iria neutralizar a excessivo consumismo. Deveria haver uma mudança de ênfase de ciências duras para ciências brandas, enfatizando-se culturas globais e locais. A ecologia profunda questiona insistentemente e continuamente não assumindo nada como garantido.

COMENTÁRIOS

Dentre os elementos centrais colocados pela Ecologia Profunda está a superação da visão antropocêntrica que tem moldado nossa cultura, e assim conceitos como auto-realização, valor intrínseco e identificação têm sido analisados por Naess (1989) dentro desta perspectiva.

Auto-realização está relacionada com a percepção e incorporação pela consciência humana do princípio ecológico de interconexão, com o fato de todas as individualidades estarem interligadas, formando um todo maior e extremamente complexo. Auto-realização não é visto, na Ecologia Profunda, como um estágio a ser atingido, mas um estado de ser em contínua expansão que vai incluindo outras pessoas, espécies e a própria nature-

za, de forma que todos passem a fazer parte do interesse humano. Este estado conduz aos outros dois conceitos, de identificação, no sentido de se considerar as necessidades vitais de outros seres e ecossistemas com o mesmo grau em que se considera as humanas, e de valor intrínseco, que surge com a idéia de igualdade biocêntrica.

O significado atribuído por Naess (1989) a estes conceitos encontra paralelo em outros sistemas filosóficos, como por exemplo, em certas tradições Budistas onde a idéia de auto-realização, de alcançar o Nirvana, é vista como um processo, um modo de vida, uma vez que este estado não é alcançado individualmente mas todos os seres humanos e não humanos o farão ao mesmo tempo (Batchelor, 1992).

A implementação destas idéias, como incorporá-las no cotidiano, não é explicitado pela Ecologia Profunda e, segundo Naess (1989), isto é proposital de forma que diferentes pessoas e culturas em diferentes situações busquem caminhos diversos, o que tem determinado diversas críticas, entre as quais de ser um movimento utópico, não criativo, que apresenta críticas a estrutura sócio-econômica ambiental atual mas não aponta caminhos práticos possíveis (Colby, 1991).

Para McLaughlin (1993), independente de apresentar aspectos que necessitem maiores esclarecimentos e das críticas que tem recebido, a Ecologia Profunda tem contribuído significativamente no debate sobre o papel da visão antropocêntrica na problemática ambiental e na compreensão das relações dos seres humanos com a natureza e com eles mesmos.

Esta opinião também poderia ser atribuída a Krishnamurti em seu comentário:

"...como não amamos a terra e as coisas da terra mas simplesmente as utilizamos... perdemos o contato com a vida... Perdemos o sentimento de ternura, a sensibilidade, e a noção de beleza; e será somente na renovação desta sensibilidade que iremos recuperar a compreensão do que é um verdadeiro relacionamento". (1992, p.01)

ABSTRACT: This article presents the basic ideas from the Deep Ecology Movement, mainly the approach developed by Arne Naess and discuss the distinctions pointed by Naess and others authors between Deep and Shallow Ecology.

KEYWORDS: Deep Ecology, Ecophilosophy, Sustainability, Intrinsic Value, Anthropocentrism, Environmental Problems, Social Movement.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BATCHELOR, M. & BROWN, K. *Buddhism and ecology*. London, Cassel, 1992.
- DEVALL, B. *Living richly in an age of limits*. Layton, Gibbs Smith, 1993.
- DEVALL, B. & SESSIONS, G. *Deep ecology*. Layton, Gibbs Smith, 1985.
- FOX, W. *Toward a transpersonal ecology*. London, Shambhala, 1990.
- KRISHNAMURTI, J. *On nature and the environment*. London, Victor Gollancz, 1992.
- McLAUGHLIN, A. *Regarding nature - Industrialism and deep ecology*. New York SUNY Press, 1993.
- NAESS, A. *The deep ecological movement: some philosophical aspects*. 1986. mimeo.
- _____. *Ecology, community and lifestyle*. New York, Cambridge University Press, 1989.
- _____. *A note on the prehistory and history of the deep ecology movement*. 1989a. mimeo.
- ROTHENBERG, D. *Is it painful to think? Conversations with Arne Naess*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1993.
- SESSIONS, G. *Deep ecology for the 21st Century*. Boston, Shambhala, 1994.

DOS MODOS DE CONHECER E CONQUISTAR O ITATIAIA: A INVENÇÃO DA NATUREZA E DA PROTEÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL¹

Célia Maria de Toledo Serrano

RESUMO: Através da reconstituição da história da “descoberta” do maciço do Itatiaia e do processo de sua transformação no primeiro parque nacional do Brasil (1937), este artigo discute os conceitos de natureza, paisagem, lugares naturais, parque nacional e de proteção ambiental e suas transformações.

UNITERMOS: Parque Nacional do Itatiaia; proteção ambiental – Brasil – história; natureza – representação.

Natureza, paisagem, lugares naturais, parques nacionais, proteção ambiental: estes são alguns dos elementos por entre os quais derivam as reflexões presentes neste artigo. Elas tocam na invenção da figura do parque nacional – com Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872 – cuja criação representa um marco da proteção ambiental em nível mundial; nas representações de natureza na cultura ocidental e suas mutações no período

¹Este artigo sintetiza a pesquisa realizada na dissertação de mestrado intitulada *A invenção do Itatiaia*, defendida junto ao Departamento de Sociologia da Unicamp, em outubro de 1993; financiada pela Capes e parcialmente pela Fapesp.

moderno; na história do Itatiaia² e de sua instituição enquanto lugar exemplar da natureza; e deste como primeiro parque nacional brasileiro, decretado em 1937. Neste contexto insere-se ainda o problema do surgimento da idéia de proteção da natureza no Brasil, considerando as ambigüidades, contradições e conflitos nas imagens e práticas em relação ao mundo natural no país.

Simplificando o intenso debate travado principalmente no campo da antropologia a respeito da separação entre natureza e cultura, podemos dizer que a natureza é uma invenção humana (Leach, 1985). Em meio aos múltiplos e complexos processos de invenção e transformação da idéia de natureza e tratando apenas da chamada “cultura ocidental”, podemos também afirmar, a partir das análises de Alain Roger (1991) e Michel Conan (1991), a preeminência da paisagem enquanto representante da idéia de natureza. Nesse sentido, as “viagens de ilustração” populares nos meios eruditos desde meados do séc. XVII consolidam a assimilação da natureza à paisagem, e principalmente à paisagem pitoresca (ver ainda Luginbühl, 1991). Contudo, em meio a essa prática emergente, nas palavras de Alain Corbin (1989, p.149-150), “o que é novo não é a contemplação no seio da natureza, mas as modalidades da leitura da paisagem”, “o desejo de usufruir de um panorama”.

Apesar dessa transformação, é possível afirmar ainda que a idéia positiva de um lugar natural, ou naturalizado, não acontece como fenômeno da relação homem-natureza apenas na Idade Moderna, quando manifestam-se representações e comportamentos em relação ao mundo natural

² Maciço rochoso localizado nas divisas dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, caracterizado por terrenos de origem eruptiva e apresentando características de cobertura vegetal típica de floresta atlântica e campos de altitude, áreas de formação rochosa peculiar a partir da cota dos 1900 metros, além de espécies da flora alpina e animais e flora endêmicos. Em sua parte mais elevada, identificada como “planalto”, localizam-se as Agulhas Negras, 6º pico em altitude do Brasil, com 2787,4 metros, e outras formações relevantes em altitude e beleza cênica. A atual sede do Parque Nacional localiza-se na parte baixa do maciço, próxima à via Dutra, no município de Itatiaia.

reconhecidos hoje como não instrumentais ou não antropocêntricos (ver Thomas, 1988). Basta relembrar os bosques sagrados e os inúmeros tipos de jardins cultivados desde a Antiguidade. Embora em alguns casos seu sentido fosse somente utilitário, a preocupação estética ou religiosa e o prazer de sua contemplação estavam em geral presentes (Ramade, 1979; Tuan, 1980; Hautecoeur, 1959).

Porém, na perspectiva de (re)criar ou proteger espaços naturais/naturalizados, tais jardins, como também a tradição de parques francesa e inglesa, ou o movimento norte-americano de parques urbanos de meados do século XIX, não apresentaram a peculiaridade da criação dos parques nacionais. Apenas nestes vai se concretizar a visão de uma natureza atemporalizada, destinada à conservação absoluta. Na expressão de Bernard Kalaora (*apud* Viard, 1990, p.15-26), um “museu verde”.

Conforme Jean Viard (1990), num contexto fragmentário, onde as esferas da produção e do consumo aparecem dissociadas, os parques nacionais são inventados como um espaço próprio para a natureza intocada. Ocorrendo, assim, algo como a definição pelo homem de espaços a serem protegidos dele mesmo. Nesse novo espaço ainda ocorreria uma tentativa de restauração/conservação do passado, voltada para o futuro, cujos vínculos com a busca da dominação do tempo pelo homem (realizada através do estudo e preservação de traços de antigas civilizações) tornariam esse lugar o espaço do tempo absoluto³.

Além de pretender congelar tempo e natureza, a delimitação do parque nacional coloca o problema da escolha dos espaços a serem protegidos. Aí entram mediações e artifícios entrelaçando simbolismo e concretude, sentidos e justificativas, que acabam por transformar espaços (quadros físicos destituídos de significação especial) em lugares. Estes, por

³Contemporaneamente, os sentidos da proteção ambiental ampliam-se, principalmente em razão das possibilidades de catástrofes, de um lado, e de uma afirmação mais veemente dos valores intrínsecos ao mundo natural e de seu direito à existência e permanência, de outro. Ver Viard, 1990.

oposição àqueles, são repositórios de sentidos e valores para uma sociedade ou grupos, cristalizam suas memórias, tornam-se lugares destas⁴.

Lugares são, nessa perspectiva, frutos de construções simbólicas que demonstram o investimento neles, pela sociedade, de valores e sentidos profundos. Resultam de invenções, no sentido de movimentos desenrolados na duração, que revelam memórias e práticas, e projetam representações e sentidos. No caso do Itatiaia e de sua transformação no primeiro parque nacional do brasileiro, essa invenção é um processo que monumentaliza seu espaço, distinguindo-o de outros através de um movimento silencioso de repetição, de um lento amadurecimento, “de um trabalho do imaginário social e da norma para torná-lo próprio ao exercício de uma tecnologia”. (Marié, 1982, “19,⁵ ver ainda Nora, 1984, e Le Goff, 1985). Nesse sentido, o parque nacional “pode ser considerado como o lugar, ou o não lugar, de uma leitura, de uma obra ao mesmo tempo literária e imaginária, mental, visual e sensitiva, como um lugar de produção de sentidos” (Marié, 1982, p.19).

Refletindo sobre a produção de lugares de memória, Pierre Nora escreve:

Os lugares de memória pertencem a dois reinos, o que constitui seu interesse, mas também sua complexidade: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente abertos à experiência mais sensível e, ao mesmo tempo, dependendo da elaboração mais abstrata. Eles são lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, mas simultaneamente, apenas em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, não é lugar de memória se a imaginação não o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar funcional, como um manual de

⁴ Tuan (1983) discute as distinções entre as categorias de lugar e espaço. As relações entre memória e história são debatidas em Nora (1984).

⁵ O autor tece suas considerações em relação aos espaços turísticos em geral, mas pensamos ser possível estendê-las àqueles destinados à proteção ambiental, por sua vez em muitos casos também voltados ao turismo.

aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, não entra na categoria se não for objeto de um ritual. (...) Os três aspectos coexistem sempre. (Nora, 1983, p.XXXIV - XXXV)

A memória coletiva, assim, aloja-se espontaneamente em múltiplos suportes onde busca resguardar-se do apagamento provocado pelas transformações do tempo histórico. No caso do parque nacional-lugar da natureza, poderíamos dizer, parafraseando o mesmo Nora, que “Habitássemos ainda a natureza, não teríamos necessidade de consagrar-lhe lugares.” Isto pois este tipo de lugar surge já no contexto da afirmação da modernidade que rompe com ritmos mais estáveis da vida rural – mais próxima do mundo natural, que encerra os homens em ambientes artificiais. Ou seja, se não há espaço para ela na vida é preciso então (re)criar um lugar para abrigá-la.

Numa outra perspectiva, delimitar espaços para amostras da natureza é também perpetuar uma memória histórica, associada à identidade cultural da nação⁶. No caso de Yellowstone e até mesmo no Itatiaia, esse ponto é decisivo. Embora imbrique-se, é certo, em outros elementos⁷.

No movimento da invenção do Itatiaia, diferentes artifícios e mediações ajudam a elevá-lo à categoria de lugar exemplar da natureza, e por isso mesmo a ser visto como digno de ser protegido. Da toponímia indígena à obsessão classificatória dos cientistas naturais que o exploraram desde meados do século XIX, passando pela disputa na determinação exata da altitude de seu cume mais alto e da sua condição de ponto mais elevado do país; pela instituição de códigos de fruição de caminhos, abrigos e montanhas decorrente de tais visitas de naturalistas; e ainda pela exploração esportiva e turística dos primeiros visitantes leigos, tudo leva à atribuição de

⁶ Sobre a relação entre paisagem natural e sentimento de nação, ver Roncayolo (1984).

⁷ Esta discussão é aprofundada no capítulo “Natureza, paisagem e parque nacional” em Serrano (1993).

sentidos a seu espaço e ao estar nele. O espaço natural da montanha transforma-se então num lugar, ao qual a posterior aplicação de normas e legislação vem apenas formalizar um estatuto.

O ITATIAIA: CONHECIMENTO E CONQUISTA

Ao contrário do Mont Blanc – a montanha mais elevada da Europa, cuja conquista é marco do montanhismo moderno e que foi descoberta e nomeada pouco antes da primeira escalada de seu cume, o Itatiaia começa a ser inventado pela toponímia, num tempo imemorial.

O topônimo sugere a leitura do Itatiaia realizada pelos índios: nela, os aspectos geomorfológicos lhes dão o terreno a conhecer e nomear. A força da imagem das formações rochosas na parte mais alta do maciço vai inclusive expandir o uso do termo para toda a área. E quando a montanha começa a atrair outros olhares que os de seus primeiros inventores, também a forma peculiar será um dos atrativos, ao mesmo tempo em que as interpretações do nome parecem insinuar uma visão paisagística/pitoresca de sua natureza.

O topônimo traduz assim a primeira forma de apropriação do Itatiaia, inventando-o e transformando-o em *lugar*. Para Yi-Fu Tuan (1983, p.151, 179-197), esta é uma categoria passível de múltiplas definições e, numa delas, que permite estabelecer uma relação entre a toponímia e a criação do lugar – especialmente neste caso onde os aspectos visuais são o móvel da nomeação, ele “é qualquer objeto estável que capta nossa atenção.” Através do nome o espaço é dotado de significado, ganhando a definição e a familiaridade inerentes ao lugar. Nas análises do topônimo, os intérpretes insistem na correlação nome-objeto como se esta comportasse uma relação unívoca. Todos defendem suas proposições através da visualidade e, mais ainda, através de uma suposta naturalidade daquela relação. Desta maneira explicam-se as versões mais comuns e aceitas para

Itatiaia: “penhasco de pontas ásperas”, “grande rochedo brilhante”, “crista eriçada” – todas elas “confirmáveis” por um simples “olhar”.

Para além da questão etimológica ou semântica e da disputa pelo estabelecimento da versão mais adequada ao nome, os autores empenhados em decifrar o topônimo deixam transparecer, através de suas “análises do discurso” indígena, um modo de olhar para a montanha onde a relação com o espaço é mediada pelos aspectos sensíveis do meio, pela paisagem. E, mais ainda, por seus sinais exóticos, pitorescos. Vai nesse sentido a insuficiência do vocábulo em si, ou de suas partes, para a tradução: os autores remetem sempre suas opiniões ao confronto com os aspectos visuais do Itatiaia. O peso destes aspectos vai ser um dos fatores determinantes não apenas da construção da identidade do Itatiaia enquanto lugar e lugar exemplar da natureza, mas também de sua condição de digno de ser protegido.

Apesar de sua localização no caminho das minas de ouro, entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, de estar no horizonte visual da cidade de Resende (RJ), e da relativa facilidade de acesso à região depois da chegada até ali da estrada de ferro D. Pedro II, na década de 70 do século XIX, é somente nas primeiras décadas do nosso século que uma freqüentação vai se fazer notar de modo expressivo no Itatiaia. Até esse momento as visitas, ou ao menos seus registros, são esporádicas e partem de principalmente naturalistas ou membros da elite, com uma preocupação marcadamente científica em sua grande maioria.

Em função das atividades agropastoris desenvolvidas na área principalmente nos últimos 40 anos do século XIX, devemos supor ainda alguma circulação local. Os próprios textos de certos visitantes indicam ser os lugares de pouso de suas expedições também locais de permanência eventual de escravos no trato de rebanhos por ali criados livremente. No entanto, o caráter desta circulação difere daquele das visitas tanto de habitantes das redondezas como de naturalistas, amadores ou não, ou

posteriormente de turistas. Estes, à diferença dos trabalhadores, têm por objetivo a mera observação – estética ou científica.

Esse conhecimento tardio das partes mais elevadas do maciço do Itatiaia merece ser analisado no contexto da penetração dos primeiros exploradores do território nacional. Até meados do século XVIII, quando os interesses econômicos voltavam-se basicamente para as áreas de mineração do ouro nas Minas Gerais, os caminhos do litoral para o interior partindo do Rio de Janeiro e de São Paulo eram restritos e a abertura de novas vias controlada pela legislação. Além disso, entre 1733 e 1816 foi proibida a abertura de novos caminhos, devido à necessidade de controle da produção e trânsito do ouro por parte da Coroa portuguesa⁸. Tal interdição limitou o descobrimento de novas regiões.

É certo que já na primeira metade do XVIII um desses caminhos dera origem às vilas de Aiuruoca e Resende, passando provavelmente pelo lugar conhecido hoje como “garganta do Registro” – logo também pelos arredores do planalto do Itatiaia. Mas o possível trânsito por aí não gerou, ao que tudo indica, um estímulo à exploração das partes altas da serra, de difícil acesso e de potencial econômico não determinável a princípio, enquanto outras áreas mais facilmente exploráveis ofereciam-se. O fator geográfico favorecia, por exemplo, a ocupação da bacia do Paraíba, onde Resende se desenvolveu na mesma época do surgimento de Aiuruoca. Ao menos aparentemente, apenas depois da falência do cultivo do café no vale a atividade econômica expandiu-se para as encostas mais elevadas do maciço, com a instalação de fazendas de gado.

Dessa forma, tais áreas elevadas permaneceram por muito tempo como uma obscura região marginal e, em vista dos interesses econômicos imediatistas e da febre do ouro, das dificuldades impostas pela precariedade

⁸ O capítulo “Vida material” de Prado Jr. (1983) analisa bem este ponto, da mesma forma como Prado Jr. (1979) e Lamego (1950). Observações importantes sobre os caminhos antigos podem ser encontradas em Antonil (1923).

das estradas, e do próprio risco de se transitar pela Mantiqueira – famosa na época pela presença de bandoleiros e assaltantes, não suscitaram a curiosidade de exploradores até o século XIX. Por outro lado, não é seguro pensarmos na popularidade de um interesse intrínseco pela paisagem nos primeiros colonizadores da serra, que os levasse a buscas ambulatórias de novos sítios aprazíveis. A afirmação de Franklin Massena (1876) – no primeiro relato sobre a existência do Itatiaia, produzido em 1856 mas publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil apenas 20 anos mais tarde – sobre as visitas dos aiuruocanos ao Itatiaia data da fase do fim do “terror”, comentada por Burton e outros viajantes (meados do século XIX), e de um momento onde as primeiras dificuldades no contato com a natureza agreste já deviam estar superadas, possibilitando uma sensibilidade estética, além de ressoar também como um desejo de instigar a curiosidade de outros pelo lugar e/ou legitimar seu entusiasmo pela região⁹.

Sobre a atração exercida nos homens pelas montanhas, Philippe Joutard afirma que elas sempre estiveram presente no horizonte mental europeu e na maioria das culturas, aparecendo como “um espaço sagrado, interdito ao homem ordinário, residência da divindade boa ou má”. No entanto sua descoberta pela cultura européia coloca dificuldades para uma datação, uma vez que desde o Renascimento já existem signos de interesse por elas. Há as escaladas do Ventoux por Petrarca em 1336 e do Dauphin, por de Ville em 1492, além da conquista do Mont Blanc em 1786, e ainda a presença delas na pintura de Dührer e da Vinci. Nesse contexto, o Romantismo representaria apenas a popularização de tal interesse (ver Joutard, 1986, p.12, 33-35, 41-45 e Tuan, 1980, p.80-85).

Assim, diante da teia formada pela sensibilidade estética, filosófica e conquistadora presente na atração pelas montanhas; por anseios econômicos e de dominação forjados no processo de colonização,

⁹ Sobre distanciamento e observação no conceito de paisagem, o capítulo “Vistas agradáveis” de Williams (1989) é bastante elucidativo.

associados também à curiosidade e interesse científico, torna-se complexo precisar o nascimento de um interesse “puro” pela montanha no Brasil. Muitos dos naturalistas e viajantes em trânsito por aqui empreenderam escaladas: Spix e Martius no Itambé (MG) em 1818, George Gardner na Pedra do Sino (RJ) em 1841, Liaís no Itacolomi (MG) em 1862. A lista pode ser ampliada em muito, mas o caráter delas parece estar diretamente relacionado à pesquisa. Enquanto atitude contemplativa, lúdica ou esportiva, as expedições ao Itatiaia feitas por José Palmella, em 1888, e por Horácio de Carvalho, em 1898, podem ser apontadas como precursoras, embora a inexistência de levantamentos mais abrangentes, envolvendo a exploração de outras regiões, possa comprometer esta afirmação (ver Carvalho, 1900 e Palmella, 1890)¹⁰.

Do ponto de vista da circulação local, o caso do Itatiaia apresenta alguma semelhança com o do Mont Blanc. Se depois de 1744 ele acha-se no horizonte de vilas como Resende e Aiuruoca, isso serviu por muito tempo tão somente para atrair alguns poucos visitantes locais, e certamente apenas depois do extermínio dos indígenas. Da mesma forma, o caráter marginal da região na economia também contribuiu para a demora na exploração mais efetiva da região. Já o desinteresse científico deveu-se ao próprio estado da ciência no Brasil; a pesquisa aí só será realmente desenvolvida depois da chegada de estrada de ferro na década de 1870. Com respeito às representações pictóricas (desenhos, fotografias), é de se notar que o manuscrito de Massena trazia também desenhos, e que a partir da década de 1870, com o aumento da visitação, gravuras passam a ser produzidas, mas convém mencionar que a divulgação mais ampla de imagens do Itatiaia

¹⁰ Sobre o surgimento da atividade montanhística no Brasil, ver Lordeiro (1992), que diferentemente desta pesquisa aponta como marco inicial do montanhismo como esporte aqui a ascensão do pico “Dedo de Deus”, na serra dos Órgãos (RJ), em 1912, por José Teixeira Guimarães e grupo; e também Lima (s/d), que aponta a ascensão do pico Marumby em 1886.

acontece apenas a partir da primeira década do século XX, principalmente com sua publicação em jornais.

UMA QUERELA NAS ALTURAS

A “Descrição do Itatiaia ou Ititiaio” (Massena, 1876), se não instaura, deixa entrever uma polêmica da época acerca da afirmação do ponto culminante do Império, que terá alguns desdobramentos: um debate sobre as altitudes dos vários picos conhecidos e a disputa pela determinação da altitude exata de cada montanha. No caso do Itatiaia, este último ponto estará vinculado à possibilidade ou não da escalada de seu cume mais elevado, remetendo ainda à disputa pela autoria da primeira ascensão. Polêmica que vai contagiar até os visitantes leigos, ou naturalistas amadores, muitos deles levando consigo para a montanha seus próprios instrumentos de medição – como já se tornara rotineiro aos primeiros viajantes ingleses ciosos do pitoresco desde o século XVIII¹¹.

Pelos fins da década de 1860, o reconhecimento do Itatiaia e de sua posição de ponto culminante do Império já se popularizava e era debatido e, para além de uma mera disputa entre parceiros profissionais, a questão envolvendo a determinação da sua altitude exata e de seu estatuto, ou não, de pico mais alto do país desempenha um papel importante na instituição daquela montanha enquanto lugar exemplar e uma certa postura diante da natureza. Nesse sentido, o olhar científico sobre ele e sua condição de palco da constituição deste tipo de saber no e sobre o Brasil terá igualmente um papel de destaque nessa instituição. Ainda, essa polêmica não só se coloca como parte da história do lugar mas vincula-se a uma das formas da relação homem-natureza – não apenas daquela época ou exclusiva daqui, na qual o

¹¹Posteriormente, uma polêmica sobre a origem e constituição dos terrenos também vai se instituir, embora não ultrapasse o âmbito dos especialistas e, ao menos simbolicamente, não mobilize tanto seus atores.

conhecimento do território, o domínio e a conquista contam com a apropriação científica como um de seus instrumentos.

O homem se apropriou do Itatiaia, então, primeiro pelo olhar e pela palavra, gerando o topônimo e depois as descrições – mais ou menos “objetivas” – de sua paisagem em todos ou quase todos os textos sobre ele. Mas não bastava o reconhecimento de sua importância enquanto fenômeno geográfico ou espetáculo da natureza, havia que se demonstrar sua superioridade frente a outros picos. Além disso, como constatou Philippe Joutard (1986, p.186) no caso do Mont Blanc, “sem observações científicas rigorosas a conquista não está concretizada”.

E, se os exploradores que visitaram o Itatiaia nos primeiros tempos de seu conhecimento deixavam transparecer um olhar ambíguo sobre seu espaço, oscilando entre descrições frias e impessoais, presas aos procedimentos técnicos adotados nas observações, típicas dos tratados científicos, e textos poéticos, repletos de metáforas – fato ocorrido por vezes em um mesmo autor, como em Massena (1876) e Homem de Mello (1888), isso não descaracteriza o sentido de conquista do território, domínio da natureza e mesmo de afirmação do Império. Vale lembrar que a maior parte dos estudos sobre o Itatiaia são desenvolvidos após a instalação da Comissão Geológica, em 1875, por iniciativa governamental (ver Dean, 1992 e Stepan, 1976). Da mesma forma, a polêmica sobre a autoria da primeira escalada do cume das Agulhas Negras também aponta para a afirmação da conquista do território, tanto de uma perspectiva política como de dominação da natureza. Apesar dos múltiplos sentidos possíveis para o ato da escalada.

Mas, além dos primeiros olhares classificatórios e poéticos, o Itatiaia sugere outros que mediam a construção de sua identidade e resultam em sugestões de usos diferentes para seu espaço. A visão pitoresca da paisagem, focalizando-o como fenômeno geográfico raro, passa a conviver cada vez mais intensamente com outro olhar, também científico, que cataliza na

virada do século XIX ao XX as atenções: o olhar médico sanitaria, embora sem a mesma ênfase dos primeiros. Mais tarde terá vez a proteção de seu patrimônio natural.

O INÍCIO DA ROTINA TURÍSTICA

A análise dos relatos dos primeiros visitantes do Itatiaia permite-nos perceber que, mesmo antes de sua delimitação como espaço protegido da intervenção humana pelo trabalho, isto é, de sua transformação em parque nacional, é possível falar de sua apropriação enquanto paisagem, lugar de lazer e virtudes curativas, e de estudo científico. É certo que olhares e práticas distintas coexistiram, vistas as diferenças na percepção e nas formas e metáforas através das quais o lugar é representado, do mesmo modo como são perceptíveis distintos sentidos para a escalada e o estar na montanha. Sob o aspecto científico, por exemplo, se a polêmica da altitude ou mesmo os estudos sobre a formação do terreno revelam a tônica do interesse pelo lugar no XIX, no século XX, com a visita de especialistas, a vegetação ganhará destaque por seus aspectos exuberantes e peculiares.

Tais relatos deixam transparecer um olhar paisagístico/romântico, e principalmente os relatos de Palmella e de Horácio de Carvalho, pressagiam uma outra relação com o espaço do Itatiaia. Contudo, é a partir de 1910 que um novo tipo de rotina começa a se estabelecer no maciço, favorecida pela recolonização da área com a chegada dos imigrantes estrangeiros aos núcleos coloniais instalados pelo governo federal na região (onde localizam-se hoje a vila turística de Visconde de Mauá e a própria sede do Parque Nacional), pela maior divulgação de informações sobre a área e pelo surgimento de uma demanda de lazer nos centros urbanos, em especial no Rio de Janeiro e São Paulo.

Da mesma forma como os naturalistas, esses novos visitantes leigos também contaram com um mecanismo de registro de suas aventuras e

impressões: os livros de visitantes existentes nos pontos de descanso e hospedagem da Reserva/Estação/Parque. Por intermédio de tais livros é possível recuperar práticas e imagens da natureza naquele período, e principalmente visões do Itatiaia e sentidos para sua visitação. Com rela o às práticas de natureza na montanha, já antigas na Europa mas incipientes no Brasil da passagem do XIX ao XX,   interessante retomar as considera es de Corbin sobre a inven o da praia:

O modo de apreciar o mar, o olhar dirigido às popula es que freqüentam suas margens, não resultam apenas do tipo, do nível de cultura, da sensibilidade própria do indivíduo. A maneira de estar junto, a convivência entre turistas, os signos de reconhecimento e os procedimentos de distin o condicionam igualmente as modalidades de fruic o do lugar. (...) Convém analisar o modo como essa nova cena social se constitui, impelida pelo desejo de usufruir a beira-mar; o modo como antigas práticas são reorganizadas em fun o desse novo objetivo. (Corbin, 1989, p.266)

Tais idéias são úteis para pensarmos t mbem os modos de estar na montanha e no Itatiaia. Nesse sentido, os relatos de impressões de visitantes são extremamente férteis. Através deles,   possível falar-se em dois mundos do Itatiaia, que não são somente o das impressões da subida ao Planalto – das paisagens diversas das partes alta e baixa, mas t mbem os mundos da natureza e da sociabilidade, das rela es humanas travadas na explora o dos caminhos, na escalada dos cumes e no aconchego dos abrigos.

Por outro lado, se o top nimo   um testemunho indiscutível da primazia do visual no conhecimento do Itatiaia, fato recorrentemente confirmado apesar de uma coexistência gradual com outras percep es, a partir da frequ nta o do lugar por indivíduos menos envolvidos com compromissos profissionais outros sentidos para o estar naquela montanha e para o contato com a natureza vão se delinear – ainda que não se

constituam enquanto originais se tomados da perspectiva das sensibilidades do homem em relação à natureza de modo atemporal ou a-espacial.

Oposição ao mundo dos homens e à vida da cidade, a busca de um refúgio seguro: a imagem idealizada da natureza, mesclando várias influências, vai ser um elemento de destaque na construção da identidade do Itatiaia. Especialmente por que a ele não se associa a idéia de espaço de trabalho, pois são raras alusões a este ponto e em tais circunstâncias a presença humana e do trabalho humano dilui-se no olhar armado previamente pelo interesse estético ou científico.

Também o sentimento religioso despertado pelo contato com a natureza e mais especificamente com a montanha perpassa muitos relatos de maneira ainda mais marcante¹². Em alguns casos este sentido do estar na montanha e de sua contemplação assumem até mesmo a forma do culto: há registro nos livros de visitantes como em outras fontes de várias missas e cerimônias evangélicas¹³.

Alguns depoimentos têm uma tônica bastante definida, mas grande parte abriga em si múltiplos sentidos para a visita, mesclando assim visões sublimes, religião, fantasia. Além das questões que ocupavam os homens da ciência, como a altitude da montanha e sua determinação. Há ainda aqueles que buscam referências clássicas para exprimir as sensações experimentadas diante da montanha, e em muitos casos a sensação de deslumbramento e assombro chega às vezes ao limite da impossibilidade de expressão. Porém, apesar de a imensa maioria das pessoas que visitavam o Planalto apresentar impressões de maravilhamento e sentimentos de vitória no domínio da natureza, ou de regozijo e sublimidade pelo aspecto divino da lugar, vezes distoam deste coro, impressionadas pela aspereza da paisagem, pela ausência

¹² Ver Tuan (1980), sobre as relações entre as montanhas e religiosidade.

¹³ Ver Carvalho (1900, p.331-332, 374-375). É significativo lembrar nesta perspectiva, embora não date da época em questão, a instalação de uma cruz no cume das Agulhas Negras.

de sons marcantes e mesmo por uma falta de sentido dos esforços para a chegada ao Planalto.

Mas não só a natureza permite o reconforto da alma ou o êxtase diante dos elementos, o elemento humano é aí apontado de modo recorrente em quase todos os relatos, fornecendo uma pista para reflexões sobre a “suficiência” da natureza – mesmo se espetacular – ou sobre as expectativas do homem em sua relação com ela.

Nos roteiros das primeiras viagens do Grand Tour, as “viagens de ilustração”, este último ponto também era uma constante: o olhar dirigia-se aos locais onde desenrolaram-se eventos históricos. “De um modo geral, escreve Corbin (1989, p.58), a admiração da paisagem implica a evocação do homem”. Na mesma linha, Yi-Fu Tuan (1980, p.110) afirma que “a apreciação da paisagem é mais pessoal e duradoura quando está mesclada com lembranças de incidentes humanos. Também perduram além do efêmero quando se combinam prazer estético com a curiosidade científica.” Assim, a memória da sociabilidade e das referências culturais geradas no espaço do Itatiaia também passa a fazer parte de sua imagem, e integrando-se nela ajuda a instituí-lo como lugar exemplar da natureza.

Um outro tipo de relato, comum especialmente a partir da década de 20, produzido por visitantes de origem suíça ou alemã em sua maioria, deixa transparecer outras visões e práticas nas visitas ao Itatiaia. Neles aparecem principalmente referências à escalada dos vários cumes do maciço, numa reedição ou prosseguimento da antiga polêmica da primeira ascensão. Especialmente neles também podemos perceber que a questão da determinação da altitude extravaza os círculos especializados, perpassando a estadia de leigos, não apenas como tema de conversas noturnas, mas também em suas práticas.

Este tipo de conduta, voltada especialmente para a conquista dos cumes, dentro do universo das práticas do montanhismo (ou do “alpinismo” de onde tais visitantes trazem sua experiência), parece vir

acompanhada de uma forma típica de relato, elaborado à maneira de um diário. Forma que, como esta própria conduta no espaço de Itatiaia, constituir-se-á como um modelo a ser observado por outros visitantes.

A rotina das visitas também cristaliza, como os relatos revelam, a atividade dos guias. Desde as primeiras explorações do Planalto por naturalistas, trabalhadores das fazendas ou moradores de Resende desempenham este tipo de função, embora não haja registros mais detalhados sobre seu trabalho que permitam saber da profissionalização da atividade, como ocorre atualmente. Da mesma forma, a exigência de registros concretos da passagem e escalada da montanha é um elemento marcante: disso testemunham as latas, garrafas, bilhetes, marcas na pedra – artificios empregados ali desde a escalada de Carvalho. Tais códigos são amplamente utilizados para efetivar conquistas e para a obtenção do reconhecimento das mesmas.

DA APROPRIAÇÃO PRAGMÁTICA ÀS PRÁTICAS DA PROTEÇÃO

Se apesar das imagens edênicas e da retórica ufanista sobre as virtudes da natureza do Brasil sua devastação pode ser observada num movimento contínuo, quase uniforme, desde a chegada dos portugueses, o mesmo não pode ser afirmado das manifestações de protesto, propostas protecionistas e medidas concretas nesse sentido.

O ufanismo da natureza que no início da colonização vai expressar-se sob a forma de sentimentos nativistas chega ao século XIX metamorfoseado em nacionalismo, através do Romantismo (Leite, 1969). Em ambos os sentimentos, contudo, um sentido de valorização, de construção da identidade do Brasil comparativamente à Europa (Pádua, 1987; Sússekind, 1990) – num movimento similar ao norte-americano de valorização dos cenários e monumentos naturais, no que toca ao interesse pelas coisas nacionais – servirá também para escamotear as atitudes

concretas frente aos recursos naturais. José Augusto Pádua (1987, p.20) analisa essa ambigüidade entre discursos e práticas em relação à natureza no Brasil como “uma tradição de dois pólos esquizofrenicamente divorciados. Uma celebração retórica de um lado, e uma realidade de devastação impiedosa do outro”.

É certo, entretanto, que ao menos em nível do pensamento a predação nem sempre foi aceita como fato natural. Pádua (1987, p.60) complementa sua análise distinguindo quatro posturas da relação com a natureza no Brasil. Uma primeira diz respeito ao “elogio retórico e laudatório do meio natural, indiferente e, por vezes, conivente com a realidade da sua devastação”. A segunda refere-se ao “elogio da ação humana em sentido abstrato, passando ao largo das suas conseqüências destrutivas”. Outra critica a “destruição da natureza, propondo como remédio a modernização do país nos moldes da civilização urbano industrial”. E a última faz a mesma crítica, mas propõe “a busca de um modelo alternativo e autônomo de desenvolvimento nacional”.

Buscando esmiuçar um pouco a dualidade de posturas – concretas e retóricas – apontada por Pádua, acreditamos ser útil apontar onde e em que momentos atitudes sensíveis à destruição da natureza ou de seus elementos se manifestaram.

Pelo lado institucional, e apesar de tímida e preocupada principalmente em salvaguardar interesses da Coroa, cabe mencionar a existência de uma legislação voltada à proteção das matas. O regulamento do pau-brasil de 1605 já determinava seu modo de manejo visando a manutenção dos estoques e instituía uma guarda florestal (Pereira, 1980). No período do domínio holandês, Maurício de Nassau controlara o corte de madeiras no Nordeste, também com fins eminentemente utilitários. Ainda na mesma perspectiva, a carta régia de 1797 foi a primeira norma a regular a apropriação geral dos recursos florestais no Brasil; além dela valia em parte, formalmente, a legislação da Metrópole (Souza, 1934, p.5; Quintão, 1983, p.19; Victor, s/d, p.11).

Durante o século XIX, quando a intensificação da atividade agrícola e a expansão da monocultura e das ferrovias produzem um desmatamento desenfreado, a atitude do governo no âmbito florestal oscila entre esforços reguladores e o descaso. Nesse período a legislação atém-se basicamente a algumas restrições ao corte e ao controle da invasão das terras devolutas. É significativo também que na Constituição de 1891 caiba aos estados e não ao governo central a tutela das florestas (Victor, s/d, p.10-15, 19,22; Pereira, 1980, p.10).

Data do início do século passado um exemplo da visão crítica sobre o uso dos recursos, o estudo elaborado por José Bonifácio (Silva, 1992) em 1815, *Memória sobre a necessidade e a utilidade do plantio de novos bosques em Portugal*. Ele também propõe pouco depois, em 1821, a criação de um órgão destinado à administração das matas e bosques, equiparado ao de obras públicas, mineração, agricultura e indústria. Na mesma oportunidade, sugere o condicionamento das concessões de terras à manutenção da cobertura florestal na sexta parte dos terrenos: esta “nunca poderá ser derrubada e queimada sem que se façam novas plantações de bosques para que nunca falem as lenhas e madeiras necessárias” (Victor, s/d, p.10-11).

Esses dois casos são apenas exemplos do pensamento de Bonifácio, interpretado por Pádua (1987) como parte de uma concepção imperialista de ciência. Tal concepção, conforme a tipologia elaborada por Donald Worster (1986, p.3-56) a partir das reflexões sobre a natureza no século XVIII, tem inspiração racionalista e volta-se para a instrumentalidade dos elementos naturais. Em oposição a este tipo de ciência estaria a “arcádica”, cujo pressuposto é a crença em valores intrínsecos ao mundo natural e que pregava uma relação harmônica dos homens com a natureza, nos moldes da vida simples e comunitária das sociedades agrícolas e pastoris (ver também Pádua, 1987, p.29-30 e McCormick, 1992). Se a postura de Bonifácio não chega a romper com o utilitarismo, isso não invalida seus esforços em sensibilizar pessoas e instituições para as implicações das formas correntes da apropriação material da natureza. Além disso, seu pensamento pode ser

lido como um sinal da não homogeneidade das atitudes ante os recursos naturais em nosso processo de colonização.

Foi também no século XIX que surgiu a primeira proposta de reservar um espaço destinado a proteger a natureza no Brasil, por André Rebouças. Em 1876, inspirado na iniciativa de Yellowstone, ele lança a questão: “Não terá também um dia o Brasil o seu Parque Nacional?!” (Borba & Rebouças, 1898, p.84). Mas em sua proposta o olhar sobre a natureza é pitoresco e os fins a que a proteção se destina são eminentemente turísticos: ele chega a contabilizar o montante movimentado por turistas nas cidades italianas e que poderia ser também aqui gasto se dispuséssemos de parques bem estruturados. Uma comparação entre a natureza dos trópicos e a norte-americana também não lhe escapa, sobressaindo-se, inevitavelmente, a nossa:

“Será difícil que o canyon de Yellowstone seja mais pitoresco do que o do Guaira, opulentamente adornado de palmeiras, de fetos arbórescentes e das mais belas árvores da flora brasileira; quando lá a rocha é nua e queimada pelas emanções vulcânicas, deixando apenas ver, de longe em longe, um melancólico grupo de tristes coníferas. (...) No interior da ilha de Santa'anna, do Bananal, ou de Caruonaré há um bellissimo lago – a lagoa Grande – de onde corre um lindo regato, *como se a natureza já o tivesse preparado para um magnífico parque em estilo moderno.*

Imaginal o Tocantins e o Araguaia navegados por magníficos vapores, como os de Mississipi; suas cachoeiras vencidas por vias férreas laterais: e compreenderéis então como será pitoresca uma excursão a essa ilha, onde se poderá agrupar toda a flora e toda a fauna dos vales do Amazonas, do Parnaíba e do São Francisco.” (Borba & Rebouças, 1898, p. 83-84, grifo nosso).

A idéia do trópico como lugar da natureza perfeita, como jardim ou parque pronto, não deixa de sugerir uma idealização romântica ou remeter ao tradicional imaginário das maravilhas tropicais, à idéia do paraíso terrestre. A proposta de Rebouças não deixa também de projetar uma

atemporalização da natureza, excluindo a intervenção humana sobre esta, além de referir-se ao aspecto divino da mesma:

“O que é bem certo; o que fica acima de toda a discussão é que a geração atual não pode fazer melhor doação às gerações vindouras, do que *reservar intactas, livres do ferro e do fogo*, as duas mais belas ilhas do Araguaia e do Paraná.

Daqui a centenas de anos poderão nossos descendentes ir ver dois espécimens do Brasil, tal qual Deus o criou, encontrar reunidos, no norte e no sul, os mais belos espécimens de uma fauna variadíssima, e principalmente, de uma flora, que não tem rival no mundo!” (Borba & Rebouças, 1898, p.86-87, grifos nossos).

Essa proposta de Rebouças vai permanecer sem maior repercussão ou recuperação até a década de 10 do século XX, acompanhando, de certa forma, a apatia geral diante da destruição da natureza.

Nesse sentido, a omissão do governo federal diante do problema da devastação é tal que, quando o projeto do Serviço Florestal do Brasil é aprovado em 1921, depois de engavetado por 14 anos, vários estados já haviam criado suas unidades deste órgão. Mesmo assim, ele só será completamente regulamentado em 1925 (Quintão, 1983, p.19) e estará muito distante da proposta de Bonifácio sobre um órgão gestor do meio ambiente. Fato que, num país inaugurado sob o signo da exploração inescrupulosa, voltada apenas aos interesses imediatistas do sistema colonial, e apenas mimetizada no processo das mudanças políticas e econômicas sofridas ao longo da história, tem sua dificuldade de legitimação facilmente explicada.

A despeito dessa negligência, ou da conivência, do poder público para com a devastação, na virada do século XIX para o XX a preocupação com a questão florestal estava presente em parcelas dos círculos científicos e mesmo governamentais (Ribeiro, 1940). Em São Paulo, um grupo liderado por Loefgren, Derby e Ramos de Azevedo consegue a desapropriação de uma área da serra da Cantareira (próxima à capital paulista) para instalação

de um horto visando a proteção de recursos hídricos, em 1896, onde posteriormente foram instalados campos experimentais e um serviço florestal (Souza, 1934, p.191-192; Victor, s/d, p.18-19). Pesquisadores do Museu Paulista, que na década de 20 contava com duas reservas (na serra de Paranapiacaba e em Itú), propunham nesse mesmo período a criação de leis de caça e para proteção das aves, em especial Ihering, embora a tônica da preocupação com a natureza naquele momento recaísse sobre o problema florestal.

Numa outra frente, nas três primeiras décadas do nosso século inúmeros hortos foram implantados com objetivo de produzir sementes e mudas, preservar nascentes ou estoques de madeira, ampliando o trabalho dos jardins botânicos já existentes desde o período colonial. Apesar da utilidade de tais iniciativas, elas geralmente vinham acompanhadas de uma postura crítica frente ao uso dos recursos.

No sentido estrito da delimitação/proteção de espaços, para além do cuidado com espécies particulares, a criação de uma reserva no Acre, em 1911, é um exemplo significativo. Porém, mais importante que o decreto da reserva em si, que afinal de contas não chegou a sair do papel, é a circular de Pedro de Toledo, ministro da agricultura da época, endereçada a todos os presidentes e governadores de estados naquele mesmo ano. Intitulada “A devastação das florestas”, tal circular tecia longas considerações sobre os “perniciosos efeitos da ilimitada liberdade de destruição das matas”, que vinha gerando segundo o ministro protesto por parte dos agricultores, inconvenientes científicos, e sobretudo prejuízos econômicos (Brasil, 1911, p.159).

Pedro de Toledo reconhece méritos na campanha realizada pela imprensa nesse sentido, e também nas iniciativas do serviço florestal paulista – já ocupado com atividades voltadas à conservação e pesquisa, mas as julga insuficientes. Friza então a necessidade de um “regime florestal”, com base ou apoio na figura da reserva florestal, baseando-se novamente na experiência norte-americana.

Nesse momento a idéia de proteção da natureza não é mais apenas pitoresca e turística, como no primeira proposta de criação de parques nacionais feita por Rebouças, o que pode ser percebido através da fala de Pedro de Toledo. E isso deve-se provavelmente à influência do debate internacional àquela altura intenso, envolvendo as idéias de conservação e preservação nas reflexões sobre nosso uso dos recursos. Além, é claro, da própria sensibilidade e reflexão de setores internos em relação ao tema.

Em sua circular o ministro vai solicitar aos estados a cessão de terras para o estabelecimento de tais reservas. Ainda que o pedido seja específico e mencione “a cessão somente das terras desertas e devolutas”, a resposta dos estados será ou o absoluto desprezo, ou cartas elogiando a iniciativa mas dissimulando sua verdadeira intenção de ignorar o pedido ou explicitando mesmo a inaceitabilidade da proposta. Fica clara então a falta de legitimidade da idéia de proteção naquele momento e, em que pese o nacionalismo que impregnava o país desde o advento da República, nenhum apelo favorável à coletividade foi suficiente para frear a devastação¹⁴.

Reforçando os indícios da preocupação com a situação da cobertura vegetal, é publicado em 1912 um “mapa florestal” cujo objetivo era “oferecer uma base aos primeiros estudos para criação das reservas florestais”, vistas naquele momento como primeiro passo da “grande obra da defesa e conservação das florestas”. Nele Gonzaga de Campos previa, além das reservas, o replantio e mesmo a criação de novas florestas (Campos, 1912, p.3)¹⁵.

Um outro exemplo do tipo de pensamento crítico sobre a apropriação dos recursos no período é retratado na exposição que o botânico Loefgren e Hannibal Porto realizam na Sociedade Nacional de

¹⁴ Sobre o nacionalismo no período citado, ver Oliveira (1990).

¹⁵ Sinal de uma outra postura diante da natureza, ainda que difusa e distinta do caráter eminentemente utilitário das iniciativas descritas até aqui, são as sociedades naturistas e as protetoras dos animais que surgiam ou eram já atuantes naquele momento.

Geografia e depois encaminham ao ministro da agricultura em 1917. A idéia de proteção nela evidenciada, como em Gonzaga de Campos e Pedro de Toledo, é claramente conservacionista¹⁶, seguindo a tendência predominante no período sobre o assunto. Vale mencionar, nesse sentido, que entre as décadas de 10 e 30 foram realizadas duas conferências internacionais sobre o tema da proteção da natureza, e um intenso debate acerca da concepção e definição dos tipos de reserva estava estabelecido. A dificuldade de implantação efetiva das mesmas também já era tema (ver Aubreville, 1937 e Sampaio, 1935).

Exemplo ainda de um certo clima favorável a iniciativas protecionistas no período é a realização da 1ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, em 1934, um ano após a conferência internacional. Neste evento, organizado pela Sociedade dos Amigos das Árvores do Rio de Janeiro – com o patrocínio do governo Vargas, discutiu-se desde educação até problemas de legislação e metodologia, passando por questões de flora, fauna, solos, antropologia e biogeografia. Participaram políticos, cientistas, poetas, professores, pessoal de imprensa e instituições diversificadas da sociedade civil.

No mesmo ano dessa conferência, vai ser instituído o Código Florestal, depois de 3 anos de discussões, junto com os códigos de minas, de águas, e de caça e pesca. Nele já é prevista a instalação de parques nacionais, como resultado da campanha a ser relatada mais adiante. A

¹⁶ Ainda nos Estados Unidos, a invenção do parque nacional e o caráter das medidas de proteção da natureza serão reelaborados, levando a um debate entre duas idéias distintas sobre a proteção – o preservacionismo e o conservacionismo, que remetem ainda a visões diferenciadas da natureza. A primeira linha, representada por John Muir, defendia os valores intrínsecos aos elementos do mundo natural e buscava guardar-lhes espaços para a pura e simples preservação, contra qualquer interferência humana distinta da fruição. A outra, personalizada por Gifford Pinchot, buscava racionalizar a apropriação dos recursos, visando sua conservação para as gerações presentes e futuras, relativizando assim o valor da natureza intocada. Ver Serrano (1993, p.32).

Constituição do mesmo ano, por sua vez, coloca como dever da União e dos Estados a proteção “das belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico”, e estabelece o princípio que nacionaliza minas e jazidas minerais (Barros, 1952, p.15)¹⁷.

Mas é no ano de 1937 que os monumentos naturais são colocados no mesmo nível dos históricos e artísticos: a nova Constituição submete-os à tutela dos estados, municípios e da nação, e equipara os atentados contra estes monumentos àqueles cometidos contra o patrimônio nacional (Barros, 1952, p.16). Na mesma direção, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional organizado no mesmo ano dará atenção ao tema, ainda que a ênfase recaia sobre bens arquitetônicos, históricos, arqueológicos e artísticos, especialmente na prática¹⁸.

Porém, nessa época as idéias sobre os elementos naturais a proteger divergiam, ainda que dentro de um mesmo campo. Nas idéias de Mário de Andrade sobre patrimônio e preservação, uma das bases do projeto do Sphan, o aspecto paisagístico da natureza era privilegiado. Paisagens eram definidas como

“determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrográfica ou qualquer outra foi determinada definitivamente pela indústria humana dos Brasis, como cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas etc.” (Andrade, 1981, p.40)

denotando um interesse particular pela ação humana sobre a natureza, pela arte e cultura popular. Entretanto, a apropriação pelo Estado Novo das idéias do intelectual paulista sobre essas questões adaptaram-nas ao espírito nacionalista e totalizante daquele governo (Sala, 1988, p.25-40). A

¹⁷ Em paralelo a esse movimento “institucional”, inúmeros outros sinais de uma preocupação com a destruição/proteção da natureza podem ser identificados na sociedade (ver Serrano, 1993, p.46-49).

¹⁸ Isto a julgar pela publicação em sua revista, durante quase 50 anos, de apenas dois artigos relativos ao assunto.

preocupação do governo Vargas em fundar a nação, associando território e nacionalidade, leva o decreto a considerar como monumentos naturais sítios e paisagens dignos de serem protegidos também aqueles destacados “pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza” (Barros, 1952, p.16), além dos produzidos pela intervenção do homem.

Entretanto, esta última particularidade, ou seja, o destaque às características eminentemente naturais dos monumentos a serem protegidos, não representa nenhuma conexão maior entre a criação do Sphan e outras iniciativas de proteção ou o surgimento do primeiro parque nacional, no mesmo ano, onde parece ter havido em comum, além da assinatura de Capanema, apenas a intenção de criar/reforçar uma determinada imagem de nação e nacionalidade.

A LUTA PELOS PARQUES

Depois das críticas e propostas de José Bonifácio, e da sugestão de se criar um parque nacional por Rebouças em 1876 – atitudes isoladas no contexto da apropriação imediatista – a retomada da campanha pela criação de parques nacionais não acontece isoladamente. Há inúmeros sinais de uma sensibilidade frente ao problema da destruição e da proteção da natureza que podem ser percebidos no meio científico como em outros setores, ainda que de forma difusa. Nesse sentido, no início do século XX é possível pensarmos em termos de um clima favorável à proteção da natureza, muito fragmentário e mesmo tímido, ainda que não possamos falar de um movimento social organizado.

Pela década de 1910, as atitudes em relação à natureza no Brasil, ainda que pensadas em termos do uso feito dos recursos, eram motivo de reflexão. Nesse contexto surgiam propostas de proteção, como a de Pedro de Toledo em 1911 ou a do botânico sueco Loefgren, que teria proposto a

criação de um parque nacional em Itatiaia ao ministro Cândido Rodrigues, da Agricultura, em 1913 (IBDF, 1987 e 1989).

Nesse mesmo ano, o jornalista José Hubmayer e o naturalista Campos Porto iniciam uma campanha em frentes diferentes para a proteção da região do Itatiaia, mas seus argumentos em favor do parque nacional já seguem uma linha diversa, embora não radicalmente diferente daquela verificável nos debates sobre a criação dos primeiros parques norte-americanos¹⁹. É certo que naquele caso buscava-se legitimar numa sociedade primordialmente pragmática a segregação de espaços e a consequente interdição do uso produtivo, traduzido na apropriação convencional, além de assegurar o acesso da coletividade aos mesmos, pela instituição do domínio público sobre as terras. As idéias aí convergem, uma vez que o pedido de Campos Porto referia-se “aos terrenos desnecessários (...) sem prejuízo para a Colônia”, apesar de não ocorrer no caso brasileiro nenhum destaque para o problema da propriedade.

A “novidade” de sua argumentação é a relevância científica, ausente na discussão em favor dos parques dos Estados Unidos, ao menos no princípio. Quando acontecem os debates em defesa de Yellowstone ou outras áreas vistas como passíveis de proteção, este aspecto ainda não era considerado, predominando a sensibilidade e reverência à monumentalidade de certos lugares da natureza (ver Serrano, 1993, p.14-15, 27-32).

Face à dificuldade de legitimação da idéia de reservar terrenos para proteção de recursos no início do século (mas não exclusivamente naquele momento), como a resposta ao apelo de Pedro de Toledo demonstra, a proposta de proteger o Itatiaia ganha força principalmente por tratar-se de terras públicas. Isto pois, desde 1908, os terrenos já pertenciam ao governo que neles tentara instalar dois núcleos coloniais com imigrantes estrangeiros.

¹⁹ Depois de Loefgren, Hubmayer e Campos Porto, Alberto J. de Sampaio apresenta uma nova proposta de parque nacional, em 1931, publicada no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro.

Depois do fracasso da iniciativa as terras foram reincorporadas ao patrimônio da União, facilitando a aceitação da idéia. Contudo, entre o apelo em favor da criação de reservas feito por Pedro de Toledo em 1911, visando disseminar reservas florestais pelo país, e a iniciativa do Jardim Botânico em 1914, não se pode estabelecer relações diretas.

A subordinação da reserva do Itatiaia ao Jardim Botânico vai dotá-la de características mistas de horto, jardim botânico e reserva de recursos estrito senso. Será quase um posto avançado da matriz carioca, onde serão desenvolvidas pesquisas de biologia vegetal e de aclimação de diversos tipos de plantas – apesar da pouca verba disponível, e visitada com freqüência por pesquisadores nacionais e estrangeiros²⁰. Na prática, então, a reserva de Itatiaia teve desde seu início um caráter particular, e sua transformação em estação biológica, num processo que durou cerca de quatro anos, apenas compatibilizou formalmente funções e nome.

Na década de 1930, quando o Parque Nacional do Itatiaia foi criado, a idéia de proteger a natureza através do recurso dos parques nacionais era corrente, no exterior como no Brasil. Mas nem por isso o interesse em Itatiaia por parte do governo federal dava-se exclusivamente em razão de seus atributos biológicos ou de lazer. A tradição oral sobre os primeiros tempos do parque nacional guarda histórias acerca do interesse estratégico da área durante o movimento constitucionalista de 32, quando o Planalto teria servido de posto de observação do movimento das tropas paulistas no vale do Paraíba. Conta também que a abertura de uma estrada dando acesso ao Planalto teria se dado em função de um possível plano de fuga de Vargas, envolvendo também uma barragem construída no “brejo da Lapa” para pouso de hidro-aviões.

Ainda dentro do clima favorável à proteção da natureza perceptível num movimento crescente desde o início do século, e mesmo como uma

²⁰ Ver sobre isso os livros de visitantes e relatórios anuais do Ministério da Agricultura no período.

consequência dele, o Código Florestal de 1934 tocava no direito de propriedade nos casos em que as florestas fossem consideradas “de interesse comum a todas as pessoas do país” (Código Florestal, decreto n. 23793 de 23/01/1934) e previa a criação de parques nacionais. A criação do parque do Itatiaia será facilitada por esse precedente.

Em termos da concepção de parque nacional e de proteção da natureza na década de 30, a fundamentação do decreto que cria o parque nacional é bastante esclarecedora. Na justificativa para a escolha da área é citada a cobertura de mata primitiva, a peculiaridade da flora em termos nacionais e o conhecimento científico já produzido sobre ela. De outro lado, é ressaltada a demanda turística a ser atendida e a intenção de criar um pólo de atração nesse aspecto. Em razão da existência no local da estação biológica e de um mínimo de infra-estrutura, o decreto também se refere à economia a ser conseguida na instalação do parque e as facilidades iniciais para sua implantação. Pelo lado econômico, menciona igualmente a necessidade de desapropriar lotes encravados na área delimitada para o parque. A síntese dos fundamentos da criação considera

“que essa localização importa ao mesmo tempo em proteção à natureza, auxílio às ciências naturais, incremento nas correntes turísticas e reserva para as gerações vindouras, das florestas existentes, ou seja, todos os objetivos, reunidos simultaneamente, que justificam a criação de Parques Nacionais” (*Jornal do Comércio*, 22/06/1937).

Diante de tais evidências, podemos perceber que a intenção de proteger a natureza através da delimitação de um espaço próprio já incorpora neste momento elementos de um olhar não apenas paisagístico sobre os lugares escolhidos, situando-se dentro de uma visão instrumental e numa perspectiva conservacionista de proteção.

O texto da lei permite-nos afirmar, de modo análogo aos escritos dos livros de impressão, que já havia um parque “pronto” quando o decreto foi baixado, não apenas no sentido de estar inventado enquanto lugar exemplar,

mas também do ponto de vista da estrutura administrativa, da rotina turística e científica²¹. Assim, a criação de um parque nacional em Itatiaia é favorecida também pelo que representava em termos de facilidade de execução.

Não há registro de qualquer fala contrária à criação do parque nacional em Itatiaia. No entanto, em meio à conturbada cena política de 37, Vargas não escapou de críticas, expressas em artigos de jornal. Tais protestos, contudo, não tocavam na idéia da criação do parque nacional²². E ao menos aparentemente o único problema com relação à instalação do parque, além da pouca verba, foi a disputa de terras devolutas com outros ministérios, existente desde a época da estação biológica, conforme atesta documentação dos arquivos administrativos do parque²³. O problema fundiário permanece ainda hoje na forma dos terrenos não desapropriados.

Assim, no surgimento do primeiro parque nacional brasileiro, podemos apontar a influência da sensibilidade de alguns (especialmente cientistas) e reflexos de um cenário internacional, e nacional em menor escala, favorável à implantação de reservas e proteção da fauna e flora: tudo isso inserido no contexto político nacionalista-populista da década de 30. No caso específico do Itatiaia, a preexistência de uma situação efetiva de parque, traduzida no reconhecimento de seu valor simbólico, estético, lúdico e biológico foi marcante em sua escolha como lugar de proteção. Aí, a justificativa do decreto não deixa qualquer sinal de dúvida. O interesse estratégico da área também deve ter tido algum peso nesta escolha, assim como o domínio público da terra.

²¹ É significativo, nesse sentido, que o conhecimento sobre o Itatiaia só seja suplantado, até a década de 30, pelo acumulado em torno da região de Lagoa Santa, em Minas Gerais, estudada por Lund. Ver artigo no *Diário da Noite*, de 19/04/1937.

²² Desconhecemos as condições da emancipação dos núcleos coloniais e uma possível reação dos agricultores em sentido contrário à interdição do uso da área.

²³ Sobre este ponto, Eurico Viana, um funcionário do PNI, organizou uma coletânea de ofícios intitulada "Para um histórico do Parque Nacional do Itatiaia".

Numa perspectiva ampla, a ambigüidade entre posturas e práticas em relação à natureza que perpassa todos os momentos da história do país persiste no caso da criação do parque nacional. Isto, pois, torna complexo pensar nela em termos de uma mudança dos modos de apropriação simbólica da natureza, uma vez que ela parece resultar de uma confluência de fatores onde nenhuma determinação pode ser colocada como absoluta (ver Chamboredon, 1985, p.139).

Por um lado, diante da visão e da retórica sobre a natureza brasileira, construída desde os primeiros momentos da colonização, cujos sentidos foram sendo reformulados ao longo do desenvolvimento do país, a adoção de medidas voltadas à proteção de um pedaço do “paraíso terrestre” não representa necessariamente uma reelaboração em termos de um reconhecimento de valores intrínsecos à natureza que merecessem ser resguardados. A proteção, ao contrário, coloca-se como algo até mesmo “natural” nessa perspectiva.

É certo, igualmente, que o conhecimento científico já colocava naquele período a necessidade de se repensar as formas da apropriação dos recursos, com vistas à garantia do equilíbrio das condições ambientais e da manutenção dos recursos. Nesse sentido o movimento conservacionista da natureza é exemplar. Todavia, essa postura não chega a romper com a dualidade esquizofrênica entre discursos e práticas citada por Pádua (1987), visto que separar e proteger espaços não exige necessariamente uma reformulação dos usos gerais destes e dos recursos naturais, podendo servir ainda como um instrumento de legitimação das práticas predatórias – se afinal cuidados com a proteção já foram tomados (Chamboredon, 1985, p.139). Isso é especialmente válido se analisamos o contexto populista em que é adotada tal medida protetora. No mesmo contexto deve ser tomado o fato de o parque nacional ter sido criado num local onde os elementos instituintes de sua idéia, como a característica de espaço de lazer, de contemplação e de pesquisa científica etc. já estavam cristalizados.

Mas, por outro lado ainda, não devemos negligenciar de modo absoluto o valor de tal iniciativa. Ela pode ser lida como uma tentativa, mesmo que puntual, de se resolver aquela mesma dicotomia, pois a simples colocação da intenção de proteger revela ao menos um impasse com respeito às formas tradicionais – simbólicas ou concretas – da apropriação dos recursos.

A ATRIBUIÇÃO DOS SENTIDOS

Através da história aqui narrada do lugar-Itatiaia, procuramos demonstrar o movimento que, lentamente, construiu sua identidade tal qual reconhecemos hoje: um lugar de constituição do saber científico no e sobre o país, um lugar peculiar no conjunto da geografia brasileira, um lugar clássico de práticas de montanha – escaladas e caminhadas, um pedaço de natureza que merece e precisa ser protegido – por suas características inerentes e seu papel na manutenção do equilíbrio de outros sistemas naturais.

O tratamento da construção de tal identidade merece ser ressaltado, entre outros motivos, pelo sentido discutível que sua proteção institucional, através da demarcação em seu espaço de um parque nacional, representou, de um lado, em termos de um caráter apenas formal desta relativamente à imagem de lugar exemplar e digno de ser protegido que o Itatiaia já guardava quando Vargas baixa o decreto que o cria; e em termos de mudanças nas sensibilidades ou de reelaboração das atitudes do homem brasileiro diante da natureza, de outro.

Vale lembrar, nesse sentido, a dualidade entre discursos e ações frente à natureza no Brasil: a primeira lei destinada ao controle da apropriação dos recursos florestais só surge em 1797, e é limitada. Os hortos florestais e jardins botânicos surgidos no Rio de Janeiro e outros estados eram antes locais de produção de mudas que instituições

conservatórias, por suas próprias características. Talvez a reconstituição da floresta da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro, a partir de 1862, tenha sido a primeira iniciativa no sentido da proteção, ainda que movida por razões imediatistas como o abastecimento de água; e não tenha sido uma medida conservatória mas reparadora. Por outro lado, no quadro aqui esboçado das idéias e ações face à proteção da natureza no Brasil até a década de 30, já se manifestam influências do debate internacional e mesmo uma reflexão interna sobre as formas da apropriação da natureza mais disseminada pela sociedade – sufocada paulatinamente pelo Estado Novo.

Das primeiras visitas e trabalhos de Franklin Massena às expedições lúdicas de José Palmella e de Horácio de Carvalho, o Itatiaia foi inventado em praticamente todos os aspectos destacados quando da criação do parque nacional. Em sua imagem de exemplaridade há nuances, como sua peculiaridade paisagístico-pitoresca, seu interesse geológico e geográfico, o vislumbre e a efetivação das possibilidades de uso não convencional (rural) de seu espaço: científico ao longo de todos os momentos; sanitaria pouco depois de seu conhecimento; de lazer, esporte e turismo, mais tarde. Em cada uma dessas nuances, práticas e sentidos distintos – explicitados ou subjacentes, expressos através de polêmicas como as da altitude e da ascensão, em “brechas” nos relatos científicos ou posteriormente nas “impressões” dos livros de visitantes.

A partir da virada do século, ocorre detalhamento e apuro nas buscas científicas e a consolidação de uma rotina turística depois da instalação dos núcleos coloniais e da transformação em reserva/estação populariza o aspecto do lazer e contribui também para a difusão de informações sobre a área. Constitui-se paulatinamente nesse movimento um campo de especialidade nas práticas lúdicas e, nesse sentido, instituem-se ainda modos de estar naquele espaço alimentados por codificações de comportamento e mesmo das formas pelas quais as experiências na montanha são relatadas.

A invenção do Itatiaia é, assim, um processo de atribuição de sentidos a seu espaço e ao estar em seu espaço, é a transformação deste em

um lugar – com tudo o que isto representa em termos de cristalização de valores e memórias. Estas afirmações têm matizes, é certo, que esperamos ter explicitado ao longo deste trabalho.

ABSTRACT: This article discusses the concepts of nature, landscape, natural places, national park and environmental protection, and their transformations, through the reconstitution of the history of the “discovery” of the Itatiaia’s massif and the process of its transformation in the first Brazilian national park (1937).

KEYWORDS: National Park of Itatiaia; environmental protection – Brazil – history; nature – representation.

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTOS CONSULTADOS

- ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade: cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Carvalho (1936-1945)*. Brasília: Min. da Educação e Cultura/Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fund. Nacional Pró-Memória, 1981.
- ANTONIL, André J. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Melhoramentos, original de 1711, 1923.
- AUBREVILLE, A. et al. *Contribution a l'étude des réserves naturelles et parcs nationaux*. Paris: Paul Lechevalier, 1937.
- BARROS, Wanderbilt D. *Parques nacionais do Brasil*. Rio de Janeiro. Série Documentária, n. 1, Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, 1952.
- BORBA, Nelson & REBOUÇAS, André. “Excursão ao salto da Guaira ou Sete Quedas”, *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. tomo LXI, parte 1, 1898.
- BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Relatório apresentado ao Presidente da República pelo ministro de estado*. Rio de Janeiro, 1911.

- CAMPOS, Luiz F. Gonzaga de. *Mapa florestal*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1912.
- CARVALHO, Horácio de. *Itatiaia*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado, 1900.
- CHAMBOREDON, Jean-Claude. "La 'naturalisation' de la campagne ou une autre manière de cultiver les 'simples'?" in CADORET, A. *Protection de la nature*. Paris: L'Harmattan, 1985.
- CÓDIGO Florestal de 1934.
- CONAN, Michel. "Généalogie du paysage". *Le débat*, n. 65, 1991.
- CORBIN, Alain. *O território do vazão: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DEAN, Warren. *A botânica e a política imperial*. São Paulo: IEA/USP, Col. Documentos, 1992.
- DIÁRIO Oficial da União de 09/02/1927.
- DIÁRIO da Noite (Rio de Janeiro) de 19/04/1937.
- HAUTECOEUR, Louis. *Les jardins des dieux et des hommes*. Paris: Hachette, 1959.
- IBDF. "Parque Nacional do Itatiaia: 50 anos". *Revista Natureza*, n.º 66-68, 1987.
- _____. *Plano de Manejo do Parque Nacional do Itatiaia*. Brasília: 1989.
- JORNAL do Comércio (Rio de Janeiro) de 22/06/1937.
- JOUTARD, Philippe. *L'invention du Mont Blanc*. Paris: Gallimard, 1986.
- LAMEGO, Alberto. *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1950.
- LEACH, Edmund. "Anthropos/homem". *Enciclopédia Einaudi*. s.l.p: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- LE GOFF, Jacques. "Memória/história". *Enciclopédia Einaudi*. s.l.p: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 2a. ed., São Paulo: Pioneira, 1969.
- LIVROS de visitantes da Reserva Florestal, Estação Biológica e Parque Nacional do Itatiaia.

- LIMA, Roberto C.A. *O clã da lagartixa*. Brasília: Dissertação de Graduação/UNB, s/d.
- LORDEIRO, Manoel. “Dedo de Deus”. *Mountain Voices*, ano II, n.º 12, 1992.
- LUGINBUHL, Yves. “Le paysage rural: la couleur de l'agricole, la saveur de l'agricole, mais que reste-t-il de l'agricole?”, *Études rurales*, n.º 121-124, 1991.
- MARIÉ, Michel. *Un territoire sans nom*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1982.
- MASSENA da Silva, José Franklin. “Descrição do Itatiaia ou Ititiaio”, *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, tomo XXXIX, 1876.
- McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- MELLO, Barão Homem de. “Excursões geográficas 1872-1876”, *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, tomo LI (suplemento), 1888.
- NORA, Pierre. (org.) “Entre le mémoire et histoire”, In: *Les lieux de mémoire*. vol. 1, Paris, Gallimard, 1984.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PÁDUA, José A. “Natureza e projeto nacional”. In: *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo/Iuperj, 1987.
- PALMELLA, José dos S. *Ascensão ao paraíso do Itatiaia*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Laemmert, 1890.
- PEREIRA, Sônia M. “Legislação ambiental: problemas fundiários”, *Brasil Florestal*, n. 43.
- PRADO Jr., Caio. “Vida material” In: *Formação do Brasil Contemporâneo*. 7ª. ed., São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1983.
- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- RAMADE, F. “Os lugares de proteção da natureza”, in CHARBONNEAU, J.P.(org.) *Enciclopédia de ecologia*. São Paulo: EPU/Edusp, 1979.

- RIBEIRO, Adalberto M. "O problema florestal e a ação do presidente Getúlio Vargas", *Revista do Serviço Público*, vol. III, n. 2, 1940.
- ROGER, A. "Le paysage occidental: rétrospective et prospective", *Le débat*, n.º 65, 1991.
- RONCAYOLO, Marcel. "Le paysage du savant", in NORA, op. cit.
- SAMPAIO, Alberto J. *Biogeografia dinâmica: a natureza e o homem no Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1935.
- SALA, Dalton. *O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: história oficial e Estado Novo*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, ECA/USP, 1988.
- SERRANO, Célia M.T. *A invenção do Itatiaia*. Campinas, 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.
- SILVA, José B.A. *Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal*. 4a. ed., Rio de Janeiro: IHGB (original de 1815), 1991.
- SOUZA, Paulo F. *Legislação florestal: legislação histórica (1789-1889)*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1934.
- STEPAN, Nancy. *Gênese e evolução da ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.
- SÜSSEKIND, F. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e animais, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.
- _____. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983.
- VIANA, Eurico. "Para um histórico do Parque Nacional do Itatiaia". mimeo, s/d.
- VIARD, Jean. *Le tiers espace: essai sur la nature*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1990.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na literatura e na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ILHA DO CARDOSO – “O OLHO MÁGICO”

Crismere Gadelha Tsukioka

RESUMO: Este ensaio procura refletir sobre o lugar da natureza no sistema de valores da sociedade brasileira a partir da comparação de duas apropriações sócio-culturais de um mesmo espaço, o da Ilha do Cardoso, transformada em Parque Estadual em 1962. Este artigo procura refletir se a forma encontrada pela sociedade brasileira para preservar a natureza, expressa pelo próprio conteúdo dos diplomas legais, não representaria uma espécie de edenização do mundo natural; e consequentemente, voluntária ou involuntariamente, através destes diplomas a sociedade não estaria reproduzindo a dicotomia natureza-cultura, tão própria da cultura ocidental, e que as ciências sociais têm observado a partir de um complexo sistema de atribuição de valores, definidores inclusive das relações entre os homens, de seus lugares sociais.

UNITERMOS: Antropologia, Temática Ambiental-São Paulo, Sistema de Valores.

*Pegar um microscópio composto e perceber que a sua gota de vinho é no fundo um mar Vermelho, que a poeira da asa das borboletas é uma plumagem de pavão, o bolor um campo de flores e a areia uma porção de pedras preciosas“ (Jean-Paul Richter, *La vie de Fixlein*; citado por Gaston Bachelard em *A Terra e os Devaneios do Repouso*)*

Este ensaio tem por objetivo apresentar uma breve descrição e suscitar algumas reflexões de cunho antropológico sobre uma região de preservação ambiental do Estado de São Paulo, o Parque Estadual da Ilha

do Cardoso, localizado no município de Cananéia, litoral sul do Estado. Trata-se, porém, de uma reflexão pautada por um trabalho de pesquisa ainda em andamento, com relação ao qual prefiro não antecipar conclusões, mas tão somente suscitar questões.

Este texto possui uma forma um tanto quanto impressionista, pois procuro usar a imagem do olho mágico para estabelecer um paralelo com as experiências possíveis sobre a Ilha do Cardoso.

Há atualmente no mercado editorial um conjunto de livros intitulados *Olho Mágico*, que permite ao sujeito “desvendar” um espaço prospectivo sob um conjunto de configurações e de manchas coloridas estabelecidas sobre um plano, ou seja, observar um outro conjunto de configurações como que numa outra dimensão de espaço não dada imediatamente no primeiro nível de observação.

A analogia com o olho mágico é realizada para mostrar que por trás da configuração da natureza do PEIC¹, na forma de uma paisagem de grande valor cênico ou então de realidade ecológica de grande interesse científico, há outras dimensões de paisagem.

São duas as analogias possíveis para este trabalho. A primeira é que a experiência do olho mágico, no sentido do sujeito conseguir visualizar as formas atrás do plano, se assemelha ao modo como eu fui podendo ver as outras formas de apropriação da IC “atrás” da sua apropriação como Parque. A segunda analogia refere-se ao estilo deste ensaio. Pretende-se a partir da própria escritura, na forma de um relato de viagem, proporcionar ao leitor a sensação desta experiência. Trata-se de um recurso de expressão que objetiva transmitir ao leitor o modo através do qual os vários níveis de realidade da IC foram se apresentando à observadora. A idéia geral consiste em tentar suscitar no leitor a sensação – conforme gosto de assinalar – de “desvendamento” de uma simultaneidade de tempos e espaços.

1 Farei uso diversas vezes neste ensaio apenas das iniciais PEIC para Parque Estadual da Ilha do Cardoso e IC para Ilha do Cardoso. Com relação a citação de trechos de entrevista indicarei as iniciais do entrevistado e a data dos depoimentos.

O item *turista em (des)concerto da Ilha* é a expressão da caracterização e da transformação de um olhar e de um saber, ao mesmo tempo o da turista e o da pesquisadora. Não poderia ser diferente quando pretende-se trabalhar com sistema de valores ou ideologias e quando o seu próprio sistema configura uma forma particular de se apropriar dos espaços, de conceber o mundo natural e de se relacionar com a natureza.

No subitem *a poética da natureza*, chamo a atenção para os aspectos ecológicos e paisagísticos. A presença de certas formações naturais e minha ignorância sobre elas, somadas a certas imposições contextuais de caráter legal e, ainda, a certos indícios sócio-econômicos, pareciam ocultar um profundo significado histórico-econômico e sócio-cultural ali presentes, que vão sendo retomados em *a poética do sítio*.

No item *a ilha e seus monumentos*, reflito acerca de pelo menos um dos vários aspectos que emergiram da narrativa. Refiro-me à idéia de enfocar o Parque enquanto um monumento natural e, assim, baseada em Jacques Le Goff (1990), encará-lo como um documento que tem algo a dizer sobre a sociedade que o erigiu.

TURISTA EM (DES)CONCERTO DA ILHA

Desde a primeira vez que ouvi falar da Ilha do Cardoso, não pude evitar recordar-me d'*A Ilha do Tesouro* (Robert L. Stevenson), *Robinson Crusoe* (Daniel Defoe), *Moby Dick* (Herman Melville), *Os Trabalhadores do Mar* (Victor Hugo) onde, parece-me, a aventura consiste na relação homem, com letra minúscula, e natureza, com maiúscula, quando então a sanidade física e mental somente resiste às custas de uma batalha “corpo-a-corpo” entre homem e natureza, seja esta última sob a forma do mar, da mata, dos animais ou, até mesmo, de um OUTRO homem que nela se confunda por um certo estado de natureza.

Mas cada um dos clássicos acima citados configura uma idéia de natureza. Assim, em *A Ilha do Tesouro*, devido à sua condição de Ilha, deserta, distante e de difícil acesso, a natureza assume o caráter anti-social, pois acoberta o espúrio: refúgio de piratas, homens marginais à sociedade, maus e cruéis, que vivem de saquear, contrabandear e matar sem escrúpulos. Em *Robinson*, a civilização, o racional vence a natureza, ela é domesticada; enquanto que Moby Dick encarna o próprio mar, sua grandiosidade e furor, e arrasta para o abismo bons e maus homens pois, neste caso, o elemento não se deixa domesticar. Em *Os Trabalhadores do Mar*, o homem conhece e reconhece o domínio da natureza e sabe, não sem desgastes físicos, direcionar para os seus objetivos as energias que o mar e os ventos somados às rochas condensam num determinado lugar. Neste caso, enquanto o homem deseja ardentemente a vida, sua força de resistência às intempéries é semelhante à força dos elementos que o circundam, e neste aspecto se identificam homem e natureza, mas quando sua razão de viver desvanece não é necessário o furor do mar para sua sepultura, o leve movimento das marés é suficiente.

Se eu me afastasse da mera impressão que a literatura pode me causar e pensasse nela como fonte de informações, teria que recorrer a historiadores como Keith Thomas (1988), Alan Corbin (1989), Raymond Williams (1989) e outros para traçar através da literatura e outras formas de arte, como a poesia ou a pintura, a história das concepções de natureza e sensibilidades que permearam a relação do homem com o mundo natural em diferentes períodos da história ocidental.

Mas, o primeiro contato que tive com a região foi, na realidade, através da perspectiva de uma viagem a passeio cheia de idéias interessantes em torno de estórias contadas a mim por pessoas que já conheciam o local: estórias de piratas, grutas misteriosas, ossadas de baleia, sambaquis, fantasmas de escravos, etc. A condição de Ilha, de Parque Estadual e a dificuldade de acesso a Marujá, considerada o balneário turístico do Parque,

pareceu-me na época motivos a mais para alimentar a idéia de um lugar praticamente deserto².

A POÉTICA DA NATUREZA³

Quem já teve a oportunidade de fazer um passeio de Cananéia até a IC não pôde deixar de se encantar com as belezas naturais do trajeto.

Ao contornarmos com o barco o Morro São João em Cananéia, em direção à baía de Trapandé, já avistamos a IC. Uma massa de um verde escuro, à semelhança de uma serra, com destaque para algumas formações montanhosas mais altas (a maior possui 900 metros de altitude), se contrapõe ao céu e às águas que a desenham no horizonte. Por vezes uma neblina branca cobre o cimo das montanhas, cujas encostas podem estar pinceladas de rosa e lilás pelas quaresmeiras em flor. Das águas à terra firme o mangue reina, ora mais seco, ora mais cheio, dependendo da estação, e em suas árvores de raízes quase verticais e desnudas ostras, garças, caranguejos, biguás residem atentos.

Quando se toma a barca pública em Cananéia, cruzando-se inicialmente a baía de Trapandé para em seguida entrar pelo canal que separa a Ilha do continente, chamado canal de Ararapira, até Marujá, são praticamente três horas de viagem e de admiração pelas belezas e contornos da IC (à esquerda de quem tem as costas voltadas para Cananéia, sentido norte-sul), cuja área total é de 22.500 ha (aproximadamente 30 Km de um pontal a outro, com largura máxima de 10 Km (Almeida, 1946c). Trata-se de

²Cananéia se distancia de São Paulo 320 Km através da BR 116 (Regis Bitencourt), que são percorridos de ônibus entre cinco e seis horas. De Cananéia até Marujá são mais 30 km que, em função da potência da maior parte das embarcações particulares de Cananéia e a da barca pública, pode custar até três horas a mais de viagem.

³Uma primeira versão de *a poética da natureza e a poética do sítio*, sob o o título “De Itaquiara a Parque Estadual da Ilha do Cardoso: O Sentido da Mudança”, foi publicada nos Anais de Etologia (n.12) do XII Encontro de Etologia de 1994.

uma ilha de origem continental, ou seja, ilha que outrora estivera ligada ao continente e deste se separou graças a variações do nível do mar (Ângelo, 1989), o que significa que as montanhas da IC fazem parte da Serra do Mar. Sua formação vegetal compõe o Domínio da Mata Atlântica, de cuja mata original resta hoje menos de 5% protegidos por inúmeras leis de preservação dentre as quais a de 03 de julho de 1962 (Decreto-Lei 40319), que cria o PEIC, é um dos primeiros atos legais de caráter preservacionista do Estado de São Paulo⁴.

A não ser que o passageiro distraia-se com a leitura de um livro, tire uma soneca ou perca tempo irritando-se com o barulho do motor da barca, estas três horas de viagem permitem uma verdadeira terapia mental, daquelas que causam torpor ou devaneios. Neste caso, para além da majestade das montanhas e árvores, tudo leva ao devancio: o movimento das águas e dos ventos, dos peixes, tartarugas, botos, patos, gaivotas; o apito da barca, que somente notamos ser um sinal ao divisarmos do meio do manguezal uma canoa que traz ou vem buscar alguém ou alguma coisa à barca; as inúmeras curvas do canal pontilhadas por cercos de pesca (armadilhas para peixe em forma de espiral feita de taquaras fixadas no fundo do canal e próximas ao mangue); a variação de formas de outras embarcações (das lanchas modernas às canoas de um só pau); enfim, a aproximação de Marujá e o descortinar de outra paisagem.

Em minha primeira visita à Ilha, eu desconhecía o fato de ali viver uma população, pois as poucas informações que eu tinha reduziam-se ao apelo paisagístico do lugar e à possibilidade de, eventualmente, cruzar-se com um ou outro pescador. Mas, de longe já se podia observar, dispostos ao longo do canal, uma carreira de casas e barracões (locais onde se guarda apetrechos de pesca, como barcos e redes), dois trapiches (porto de

⁴Sobre legislação de proteção ambiental que inside sobre as ilhas do litoral paulista ver Ângelo (1989), sobre as de conservação da Mata Atlântica, nível Federal e Estadual, ver Fundação SOS Mata Atlântica (1992) e, ainda, acerca das unidades de conservação e áreas correlatas no Estado de São Paulo ver Silva & Fornasari Filho (1992).

desembarque), alguns cercos e uma placa da Secretaria do Meio Ambiente onde se pode ler “Parque Estadual da Ilha do Cardoso – Marujá”, tudo isto pincelado com pequenos pontos coloridos, as barracas dos campistas, os chamados barraqueiros pelos habitantes de Marujá. Enfim, Marujá não era apenas o nome de uma praia conforme haviam me dito.

Marujá compreende uma média de 30 casas de moradores permanentes. Paralelamente à pesca seus moradores trabalham também com o turismo, fundamentalmente, mas não exclusivamente, nos períodos de temporada de férias e feriados, oferecendo estadia em suas casas; água, banhos e refeições aos campistas e transportando-os em seus barcos no trajeto de Cananéia à Ilha ou conduzindo-os aos pontos mais pitorescos do lugar. Há ainda em Marujá uma Igreja católica, um posto de saúde, uma escola, algumas pousadas e alguns poucos bares que servem também de armazéns. Desta forma, o espaço “consumido” pelo turismo é ao mesmo tempo o meio de integração social de Marujá, o lugar de suas diversas atividades sócio-culturais, das econômicas às de lazer.

Aproximando-se de Marujá, porém, o que parece chamar mais a atenção, para além da grande concentração de casas e movimento de pessoas atraídas pela chegada da barca, é a paisagem. Se até então avistávamos apenas montanhas agora a ausência delas é total. A topografia é praticamente plana. Dos primeiros galhos de qualquer árvore próxima ao trapiche, olhando-se para o leste, ou seja, para o lado oposto de onde nos encontramos no canal, avistaremos o Oceano Atlântico, o mar grosso como dizem os cananeenses.

O extremo sul da IC, onde está localizada Marujá, é uma extensa restinga semelhante a uma língua (Almeida, 1946c), de aproximadamente 18 km de comprimento e nos seus pontos mais largos com no máximo 1 km de largura, que se estende até o Estado do Paraná. Marujá está localizada praticamente no início desta restinga, no sopé do último morro da Ilha (para o lado sul), Morro do Tapera. Tanto o tipo de sedimentação como o tipo de vegetação aí encontrados são denominados de restinga. O solo é arenoso,

coberto em sua maior parte por gramíneas e vegetação rasteira; da praia para o canal há a formação de dunas devido ao movimento dos ventos e marés produzindo uma leve ondulação no terreno, na parte mais central entre a praia e o canal existe uma vegetação arbustiva mais densa.

A origem desta parte da IC, assim como da Ilha Comprida e da própria Ilha de Cananéia, enfim, de praticamente todo o Vale do Ribeira, não é continental como sua parte montanhosa, mas sedimentar, formada pelo acúmulo de pequenas partículas arenosas, consequência da ação do mar, dos rios e da destruição e transformação físico-químico-biológico (intemperismo) das rochas de terrenos elevados. Trata-se de um terreno mais recente que o da Serra do Mar (Oliveira, s.d.). Este processo de formação é contínuo e parece sofrer com o movimento das marés e tempestades, apresentando variações topográficas observadas por seus moradores em períodos de tempo relativamente reduzidos, se comparados aos grandes períodos analisados pela geologia. É como se o solo, à merce das marés, estivesse em constante movimento, tirando de um lado e colocando no outro.

Ora, a terra, a água, o fogo e o ar são os elementos cuja presença ou ausência marcam definitivamente a capacidade imaginativa (reprodutora e criadora) do homem, diria Gaston Bachelard. Impossível, quando estamos em contato direto com estes elementos, que Bachelard não nos inspire ao devancio, certamente em bases infinitamente desiguais daquelas de quem as tem vivido e experienciado em Cananéia.

No que diz respeito à região, não é apenas a migração dos sedimentos que nos chama a atenção, mesmo porque esta depende também do movimento das águas, ora calmas ora agitadas. Nunca devemos olhar apenas para a água e nos deliciarmos com seu movimento suave e relaxante sem observarmos conjuntamente o movimento dos ventos. Água calma e vento pode significar grandes tragédias, pois traiçoeiramente este vento é capaz, em segundos, de levantar grandes ondas de vários metros de altura e à primeira grande onda, não há dúvidas, outras seguirão e, a não ser por um

golpe de sorte ou milagre, sepultarão sob as águas o mais exímio pescador ou nadador. Assim tem acontecido inúmeras vezes na baía de Trapandê e na entrada de sua barra.

O que dizer então das águas agitadas? Ah, as tempestades, é como se o dilúvio estivesse sempre rondando e Deus quisesse “mostrar o castigo da sua cólera contra os habitantes deste País” (Almeida,1951). Dilúvio é um termo que, não poucas vezes, se ouve em todo o Vale do Ribeira e parece ser um termo bastante próprio para os acontecimentos designados por ele. Já é bastante conhecido o caso das enchentes do Vale que resultou estudos sociológicos na década de 1960 procurando criar subsídios para a Secretaria dos Serviços e Obras Públicas, do Departamento de Águas e Energia Elétrica, para a implantação de uma barragem em Eldorado, no curso médio do rio Ribeira de Iguape (Pereira de Queiroz, 1967). Enfiado entre o oceano e a Serra do Mar, o Vale do Ribeira sofre os efeitos dos ventos marítimos que carregados de umidade resfriam-se ao encontrarem a barreira da Serra precipitando-se sob a forma de chuvas ou nevoeiros (Oliveira, s.d., p.14). Trata-se de região de alto índice pluviométrico.

Bem, voltemos a Marujá onde nossa viagem apenas começou. O traçado das ruas e casas praticamente respeita o traçado de um antigo loteamento em Marujá. Desta forma, há duas “ruas” em linha reta, no sentido do comprimento da restinga, cortadas por várias outras “ruas” menores que ligam o canal à praia. As ruas, como as estou chamando, são os caminhos por onde moradores e visitantes percorrem Marujá, que por demais batidas por tantos pés já não possuem mais nenhuma gramínea e por isso mesmo se destacam da vegetação lateral pela intensidade branca de sua areia. As ruas menores são muitas, seguindo-as todas levam o visitante até a praia. A cada duas ou três casas mais ou menos, ou melhor a cada quarteirão do traçado do loteamento, há uma destas ruas que raramente passa rente a uma construção, pois elas estão de uma forma geral ladeadas pela vegetação da restinga.

Do canal para a rua paralela mais próxima, respeita-se os trinta metros exigidos pelo Ministério da Marinha em terrenos de litoral, embora seja justamente nesta faixa que estão distribuídos a maior parte do comércio de Marujá (bares-armazéns) e, certamente, todos os barracões de pesca. Quase todas as casas estão com suas fachadas voltadas para esta primeira rua e, portanto, de frente para o canal. Nesta faixa estão localizadas, ainda, a escola e o posto de saúde. A Igreja e uma das mais antigas construções que servem de hotel a Marujá são praticamente as únicas construções erguidas na rua “dos fundos”, ou seja, naquela que está na retaguarda da faixa de casas acima descrita. A Igreja também está com a frente voltada para o canal e, uma vez localizada num terreno um pouco mais alto que os demais, tem-se a partir dela, e sobre o topo da densa vegetação central, uma vista panorâmica de todas as casas e do canal. Esta rua dos fundos praticamente divide ao meio a vegetação de restinga, a qual me referi acima. Desta forma, esta vegetação separa, por alguns metros, da rua de trás o fundo das casas; e separa, ainda, da praia a rua onde está localizada a Igreja.

Da rua da Igreja para praia são raras as construções. Uma casa de veraneio de dois andares aparentemente abandonada num lote próximo à praia chama em especial a atenção, talvez o que sobre de suas janelas, vazias para o além mar, e suas portas, sujeitadas aos desígnios dos ventos, suscitem no observador estórias da infância. Na praia a impressão é a de alguém que pisa pela primeira vez o solo dada a ausência de vestígios humanos. Quando nos distraímos um pouco pela praia e desejamos retomar o caminho de volta nosso olhar desatento e desacostumado percebe que localizar da praia a rua que para lá nos levou não é tarefa tão fácil, a restinga parece exatamente igual para qualquer lado que se olhe e aí pequenas entradinhas falsas nos enganam.

O horizonte para o sul parece infinito, a praia e a restinga se estendem a perder de vista. Caminhando para este lado quase nunca será visto outro ser humano, e o barulho do mar e das gaivotas, o movimento de vários e diferentes animais são a única companhia. Poderia ser exatamente

assim se a uns aproximadamente 6 quilômetros de Marujá não cruzássemos com uma chácara de veraneio, que corta a restinga, com frente para o canal e costas para a praia. O horizonte ao norte é barrado pelo morro do Tapera. Os turistas em Marujá quase sempre procuram saber o que tem atrás deste morro e descobrem uma outra praia, a praia do Laje, bastante longa também, embora diferente por localizar-se na parte montanhosa da Ilha. Para se atingir esta praia se atravessa o morro, da mesma forma que os moradores da Ilha, através de um caminho no meio da mata ou então pela encosta rochosa beira mar, e assim se procede para se atingir as outras praias da Ilha.

Nem todas as casas de Marujá são de moradores. Das 58 casas recenseadas, quase metade delas são propriedade de veranistas e estão fechadas a maior parte do ano, a não ser pelos cuidados dos caseiros, moradores de Marujá. A maior parte destas propriedades de veraneio foram adquiridas ainda na década de 50, vendidas por empresa imobiliária na forma de loteamento de terras compradas de alguns antigos moradores. A transformação em Parque em 1962 deu fim ao loteamento impedindo, inclusive, a construção de casas nos lotes já adquiridos, mas não tem podido evitar o turista que, muitas vezes a preços irrisórios, convence o morador tradicional a vender sua casa. Parece ter sido o que sucedeu com a chácara acima referida, construída em 1984 após ter sido comprado o terreno e a casa de um morador tradicional. A construção de novas casas é um dos impedimentos da legislação ambiental que tem prejudicado os próprios moradores desejosos de constituir novas famílias, desta forma, adquirir-se casas de veraneio por meio de compra das casas já existentes acaba sendo um dos únicos recursos que o turista dispõe para realizar seu sonho de possuir uma casa próxima à praia e à natureza.

Pode-se acrescentar que os embaraços na competência administrativa pela preservação ambiental criam enormes problemas às áreas protegidas. É dessa forma que pode ser entendido o conflito gerado para a IC a partir de setembro de 1992 devido a uma decisão do Supremo Tribunal Federal

(STF) de passar para a competência da União o PEIC, até então sob jurisdição do Estado de São Paulo⁵. “A decisão coloca a ilha em limbo, porque muitos passaram a acreditar que, como as terras são da União, o parque, criado pelo governo estadual, já não existe”⁶. Desta forma, num prazo aproximado de dez meses, cinco novas casas haviam sido construídas na restinga.

Conforme dados fornecidos pela prefeitura de Cananéia em dezembro de 1993, Marujá possui uma população de 174 pessoas. Quando a conheci, em 1987, uma parte da população atendia o turismo na época de temporada de férias e feriados recebendo-os em suas casas como diaristas. Para tanto, enquanto alguns cediam seus próprios quartos e salas, outros já haviam levantado dependências específicas para esta atividade, pois a reforma das casas já existentes não sofre da mesma forma o controle dos órgãos fiscalizadores. À época já existiam alguns prédios, dois com certeza, que possuíam o caráter de hotel ou pousada, mas de lá para cá, outras construções já assumiram este papel, assim como das residências que costumavam receber o turismo muitas tem investido na ampliação de seus cômodos.

É importante salientar, conforme Diegues (1973,1983), que desde aproximadamente o início deste século, mas, principalmente, a partir das políticas de incentivo para o desenvolvimento da indústria pesqueira nacional (Decreto-Lei n. 221 de 1967), a região tem se transformado em produtora de pescado. Mas, limitada pelo acesso à tecnologia (os incentivos fiscais beneficiaram apenas os empresários do setor pesqueiro), e por fatores de ordem ecológica (ecossistema estuarino), a região caracterizou-se economicamente como de pesca artesanal sujeita às conseqüências do sistema de exploração capitalista na pesca, que ignora ou desconhece os ciclos de reprodução das espécies (áreas e épocas próprias à desova e

⁵Vide *Jornal O Estado de S.Paulo*, 1993.

⁶Denúncia do deputado federal Fábio Feldman no *Jornal O Estado de S.Paulo*, 1993.

criação), causa a sobrepesca de espécies de grande valor no mercado, invade áreas destinadas à pesca artesanal, etc.

No entanto, uma outra ordem de fatores deve ser acrescentada pelo menos no caso dos moradores da IC que procuravam conciliar a pesca e a agricultura, ambos como fontes de renda, que com as leis de preservação e proteção ambiental foram expropriados de sua condição de lavradores. Não sendo mais possível plantar para comercializar e nem mesmo para suprir as exigências alimentares domésticas, parte desta população passou a ter na pesca seu sustento, somando a esta outras atividades como a de serviços prestados à demanda turística na época de temporada de férias ou feriados, que é o caso de Marujá.

Em Marujá, a pesca é voltada fundamentalmente para o mar interior ou região lagunar, com canoas (a remo ou motorizadas) ou pequenos barcos motorizados (as bateiras) realizando pesca de cerco fixo ou de espinhel. No mar de fora ou grosso, realiza-se ou a pesca de anzol nos costões rochosos ou a pesca de arrastão de praia, hoje bastante prejudicada pela pesca empresarial que tem causado a sobrepesca de algumas espécies, como por exemplo a da tainha. Fora da temporada turística, parte do pescado é reservado para o consumo doméstico e parte é entregue no CEAGESP em Cananéia. Já à época da temporada o pescado visa abastecer o próprio turismo, principalmente na forma de alimento, incluído na diária, ou refeições avulsas para o turismo de barraca, os barraqueiros ou campistas, que também povoam Marujá nesta época.

Mas esta face de balneário turístico e pequena produção pesqueira apresenta-se confundida com outras faces. Foi em conversas com as pessoas mais idosas de Marujá que o contraponto *tempo(espaco) antigo – tempo(espaco) presente* começou a delinear-se, pois diziam-me “aqui no sítio”, antigamente, podia-se plantar a rama, a mandioca, para se fazer a farinha, enquanto que nos dias de hoje se é obrigado a comprar a farinha e também a carne, que já teve fartura demais quando se podia caçar. De uma forma geral, portanto, as referências a este outro tempo, nostálgicamente referido

como o “tempo do sítio”, vinham ligadas à explicitação das restrições legais impostas à população em função do caráter de área de preservação, como a proibição da caça, do roçado, da criação de animais e outras atividades de usufruto dos bens naturais.

A POÉTICA DO SÍTIO

Quando duas pessoas, a pesquisadora e seu anfitrião, caminham juntos por uma estreita picada no meio da mata da IC, olham para a mesma paisagem e vêem “coisas” diferentes, um vê uma habitação ou um campo de roça onde o outro vê apenas árvores, aí é novamente Bachelard e sua poética do espaço que vem à lembrança. A pesquisadora sabe, pois observa no semblante de seu acompanhante e no tom de sua voz, que identificar o local onde outrora se erguera a casa de seus pais, de seus avós e bisavós, e onde passara a sua infância não se restringe ao gesto que o localiza; lá no fundo de seu ser imagens são evocadas. Na realidade, ele vê através do tempo e em alguns segundos repassa para si mesmo toda sua história. “Ao devancio pertencem os valores que marcam o homem em sua profundidade. O devancio tem mesmo um privilégio de autovalorização”, diria Bachelard (1988, p.113). Mas, aqui não se procederá, como em Bachelard, com o intuito de “encontrar a concha inicial” (1988, p.111), se chegará, quando muito, a se descrever tipos diferentes de habitações, formas diferenciadas de plantio e de plantas cultivadas, de colheita, de distribuição e/ou comercialização do produto do trabalho sobre a terra, mas, também, sobre a água e sobre a mata, que se sucederam no tempo e caracterizaram formações sócio-culturais e diferentes apropriações de um mesmo espaço.

Até então parecia existir apenas o PEIC e Marujá enquanto balneário permitido por legislação. Ou seja, enquanto Parque como algo que se define praticamente por fauna e flora, um ecossistema em equilíbrio, e enquanto Ilha a condição de um ambiente insular de frágil equilíbrio ecológico

(Ângelo, 1989), o que justifica a sua preservação. É difícil ver mais do que isto quando se está numa posição sócio-histórica que produz um certo efeito de sentido sobre o mundo natural, como o da apologia da natureza intocada e das belezas paisagísticas.

Esta imagem da Ilha alterou-se significativamente com o levantamento, em Cananéia, das famílias desapropriadas da Ilha pela época da implantação do Parque. Só então pude entender melhor o que conhecera em Marujá, pois a partir deste momento a IC “esfacelou-se” nos sítios que o PEIC havia engolido.

Em Cananéia, logo no dia seguinte ao dia que conheci uma das antigas famílias da Ilha lá estava eu como convidada para uma visita ao lado norte da IC. Neste passeio, além da pesquisadora, iam mais quatro pessoas: o dono da canoa e sua esposa, mais um irmão e uma irmã desta, sendo que a mais nova das quatro pessoas tinha uma idade aproximada de 53 anos e a mais velha 68 anos. Todas nasceram, se criaram e constituíram novas famílias na IC, de lá saindo, portanto, já adultas.

Iniciamos a viagem por volta das oito horas de uma manhã que prometia um belo dia de sol, depois de vários chuvosos, para percorrermos em aproximadamente uma hora, em canoa a motor, os 7 quilômetros de Cananéia até o local denominado sítio Salvaterra, onde desembarcaríamos. A baía estava com suas águas bastante calmas e não havia vento algum; ao longe, na entrada da barra, havia alguns barcos de pesca (entre oito a dez mais ou menos) saindo para o mar e formando uma espécie de procissão pela disposição que, de onde nós os víamos, formavam uns com os outros. Não posso deixar de me referir também aos botos e biguás que sempre nos distraem nestas águas – lá estavam eles como que para me alertar de que eles não povoam apenas os discurso dos ambientalistas e dos amantes da natureza intocada.

Já nos aproximávamos da margem e eu ainda não conseguia distinguir o local onde desembarcaríamos. Eu procurava um porto e só via mangue, procurava o rancho para onde íamos e só via o mangue e depois

deste a mata. Somente quando a canoa já estava bem próxima ao manguezal pude distinguir um pequeno rastro na lama por onde ela entraria.

A canoa parou a uns 15 metros da costa, onde ainda havia profundidade de água, pois devido ao seu motor ela não poderia avançar mais. Para desembarcarmos, assim como aos objetos que levávamos, foi necessário que nos transferíssemos para a outra canoa que vinha a reboque, de menores dimensões e sem motor. Dividiu-se o grupo em dois e foram feitas duas viagens. Para se atingir a terra firme foi necessário empurrar a canoa com os remos forçando o fundo do mangue em sua parte mais rasa e bastante alagadiça, o que é realizado, pareceu-me, sob um grande esforço físico de quem conduz a canoa.

Descemos numa parte mais seca do mangue e em seguida começamos a subir um terreno mais elevado de terra que deixava à vista aqui e acolá algumas rochas. O estridente canto das gralhas substituiu o barulho do motor da canoa e a vegetação também mudara; não estávamos mais entre as árvores características do mangue mas caminhando, numa picada quase imperceptível para mim, pela mata de encosta, de densidade e formas diferentes à vegetação que havíamos deixado mais a baixo. Esta mata, no entanto, é ainda diferente da localizada na serra, alguns quilômetros mais adiante. A diferença entre as duas deve-se: à maior ou menor distância do mar e dos efeitos da maresia; da quantidade de luz recebida; da altitude a que estão sujeitadas e, conseqüentemente, em variações de umidade, pois a mata que está em altitude mais elevada está mais sujeita às nuvens e neblinas (Fund. SOS Mata Atlântica, 1992; Oliveira.s.d.).

Estávamos no sítio Salvaterra pertencente à família que me convidara. Tenho certeza de que esta família não gostaria de ver seu sítio descrito da forma que fiz aqui, apenas nos seus aspectos ecológicos. Esta descrição, no entanto, faz jus à realidade sob a qual os diversos sítios da IC se reduziram em um momento histórico determinado que é o do Parque Estadual. A beleza do sítio Salvaterra e de outros tantos espalhados pelos

22.500 ha da IC está no tempo em que, pelo menos com relação à localização geográfica do sítio Salvaterra, podia-se vê-lo ali do canal, onde então haveria um porto, e as encostas do morro carpidas deixariam à vista as plantações de frutas, os ranchos, as pessoas nos seus afazeres diários.

Nada foi a definição dada a mim por um ex-sitiente da Ilha à minha pergunta sobre o que havia no local do sítio hoje⁷. Certamente que a definição é representativa de diferentes apropriações de um mesmo espaço. Se há naquele lugar a mata, que justifica a condição de Parque, não há nada para quem o tem como seu sítio de outrora, cuja apropriação ou posse se garante menos pelo documento, que porventura exista, e mais pelo trabalho nele realizado e na rede de relações entre os sítios, nas obrigações e deveres entre vizinhos e compadres. Foi esta condição de trabalhador que o Parque expropriou quando da desapropriação. Como bem se expressou um dos ex-sitiantes, membro de uma das famílias que permaneceu no seu sítio apesar da desapropriação, procurando refletir sobre a lógica da “perseguição” e ao mesmo tempo justificar sua atitude de resistência: “Perseguia, mas ainda que... [Sendo que se] morava aqui toda a vida, ninguém é proibido de trabalhar, ninguém, ninguém!” (JC-04/12/1993).

Entre a época dos sítios e hoje transcorreram-se aproximadamente 30 anos. Isto implica que a recuperação da Mata Atlântica esconde, por um lado, o processo histórico e sócio-cultural que deu origem aos sítios, e, por

⁷Os nascidos na Ilha do Cardoso referem-se à Ilha, na sua situação anterior ao Parque, como lugar de sítios. Uma definição mínima do sítio é a do lugar de localização de um conjunto de casas de famílias aparentadas, em cuja proximidade podem ser encontradas as árvores frutíferas (café, jabuticaba, laranja, limão), a criação de animais e o porto de desembarque. Distanciada das casas as roças, as capoeiras e a mata compõem o restante do ambiente dos sítios. Neste caso pude observar, conforme também Woortmann (1983, p.175), que a referência ao sítio “remete à família e a um processo de descendência”, pois, embora expropriados de sua condição de sitiantes em função do Parque, a relação família-sítio permanece ainda hoje. Assim, uma pessoa para falar dos sítios pode falar em nomes de família e vice-versa.

Sobre o sitiante tradicional paulista ver Candido (1987), Pereira de Queiroz (1967, 1973), Pereira de Queiroz & Garcia (1968), Fukui (1979), Lecoq-Muller (1946), Mussolini (1980).

outro, o processo conflitivo de desapropriação da IC, bastante doloroso para os sitiantes. Ser “perseguido”, ser “escorraçado” de seu sítio são os termos utilizados pelos ex-sitiantes para definir a atuação do Governo através da figura d’o Florestal” (termo usado para referir-se ao guarda-florestal). A perseguição consistiu desde a destruição a facção da canoa do sitiante, à destruição das roças, à apreensão da caça destinada ao alimento da família, até a ostentação e utilização de armas de fogo como forma de intimidação, o que resultou, enfim, em contextos de grande tensão onde um estado de crise nervosa podia advir apenas pelo som longínquo do motor do barco do Florestal em suas quase ininterruptas rondas pelos sítios.

Estava sendo a primeira vez que eu me envolvia diretamente com o significado do “aqui no sítio”, que tantas vezes eu havia ouvido em Marujá. Confesso que a localização de Marujá na restinga, com o grande apelo paisagístico do mar, a ausência de roças, proibidas por legislação, a genérica categoria sócio-econômica de pescador – que procura definir não só os moradores de Marujá como a maior parte dos habitantes da zona lagunar e ribeirinha, inserindo-os, portanto, num contexto histórico-econômico específico que visa transformar a região em produtora de pescado –, tudo isto enfim me impedia de compreender e jogava uma infinidade de coisas no folclore, como os instrumentos para se fabricar a farinha, o processo de fabricação de açúcar, as formas de socar o arroz, os hábitos dos animais de caça, o desejo de se comer carne vermelha, etc.

Quem se depara com o Decreto n. 40319, de 03 de julho de 1962, percebe que ele não necessariamente ignora a presença de vida humana na Ilha. Por um lado, se incorpora à idéia de preservação a defesa das jazidas pré-históricas do homem primitivo americano de aproximadamente dez a quinze mil anos atrás, por outro lado, decreta, no artigo III, as medidas necessárias à desapropriação de terras particulares. Receberam indenização apenas alguns investidores em terras, que as adquiriram dos antigos moradores. Ou seja, somente receberam indenização aqueles que tinham “as manhas da lei” e que tinham com a terra uma relação de propriedade, no

sentido de terra enquanto capital, pois para as muitas famílias lá estabelecidas por várias gerações, para quem a terra tem outros significados que não os monetários, a lei foi implacável, expulsou-as simplesmente, obrigando-as a abandonar valores móveis e imóveis, materiais e afetivos. Concretamente, o Parque “engoliu” o trabalho, as casas, as roças, os pomares etc., só não “engoliu” as lembranças e as esperanças daqueles que hoje, já aposentados ou em vias de, visitam seus sítios, procuram refazer e preservar seus ranchos e plantar pequenas roças sob as árvores que não podem ser derrubadas.

Desde este dia em diante não pensei mais no Parque ou na Ilha como algo homogêneo, mas na infinidade de seus sítios: Salvaterra, Santa Cruz, Andrade, Pereirinha, Ipanema, Itacuruça, Jacareú, sítio do Cardoso, Barreirinho, Camboriu, Pedro Luis, e tantos outros.

Mas, voltemos ao sítio Salvaterra. A uns cinquenta metros mais acima localiza-se o rancho, uma casa de madeira de uns três cômodos, bem disposta num terreno mais plano e sob um calçamento de pedra, tendo ao seu lado direito as ruínas de uma antiga construção de pedras e nos fundos uma pequena roça. O rancho havia sido levantado no mesmo local onde, por volta de uns trinta anos atrás, estivera a casa dos pais dos três irmãos. O calçamento de pedra e a proximidade de uma jabuticabeira permitiu a eles precisar o local onde nasceram e onde se criaram.

Quanto às ruínas, foi o senhor mais velho do grupo que me contou sua história. Ele havia morado nela logo que se casou, vivendo aí por uns cinco anos antes de mudar-se para Cananéia. Nesta época ele mesmo a havia recuperado aproveitando seu andar térreo, pois tratava-se originalmente de um casarão de dois andares que um dos irmãos de sua mãe, que a criou, havia comprado em 1908 quando se casara. Disse-me que havia muitas outras ruínas destas espalhadas pela Ilha e que a do sítio Santa Cruz, vizinho ao Salvaterra, que logo depois conheci, era do seu avô materno. Nesta, sua mãe lhe contava que havia um quarto onde se enterravam os escravos no “tempo da escravatura”. Além das ruínas da casa

– alguns pilares, vestígios de paredes e calçamento –, há ainda as ruínas do engenho de seu avô e o canaleta de pedra que levava a água da cachoeira ao engenho. É possível, ainda, localizar-se no local um piso feito de cal de ostra que à época do engenho servira como “enxugador de café”, mais tarde foi reutilizado para “enxugar o arroz” antes de ser socado.

Em Marujá muito eu já havia ouvido falar do “tempo da escravatura”, tempo, aliás, que é do conhecimento de praticamente qualquer pessoa idosa nascida num sítio da IC. Para se compreender o profundo significado que este tempo assumiu na história local é importante observarmos a seguinte narração que ouvi quando de minha visita ao sítio Santa Cruz:

“No tempo que foi liberado os escravos, então, muitos ficaram alegres, outros ficaram tristes. Aí, tinha um patrão deles que era muito bom para eles e eles também eram muito bons para o patrão deles e eles estavam fazendo uma canoa de canela preta. Aí, o patrão falou assim: ‘Já que vocês estão fazendo a canoa e vocês são liberados fiquem com a canoa pra vocês dois’. Aí, fizeram tudo, banquiaram, tudo bem banquiadinho e [disseram]: ‘agora vamos dividir’. Aí, eles cortaram a canoa no meio” (JC-04/12/1993)

Certamente que é uma piada, como outras tantas que me divertiram nesta minha primeira visita aos sítios Salvaterra e Santa Cruz, pois “uma canoa cortada ao meio não tem nenhuma serventia, estaria inutilizada”, esclareceu-me o narrador desta piada.

É justamente desta familiaridade com o cotidiano cômico, e também com o nem tão cômico assim, do tempo da escravatura que podemos ir reconstituindo uma história que não está necessariamente perdida no passado, pois pertence também ao tempo presente. Ou seja, o conhecimento deste tempo da escravatura não foi adquirido através do livro didático, mas do repertório das lembranças de quem ouviu na infância as histórias de seus avós ou de seus próprios pais, pois num ou noutro caso o pai “já era menino grande quando acabou a escravatura” (MP, 18/07/1990).

Quanto à hidrografia da IC, esta parece ter sido condição natural significativa para seu povoamento pelo que tem sugerido a disposição das ruínas da Ilha e referências históricas. Muitas vezes o nome dos morros de onde partem as cachoeiras. A maior parte destas cachoeiras apresentam “considerável volume de água, sendo que de muitas se aproveitaram os antigos lavradores como força motriz para os seus engenhos de pilar arroz, de moagem de cana ou serrarias” (Almeida, 1946c, p.25).

Do sítio Salvaterra fomos a pé para o sítio vizinho, o Santa Cruz, onde conheci uma das raras famílias que resistiram à fiscalização à época da desapropriação, lá permanecendo apesar das perdas que isto significava, principalmente no que diz respeito às relações de vizinhança e, com certeza, às novas condições de vida impostas pela legislação ambiental. Com um dos membros desta família, que é primo de um dos senhores que me acompanhava, eu e o grupo seguimos mata a dentro por uma picada bem conservada. A picada que seguíamos nos levaria à proximidade das ruínas do casarão do Santa Cruz, acima referido, que hoje, já bastante coberto de mato, não está mais tão só pois desde o final do ano de 1992, ele participa silencioso da vida de uma pequena família de índios Guarani que para lá foram por autorização da prefeitura de Cananéia. Enquanto cruzávamos a roça dos Guarani em direção à cachoeira, que me haviam prometido conhecer, o senhor que reside no Santa Cruz e que tem observado as necessidades por que vêm passando os Guarani lamentou que não tivéssemos levado nenhum alimento para presentear-los. Disse-nos já ter feito esta crítica há poucos dias a uma pessoa que costuma levar turistas, estrangeiros principalmente, para conhecer os índios.

Percorrer este caminho até as ruínas do Sta Cruz, embora não muito longo (aproximadamente 2 Km), foi um dos acontecimentos mais significativos para minha pesquisa. Enquanto caminhávamos os dois primos iam recordando para eles mesmos e mostrando para mim o local onde há duas ou três décadas atrás erguia-se a casa de um e outro compadre e comadre, a localização de um pomar, de um terreiro, etc.

Nesta visita, a pesquisadora também aprendeu que, na realidade, não estava caminhando por uma mata original ou virgem, como por vezes pensamos quando visitamos áreas de preservação ambiental, mas pelo que se denomina de capoeira que são matas secundárias crescidas sobre antigos campos de cultivo, e que constitui uma parte da vegetação da planície de encosta da IC. Para os leigos, é quase impossível diferenciar uma mata virgem de uma capoeira, mas para os botânicos e lavradores isto é muito fácil pois as formações vegetais são tão diferenciadas a ponto de determinadas espécies vegetais ocorrerem em uma e não em outra. Mas este conhecimento não para aí, para o olhar do lavrador as características de uma capoeira permite precisar quantas roçadas aquele solo já suportou, qual tipo de cultivo ele recebera, e por quanto tempo a terra está descansando desde sua última colheita. O tempo de plantar dependia deste conhecimento pois este orientava a escolha de uma área para o roçado, o tipo cultivo que seria efetuado e a produtividade da colheita. O saber do lavrador-caçador-pescador da IC é uma somatória de conhecimentos geográficos, climáticos e biológicos, ele é um conhecedor dos solos, dos ventos, das estrelas, das águas, da fauna e da flora. Mas, este conhecimento não deve ser pensado apenas como complementar ao das várias áreas das ciências naturais, pois há nele um aspecto que estas ciências têm apresentado dificuldades para levar em consideração, trata-se do caráter integrativo entre o homem e a natureza.

Um exemplo desta integração pode ser avaliado pela quantidade e variedade faunística da IC. Não é preciso repetir que o Parque expropriou os sítiantes da Ilha de grande parte de seus valores materiais e afetivos com o intuito de melhor proteger e preservar o mundo natural, a rica fauna característica da Mata Atlântica, no entanto, quase todo ex-sitiente da IC avalia que a quantidade de animais de caça encontrados na Ilha hoje não se compara ao que havia na época dos sítios. Muitos deles, inclusive, eram verdadeiras pragas para as roças, como o porco do mato e o cateto. Os ex-sitiantes não crêem, porém, que tenha havido caça predatória após a expulsão dos moradores como ocorreu com o palmito, mas que os animais,

que de certa forma dependiam do alimento fornecido pelas roças e pelas árvores frutíferas, tenham migrado para o continente, pois até mesmo o tatu, bastante pesado, é capaz de cruzar a nado o canal de Ararapira, embora muitos deles morram. Se a condição de Parque pressupõe a proteção da fauna, fica sempre indicada a dúvida: “no tempo que era liberto para caçar havia caça e hoje não, por que?” (AM-06/12/1993).

A ILHA E SEUS MONUMENTOS

Muitos são os autores, antropólogos e historiadores, que têm procurado delinear, enquanto categoria histórico-cultural, as formas de valorização da natureza na sociedade ocidental (Tuan, 1980, 1983; Leach, 1985; Thomas, 1988; Corbin, 1989). Os meios mais industrializados da cultura ocidental, por exemplo, têm manifestado uma oposição extrema entre natureza e cultura (Moscovici, 1975). Esta dicotomia está estreitamente vinculada a outras oposições de seu pensamento que subentende um sistema de atribuição de valores, como tradicional/moderno, subdesenvolvido/desenvolvido, selvagem/domesticado, primitivo/civilizado, rural/urbano, estático/dinâmico, etc. (Le Goff, 1990).

Alguns destes estudos mostram também que a preocupação com o meio ambiente é uma questão bastante moderna (Thomas, 1988; Corbin, 1989; Williams, 1989). Isso significa que, enquanto objeto de estudo, a questão ambiental tem suscitado reflexões não apenas sobre a problemática atual da relação homem-natureza mas também sobre a história desta relação. Se a história ocidental não é explicitamente uma história ambiental, podemos apreender as práticas sociais da natureza “pelas idéias que uma sociedade tem de si mesma, pela idéia que ela tem de seu meio ambiente e pela idéia que tem de sua intervenção sobre este meio ambiente” (Descola, 1988, p.19).

Assim, descrevendo minimamente os aspectos paisagísticos e ecológicos da IC, procurou-se transmitir as condições sob as quais se justifica a existência do Parque, criar a imagem que inicialmente nos faz sentido sobre o Parque, o de ser um raro exemplo de preservação da Mata Atlântica. A descrição de Marujá como balneário turístico reificou também a imagem paisagística anterior. Mas, em Marujá começou a delinear-se um contraponto entre um *tempo-espaço antigo* e um *tempo-espaço presente*.

Desta forma, na segunda parte do texto, o sítio (tempo-espaço de antigamente) foi se introduzindo nos contornos de uma “paisagem de grande valor cênico” e, assim, a Ecologia foi cedendo lugar à História. Como numa viagem no tempo-espaço, descortinou-se uma época imediatamente anterior à existência do Parque, a dos sítios.

O trabalho de campo não me possibilita a observação direta de um modo de vida, ou modo de apropriação do espaço IC anterior ao Parque, mas a reconstrução deste através dos relatos dos ex-sitiantes e também a reconstrução deste a partir de indícios ou marcas inscritos no próprio espaço IC, que são também referenciais concretos para as lembranças a mim narradas, não especificamente necessários para o processo de evocação da memória mas extremamente importantes quando enfocados como, digamos, marcas de expressão impostas sob a face da IC.

Certamente, a partir da relação entre memória social (ou coletiva) e história, estarei aqui, tanto quanto Bosi (1987) e Le Goff (1990), procedendo a variações sobre um tema tão caro às ciências sociais, o de que “a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (Le Goff, 1990, p.426).

Quanto a estes silêncios da história e no que diz respeito às populações litorâneas, Diegues referiu-se provocativamente, durante o

Seminário Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, a um problema ético: “ponham-se na pele dessas populações caiçaras que historicamente foram marginalizadas pelos grandes ciclos econômicos. Começaram a perder daí, foram empurradas para os remanescentes de mangues e florestas em lugares normalmente íngremes que ninguém queria viver há cinquenta anos atrás, desenvolvendo uma convivência até bastante harmoniosa com essa realidade. De repente chega o Estado e diz: olha Senhores, muito obrigado pelo seu papel histórico e ponham-se na rua” (1991, p.19).

Não é apenas pelo fato de grande parte de nossa história ser ainda de caráter oral que a faz ser escamoteada no âmbito das diretrizes governamentais, mas devido também ao lugar que ela ocupa num sistema de valores mais abrangente: memória/história, antigo/moderno, rural/urbano etc.

Quanto a este aspecto, e ligado à própria produção do conhecimento sociológico, Martins (1986, p.17) observa que a Sociologia surge já caracterizada pela ambigüidade própria das condições sociais e históricas em que nasceu – da antítese conservadorismo/racionalismo surgem os pares de idéias opostas: comunidade/sociedade, autoridade/poder, status/classe, sagrado/profano, alienação/progresso –, e, assim, uma reflexão crítica sobre a dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo, expressa através da particularização do conhecimento em Sociologia e Sociologia Rural, deve levar em consideração a ambigüidade de origem da Sociologia.

A importância de Martins para este estudo é que ele me ajuda a compreender o lugar da natureza no sistema de valores da sociedade ocidental e, conseqüentemente, o lugar dos homens na sociedade ou o tipo de relação entre os homens sob um dado sistema de valores para com a natureza.

Para Martins, “a hipótese consiste basicamente em que a *ambigüidade de origem da sociologia desdobra-se* [em] *dicotomias* [tradicional/moderno, rural/urbano, tradicional/racional, pré-capitalista/capitalista etc.], *de tal modo que em cada termo da dicotomia não haja ambigüidade e que na interpretação da vida o mundo é que pareça ambigüo*” (1986, p.23; grifos do autor).

A Sociologia Rural surge da necessidade de explicação para uma situação de crise de duas dimensões: a da migração do campo para a cidade e, conseqüentemente, o despovoamento do campo; e a da invasão do campo pelas cidades e, conseqüentemente, a urbanização do meio rural. Neste aspecto algumas questões são colocadas: a crise é do sistema social global ou do sistema social rural; e, ainda, o que é o rural (Martins, 1986, p.24-26). Ao arrolar as várias características do rural, Martins salienta uma que para ele “sobra” nas tendências da Sociologia Rural, a da diferença ambiental, ou seja, na polarização rural-urbano a preponderância da natureza sobre a vida social rural aparece como marcante. Mas, a natureza não é vista aí como historicamente determinada, ou seja, “como configuração determinada pelo estado das relações cidade-campo. A natureza aí, portanto, não aparece relativizada e redefinida na sua significação em termos sociais e históricos. Ela aparece como entidade reificada, como coisa alheia à interferência e produção humanas, como dimensão causal. O rural seria, portanto, nesse contexto, um rural natural. (...) Nesse caso, a constatação implicitamente contém a idéia de que o mundo está polarizado em rural e urbano, o pólo rural tem uma existência anormal no conjunto da realidade e essa anormalidade advém de que o rural ainda é natural” (1986, p.29). Desta forma, a superação da crise e a questão das transformações sociais advindas da relação campo-cidade têm sido enfocadas evolutivamente, como a superação do rural pelo urbano (1986, p.33).

Certamente o rural existe pois, conforme Martins, o rural não é uma ficção, ele existe como resultado de uma forma específica de construção da realidade social da sociedade capitalista. O rural, portanto, “é um ponto de partida, mas não pode ser, ao mesmo tempo, o ponto de chegada” (1986, p.37), significando então que na construção de um objeto sociológico não é possível prescindir-se da análise crítica do processo histórico.

Quando eu digo que, a partir da memória de meus entrevistados, eu tive acesso às informações sobre o modo de vida dos sítios da IC, isto não significa, no entanto, que eu vá apenas tentar reconstruir este modo de vida,

ou seja, não pretendo apenas (re)tirar desta memória a forma de uma organização social de nosso passado histórico, mas tentar refletir sobre o sistema de valores mais abrangente do qual aquele modo de vida faz parte, refletir sobre o tempo presente de simultaneidade de tempos-espacos. Esforço-me, portanto, em não descaracterizar dimensões tão diversas, como as de local e global e memória e história, e ao mesmo tempo propor a existência de um objeto que está na intersecção destas dimensões.

Recordando, Martins detecta que a diferença ambiental é o que “sobra” entre as várias diferenças entre campo e cidade apontadas pelas diferentes tendências da Sociologia Rural. A tendência a focar o rural como natural (e, conforme o autor, o urbano como social), em função da ausência de relativização de sua posição social e histórica, não parece configurar a situação atual em que partes (ou fragmentos) deste rural é concebido como natureza intocada (ou intocável), como natureza reificada, “como coisa alheia à interferência e produção humana”? Se o rural costuma preencher um lugar no sistema de valores abrangente, o de uma condição a ser superada em função da idéias de modernização e desenvolvimento (perspectiva evolucionista do processo histórico), por exemplo, e, neste aspecto, sua posição histórica tem sido também a de um tempo passado (tradicional) a ser superado, então, qual é a posição das áreas de preservação neste mesmo sistema de valores? Será que ao destinar áreas deste rural à preservação não se estará naturalizando-o duplamente? Neste sentido, os fragmentos deste “rural natural” agora preservados não estão como que fora da história, isto é, enquanto áreas designadas à preservação devido certas qualidades especiais compatíveis à idéia da natureza *em si* não estariam elas como que representando uma existência a-histórica?

Este raciocínio permitiu desviar minha perspectiva para o Parque enquanto um “estado das coisas”, gerado a partir de um acontecimento que tem algo a dizer sobre nossa sociedade.

Para Nora (1976, p.181-3), há na atualidade uma verdadeira produção do acontecimento, estritamente ligada à chamada mundialização. Desta

forma, a história deixou de ser algo do passado para ser, a partir da *mass media* o imediatamente vivido. A problemática ambiental é algo imediatamente vivido mesmo que não numa “participação ativa [pois grande parte da humanidade “sofre-a” a partir dos meios de comunicação apenas], mas está ligada à inquietação, à angústia da História contemporânea” (Nora, 1991, p.47). Desta forma, não é difícil sugerir que a história *mass media* também assuma um aspecto de experiência vivida. O ouvir dizer sobre o maravilhoso (natureza intocada), sobre as profecias do final dos tempos (destruição da vida sobre a Terra) ou da redenção da humanidade (proteção e preservação do mundo natural), etc., tanto quanto a experiência ativa concreta fixa-se na memória como se fosse experiência vivida e plena de significado.

Para retirar do *locus* deste estudo o caráter de “acontecimento produzido” conforme Nora, vou pensá-lo como um acontecimento memorável, pois cada vez que um governante decreta uma determinada área à preservação do mundo natural, temos motivos para comemorar mudanças de postura perante a natureza. Desta forma, paralelamente e enquanto parte do acontecimento *mass media*, há acontecimentos memoráveis dignos de nota e indiscutíveis enquanto fatos históricos. É desta forma que concebo a transformação da IC em Parque Estadual em 1962. Agora, uma coisa é discorrer sobre quando e onde surgiram os primeiros parques nacionais ou estaduais ou outras unidades de conservação, como foram implantados, etc., outra coisa é tentar refletir sobre o que diz o Parque acerca da sociedade que o erigiu. O PEIC é um monumento à preservação ambiental, um monumento que diz algo, “fala” sobre uma humanidade redimida de seu mal maior, o de ter processado ao longo de séculos a destruição contínua e implacável do mundo natural.

O termo *Monumento Natural* aparece explicitamente desde as primeiras disposições governamentais acerca da preservação ambiental⁸, porém, o

⁸A constituição brasileira de 1934, que “definiu as responsabilidades da União em proteger belezas naturais e monumentos de valor histórico, afirma em seu artigo 134 que

raciocínio aqui desenvolvido segue também a linha de Serrano (1993) sobre *A invenção do Itatiaia*, estudo em que a autora reconstrói o processo histórico de monumentalização de uma parte da Serra da Mantiqueira, concebida como “lugar exemplar da natureza”, o Parque Nacional do Itatiaia (divisa dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro). Conforme Serrano, “inventa-se com os parques nacionais um espaço próprio para a natureza intocada. Ocorrendo, assim, algo como a definição pelo homem de espaços a serem protegidos dele mesmo” (1993, p.25).

Os requisitos das áreas destinadas à preservação, bem como os objetivos gerais e definidores dos parques parecem mesmo fazer justiça à idéia de monumento⁹, ou seja, como uma obra que tem como objetivo testemunhar e perpetuar para a sociedade determinados valores de sua história, os legados considerados dignos de memória, conforme Le Goff (1990, p.535-53).

os monumentos históricos artísticos e naturais gozam de proteção e cuidados especiais da Nação, dos Estados e Municípios” (Diegues,1993:34).

⁹Anexo do Decreto n.25.341, de 04/06/1986 – Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas: Art.1º, parág.3º- O objetivo principal dos Parques Estaduais reside na preservação dos ecossistemas englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem.

Art.2º Serão considerados Parques Estaduais as áreas que atendam às seguintes exigências:

I – possuam um ou mais ecossistemas totalmente inalterados ou parcialmente alterados pela ação do homem, nos quais as espécies vegetais e animais, os sítios geomorfológicos e os “habitats” ofereçam interesse especial do ponto de vista científico, cultural, educativo e recreativo, ou onde existam paisagens naturais de grande valor cênico;

II – tenham sido objeto, por parte do Estado, de medidas tomadas para impedir ou eliminar as causas das alterações e para proteger efetivamente os fatores biológicos, geomorfológicos ou cênico que determinaram a criação do Parque Estadual [sobre o Plano de Manejo (Art.7º): VI – Zona de Recuperação: é aquela que contém áreas consideravelmente alteradas pelo homem. (...) As espécies exóticas introduzidas deverão ser removidas e a restauração deverá ser natural ou naturalmente agilizada. O objetivo geral de manejo é deter a degradação dos recursos ou restaurar a área];

III – condicionem a visitação pública a restrições específicas, mesmo para propósitos científicos, culturais, educativos ou recreativos.

Mesmo que o debate atual sobre a questão da preservação ambiental já contemple a problemática da situação das populações residentes em tais áreas, cujo argumentação básica consiste no reconhecimento da relação existente entre diversidade biológica e diversidade cultural, a visão ainda dominante de preservação no Brasil é, conforme Diegues (1993), ainda extremamente conservadora, no sentido de privilegiar a idéia de uma natureza intocável, de grande valor cênico e científico.

A idéia do monumento permitiu-me detectar mais claramente as diferentes apropriações da Ilha. Para Le Goff (1990), não existe a memória coletiva bruta, e, neste caso, o autor se refere tanto à forma de explicitar a história nas sociedades sem escrita quanto naquelas com escrita. O que se pretende conservar e transmitir como história para as gerações futuras é sempre uma seleção, consciente ou inconsciente (intencional ou não), efetuada sobre o conjunto dos acontecimentos compartilhados coletivamente. O monumento é uma das formas de perpetuação dos acontecimentos memoráveis, que permitem a evocação de certos contextos do passado de uma dada sociedade ou cultura. Até mesmo o documento escrito, verdadeiro testemunho para a escola positivista, pode ser focado como um monumento escrito. “Todo o documento é mentira. (...) qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por demonstrar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (1990, p.548). E, ainda, na ausência dos documentos escritos mitos, sonhos, fábulas, palavras, paisagens, árvores, campos de cultivo, pedras, enfim tudo o que de alguma forma expresse o homem são os documentos da história.

Como um “monumento-documento” de nosso tempo sobre a idéia de natureza e um tipo de relação homem-natureza, o PEIC “fala”, a partir do seu não-dito (o esquecido), da multiplicidade do tempo, ele expressa os muitos semblantes do tempo. Já demonstrei como o tempo-espaço dos

sítios emergiram, semelhante à descoberta do olho mágico, como que por trás do Parque. Não se trata, porém, de um tempo-espaço “morto”, enterrado no passado, pois os sítios permanecem atuantes na forma dos existiantes conceberem a IC ainda hoje: as pessoas não pensam na Ilha mas nos sítios, nos nomes dos sítios e nos nomes das famílias que compunham estes sítios; pensam nas cachoeiras de onde provinha a água de beber, de banhar, de lavar; pensam nas árvores frutíferas de seus próprios sítios e naquelas herdadas que estão localizadas em outros sítios; nas ruínas de suas casas ou de seus parentes, ou nos vestígios (uma árvore, um calçamento de pedra, uma capoeira) que permitem localizá-las, etc.

Em síntese, os diferentes indícios (Mata Atlântica, manguezal, rios e cachoeiras, mar, animais, flores, árvores frutíferas, capoeiras, ruínas etc.) observados sugeriram diferentes formas de apropriação da IC. Neste sentido, o olho mágico consiste em enfocar diferentes modos de valorização de um mesmo espaço, talvez até seja possível dizer que a observação nos revelou uma mágica: a capacidade criativa dos sistemas sócio-culturais de estabelecer diferentes tipos de relação homem-natureza.

Como monumento-documento, o PEIC informa sobre a sociedade que o produziu e, portanto, ao selecionar o que deve ser transmitido ele é memória e esquecimento. Desta forma, ele é verdadeiro porque simboliza para a história contemporânea, angustiada sobre o peso de um sistema de práticas e valores que ameaça sua própria sobrevivência, a redenção e a esperança. É portanto uma obra memorável. Ele é falso porque é esquecimento (voluntário ou involuntário), da história dos sujeitos que contribuíram para sua conservação, portanto, por significar a reprodução de um sistema de valores e práticas, que ao longo de sua própria história tem esquecido (escamoteado) tudo e/ou todos que não conduzem com suas idéias de desenvolvimento.

Retomando Nora (1976), talvez, deveríamos nos perguntar por que estes acontecimentos do *mass media* fixam-se ou adquirem significados – inquietam e angustiam a história contemporânea. As críticas às ideologias do

progresso e da modernização, por exemplo, produzem uma “desconstrução” sobre o sistema de valores da história ocidental, e assim aquelas idéias apresentam-se como os mitos das sociedades ditas complexas. O que significará então a “necessidade” ou o desejo da busca de uma natureza *em si*, preservada como que numa pureza primordial, como o esforço de edenização de um tempo-espço? O PEIC é um monumento-documento de nosso tempo sobre a busca e a preservação de uma natureza *em si*? Será, então, mais um de nossos mitos?

ABSTRACT: This essay is a reflex about the use of legal diplomas as a manner in wich the brazilian society values nature. It compares two different societies living in the Cardoso island State Park, in relation to their perception to the legal diplomas. It questions if this document, does not represent a form of payment to the natural world, this is, if I pay I can destroy; and voluntary or involuntary, would not be reproducing a dicotomy nature-culture so common in the westerns societies, as observed by the social sciences.

KEYWORDS: anthropology, environmental thematic – São Paulo, nature, value system.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A.P.de O forte da Ilha Comprida: a Ponta da Trincheira, uma lenda interessante. *Rev. Arquivo Municipal*, São Paulo, vol.XX, AnoII, fev.,1936a.
- _____. O padrão de Cananéa. *Rev. Arquivo Municipal*, São Paulo, vol.XXX, Ano III, dez., 1936b.
- _____. Da decadência do litoral paulista. *Rev. Arquivo Municipal*, São Paulo, vol. CVII, Ano. XII, 1946a.
- _____. Da ação dos piratas e fortificações do litoral. *Rev.Arquivo Municipal*, São Paulo, vol. CIX, Ano XIII, jul/ago., 1946b.
- _____. Memória histórica da Ilha do Cardoso. *Rev. Arquivo Municipal*, São Paulo, vol.CXI, Ano XIII, 1946c.

- _____ Memórias memoráveis. *Rev. Arquivo Municipal*, São Paulo, Vol.CXX, Ano XV, out/nov/dez., 1948.
- _____ A Ilha Comprida. *Rev. Arquivo Municipal*, São Paulo, vol. CXXXVII, Ano XVII, out/nov/dez., 1950.
- _____ As grandes enchentes. *Rev. Arquivo Municipal*, São Paulo, vol CXLII, Ano XVIII, ago.1951.
- ÂNGELO, S. et alii *Ilhas do litoral paulista*. São Paulo: Secr.do Meio Ambiente/ Div. de Reservas Estaduais, Secr. da Cultura/ Condephaat/ USP- Dep.Geografia, 1989.
- BACHELARD, G. *O novo espírito científico*, A poética do espaço. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Pensadores).
- _____ *A terra e os devaneios do repouso*: ensaio sobre as imagens da intimidade. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BOSI, E. *Memória e sociedade*. São Paulo: Edusp, 1987.
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*, Estudos sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.
- Consórcio Mata Atlântica – Universidade Estadual de Campinas (org.). “Reserva da Biosfera da Mata Atlântica”, *Anais do Seminário Nacional*. Campinas/ São Paulo, 1991.
- CORBIN, A. *O território do vazão*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- DESCOLA, P. *La selva culta*. Ecuador: Ediciones Abya-Yala; Instituto Francés de Estudios Andinos (IFEA), 1988.
- DIEGUES, A.C.S.A. Pesca e marginalização no litoral paulista. São Paulo, 1973. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____ *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____ In: Consórcio da Mata Atlântica – Universidade Estadual de Campinas, cima.

- _____. *Populações tradicionais em Unidades de Conservação: o mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre População Humana e Áreas Úmidas do Brasil, 1993. (Série: Doc.e Relatórios de Pesquisa, n.1).
- FUKUI, L.F.G. *Sertão e bairro rural* (parentesco e família entre sítiantes tradicionais). São Paulo: Ática, 1979.
- Fundação SOS Mata Atlântica *Dossiê Mata Atlântica*. São Paulo: Fund.SOS Mata Atlântica. 1992.
- Jornal *O Estado de S.Paulo*, 25 de julho de 1993. Ecologia – Ameaçado controle ambiental da Ilha do Cardoso.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Ed.Unicamp, 1990.
- LEACH, E. “Anthropos”; “Natureza/Cultura”, in: *Enciclopédia Einaude*, vol.5, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.
- LECOCQ-MULLER, N. *Tipos de sítiante em algumas regiões do Estado de São Paulo*. São Paulo, 1946. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MARTINS, J.de S. As coisas no lugar (da ambiguidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo). In: MARTINS, J.S. (org.) *Introdução crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MOSCOVICI, S. *Sociedade contra natureza*. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.
- MOURÃO, F.A. *1971 *Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial*. São Paulo, 1971. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MUSSOLINI, G. Cultura Caiçara. In: CARONE, E.(org.) *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Col. Estudos Brasileiros, v.38).
- NORA, P. O retorno do fato. In: LE GOFF, J. (comp.) *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- OLIVEIRA, L.H.D.C.L. (coord.) Curso de integração: ambiente, preservação e educação, São Paulo: Coord. da Pesq. de Recursos Naturais, Secr. de Agric.

- e Abastecimento, Dep.Estadual de Proteção de Recursos Naturais, s.d. (Programa Permanente de Educação Ambiental).
- PEREIRA DE QUEIROZ, M^a I. (orient.) *Vale do Ribeira – Pesquisas Sociológicas*. São Paulo: Convênio DAEE-USP, 1967.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M^a I. & GARCIA, L.F. “sitiantes brasileiro e as transformações de sua situação sócio-econômica” *Cadernos*, n.1, 1^a Série, mar.1968. Centro de Estudos Rurais e Urbanos -CERU.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M^a I. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- SERRANO, C.M^a de T. *A invenção do Itatiaia*. Campinas, 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.
- SILVA, W.S.da & FORNASARI Filho, N. *Unidades de conservação ambiental e áreas correlatas no Estado de São Paulo*. São Paulo: Inst. de Pesq. Tecnológicas-IPT, 1992.
- THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- THOMPSON, E.P. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TSUKIOKA, C.G. De Itaquatiara a Parque Estadual da Ilha do Cardoso: o sentido da mudança, XII Encontro de Etologia, *Anais de Etologia* n.12, 194.
- TUAN, Yi-Fu *Topofilia*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.
- _____. *Espaço & lugar*. São Paulo: Difel, 1983.
- WILLIAMS, R. *O campo e a cidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- WOORTMANN, E.F. O sítio camponês. *Anuário Antropológico/81*, Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983.

DESENVOLVIMENTISMO E AMBIENTALISMO NO LITORAL SUDESTE: O MOVIMENTO POLÍTICO E DAS IDÉIAS ENTRE ECOLOGISTAS E MORADORES TRADICIONAIS

Ruben Caixeta de Queiroz

RESUMO: Este artigo procura mapear o surgimento e a dinâmica dos principais atores do movimento ecológico no estado de São Paulo. Através de uma síntese deste processo, com base em dois estudos de caso (Trindade no litoral sul do Rio de Janeiro e Juréia no litoral sul de São Paulo), analiso as alianças e conflitos deste movimento com o Estado e as populações tradicionais (pescadores, coletores e pequenos agricultores).

UNITERMOS: Movimento Social, Ecologia, Ambientalismo, Natureza, Cultura, Conservação, Desenvolvimento.

“No momento em que aprendemos o ‘respeito’ que a teoria da física impõe para com a natureza, devemos aprender igualmente a respeitar as outras abordagens intelectuais, quer sejam as tradicionais, dos marinheiros e camponeses, quer as criadas pelas outras ciências. Devemos aprender, não mais julgar a população dos saberes, das práticas, das culturas produzidas pelas sociedades humanas, mas cruzá-las, a estabelecer entre elas comunicações inéditas” (Ilya Prigogine).

A década de setenta e o início da de oitenta são marcados por projetos desenvolvimentistas de ocupação do litoral sudeste. Contra este

processo, em luta para a preservação dos espaços naturais e das formas tradicionais de vida da população local, aparecem as principais lideranças do movimento ambientalista no estado de São Paulo. No final da década de oitenta e início da de noventa, os ecologistas ganham espaço na mídia, o movimento se institucionaliza, muda de estratégia política, se alia na maioria das vezes com o Estado e entra em conflito com “os moradores tradicionais”. Os pequenos agricultores e pescadores artesanais que não foram incorporados à sociedade de mercado dos “anos desenvolvimentistas” – especialmente à indústria turística – estabelecem-se nos locais de mais difícil acesso (ilhas, montanhas, áreas sem ligação por estrada etc.). Estes espaços passam a ser considerados pelas instâncias legislativas, agências estatais e ambientalistas como prioritários para a criação de unidades de conservação ambiental. Os “moradores tradicionais” que já haviam reorganizado suas estratégias políticas e códigos culturais por imposição do desenvolvimentismo, devem novamente modificá-los em função das normas e regras restritivas do uso e ocupação da terra e exploração dos recursos naturais colocadas pelo ambientalismo. Tentaremos a seguir compreender este processo através do estudo de dois casos.¹

O CASO TRINDADE

O início da articulação do movimento ecológico em São Paulo acontece no começo dos anos setenta.² Algumas entidades surgem em torno de mobilizações mais gerais e outras contra projetos específicos,

¹ O texto aqui apresentado é uma síntese de alguns pontos da nossa tese de mestrado em antropologia pela Unicamp. Cf. Caixeta de Queiroz (1992).

² Com destaque nacional, surge em 1971 no Rio Grande do Sul a Agapan (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural). Liderado por Lutzemberger, este movimento ecológico tinha uma postura combativa ao regime autoritário. Já a FBCN (Fundação Brasileira para Conservação da Natureza) foi criada em 1958 no Rio de Janeiro, por uma elite de naturalistas e filantropos que tinham a preocupação quase que unicamente conservacionista. Cf. Zhouri (1992, p.54).

considerados nocivos ao meio ambiente.³ Uma referência importante da consolidação deste movimento é a luta em 1977/1978 contra a construção do aeroporto metropolitano nas matas de Morro Grande, em Caucaia do Alto, município de Cotia (SP). Nesta ocasião destaca-se a criação e atuação da CDPC (Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade). Um outro acontecimento importante nesta década foi o confronto entre caixaras (pescadores do litoral) no sul do estado do Rio de Janeiro (município de Parati), apoiados por algumas pessoas da classe média paulistana, e uma multinacional. A leitura de duas dissertações em antropologia (Lhotte, 1982 e Andrada e Silva, 1979), que descrevem este último acontecimento, permitiu-nos retrair a estruturação do movimento ambientalista em São Paulo e conduziu-nos a diversos outros eventos e personagens que mais tarde ocupariam a cena da questão ambiental.

A construção da rodovia Rio-Santos, como a da Transamazônica e da Belém-Brasília, fazia parte do “Programa de Integração Nacional” do governo militar, onde o objetivo a ser alcançado seria a ocupação dos “espaços vazios” e o desenvolvimento acelerado.⁴ A abertura da Rio-Santos em 1972 marcou o início da ocupação mais ativa do litoral ao longo desta estrada. O governo federal – através da Embratur – considerava esta região como prioritária para o desenvolvimento turístico. Uma empresa francesa, a SCET Internacional, foi contratada com o objetivo de elaborar o projeto denominado *Turis* e recensear as possibilidades de exploração do turismo no litoral. As praias foram divididas em três categorias: a) áreas privatizáveis em lotes; b) área reservada à construção de hotéis e casas particulares; c) praias destinadas ao camping. Segundo Lhotte (1982, p.19), as praias mais bonitas tinham sido reservadas aos turistas de “maior poder aquisitivo”. A autora

³ As principais entidades em São Paulo, no começo da década de setenta, são: Sociedade de Ecologia e Turismo de Itanhaém, Mape (Movimento Arte e Pensamento Ecológico), APPN (Associação Paulista de Proteção à Natureza) e a Comissão de Defesa da Billings. Cf. Antuniassi (1989).

⁴ Dois outros projetos no mesmo período, com os mesmos objetivos, devem ser destacados: o Programa Nuclear e a Hidrelétrica de Itaipu.

ainda diz que este projeto não chegou a ser executado, embora sua influência tenha guiado as opções de desenvolvimento turístico no litoral.

Em 1973, com o incentivo dado pelo governo, uma grande multinacional, ADELA (Atlantic Community Development Group for Latin America), compra uma área litorânea no sul do estado do Rio de Janeiro com o objetivo de desenvolver o turismo na região. Como na área havia um vilarejo chamado Trindade, ocupado há mais de 300 anos por gerações de caiçaras, a multinacional necessitava “desocupar” o lugar, varrer aqueles que vivem na “tradição”, a fim de concretizar seu projeto de “modernidade”. Lhotte (1982) diz que a princípio a empresa propôs comprar amigavelmente os direitos de posse dos caiçaras. Tendo em vista que estes se recusavam a vendê-los, a multinacional passou a utilizar de outros expedientes: a violência, a intimidação, as ações judiciais, as alianças com os políticos e com os governos municipal e estadual.

A partir de 1974, alguns jovens turistas da cidade de São Paulo, que visitavam Trindade com frequência, ficam sabendo da situação e solidarizam-se com os trindadeiros. A disputa pela terra e o conflito decorrente prolongar-se-iam por mais de sete anos. Os caiçaras, aliados com os turistas, buscam num primeiro momento apoio das autoridades políticas do local e dos militares. Ao mesmo tempo, a multinacional coloca mais de 40 jagunços na área como recurso para intimidar os moradores e obrigá-los a vender suas posses. Muitos deles não resistem a essa pressão e ao dinheiro oferecido, acabam cedendo e deixando Trindade. Entretanto, com o decorrer do tempo alguns caiçaras percebem que a promessa de vida melhor em outro lugar não se concretiza e retornam à vila de origem.

O momento crítico deste conflito acontece em 1978. As famílias restantes e as que retornaram recebem ordem judicial de despejo e a multinacional coloca tratores para derrubar suas casas e começar as obras. Nesta ocasião, o caso Trindade já circulava na grande imprensa do país e aumentava o número de pessoas na cidade de São Paulo que se preocupava

com o destino dos trindadeiros. Lhotte (1982, p.12) relata o sentimento de revolta que tomava conta dela e dos turistas que visitavam Trindade:

“Frente a esta contradição, cada um sentia ódio e raiva por ver desaparecerem tais lugares. Raiva aumentada pelo fato de que o monstro destruidor era uma multinacional: a desigualdade era demais flagrante. Ódio, enquanto classe média, de ver se fecharem aos poucos o acesso aos diversos lugares da costa. Cada um de nós enxergava na comunidade, sobretudo, o que faltava na cidade, mistificando os habitantes, a sua história, querendo protegê-los e preservá-los. Cada um se jogou de cabeça nessa luta para preservar a aldeia, para preservar um ilhote paradisíaco, fazendo da multinacional o monstro, do trindadeiro o santo e de nós mesmos os salvadores – o que era um papel agradável. Esse papel obrigava a todos irem frequentemente para a aldeia onde éramos recebidos de braços abertos pela população que abria as suas casas, a sua intimidade, onde às conversas sobre a situação somavam-se as festas na praia à noite com os jovens da aldeia”.

O final da década de setenta é um período marcado pela abertura política, pelo início das mobilizações populares e pelo surgimento de diversos movimentos isolados em todo país. Os grupos ecológicos também aparecem com maior força nesta época, com destaque para a atuação de José Lutzemberger da Agapan e a campanha anti-nuclear. Lhotte (1982, p.162-163) lembra-nos que alguns militantes da esquerda encontraram no ecologismo uma forma de colocar questões políticas mais gerais e questionar os projetos e metas governamentais⁵. Neste contexto é que surge em 1978 a SDLB (Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro), composta por fotógrafos, arquitetos, engenheiros, matemáticos, músicos, estudantes e autoridades políticas; sendo seus objetivos a defesa do patrimônio

⁵ Isto teria sido possível, em um período de ditadura militar de direita, por dois motivos: primeiro porque o ambientalismo aparecia como uma questão acima dos interesses de classe – ao contrário do sindicalismo e de outros movimentos; segundo porque as próprias organizações ecológicas declaravam-se apertidárias ou apolíticas.

ecológico, cultural e histórico do litoral brasileiro, bem como a defesa da melhoria das condições de vida de seus habitantes.

A SDLB organizou junto com os trindadeiros um movimento de resistência à ocupação da área pela multinacional: são realizados shows na cidade de São Paulo, caravanas, denúncias na imprensa, assessoria jurídica e confrontos diretos com a empresa e seus funcionários (como o caso de um líder da entidade que se colocou em frente de um trator que removia terras para fazer uma barragem). Apesar da importante atuação de um reconhecido advogado em favor dos moradores, quase todas as ações judiciais são favoráveis à multinacional. Parecia que não só os políticos locais e estaduais haviam sido “comprados” pela empresa, mas também o próprio poder judiciário⁶. Depois de sucessivas derrotas, apareceram os primeiros conflitos, sobretudo aqueles relacionados à forma de encaminhar as soluções e os acordos com a empresa, entre caíças e entre estes e a SDLB. A multinacional propôs três acordos a fim de solucionar a disputa pela área. No geral, estes acordos estabeleciam que a empresa cederia uma faixa de terra para o trabalho e a moradia dos trindadeiros em troca de que estes não movessem mais ações na justiça e de que não houvesse mais resistência e confronto com os projetos da empresa. Como demonstra Lhotte (1982), a maioria dos moradores de Trindade estava a favor dos acordos, mas a maioria dos militantes da SDLB estava contra⁷. Como a

⁶ Para se ter uma idéia do absurdo das decisões judiciais, podemos citar um exemplo da “lógica” que as acompanharam. Por um lado, a multinacional ganhou quase todas as ações com alegação de que ela era a proprietária das terras e de que havia comprado os direitos de posse dos caíças. Por outro lado, a empresa havia ocupado um terreno público que a prefeitura havia doado aos caíças e, numa ação movida por estes (os proprietários neste caso) contra a multinacional (a posseira no caso), a justiça deu ganho de causa também a esta, com a alegação, inversa, de que numa situação de conflito entre o proprietário e o posseiro prevalece o interesse do último. Cf. Lhotte (1982).

⁷ Os acordos satisfaziam em parte o interesse dos moradores de Trindade, mas não o dos militantes do movimento ecológico. Os primeiros, por um dos acordos, teriam garantido sua moradia e local de trabalho, os segundos teriam perdido uma parte da praia que mais admiravam e consideravam como importante do ponto de vista da preservação.

posição da SDLB parecia insustentável diante da evidência de que os caiçaras aceitariam o acordo, os seus militantes não viam mais sentido na sua atuação, e a entidade acabou dissolvendo-se informalmente em 1979.

Com o fim da SDLB, entraram em cena as Igrejas Reformadas da Holanda. O Fundo Samoel, ligado a estas igrejas, havia financiado um projeto de atendimento e apoio à comunidade de Trindade em 1978. Através dele ficaram sabendo do que estava ocorrendo e da contradição entre sua ação e aquela praticada pela Adela. Estas Igrejas denunciaram em nível internacional as práticas da multinacional, que foi obrigada finalmente a abandonar seus planos, vendendo a área a uma empresa nacional (a Cobrasinco). Um acordo entre os trindadeiros e a nova proprietária foi assinado em maio de 1982, dando aos caiçaras o direito de posse de uma área para moradia e trabalho, onde estão até hoje.

O projeto turístico nunca foi realizado e parece encontrar mais dificuldades diante das pressões dos ecologistas e das várias restrições ambientais (definidas em lei) à ocupação da área onde Trindade está localizada⁸

Assim, o caso Trindade marca o aparecimento de um importante movimento ecológico na cidade de São Paulo preocupado em preservar áreas naturais e “comunidades tradicionais” no litoral da região sudeste do país. Possibilitou, podemos assim dizer, a formação de um quadro de ecologistas que participariam mais tarde de diversas entidades e movimentos e comporiam órgãos do Estado ligados ao meio ambiente. Como veremos a seguir, o movimento ambientalista institucionalizou-se nos anos oitenta e perdeu muito desta combatividade que vimos em Trindade. Assim confirma um ex-militante da SDLB e atualmente técnico da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo:

⁸ Mais ou menos metade da área da ex-propriedade da Adela pertence desde 1971 ao Parque Nacional da Serra da Bocaina, outra parte foi recentemente transformada em Área de Proteção Ambiental e reforçada pelo tombamento da serra do Mar pelo governo de estado do Rio de Janeiro.

“Aprendemos bastante com questões de briga de terra. Não adianta você ter o melhor advogado do país sem trabalho técnico. Você dança em juízo se você não tiver uma boa perícia. No caso de Trindade, a justiça deu ganho de causa com despejo à multinacional. Aí nós gastamos uma energia maluca com movimento, com organização dos pescadores, com passeata e com a mídia para reverter uma situação. A gente conseguiu o acordo no grito, mas judicialmente perdemos. Aprendemos que em toda briga de terra o que conta é o trabalho técnico”.

É interessante notar que a SDLB formou-se em torno de uma questão social (o direito à posse e uso da terra) e a ela vinculou uma preocupação ecológica⁹. No momento em que os caiçaras consideraram que o problema da terra estava resolvido, o movimento ecológico não se sustentou. Por um lado, isso revela que a questão ambiental no país ainda é tímida neste período: ela só alcança legitimidade política quando acionada junto com os problemas sociais de uma dada população. Por outro lado, revela que o ecologismo da década de setenta no Brasil foi, em geral, um canal aberto à contestação ao regime autoritário e aos seus projetos. Com a restauração da ordem democrática, os grupos ecológicos passam a atuar mais no campo jurídico e institucional. Ao lado disso, como o movimento ambientalista adquiriu força e legitimidade na sociedade, sua ação canalizou-se para a esfera da preservação da natureza. Veremos, então, que neste momento os moradores e posseiros mobilizados em torno da questão agrária deixam de ter os ecologistas como aliados.

Deixemos o litoral sul do Rio de Janeiro e vamos para o litoral sul de São Paulo. Neste lugar os projetos desenvolvimentistas do governo militar e suas consequências também faziam-se presentes. Alguns dos mesmos atores de Trindade figuram neste outro cenário.

⁹ As organizações ecológicas mais tradicionais no Brasil e no mundo (este é o caso de entidades como: FBCN, WWF e UICN) tiveram uma formação inversa: nasceram preocupadas exclusivamente com a conservação e preservação do ambiente natural e só posteriormente incorporaram, timidamente, a dimensão sócio-política.

O CASO JURÉIA

O maciço da Juréia e suas planícies costeiras permaneciam praticamente inexplorados até o início dos anos setenta. Ofereciam uma paisagem expressiva e representativa das composições geológicas do litoral brasileiro. Segundo o geógrafo Aziz Ab'Saber, o maciço da Juréia pertence a um agrupamento de altos maciços costeiros, desligados da serra do Mar e transformados em “ilhas continentais”, guardando todas as características básicas de uma péleo-ilha continental: uma paisagem muito semelhante à famosa serra Carioca e ao Pão de Açúcar no Rio de Janeiro. O maciço da Juréia está de frente para o mar, rodeado pela mata Atlântica e pelo límpido rio Verde. Do alto da serra descem exemplares cachoeiras do tipo “véu da noiva”, em direção ao mar.

É este lugar belo, exótico e quase isolado que a Sociedade de Ecologia e Turismo de Itanhaém, sob a liderança de Ernesto Zwarg, desejava preservar e transformar numa unidade de preservação ambiental. O processo de tombamento dessa área pelo Condephaat inicia-se em 1973. Entretanto, as empresas Gomes de Almeida Fernandes e Companhia Grajaúna de Empreendimentos Turísticos tinham planos de construir nesta mesma área um condomínio para mais de 70 mil pessoas – uma verdadeira cidade. O projeto previa um conjunto de instalações (pista de pouso, clubes, marinas, campos de golfe, edifícios de apartamentos, pousadas, hotéis e outros) dirigido, como diz um conselheiro do Condephaat na época, a “uma clientela exigente e preparada psicologicamente para estar mais próxima de uma natureza verdadeira, pouco ou quase nada mexida”¹⁰. O caráter elitista do empreendimento é claro. Porém, ao contrário da multinacional em Trindade que agia de forma violenta e sem diálogo com os caiçaras e com o movimento ecológico, a empresa Gomes de Almeida procurou apoio e respaldo junto aos órgãos estatais de preservação e a figuras reconhecidas pela sua atuação na área ambiental. O projeto foi elaborado pelo escritório

¹⁰ Condephaat: processo número 0306/73 (fls. 41-44)

de Jorge Wilhem, o mesmo que mais tarde seria o secretário do Meio Ambiente no governo Quéricia, e contou com a participação de especialistas, consultores e planejadores renomados.

Neste sentido, os empresários ofereceram à Secretaria Especial do Meio Ambiente, em regime de comodato, uma área de 1100 hectares para que fosse criada uma estação ecológica, sob a condição de que ela garantisse, como órgão do Ministério do Interior, a aprovação do projeto imobiliário. Na época, a Sociedade de Ecologia e Turismo de Itanhaém e a Sociedade em Defesa do Meio Ambiente de Iguape denunciavam que a urbanização da praia do rio Verde iria degradar a região e acusam os dirigentes dos órgãos públicos de contribuírem para que tal acontecesse. Estes respondem que o projeto em questão era um dos raros exemplos de urbanização em harmonia com a natureza e não havia por quê impedi-lo. O secretário da Sema federal dizia, por exemplo, que aceitava de bom grado “esta oferta de terra tão generosa pela iniciativa privada”. Na verdade, os empresários procuravam respaldo dos ambientalistas do governo, ao mesmo tempo em que garantiam a construção de um condomínio de luxo cercado e isolado por uma das mais belas áreas naturais do estado de São Paulo, protegidas e tombadas pelo patrimônio público. Apesar das críticas que as sociedades de Itanhaém e Iguape faziam em relação à forma com que o processo de tombamento vinha ocorrendo desde 1973, o maciço da Juréia (incluindo as cabeceiras e o percurso do rio Verde até sua foz) finalmente foi tombado como bem cultural de interesse paisagístico e científico pelo Condephaat (resolução nº 11, de 25/07/79), ficando uma área reservada para a execução global do projeto urbanístico encaminhado (e aprovado) a este conselho e à Prefeitura do Município de Iguape.

Para a alegria dos ecologistas, o projeto imobiliário na Praia da Juréia foi interrompido um ano depois, exatamente por intervenção do governo militar que desejava construir duas usinas nucleares no morro do Grajaúna, ao lado do maciço da Juréia, para a tristeza dos mesmos ecologistas. No dia quatro de junho de 1980, podia-se ler: “presente do

governo aos ambientalistas no dia mundial do meio ambiente: usinas nucleares em São Paulo”. Esta foi a manchete impressa ao lado de uma caveira no *Jornal da Tarde*, quando o governo anunciou o seu plano de construir usinas no Estado em decorrência do acordo Brasil-Alemanha. Os motivos da escolha da região da Juréia para sediar as usinas eram semelhantes aos que levaram Lamarca escolhê-la para organizar a sua guerrilha revolucionária e os arquitetos para construir uma cidade de refúgio em meio à natureza: a baixa concentração populacional, a dificuldade de acesso, o relevo acidentado e a pobreza do solo para a agricultura. Estes elementos foram também os que propiciaram a preservação da área e, por isso, a luta dos ecologistas para transformá-la numa unidade de conservação.

Logo em seguida, o governo tentava evitar as críticas ao seu programa nuclear por parte de militantes da causa ecológica, criando outro decreto (nº 84.973, de 29/07/80) no qual ficava estabelecido que as usinas nucleares deveriam ser localizadas em áreas contornadas por estação ecológica¹¹. Neste sentido, uma área na Juréia de 23.000 hectares foi destinada à estação. Depois disso, a Nuclebrás (empresa do Ministério das Minas e Energia responsável pelo programa nuclear) entrou na área, interditou-a para visitas de estranhos e empregou alguns caixas em serviços de vigilância e nas obras iniciais de infra-estrutura. Entretanto, este projeto nuclear não vingou. Em 1985, já no período da “nova república”, as desapropriações não tinham sido realizadas e, como prevê a lei, os antigos proprietários poderiam reassumir novamente a posse das áreas que ocupavam. Por paradoxal que seja, a Nuclebrás havia contribuído para preservar até então a Juréia, já que ela impedia e controlava rigorosamente a entrada de pessoas na região.

¹¹ Provavelmente, este decreto foi motivado não somente por uma prevenção às críticas dos ecologistas, mas também por questão de segurança das usinas.

ANOS OITENTA EM SÃO PAULO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO ECOLÓGICO

Franco Montoro assume o governo de São Paulo em 1982 e promove a abertura dos órgãos públicos à participação dos movimentos sociais e populares, entre eles o ambientalista; fato que, segundo Antuniassi (1989, p.56), conduziu ao arrefecimento das reivindicações destes movimentos.

Muitos militantes que atuaram no movimento de Trindade e outras organizações e manifestações relacionadas à defesa das comunidades caiçaras e contra o desenvolvimentismo são absorvidos pela Sudelpa, autarquia ligada à Secretaria do Interior. Para os ambientalistas, este órgão deveria ser reformulado, pois ele havia sido criado durante o governo Laudo Natel, no auge do período militar, com o objetivo de combater as práticas revolucionárias no vale do Ribeira. Foi assim que, no governo Montoro, várias equipes foram formadas dentro da Sudelpa com o objetivo de transformá-la numa instituição voltada para a resolução dos conflitos de terra e atuação na área sócio-ambiental. Neste sentido, destaca-se a atuação do chamado “Grupo da Terra”. Com a experiência de participação em movimentos como o de Trindade, os ambientalistas abriram espaço no “Grupo da Terra” para encaminhar institucionalmente a solução demandada pelos posseiros: aquisição de um título jurídico da posse da terra que ocupavam. Um ex-militante da SDLB, atualmente técnico da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, considera que o novo governo do Estado ofereceu respaldo e instrumentos técnicos para a resolução de questões colocadas pelos movimentos sociais:

“Nós realmente fomos cooptados pelo Estado, mas estou convicto de que não teríamos resolvido uma série de questões se não tivéssemos entrado para o governo: demarcamos todas as aldeias guaranis em São Paulo, atendemos mais de 125 conflitos de terra e resolvemos outros conflitos graves”.

Em 26 de abril de 1983 foi criado um importante instrumento de participação e atuação das entidades ambientalistas: o Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente), ligado diretamente ao gabinete do governador. Neste Conselho e na Sudelpa foi planejada a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins. É importante dizer que alguns dos que entraram para os órgãos governamentais tinham sido e continuavam sendo militantes de organizações ecológicas. Esta duplicidade de atuação provocou algumas situações constrangedoras para estes técnicos-militantes, mas foi ela em boa parte a responsável pelo que os ecologistas consideram um avanço da questão ambiental. A criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins não seria, como sugerem alguns militantes e panfletos do movimento, fruto apenas de uma organização da sociedade civil e de sua pressão junto ao Estado. Tanto essa mobilização, quanto a iniciativa de pessoas e órgãos do governo, que desejavam “mostrar” para a sociedade resultados “visíveis” de sua atuação e administração, tiveram um papel fundamental no processo que levou tal acontecimento.

Como dissemos, no governo Montoro os problemas ambientais e fundiários vinham sendo tratados em conjunto dentro da Sudelpa. Aí foram formadas equipes e desenvolvidos programas como: o grupo da terra, o zoneamento costeiro, o zoneamento ambiental, os planejamentos socioambientais, entre outros. Entretanto, em 1986 Montoro extingue aquela autarquia e divide estas questões entre duas novas secretarias: a Secretaria de Assuntos Fundiários e a Secretaria de Meio Ambiente. Os ambientalistas da Sudelpa tiveram então que fazer uma opção por uma das secretarias para acomodar suas equipes; por uma estratégia política, esta opção acabou caindo na de Meio Ambiente. Mais tarde, a Secretaria de Assuntos Fundiários acabou sendo extinta; fato que confirma a previsão dos técnicos da Sudelpa de que o ambientalismo ocuparia todo o espaço político da questão fundiária. Várias daquelas equipes ligadas à Sudelpa e ao Grupo de Parques e Reservas do Consema, entre outros diversos órgãos espalhados por outras instituições, vão formar em 1986 uma das primeiras

secretarias de Estado do meio ambiente do país¹². Assim sendo, no período 1985/1986 ocorre no estado de São Paulo o fortalecimento da questão ambiental e o enfraquecimento da questão agrária. O trabalho de Paoliello (1992) mostra-nos que os posseiros e pequenos agricultores percebem muito bem essa mudança de interesse do Estado e da sociedade: os ambientalistas que até então eram seus aliados, passam a ser considerados como traidores. Eles teriam deixado a luta pela realização da reforma agrária em favor do meio ambiente. Paoliello (1992, p.363) considera que no vale do Ribeira a “traição à regularização fundiária e à reforma agrária” constitui-se num dos fatores que “unificam proprietários e posseiros contra o Estado”.

A partir de 1986, o movimento ecológico em São Paulo adquire nova feição: entidades mais voltadas para a ação política direta no final dos anos setenta – como a SDLB e a CDPC, ou aquelas que ocupam o lugar de “catalizador” e porta-voz do movimento no início dos anos oitenta – como a Apedema (Assembléia Permanente de Defesa do Meio Ambiente), cedem espaço aos grupos mais atuantes nos canais legais e institucionais do ambientalismo. Neste contexto é que surgem organizações como a Associação em Defesa da Juréia (1986) e a S.O.S Mata Atlântica (1987). Sem dúvida, a linha de atuação destas entidades veio a assumir a hegemonia no movimento ecológico no estado de São Paulo: acesso amplo à mídia, trabalho em conjunto com as agências estatais, profissionalização do movimento e apoio empresarial. É interessante notar que personagens importantes deste ecologismo participaram ativamente dos órgãos governamentais e não-governamentais que foram responsáveis pela criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins. Personagens que se reuniram mais tarde na diretoria e conselho da SOS Mata Atlântica: empresários, jornalistas que ocupam cargos importantes nos maiores jornais do Estado (*Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo*), ex-diretores de órgãos públicos federais (como

¹² Além da SMA, outros órgãos de meio ambiente criados no governo Montoro foram: Consema, Sistema Estadual do Meio Ambiente, Grupo Executivo do Meio Ambiente e Fundação Florestal do Estado de São Paulo. Cf. São Paulo (Estado) (1987).

Paulo Nogueira Neto da Sema e José Pedro de Oliveira Costa do Consema e SMA-SP) e destacados ambientalistas como Fábio Feldman e João Paulo Capobianco.

Podemos assim dizer que 1986 é um importante referencial na mudança dos rumos do ambientalismo. Em seu criativo trabalho sobre a participação dos ecologistas paulistas nas eleições para o Congresso Constituinte de 86, Zhouri (1992) mostra muito bem esta ruptura que aconteceu entre o que ela chama de “ecologistas históricos” e o “novo ambientalismo”. Os primeiros seriam aqueles representantes de uma tendência mais preocupada com a transformação de um modo de vida e com a construção de uma “cidadania ambiental”. Já o “novo ambientalismo” estaria mais preocupado com os aspectos jurídicos e institucionais. Zhouri comenta sobre isso:

“É a partir desse momento que a corrente nova ambientalista emerge e se estabelece como tendência dominante no cenário ecológico do país, constituindo-se como interlocutores privilegiados das agências estatais na resolução das questões e políticas públicas ligadas ao meio ambiente. Ela traz para o universo ecologista um discurso fundamentado por considerações de ordem técnico-científica e jurídica o que implica numa profissionalização maior de suas práticas sociais” (Zhouri, 1992, p.123).

A “imaturidade” do movimento “verde” teria chegado ao fim com o “novo ambientalismo”.

O MOVIMENTO EM DEFESA DA JURÉIA

Franco Montoro havia assumido o compromisso público de não aceitar a construção de usinas nucleares em seu Estado; e o ambientalismo teve nesta questão o governo como importante aliado. Como já dissemos, a Nuclebrás havia desistido das usinas nucleares na Juréia e os proprietários e especuladores imobiliários ameaçavam voltar à região. Neste momento

formou-se um movimento na cidade de São Paulo com forte mobilização da opinião pública e da imprensa para que a Juréia fosse transformada em uma unidade de conservação ambiental. Como vimos, eram cientistas, estudantes, juristas, jornalistas, arquitetos, engenheiros, biólogos (e outros profissionais liberais) e políticos de esquerda e oposição ao governo militar que desde a década de setenta vinham participando de diversos movimentos sociais, contra a especulação imobiliária no litoral e contra as usinas nucleares. Dessa mobilização formaram-se dois grupos: o “Movimento Pró-Juréia” e o “Grupo de Defesa da Juréia”. Com o apoio dos técnicos dos órgãos públicos e com a vontade política do governo, a Estação Ecológica Juréia-Itatins seria criada numa área em torno de 80.000 hectares, no dia 20 de janeiro de 1986, através do decreto estadual 24.646.

Entretanto, este decreto não dava o caso por encerrado. O movimento seguiu mobilizado através de palestras, denúncias à imprensa sobre a ameaça de realização de loteamentos e obras irregulares na Juréia, passeatas, projeções de audiovisuais e exposição de fotografias a fim de cobrar várias outras medidas para viabilizar a existência de fato da estação. No início de 1987, dois passos a mais são dados para sua implementação: 1) no final de seu período de governo, Montoro assina quatro decretos que declaram a região como de utilidade pública para fins de desapropriação; 2) no dia 28 de abril a lei estadual dando maiores garantias à Estação é assinada pelo novo governador.

Em junho de 1988 é lançada uma das maiores e mais bem sucedidas campanhas publicitárias do movimento ecológico no Brasil: “Ajude a transformar um parque de papel numa estação ecológica de verdade”. Vários bichos da Juréia feitos em *origami* procuravam passar a mensagem de que a estação ecológica existia apenas no “papel”, ou seja, na lei. Várias outras medidas (como a desapropriação e a fiscalização) precisavam ser tomadas para que a preservação fosse garantida e se cumprisse os objetivos de conservação do ecossistema e laboratório de pesquisa. Realizada gratuitamente pela empresa de publicidade Denison Propaganda, “os bichos

de papel” ocuparam espaço nos principais veículos de comunicação do país: televisão, emissoras de rádio, jornais, revistas e outdoors. A campanha culminou com uma manifestação em frente ao palácio do governador em setembro de 1988, ocasião em que lhe foi entregue um abaixo-assinado com mais de 150.000 assinaturas exigindo uma maior fiscalização e agilização na implementação da estação da Juréia. Pressionado pelas críticas e visando melhorar sua imagem junto aos ambientalistas, o governador Quéricia tomará, a partir de 1989, algumas medidas consideradas mínimas para garantir uma infraestrutura operacional adequada à preservação da Juréia: construção de um quartel para a polícia florestal; instalação de três portais indicadores de limites e a imissão de posse (instrumento legal que permite ao Estado o controle efetivo sobre uma área a ser desapropriada) em seis pontos estratégicos para a fiscalização. Durante o ano de 1990 são anunciados um plano de desenvolvimento para a Estação e a liberação de verbas para a desapropriação das terras.

A população nativa e local – que até então tinha sido expectadora dos acontecimentos, embora envolvida neles – passa a ser um ator político importante a partir de 1990. No momento em que acontece um maior controle da área por parte da Secretaria do Meio Ambiente e da polícia florestal, os moradores começam a se mobilizar para enfrentar o que consideram como limites postos à sua liberdade e sobrevivência. Como vimos, os ecologistas e técnicos da SMA não apenas sabiam da existência dessa população, como haviam atuado em seu favor na época dos conflitos pela posse da terra e na regularização fundiária¹³. Talvez os ecologistas não imaginassem que um dia os moradores da Juréia fossem organizar um movimento contra aqueles que no passado estavam do seu lado. De fato, desde a inauguração da Estação, os ambientalistas da SMA e da Associação

¹³ Apesar disso, o decreto que cria a Estação Ecológica (nº 24.646, de 20/01/86) diz apenas que ela terá a finalidade de “assegurar a integridade dos ecossistemas existentes e de proteger sua flora e fauna, bem como sua utilização com objetivos educacionais e científicos”, não constando nada sobre a população local.

em Defesa da Juréia estavam preocupados em assegurar a presença dos caízaras na área, como diz claramente um jornal do movimento:

“A existência no interior da Juréia de populações humanas mexe diretamente com o pensamento de determinadas correntes preservacionistas, que negam a viabilidade de convivência harmoniosa entre o Homem e a Natureza. Por acreditar que o Homem é parte integrante de seu meio ambiente, e na possibilidade dessa convivência harmoniosa, a Pró-Juréia tem se posicionado a favor da permanência de determinadas comunidades na área da estação ecológica. Para que isso se torne possível, é essencial que se definam com urgência o perfil dessas comunidades, levando-se em conta suas características culturais específicas e a problemática social de sua eventual realocação. As populações caízaras e ribeirinhas, as comunidades indígenas, pequenos proprietários e posseiros que mantiverem atividades compatíveis com a preservação ambiental, certamente devem permanecer nas terras que ocupam [...]” (Jornal da Juréia, ano III, Nº V, s/d).

Entretanto, o problema é exatamente o “que é compatível com a preservação ambiental”. Quem define o que é e o que não é compatível? Certamente os ecologistas imaginavam a princípio que os moradores da Juréia mantinham uma relação “harmoniosa” com a natureza. Quando eles reagiram, dizendo que suas vidas estavam sendo dificultadas e mesmo impossibilitadas na Estação, surgiu uma situação de conflito latente entre moradores e ecologistas.

A LIBERDADE E O CATIVEIRO: A POSSE DA TERRA COMO DIREITO E O DIREITO DE NELA TRABALHAR E MORAR

No seu estudo sobre os conflitos fundiários na Baixada do Ribeira, Paoliello (1992) nos faz uma excelente descrição sobre as práticas e representações dos posseiros desta região sobre os direitos de posse da

terra. Tendo como fonte privilegiada de informação os processos jurídicos sobre apropriação de terra, Paoliello (1992, p.336) considera que a terra representa para os atores envolvidos no processo conflitivo um valor capitalista e um objeto de apropriação individual. Nesta lógica, as normas de preservação ambiental são percebidas como inviabilizadoras das condições produtivas e da apropriação da posse em si. Assim diz a autora:

“A terra é percebida como valorizável, como instrumento potencializador do trabalho, e como objeto que tem preço. Portanto, é vista como reserva de valor e fonte de valorização, meio de acumulação que envolve cálculos quanto ao seu tamanho e ao seu preço; cálculos estes que indicam que a acumulação por meio da terra não passa por uma representação de seu valor como sinônimo de benfeitoria, ou seja, trabalho incorporado, e sim como um valor que se realiza na base da propriedade e da posse. [...] A preservação ambiental parece contrariar fundamentalmente as representações de direitos referidos a uma expectativa de domínio irrestrito, e uma visão ‘produtivista’ que inclui o aspecto tradicional do desbravamento e da ocupação por meio da morada e do cultivo, a fundarem o direito de propriedade, e as expectativas, mais recentemente gestadas, de acumulação, em terra e em renda monetária.” (Paoliello, 1992, p.336, 361, 365).

A região do vale do Ribeira foi até recentemente considerada uma zona de fronteira agrícola, sendo ocupada por posseiros que almejavam a aquisição de um título de propriedade, em conflito com grileiros e pretensos proprietários legais. Os casos analisados por Paoliello são bastantes pertinentes para a área específica da Juréia, pois atualmente em todo vale do Ribeira existem várias categorias de proteção ambiental e sua população convive com várias leis restritivas à ocupação e uso da terra¹⁴. Entretanto, as

¹⁴ Praticamente um terço do total das áreas que se encontram sob proteção da legislação ambiental no estado de São Paulo está localizado no vale do Ribeira. Aí existem duas estações ecológicas, quatro parques estaduais e três áreas de preservação ambiental. Além disso, há mais de 8,3 mil km² de vegetação remanescente da mata

coerções e regras de manejo dos recursos naturais são maiores e mais amplas sobre os moradores da Juréia, já que eles estão ocupando uma área que dentre as várias categorias de preservação é a mais rígida: a estação ecológica. Talvez seja por isso mesmo que estes moradores tenham elaborado estratégias específicas de luta política e reformulado códigos e práticas anteriores. Podemos dizer que, além da luta pelo *título de posse*, pelo menos três outros tipos de reivindicação estão em jogo: 1) a delimitação de uma área da Estação onde os moradores tenham liberdade de uso; 2) a indenização por um preço justo e capaz de permitir o estabelecimento das pessoas em outro lugar que escolherem; 3) a indenização e permanência no local somado ao emprego por salário para garantir a preservação da área.

No conjunto do discurso dos moradores da Juréia, nós observamos uma série de reivindicações que apontam para uma melhoria em suas condições de vida e a solução dos impasses diante da proibição dos usos dos recursos naturais de acordo com suas práticas “tradicionais”. No entanto, o mais salientado em suas falas é a perda da possibilidade de aquisição do título jurídico da posse, a perda da liberdade de uso da terra e de seus recursos naturais e a instabilidade em decorrência da intervenção estatal. Quase todos os moradores consideram que o Estado e os ambientalistas (é importante dizer que eles, em geral, não estabelecem uma diferença entre técnicos das agências estatais, ecologistas e pesquisadores – todos são do “meio ambiente”) lhes trouxeram ameaça à sobrevivência e à sua liberdade. As normas e regras de proteção ao meio ambiente são vistas como impeditivas da continuação de suas práticas econômicas e sociais. Além disso, os chamados projetos alternativos de desenvolvimento (cultivo sem o uso do fogo, diversificação da produção, agricultura orgânica, cultivo de plantas medicinais e ornamentais, etc.) não lhes são confiáveis.

Atlântica, também de utilização controlada. Com tudo isso, 68% da área total do Vale ficou sujeita à legislação ambiental (Revista Globo Rural, ano 6, nº 71).

O que a maioria argumenta é que quer continuar suas práticas tradicionais, não obedecer regras e normas de controle ambiental vindas de fora (eles seriam preservacionistas ao seu jeito), não estar sujeitos às fiscalizações e ao policiamento e sair da situação que chamam de cativo. Entretanto, talvez seja necessário estabelecer uma diferenciação, grosso modo, entre os atores que apresentam tais reivindicações: 1) os posseiros (geralmente pessoas que chegaram há pouco tempo na região) de comunidades como o Despraiado, Barro Branco, Itinguçu e Barra do Una; 2) os moradores das comunidades que chamo de mais tradicionais, pelo fato de viverem há muitos anos no mesmo lugar ou nele terem nascido e constituído um vínculo social muito grande (Cachoeira do Guilherme, Aguapeú, Praia do Una e do Rio Verde).¹⁵ Entre os primeiros, a maioria luta pelo direito de posse da terra que ocupam e desejam obter juridicamente o título (individual) de propriedade. Entre os segundos, a maioria reivindica liberdade de utilização dos recursos naturais e garantias de estabilidade para morar.¹⁶

A estratégia da maioria dos posseiros é solicitar a exclusão da área que ocupam da unidade de conservação vigente (estação ecológica), ficando apenas sob efeito do tombamento. Seus moradores preferem correr o risco da volta dos conflitos entre eles, grileiros e antigos proprietários do que não ter os seus direitos possessórios reconhecidos juridicamente. O raciocínio

¹⁵ Na dissertação de mestrado, fizemos uma longa descrição dos moradores da Juréia, descrevendo seus 13 principais núcleos de população (comunidades) e várias unidades de famílias dispersas. Ao todo são 365 famílias (em torno de 1.530 pessoas) que se diferem umas das outras em relação à origem cultural e regional, quanto ao tempo de permanência na região, quanto à situação jurídica da posse da terra que ocupam e quanto à atividade econômica, social e cultural. Apesar destas diferenças, como pudemos demonstrar, os moradores constituíram um movimento político bastante unitário para se contrapor aos “ecologistas” (membros do movimento ecológico e técnicos da Secretaria do Meio Ambiente). Cf. Caixeta de Queiroz (1992).

¹⁶ Evidente que as soluções encontradas e propostas pelos moradores, frente ao acontecimento de criação da Estação, são bem mais diversificadas do que estas duas gerais que apresentamos.

deles é o seguinte: 1) há anos eles vinham lutando contra os grileiros e antigos proprietários e apelando para que a justiça lhes reconhecesse o direito de posse da terra; 2) a partir do momento em que foi criada a estação ecológica por intermédio do decreto e da lei, não mais poderiam ser julgados e concedidos títulos de propriedade individual aos posseiros (já que legalmente as terras localizadas na estação ecológica devem estar sob o domínio do Estado); 3) o máximo que poderiam receber seriam indenizações por benfeitorias porventura realizadas, ao contrário daqueles que já possuem títulos jurídicos sobre a propriedade (em geral, os grandes proprietários). Os posseiros ainda consideram que: 1) o valor de tais indenizações seria muito pequeno; 2) que eles almejam o título de propriedade para fazerem dela o que bem entenderem (vender, arrendar, explorar); 3) que não desejam ficar na Estação como se fosse um favor concedido pelo Estado, já que esta concessão lhes deixaria em um “cativeiro”. Entretanto, alguns destes posseiros começaram a mudar de estratégia, uma vez que aquilo que eu chamei de “cultura do ecologismo” começou a operar através de uma coerção política e simbólica. Hoje, alguns deles procuram soluções que sejam negociáveis com o novo discurso e as novas leis trazidas pelos ecologistas e pelo Estado. Mesmo que o código de conduta tradicional destes posseiros os levem a lutar pelo domínio jurídico e individual sobre sua posse de terra, muitos deles concordam em negociar, por meio dos representantes de seu movimento, a cessão de suas posses para que se realize uma divisão equitativa para todos a fim de possibilitar a criação de uma reserva extrativista.

Já os moradores mais tradicionais nunca reivindicaram este título jurídico da terra, mas o direito a explorarem *livremente* os seus recursos naturais. Esta concessão do Estado representaria a saída do “cativeiro” em que se encontram hoje, sendo eles controlados o tempo todo pelos “técnicos e fiscais”. No discurso do líder de uma das comunidades tradicionais, Cachoeira do Guilherme, observamos um verdadeiro sentimento de solidariedade não só em relação às pessoas que moram no

local, mas também em relação aos índios. A liberdade e a estabilidade (representada pela moradia e pela posse da terra) são direitos dos homens e dos próprios animais. Conta-nos o caso dos índios para nos mostrar que sem a terra eles ficam tristes, mas com ela estão alegres, trabalhando, festejando. Chama-nos atenção para o fato de que a própria onça tem a sua casa no mato. A terra para estas pessoas não representa uma reserva de valor ou mercadoria, mas um lugar de moradia e usufruto dos recursos que ela oferece. Nesta representação, o título jurídico da posse é menos importante do que a garantia do lugar para morar e a liberdade para trabalhar.

Através da nossa pesquisa de campo na Juréia, pudemos perceber que os seus moradores (tradicionais ou posseiros) sentem-se inseguros em relação ao seu futuro, em relação ao que o Estado deseja fazer com eles e enxergam uma exagerada interferência deste em suas vidas. Eles consideram que vivem numa “balança” e que mesmo uma onça tem “a casa onde mora”. Se os índios e os animais têm casa e vivem em liberdade, por que os moradores da Juréia não podem tê-las¹⁷? Expressões como “nós também somos gente”, “a vida de um bicho tem mais valor para os ecologistas do que a humana”, “os índios são os verdadeiros donos da terra”, indicam que na representação do moradores, os índios e os próprios seres vegetais e animais são mais respeitados pelo Estado e têm direitos que eles não têm: terra, casa e liberdade para viver.

Em resumo, a maioria dos moradores reivindica que o Estado lhe ofereça uma solução definitiva em relação à propriedade e à posse da terra. Em muitos casos, a terra é concebida como mercadoria, como reserva de valor e acima de tudo como propriedade individual. Em outros, é imaginada

¹⁷ Esta diferença de tratamento dos índios não é vista pelos moradores como discriminatória, ao contrário, consideram legítimo que eles tenham seus direitos especiais por serem “verdadeiros brasileiros”. Seria importante lembrar que os índios têm direitos assegurados pela Constituição que lhes permitem usufruir dos recursos naturais de suas terras. Os índios guarani de Itariri, que estão do lado da Estação da Juréia, podem cortar palmito (e vendê-lo), caçar, derrubar a mata, vender madeira, ou seja, fazer tudo aquilo que os moradores da Juréia são proibidos de fazer.

como lugar de trabalho e moradia. Nos dois casos, porém, os moradores não aceitam a situação de cativo e aspiram a liberdade conquistando o título de propriedade ou dominando um certo território para que possam utilizá-lo de acordo com suas tradições, que são diferentes daquelas traçadas pelas “normas e regras de preservação ambiental”. Há ainda aqueles que querem uma indenização para abdicarem de qualquer atividade na Juréia e ir para outra área ou uma indenização para depois se transformarem em assalariados do governo. Estas reivindicações enfatizam a necessidade de uma maior segurança e estabilidade, uma maior garantia jurídica e das condições de sobrevivência. A preservação começa a fazer parte do discurso dos moradores assim como surgem novas propostas de convivência com o “ecologismo” da preservação.

* * *

Na tese de Paoliello, as representações dos posseiros e pequenos agricultores sobre a posse e o uso da terra – pautadas numa legislação agrária – são consideradas como irreconciliáveis com os valores culturais formados a partir das normas ambientais. Assim diz a autora:

“No eixo do direito à posse concebido como fundado no desbravamento, pode-se entender a forte oposição aos critérios de preservação ambiental impostos pelo Estado. A proteção ecológica surge como irreconciliável com os valores culturais que enfatizam o pôr a terra em cultivo.” (Paoliello, 1992, p.363)

Nós diríamos que seria irreconciliável se a cultura não fosse dinâmica e se os acontecimentos históricos não fossem operativos em sua transformação. A “cultura ecológica” com seus valores, normas, regras e imposições obrigaram os pequenos agricultores e pescadores da Juréia a mudarem de estratégia política: da posse como direito ao título jurídico (individual) de propriedade da terra passa-se ao direito de moradia e uso coletivo dos recursos naturais.

Não é este o conteúdo da proposta de reserva extrativista defendida hoje pelo movimento dos moradores da Juréia e vários outros segmentos da sociedade brasileira? Não estaria aqui uma ruptura com a concepção da natureza a ser desbravada, conquistada, dominada? Não estaria aqui o embrião de uma nova concepção na qual a natureza existe não só para ser explorada, mas respeitada e conservada? Deveríamos abandonar não só a velha idéia de progresso e desenvolvimento, mas também abandonar as recentes lógicas de conservação e preservação brotadas nos quadros das entidades não-governamentais, transformadas em leis e geridas nos gabinetes governamentais? Não estaria na hora de voltar às ruas, aos campos, às florestas, ouvir aqueles que ali vivem, choram, piam e têm algo a nos ensinar? Sem saber quem ali estava, Werner Herzog já se perguntava: “a floresta está repleta de milhões de pipilados chorosos provenientes de minúsculas rãs. Todo o universo está piando, trocando mensagens chorosas. [...] Não terá se movido algo ali, não haverá sons humanos entre eles, pessoas que trocam mensagens chorosas para anunciar um ataque súbito?” Não é isto o que já está acontecendo no campo e nas cidades, fruto da reforma agrária não realizada, das terras de populações tradicionais não demarcadas? O caso da Juréia e de Trindade nos revelam que a questão ecológica no Brasil não pode e nem será realizada sem a resolução da questão agrária e social.

ABSTRACT: This article maps the creation, and the dynamism of the main actors of the ecological movement in the state of São Paulo (Brazil). Through a synthesis of this process, supported by two case-studies (Trindade, south of Rio de Janeiro state, and Juréia, south of the state of São Paulo), I examined the alliances and conflicts of this movement in the State, with the traditional populations (fishers, gatherers, peasants).

KEYWORDS: Social Movement, Ecology, Environment, Nature, Culture, Conservation, Development.

BIBLIOGRAFIA CITADA E/OU CONSULTADA

- ANDRADA E SILVA, Y. M. F. *Trindade: sobrevivência e expropriação*. São Paulo, 1979. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PUC/SP.
- ANTUNIASSI, M. H. et alli: *O Movimento Ambientalista em São Paulo: análise sociológica de um movimento social urbano*. CERU, São Paulo, FFLCH/USP, n° 2, 1989.
- CAIXETA DE QUEIROZ, R. *Atores e Reatores na Jurêia: idéia e práticas do ecologismo*. Campinas, 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.
- LHOTTE, C. *Trindade para os Trindadeiros*. Campinas, 1982. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.
- PAOLIELLO, R. *Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: a posse como direito e a estratégia de apropriação*. Campinas, 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.
- SÃO PAULO (Estado). Governo do Estado de São Paulo. *A Batalha do Meio Ambiente no Governo Montoro*, 1987.
- ZHOURI, A. *Discursos Verdes: as práticas da ecologia (um estudo antropológico da participação dos ecologistas paulistas nas eleições de 1986)*. Campinas, 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.

A CATEGORIA ESPAÇO NA TEORIA SOCIAL

Maria Tereza D.P. Luchiari

RESUMO: Este artigo é um mapeamento preliminar de importantes contribuições, no campo das Ciências Humanas, para a compreensão da categoria espacial – enquanto objeto de ciência e instrumento analítico – no contexto da sistematização do pensamento científico e de algumas “visões de mundo” que orientaram o projeto da modernidade e seus desdobramentos contemporâneos.

UNITERMOS: Espaço, tempo, modernidade, globalização, ambiente, teoria social.

APRESENTAÇÃO

Este texto é um mapeamento preliminar de algumas contribuições importantes, no campo das Ciências Humanas, para a compreensão da categoria espacial – enquanto objeto de ciência e referência metodológica – no contexto da sistematização do pensamento científico e de algumas visões de mundo” que orientaram o projeto da modernidade e seus desdobramentos contemporâneos.

Partindo da concepção iluminista de “progresso” é possível compreender como a metáfora do tempo predominou na mentalidade de uma sociedade que buscava sua constante superação. Desta forma, espaço e natureza foram manipulados por uma racionalidade instrumental que atribuiu ao tempo o devir de uma nova sociedade.

Também a teoria social, orientada pelo historicismo, transformou o espaço no palco inerte onde os atores sociais desenrolam suas ações. Mas quando a perspectiva espacial parecia estar fadada ao descaso, algumas vozes se levantaram reivindicando uma teoria social que não desse preponderância ao tempo, mas buscasse um equilíbrio interpretativo entre tempo e espaço ou, entre história, geografia e sociedade.

A década de setenta torna-se um marco privilegiado deste debate. Autores de vários campos científicos somam suas vozes para criticar os efeitos perversos da modernidade, e lembrar da importância da análise espacial que, marginalizada da teoria social, foi um instrumento de dominação e poder muito bem articulado pelo Estado e pela economia capitalista.

Somando-se a essas vozes, a emergência da problemática ambiental, a globalização da economia e a mundialização da cultura trouxeram de volta à cena contemporânea um repensar a relação entre sociedade, natureza e território a partir dos “modelos de desenvolvimento”. Neste sentido, o espaço como categoria analítica torna-se um instrumento interpretativo de fundamental importância para a compreensão da realidade e para o avanço no processo do conhecimento científico.

DO CONCEITUAL À REALIDADE

No espaço e no tempo as sociedades se articulam e se organizam de formas diferenciadas. No espaço, elas se inscrevem criando lugares singulares, produtos de desenvolvimentos e processos sociais desiguais. No tempo, observam-se processos de desenvolvimento das sociedades, às vezes sucessivos e sincrônicos, outras vezes em descompasso em relação ao espaço e sociedades globais.

Ao longo da história da humanidade o homem buscou formas de se desenvolver. Viveu em bandos, em tribos, em sociedade... Acelerou o processo de obtenção de conhecimento e de bens materiais fazendo deste pro-

cesso um modelo de desenvolvimento. Mas o que é desenvolvimento? Os conceitos de progresso, desenvolvimento e evolução foram muitas vezes confundidos na história do homem. Conceitos que, a princípio, poderiam orientar uma visão otimista sobre o futuro acabaram transformando-se numa teia complexa para a ciência, para o Estado e para a sociedade.

A natureza do progresso, sua linearidade, seus elementos constitutivos preocuparam durante muitos séculos pensadores que tentaram identificar uma unidade na diversidade espaço-temporal de suas formas.

“A idéia de progresso – esse conjunto de reflexões cuja expressão clássica se encontra em Aristóteles e Agostinho, em Fontenelle e Saint-Pierre, em Condorcet e Comte, em Spencer e Taylor – encerra uma imagem detalhada e abrangente de mudança”.
(Bottomore & Nisbet, 1980, p.67)

A centralidade da idéia de evolução humana imprimiu um traço característico ao projeto civilizatório. Desde a Antigüidade o antropocentrismo já era um sentimento arraigado: tudo havia sido criado para o bem estar e prazer do homem, inclusive a natureza. A Bíblia e a “leitura de mundo” dos filósofos clássicos como Aristóteles, Descartes, Locke e Bacon sustentaram esta concepção. A noção de “civilização humana” estava profundamente amarrada à “conquista da natureza”. Com o Renascimento e a Revolução Científica nascente o homem passou a louvar a si mesmo como o criador, senhor da “razão” e da natureza e, da mesma forma, passou a manipular tempo e espaço em função do seu projeto de modernidade.

Para Habermas (1980) o termo “modernidade” sempre se fez presente quando uma época queria ultrapassar um divisor de águas em relação à Antigüidade. Isto faz sentido tanto com o Renascimento dos séculos XV e XVI – que buscava na arte e na ciência um retorno a Antigüidade Clássica, como para o Iluminismo do século XIX a partir do qual a Europa se colocou frente a frente à Antigüidade na busca do progresso, da razão e da liberdade de pensamento em oposição à tradição e à autoridade.

O moderno passou a ser o novo em constante atualização. Nas entrelinhas, o clássico se mantém presente não mais como um passado recuperado mas como um presente constantemente superado. Em oposição ao tempo clássico que sobrevivia aos tempos, a metáfora tempo é revista em sua espirtualidade e capacidade de renovação. É esta capacidade da modernidade em criar o seu próprio classicismo que é concebida como destruidora e produtiva.

Esta modernidade renovada sob a inspiração da arte e da ciência passou a ver o espaço como um território desconhecido a ser explorado, e o tempo como o transitório, efêmero, fugaz tanto na experiência da mobilidade social, da aceleração da história¹ como do cotidiano descontínuo.

É com este espírito que, no século XIX, o “progresso” passou a ser o carro-chefe do capitalismo em ascensão, e as sociedades tradicionais/primitivas foram vistas como retardatárias em uma escala de evolução onde a sociedade industrial européia se encontrava no estágio mais avançado. Na verdade, as diferenças culturais sempre se constituíram em um problema para a perspectiva do progresso, e o modelo desenvolvimentista europeu logo configurou-se como etnocêntrico. Neste contexto, a colonização, a cristianização do Novo Mundo, a cientificação e a civilização dos selvagens e suas selvas representaram tentativas de homogeneização, enquanto eliminação das diferenças. Como sugerem Horkheimer & Adorno (1969), o Iluminismo é refém do sistema, da razão que tudo ordena, da unidade que tudo controla – uniformidade lógica.

A idéia de progresso, como uma seqüência linear e evolutiva, associou-se à racionalidade científica e tecnológica através da qual o homem

¹Habermas se refere à arte e à estética nas correntes de vanguarda quando afirma que a profanação de toda normatividade se aliou a vontade de destruir o contínuo da história. Esta consciência estética reuniu o antitradicionalismo a esta oposição abstrata à história. Mas, mesmo neste caso, Habermas afirma que esta oposição foi, na verdade, uma postura crítica à falsa normatividade de uma compreensão da história inspirada na imitação de modelos e no historicismo de museus, embora, segundo ele, a compreensão da história não tenha sido eliminada nem da hermenêutica de Gadamer.

ocidental se tornaria cada vez mais poderoso. A ciência empírica e metódica substituiu o mistério, a superstição, a intuição; mas foi tão dura com os homens que quebrou o encantamento com o mundo. Enquanto a ciência objetiva se desenvolvia, a idéia moderna de progresso se dissociava da visão da boa sociedade.

Deixando para traz a teoria progressista ou evolucionista dos séculos XVIII e XIX, já encontramos no início do século XX o desencantamento em relação ao progresso como melhoria da condição humana. A “crise do progresso” colocou-se após inúmeras outras crises: Primeira Grande Guerra, depressão, nazismo, fascismo. Ela só se dissiparia a partir do projeto de reconstrução do pós-guerra (anos 50), e pelo inexorável poder confiado à tecnologia.

Ao longo da história da civilização é possível perceber que desenvolvimento é um conceito cambiante. Mesmo que a palavra em si (enquanto significante/significativo) tenha ganhado *status* somente no último século, a idéia que ela encarnava já fazia parte do imaginário do homem que buscava a evolução.

Derivado da idéia de progresso – herança do positivismo – o conceito de desenvolvimento estendeu suas fronteiras para que o homem passasse a articular o mundo de diferentes formas. A sociedade industrial ocidental se impôs, então, como o modelo de crescimento e desenvolvimento. Desenvolvimento ambíguo, cheio de armadilhas e gerador de diferenças sócio-econômicas cruciais que chegam a negar o próprio modelo. Associado ao capitalismo do século XX, ao progresso tecno-científico e ao aumento de consumo de bens industrializados e serviços, este projeto civilizatório cresceu até encontrar o seu espelho: as bombas de Hiroshima e Nagasaki, graves atentados ao meio ambiente e um contingente populacional crescente de desempregados, subnutridos e desapropriados. Os “excluídos” da sociedade contemporânea.

Do conceitual à realidade criou-se dois mundos: o desenvolvido e o subdesenvolvido. “Sob efeito dos *mass media* a palavra subdesenvolvimento

difundiu-se amplamente logo após a Segunda Guerra Mundial, antes de que o conceito tivesse sido objeto de uma tentativa de construção” (Lacoste, 1983, p.7). Segundo esta lógica, os países “em desenvolvimento” encontravam-se no centro fatalista entre a inferioridade/infância e a superioridade/maturidade.

A partir da década de cinquenta, o crescimento econômico passou a ser a solução para todos os males e, logo, os países do Terceiro Mundo deveriam atingir a maturidade industrial e, por conseguinte, o desenvolvimento. Mas este modelo de crescimento econômico, com gradações quantificáveis, deixava cada vez mais sequelas sociais e ambientais e, já na década de sessenta, a sociedade civil com seus movimentos sociais começava a revelar a realidade que havia sido encoberta com a idealização oficial do progresso (Serrano & Luchiari, 1993).

Como muitos autores afirmam (Foucault, 1980/1986; Soja, 1993; Harvey, 1992), a modernidade/modernização sempre esteve associada à metáfora do tempo. A idéia de progresso fortaleceu a submissão da categoria espaço a um objeto de dominação e priorizou o tempo histórico e suas qualidades do vir-a-ser. A teoria social, subsidiada pelo historicismo, condicionou a percepção de mundo à temporalidade do devir do progresso. O espaço se restringiria ao cenário onde se desenrolava a história do ser social. Foucault foi um autor perspicaz nesta análise. Para ele,

“A grande obsessão do século XIX foi, como sabemos, a história: com seus temas de desenvolvimento e suspensão, crise e ciclo, temas do passado em eterna acumulação (...) A era atual talvez seja, acima de tudo, a era do espaço. Estamos na era da simultaneidade; estamos na era da justaposição, na era do perto e do longe, do lado a lado, do disperso. Estamos num momento, creio eu, em que nossa experiência do mundo é menos a de uma vida longa, que se desenvolve através do tempo, do que a de uma rede que liga pontos e faz intersecções com sua própria trama. Poder-se-ia dizer, talvez, que alguns conflitos ideológicos que animam a polêmica atual opõem os fíéis descendentes do tempo aos decididos habitantes do espaço.” (Foucault, 1986, p.22, apud Soja, 1993, p.17)

Só a partir da década de 70, a retomada da perspectiva espacial na teoria social (crítica) ganhou maior importância analítica dentro das ciências humanas. Hoje, a representação do espaço, suas escalas justapostas, sua reorganização/recombinação constantes têm gerado questionamentos instigantes para a teoria e para a prática da experiência social.

Esta nova perspectiva, apoiada em um equilíbrio interpretativo entre tempo e espaço na teoria social, ainda não foi totalmente construída. Muitas vezes ecoam neste sentido, mas a primazia do tempo/histórico arraigada em nossa concepção de mundo, os equívocos dos discursos pós-modernos e uma realidade ao mesmo tempo global e fragmentada dificultam a capacidade de apreensão e de construção de uma teoria social histórica e, ao mesmo tempo, geográfica.

O historicismo teve o mérito de subsidiar uma teoria social que buscava compreender um mundo em constante mutação (social, tecnológica e política). Hoje, espacializar a história é uma perspectiva de grande valia, principalmente na interpretação do embate entre os modernos e os pós-modernos. Mas, antes de aprofundarmos a análise sobre o discurso da pós-modernidade e suas críticas, seria importante ouvir ainda algumas vozes que anteciparam a importância da análise espacial para a compreensão da sociedade contemporânea.

ESPAÇO E REPRESENTAÇÃO: MAPEANDO VOZES ISOLADAS

Voltando a Foucault (1986, p.83), encontramos um conceito importante para a representação da espacialidade da vida social: suas heterotopias, espaços heterogêneos de relações e localizações. Nestes espaços/lugares ele viu mais que a materialidade de um cenário imóvel, morto, não-dialético. Ele mostrou a espacialidade criada e vivida, concreta e abstratamente pelas práticas sociais, cuja concepção da análise social conjuga as dimensões “horizontal” e “vertical”, tempo e espaço, sincrônica e diacrôni-

ca. O controle social através das “estruturas disciplinares” e a importância do espaço no exercício do poder foram contribuições que influenciaram muitos autores. Para Foucault (1980, p.149), a “história dos espaços” nos daria a ferramenta interpretativa necessária para compreender as estratégias de poder, tanto nas estruturas cristalizadas do habitat como na organização geopolítica.

As narrativas contemporâneas não devem pregar o fim do historicismo, mas uma história espacializada. É com este objetivo que emergiram as vozes de David Harvey, Edward Soja, Yves Lacoste, Henri Lefebvre e outros. A extensão dos acontecimentos e sua simultaneidade são tão importantes hoje quanto a seqüencialidade do processo histórico foi para o início da modernidade. Como argumentou Harvey (1992), o próprio desenvolvimento histórico do capitalismo nos propõe isto. A espacialidade instrumental do capitalismo indica que a narrativa histórica deve ser trabalhada em diferentes escalas.

Para Soja (1993, p.35), o espaço, o tempo e o ser social são as dimensões existenciais abstratas que ganham vida como um constructo social e moldam a realidade empírica, sendo simultaneamente moldadas por ela. Se até meados do século XIX a modernização possuía um caráter predominantemente cumulativo, a partir daquele momento ela passou a apresentar transformações sincrônicas, afetando a cultura da modernidade em todas as sociedades predominantemente capitalistas.

Ele considera que também a teoria social, na virada do século, respondeu à modernização com duas posições diferenciadas: a tradição marxista/leninista e a naturalista/positivista. Mas até o desdobramento do “marxismo ocidental” e das críticas à divisão disciplinar, à fragmentação e ao cientificismo, o historicismo possuía a primazia da análise social. Apesar disto, a instrumentalidade do espaço para a reorganização capitalista e seus efeitos disciplinadores já eram percebidos pela teoria estética, vivenciados pelos movimentos de vanguarda e absorvidos pela arquitetura do início

deste século. Por que então, a teoria social negligenciou a espacialização dos processos históricos? Esta pergunta parece ter várias respostas.

Uma delas é a negação teórica explícita ao determinismo ambiental, desenvolvido pelos discípulos de Friedrich Ratzel a partir de suas concepções sobre “antropogeografia” e “geopolítica” – esta, associada à Alemanha nazista. Outra, foi a recorrente dicotomia entre sociedade e natureza, cujo papel das explicações físicas era externo aos processos sociais e à consciência humana.

O determinismo geográfico de Ratzel e sua teoria de espaço vital (1882), baseavam-se nas influências do positivismo evolucionista. Ratzel viveu em um período no qual a França e Inglaterra já estavam unidas, enquanto a Alemanha amargava um processo de unificação tardia². O momento seguinte seria a fase imperialista do capitalismo alemão. Ratzel projetou a Geopolítica conceituando o Estado como um organismo (em parte humano e em parte terrestre), na sua relação necessária com o solo: “Semelhante à luta pela vida, cuja finalidade básica é obter espaço, as lutas dos povos são quase sempre lutas pelo mesmo objeto. Na história moderna, a recompensa da vitória sempre foi – ou tem pretendido ser – um proveito territorial” (Moraes & Fernandes, 1990). O “espaço”, como instrumento de poder, passou a afigurar-se como um paradigma na Geografia.

Embora Ratzel não negasse as “possibilidades”³ e criticasse o determinismo imediatista, sua análise foi incorporada pelo Estado visando a

²O Império alemão se constituiu em 1871 através do autoritarismo e do expansionismo, tendo a sua frente o primeiro-ministro Bismarck.

³É importante salientar que foi como oposição à “escola determinista” de Ratzel que surgiu, na França, a “escola possibilista”, liderada por Paul Vidal de La Blache (1845-1918) e fundamentada no positivismo funcionalista. Este colocou a questão da pluralidade das linhas de evolução através da relação de um conjunto de fatores (étnicos, técnicos, econômicos, ambientais, históricos entre outros) que iriam explicar as diferenças entre as áreas geográficas do globo. “Vidal de La Blache definiu o objeto da Geografia como a relação homem-natureza, na perspectiva da paisagem. Colocou o homem como um ser ativo, que sofre a influência do meio, porém que atua sobre este, transformando-

instrumentalização da unificação da Alemanha. A análise de Ratzel e sua apropriação pelo nazismo foram criticadas pelos franceses, por colocar o homem numa relação de dependência entre o território e o Estado, garantindo a este o domínio ideológico.

Quanto à dicotomia entre sociedade e natureza podemos dizer que esta era, ao mesmo tempo, uma nova concepção de mundo e um projeto científico visando a autonomização e especialização da ciência. Assim, enquanto as concepções do Iluminismo pregavam o fim dos mitos, a “erradicação do animismo”, do sobrenatural para transformar o homem em sujeito pleno de razão e de poder (Horkheimer & Adorno, 1969); a ciência separava sociedade e natureza objetivando uma racionalidade instrumental que lhe fornecesse maior poder analítico em sua ótica positiva.

Neste sentido a Geografia Francesa, liderada por Paul Vidal de la Blache, constrói uma análise menos dicotomizada entre homem e natureza. Contrapondo-se à Geografia Alemã, a Geografia Francesa deixou de lado a abordagem sobre o Estado e buscou estudar o “solo” e a “paisagem” para caracterizar o domínio do homem sobre o seu território. O discurso de então era de que a ciência não poderia estar a serviço do Estado, pois ela é neutra e deveria apenas descrever para melhor entender. Logo em seguida, a contradição se colocaria com o estudo das regiões ou, a Geografia Colonial. A própria história do pensamento geográfico e, principalmente, o longo período em que ela se colocou como uma ciência “descritiva” dos fenômenos deu a Geografia um caráter utilitário.

O que se buscou com o “possibilismo” foram os aspectos básicos da investigação empírica – fase em que o funcionalismo se organiza apoiando-se na abordagem ideográfica – através dos estudos locais e das análises particularizadas de cada área, região e grupos humanos .

o.(...) Assim, na perspectiva Vidalina, a natureza passou a ser vista como possibilidades para a ação humana”(Moraes, 1981:68).

O nascimento da Geografia Francesa estava diretamente relacionado aos acontecimentos políticos e econômicos da segunda metade do século XIX. A Alemanha e a França eram duas potências nacionais em confronto pelo poder e pelo expansionismo no continente europeu. A guerra franco-prussiana, em 1870, consuma a vitória da Prússia (atual Alemanha) com a anexação da Alsácia e Lorena, região francesa rica em carvão, ferro e recursos hídricos. Como o expansionismo alemão legitimava-se com as concepções geopolíticas de Ratzel, era crucial a França também desenvolver um projeto cujas concepções se adequassem ao liberalismo burguês da Revolução Francesa e combatessem, ao mesmo tempo, a ideologia imperialista alemã.

O “possibilismo geográfico” nasce, então, deste projeto. A geografia é instrumentalizada pelo Estado para pensar o espaço geográfico objetivando o reconhecimento de novos territórios. La Blache abandonou a Geografia Política, defendeu a tese da “neutralidade científica” e criticou em Ratzel seu caráter naturalista e sua concepção fatalista e mecanicista da relação homem-natureza. Em torno destas formulações, a Geografia Francesa substituiu o paradigma naturalista pelo funcionalista e a abordagem nomotética pela ideográfica.

La Blache priorizava o estudo de populações rurais (coletores, agricultores e criadores) que apresentassem, como traço fundamental, a autonomia. Segundo ele, estas populações dominavam a natureza a partir de um conjunto de elementos materiais e espirituais: técnicas, tradição (usos e costumes) e processos criativos (arte). Este conjunto de elementos, possuidores de uma origem social, permitia às populações utilizarem as possibilidades do meio físico e construir, historicamente, uma relação de equilíbrio entre natureza e sociedade. Às atividades dos grupos humanos, envolvendo todas estas relações, La Blache conceituou de gêneros de vida:

“O conceito de gênero de vida proposto por Vidal de La Blache (...) é também um desses numerosos paradigmas que orientam a geografia humana moderna. Segundo esse enfoque, seria por in-

termédio de uma série de técnicas confundidas com uma cultura local que o homem entra em relação com a natureza. O espaço como objeto de estudo seria o resultado de uma interação entre uma sociedade localizada e um dado meio natural: um argumento sob medida para reforçar a idéia de região como unidade de estudo geográfico” (Santos, 1980, p.19)

A diferenciação cultural somada a diferenciação do meio físico explicaria, para La Blache, a multiplicidade dos gêneros de vida. Esta teoria, associada à concepção de “progresso” que La Blache desenvolveu como sendo o “fruto de relações entre sociedades com gêneros de vida diferentes, num processo enriquecedor” (Moraes, 1981, p.71), legitimava a ação colonialista francesa na Ásia e na África e o Estado francês como o agente civilizador.

La Blache desenvolveu o método empírico-indutivo, fazendo da observação e da descrição as técnicas de um mapeamento detalhado de sociedades até então desconhecidas. Desenvolveu também o conceito de Região, instrumento analítico que, nas mãos de La Blache, passou a ser o próprio objeto de pesquisa – dotado de individualidade física e sócio-cultural. A partir daí a “região” e não mais o “organismo terrestre” ou o “espaço vital”, tornou-se o conceito-chave da Geografia.

Se, por um lado, a Geografia Regional desenvolvida pelos discípulos de La Blache, através de suas monografias, recebeu muitas críticas – principalmente pela falta de procura de leis gerais; por outro lado, ela produziu uma exaustiva compilação de dados regionais que auxiliaram na criação de diversas especializações para a Geografia Física e Humana.

Mas a própria questão dos “limites da região” da Geografia Tradicional são muito controversos: a concepção de regiões homogêneas (regiões naturais, históricas, étnicas, econômicas) sempre buscou uma uniformidade contraditória à realidade. Segundo Yves Lacoste (1988) estes conjuntos espaciais (climáticos, topográficos, étnicos, administrativos) seriam apenas categorias parciais da realidade. A paisagem, conceito caro à geografia de La Blache, seria a “região natural” em seu “conjunto homogêneo”, somado

(como interposição, não interrelação) a fatores econômicos, estruturas sociais, demográficas... todas variáveis girando em torno de um certo equilíbrio.

À parte as críticas, a Geografia Tradicional Francesa reflete um longo período de sistematização desta ciência através dos estudos da Geografia Regional. Esta última, mesmo superada, serviu como referência para os desdobramentos posteriores da Geografia, fôsse para combatê-la, fôsse para revisita-la.⁴

Embora Vidal de la Blache se ausentasse de uma abordagem política da relação entre os homens, ele concordava que “as causas geográficas não agem sobre os homens senão por intermédio dos fatos sociais”. Esta afirmação antecipa uma visão menos dicotomizada da análise dos grupos sociais com o ambiente que os circundam.

Para a Sociologia parecia ser difícil fazer esta correlação sem temer o determinismo ambiental. Claro que o espaço como categoria analítica era objeto privilegiado da Geografia, mas mesmo Émile Durkheim, que tinha conhecimento das obras de Ratzel e La Blache e que em sua obra cria as bases para a elaboração do conceito de “espaço social”, coloca numa posição secundária a influência do ambiente físico na diferenciação social. Ele reconhece a importância da morfologia social, mas considerando-a como a “forma exterior e material da sociedade”:

“Este território, suas dimensões, sua configuração, a composição da população que se desloca sobre a superfície, são fatores naturalmente importantes da vida social; este é o substrato (...)”⁵
(Rodrigues, 1990, p.42)

⁴Os principais representantes da Geografia Regional, sob influência de La Blache são: E.Demartonne, J.Brunhes, A.Demangeon, C.Vallaux, H.Baulig, R.Blanchard, J.Max. Sorre entre outros.

⁵Em uma nota de rodapé Durkheim chega a aludir que “o que os alemães chamam de *Antropogeografia* não deixa de se relacionar com o que chamamos de *Morfologia Social*”, e cita trabalhos de Ratzel, na Alemanha, e de Paul Vidal de La Blache, na França (Rodrigues, 1990, 42) “Divisões da Sociologia: As Ciências Sociais Particulares”, reproduzido de *La Science Sociale et L'Action*.

Apesar de Durkheim afirmar que os fatos sociais de ordem anatômica diferem dos modos de agir, pensar e sentir apenas pelo grau de consolidação que atingiram, sendo que ambos possuem relações estreitas e inseparáveis, o que os coloca dentro da área de estudo sociológico, é à fisiologia social que Durkheim associa a vida e a complexidade sociais. Claro que é preciso reconhecer que Durkheim estava preocupado com o projeto de autonomização da sociologia enquanto ciência, o que o levou a uma delimitação rigorosa em relação ao método, aos conceitos e ao próprio campo de investigação sociológica. À sociologia caberia a interpretação dos fatos sociais que revelassem **modos de agir** coletivos, às outras ciências caberia a investigação mais refinada dos **modos de ser** que também se impõem aos indivíduos mas, estão relacionados a ordem anatômica ou morfológica.

Apesar desta justificativa metodológica, Durkheim – pelo menos em suas obras iniciais – demonstra dúvidas quanto a importância das representações sociais contidas no espaço.

“A sociologia não se pode desinteressar daquilo que concerne ao substrato da vida coletiva. No entanto, o número e a natureza das partes elementares de que é composta a sociedade, a maneira pela qual estão dispostas, o grau de coalescência a que chegaram, a distribuição da população na superfície do território, o número e a natureza das vias de comunicação, a forma das habitações, etc., não parecem, a um primeiro exame, passíveis de se reduzirem a modos de agir, de sentir e de pensar” (1990, p.9, grifos nossos).

A vida cristalizada nas formas materiais construídas e organizadas pela sociedade estão, para Durkheim, subordinadas às divisões morais da vida social – mesmo que estas se apoiem de alguma forma na natureza física. Ele reconhece um parentesco entre “vida” e “estrutura”, assim como a natureza comum dos fatos sociais de origem morfológica e fisiológica, mas ao correlacionar órgão e função só focaliza o primeiro na medida em que a segunda o demande como um recurso explicativo do processo de **vir a ser**.

Sua preocupação com o ambiente social, então, era definida em termos de diferenciação social, onde o ambiente físico ganhava uma importância secundária. A prioridade dada ao social deixava apenas subentendido que forma e função faziam parte de uma mesma estrutura⁶.

Ao analisar a solidariedade mecânica⁷ Durkheim ressalta “que todos os povos que ultrapassaram a fase do clã constituem distritos territoriais (posto, comuna, etc.) (...)”. Mas, segundo sua análise, os laços sociais determinados pela territorialidade se mostraram artificiais em relação a consanguinidade na qual se baseava a vida social anterior, e logo foram ultrapassados pelos laços profissionais.

Apesar dele concordar com a importância dos laços territoriais⁸, salienta que, desde a Idade Média “a organização segmentar perdeu sua relevância”, apontando para uma crescente homogeneização com o desenvolvimento das sociedades. A territorialidade foi para ele um isolamento tênue e facilmente transposto:

“Ora, as diversidades locais não podem se manter do mesmo modo que subsiste a diversidade dos meios. As divisões territoriais são pois cada vez menos baseadas na natureza das coisas e, por conseguinte, perdem seu significado. Quase se pode dizer que um povo é mais avançado na medida em que elas tenham um caráter mais superficial” (in Rodrigues, 1990, p.94).

⁶Renato Ortiz, em sua introdução para a versão brasileira de *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1989), observa que na primeira fase da obra de Durkheim este atribuía uma prioridade maior à morfologia social. O que Ortiz enfatiza, neste caso, é uma questão de cunho metodológico das obras iniciais em relação à uma segunda fase, na qual Durkheim daria maior ênfase às questões de representação coletiva. Ortiz não está se remetendo ao determinismo geográfico, questão que estamos centralizando nesta análise.

⁷DURKHEIM, Émile (1893- 1ª ed.) *A Divisão do Trabalho Social* (Livro I), in Rodrigues (1990).

⁸A distribuição geográfica coincide, sem dúvida, geralmente e a grosso modo com uma certa distribuição moral da população. Cada província, por exemplo, cada divisão territorial tem certos usos e costumes especiais, uma vida que lhe é própria. Ela exerce assim sobre os indivíduos que são impregnados pelo seu espírito uma atração que tende a mantê-los no lugar e, ao contrário, a expulsar os outros”, in “Preponderância Progressiva da Solidariedade Orgânica”, Livro 1, Cap.4/7, in Rodrigues (1990).

Durkheim condicionou o desenvolvimento da solidariedade orgânica ao enfraquecimento da solidariedade mecânica, assim como os laços profissionais de uma sociedade que tendia a homogeneização ao enfraquecimento dos laços territoriais. Pois bem, Durkheim acreditava que a preponderância crescente da solidariedade orgânica, baseada na divisão do trabalho, iria integrar a sociedade num todo orgânico. Esta nova solidariedade eliminaria o apego social aos laços territoriais e incrementaria os laços profissionais. Esta era a sua tese; por isto, mesmo fazendo referências à *Antropogeografia* ele tinha que considerá-la ultrapassada.

Nas *Regras do Método Sociológico* Durkheim defende a importância da morfologia social nas associações da vida coletiva e na explicação sociológica. Para ele, todos os elementos associados (coisas e pessoas) e a disposição destes no espaço formam o meio interno de uma sociedade. “A origem primeira de todo processo social de alguma importância deve ser buscada na constituição do meio social interno” (1990, p.98). Mas, ele adverte, as coisas (objetos materiais e costumes, direito, monumentos etc.) influenciam na velocidade e na direção da evolução social, embora não possuam poder motor para gerar seu movimento, não são dotadas de força viva que lhes assegure essa capacidade propulsora. São os homens em sua vida comum, coletivizando bens simbólicos e materiais e produzindo uma intensidade dinâmica, que possuem a capacidade de fator (ativo) determinante da evolução da vida coletiva.

Numa outra leitura de Durkheim podemos pensar no fato social como “toda maneira de agir, fixa ou não, susceptível de exercer sobre o indivíduo uma coação externa” (1990, p.11). Este modo de ação, ao cristalizar-se em modos de ser, permanece como fato social. Segundo esta perspectiva, o espaço no qual a sociedade se envolve é coisa, é exterior ao indivíduo, exerce influência coercitiva sobre a sociedade e seus indivíduos, e é construído pelas ações e representações sociais. Ou seja, é fato social e não apenas reflexo da estrutura social.

Ainda que Durkheim custasse a admitir o espaço enquanto estrutura social de representação dinâmica, considerando-o apenas como o fixo, o próprio Durkheim nos permite fazer esta leitura. O problema é que em sua preocupação em delimitar o campo sociológico e defender-se do determinismo ambiental,⁹ o determinismo social tornou-se seu principal argumento.

Para a sociologia este procedimento era uma virtude, para a geografia – infelizmente – faltou a perspicácia em ler, na época, a teoria de Durkheim com o olhar do geógrafo, transpondo para o espaço (social) as noções de coerção social e representação coletiva. Talvez este procedimento tivesse evitado a querela inócua entre “determinismo” e “possibilismo”, que serviu para acobertar a questão principal: as representações de poder contidas nas lógicas espaciais estruturadas pelos Estados.

Em *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1912), sua última grande obra, é possível resgatar uma leitura mais refinada sobre duas concepções: natureza e espaço. Nesta, ele explora a unicidade existente entre o “reino social” e o reino natural, objetando que a sociedade não difere da natureza já que ela representa a sua manifestação mais elevada. Os símbolos e as representações produzidos pela sociedade esforçam-se por se aproximarem da natureza, assim como as categorias do entendimento – e aqui estamos pensando na categoria espaço, especificamente, mas ele também cita o tempo, gênero, número, substância, personalidade etc., que além de possuírem uma origem social, são ferramentas analíticas possuidoras de um valor objetivo.

“Todo meio físico, afirmam efetivamente alguns dos críticos, exerce coerção sobre os seres que sofrem sua ação; pois estes são obrigados, em certa medida, a se adaptarem a ele. Mas entre estes dois tipos de constrangimento está toda a diferença que separa o meio físico do meio moral. A pressão exercida por um ou vários corpos sobre outros corpos, ou mesmo sobre as vontades, não pode ser confundida com a que exerce a consciência de um grupo sobre a consciência de seus membros. A coerção social é devida não a certos arranjos moleculares, e sim ao prestígio de que estão investidas certas representações: nisto está o que apresentam de inteiramente especial” (1990:XXX-XXXI).

“Elas aparecem então não mais como noções muito simples, que o primeiro observador pode deduzir de suas impressões pessoais e que a imaginação popular teria descontraidamente complicado, mas, ao contrário, como sábios instrumentos de pensamento, que os grupos humanos forjaram laboriosamente ao longo dos séculos e onde acumularam o melhor de seu capital intelectual”. (in Rodrigues, 1990, p.160)

Assim ele afirma que “o que está na base da categoria de tempo é o ritmo da vida social”, e que a categoria espaço, com sua origem social, se estende através de múltiplas representações coletivas (in Rodrigues, 1990, p.158-159). Durkheim inovou no estudo da diferenciação social e abriu várias possibilidades de investigação do espaço produzido como representação¹⁰ e coerção sociais. Se ele não avançou nesta direção é provavelmente porque não era este o seu projeto, e também porque as condições históricas da ciência e particularmente da sociologia, conduziram-no a outro rumo.

A noção de “espaço social”, originada da influência de seus estudos, foi desenvolvida na década de cinquenta por dois estudiosos franceses: o geógrafo Maximilien Sorre, e o sociólogo Paul-Henri Chombart. Sorre lançou as bases para uma definição do conceito e Chombart o aplicou e o desenvolveu olhando mais atentamente para problemas urbanos¹¹.

Sorre parte de uma leitura de Durkheim:

“O conhecimento do espaço social supõe o conhecimento prévio do espaço geográfico. As áreas sociais não se sobrepõem às áreas geográficas: podem ultrapassá-las; inversamente, uma área geográfica abrange diversos espaços sociais. O espaço geográfico, entretanto, definido em seu sentido mais amplo, corresponde

¹⁰Ver principalmente seu artigo, em parceria com Marcel Mauss “Algumas Formas Primitivas de Classificação”. (Contribuição ao estudo das representações coletivas) in Rodrigues (1990).

¹¹SORRE, M. “Les Fondements de la Géographie Humaine”, 3 V., Paris, 1943/1952 e, LAUWE, P.H. Chombart de et alií “Paris et L’Agglomération Parisienne”, Paris, 2 V., 1952. Para uma exposição mais detalhada da influência destas obras na construção do conceito de “espaço social” ver: Buttimer (1986).

àquilo que Durkheim denominou substrato dos fatos sociais”. (in Megale & Fernandes, 1984, p.153)

Mas ele considerava que para o sociólogo seria difícil abarcar o conceito de espaço geográfico. Acrescenta, então, o ambiente físico ao social, ampliando a noção de substrato/ambiente social e construindo um novo conceito para o qual as explicações físicas interagem com as explicações sociais. O espaço social assim construído possibilita uma visão menos dicotômica entre natureza e sociedade e entre “uma ordem subjetiva interna (valores, preferências, atitudes, tradições e aspirações) e uma ordem espacial externa”. Discípulo de La Blace, ele preocupava-se com a “ecologia humana” enquanto um processo de interação entre as sociedades e seu ambiente físico.

Sorre desenvolveu o conceito de espaço social a partir da diferenciação de áreas, cuja identidade de cada uma se relacionava as percepções espaciais de seus habitantes e a complementariedade entre a natureza e a sociedade num processo de construção da paisagem. Ele utilizava-se de categorias macroscópicas e microscópicas (língua/grupos étnicos, Estados nacionais e estilos de vida) e era, assim como Vidal de La Blache, um estudioso do meio rural.

Chombart utilizou-se do mesmo conceito para trabalhar o ambiente urbano em sua “hierarquia de espaços” onde os grupos sociais interagem. Deu preferência aos grupos profissionais, sociais e outros, mas sempre numa escala restrita ao ambiente urbano.

A influência recíproca entre estes cientistas sociais, os embates de idéias, as contribuições críticas demonstram um enriquecimento crescente das Ciências Humanas. Se a coesão entre elas não foi maior, não foi devido à incapacidade de seus mentores ou ao distanciamento real entre os seus objetos de análise, mas ao projeto de ciência positiva que pressupunha a autonomização e a fragmentação do conhecimento científico.

Sobre a participação da ciência histórica neste contexto é importante ressaltar pelo menos uma passagem.

A História e a Geografia nasceram juntas – uma para explicar a diversidade de fenômenos que ocorrem no tempo, e a outra no espaço.¹² É irônico, mas no debate colocado entre tempo e espaço, sociedade e natureza, na virada do século, a História aproximou-se mais da Geografia que a Sociologia. Apesar das primeiras serem, por definição, ciências que competiam num campo muito próximo, havia entre elas uma interação tanto pela semelhança quanto pela diferença.

Paul Vidal de la Blache foi professor de Lucien Febvre, colaborou com sociólogos e historiadores e fundou a revista *Annales de Géographie* (1891). Entre os colaboradores das três revistas, *Annales de Géographie*, *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (1929-39)¹³, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch e *L'Anné Sociologique*, arquitetada por Émile Durkheim (1896), havia um “tráfego de influências” que alimentava uma tensão criativa.

A tensão intelectual da época opunha o determinismo geográfico à liberdade humana. Enquanto Durkheim mantinha o devido distanciamento, Febvre apoiou La Blache e contestou Ratzel. Estes “novos historiadores” (Febvre e Bloch) interessavam-se pela geografia histórica, pela análise interdisciplinar e pela história-problema, chegando a debater a noção de região “argumentando que (na investigação) esta dependia do problema que se tinha em mente” (Burke, 1991, p.26).

Mas foi com a obra “O Mediterrâneo e Felipe II” de Braudel (1949) que a geografia histórica ficou consagrada. Braudel dedica a primeira parte do livro (trezentas páginas) à história do homem em relação ao seu meio físico. Esta atitude ressalta a importância do espaço na história e assume as

¹²Kant, um dos fundadores dos princípios teóricos da Geografia Alemã, já havia afirmado que a experiência humana dividia-se em duas espécies: narrativa e descritiva; a primeira era a história, a segunda, a geografia.

¹³A revista teve três títulos além deste: *Annales d'Histoire Sociale* (1939-42/45); *Mélanges d'Histoire Sociale* (1942-4); *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations* (1946-); mas ficou conhecida como “Escola dos Annales”. Para uma descrição sistemática sobre sua origem, influências e desenvolvimento ver BURKE, P. (1991)

influências marcantes dos geógrafos Vidal de la Blache, Maximilien Sorre e, inclusive, Ratzel.

Superando seu mestre Febvre, Braudel uniu a geografia à história de uma forma menos utilitária. Enquanto o primeiro dispunha do espaço como cenário, o segundo fez do tempo geográfico uma nova forma de interpretar a história, integrando várias estruturas. Superando também Durkheim, ele acaba demonstrando que mesmo as estruturas mais fixas, mais lentas no processo de transformação podem responder sobre o comportamento humano. Elas não só podem constranger, determinar ou disciplinar mas podem também ser instrumentos de criatividade humana.

Mas até o início do século a natureza e o espaço produzido socialmente eram, predominantemente, tidos como uma contingência das sociedades. Só aos atores sociais era dada a capacidade de fazer a história. O desprezo pelo determinismo ambiental impediu, durante muito tempo, que a produção do espaço fosse considerada como um processo social¹⁴.

Ao espaço eram dadas as qualidades de passividade e medida; ao tempo histórico as de ação e sentido. Soja (1993), considera que, de um modo geral, tanto os desdobramentos da teoria marxista quanto os reducionismos positivistas calaram, até o final da década de sessenta, sobre a importância da produção espacial na análise dos processos sociais.

Do ponto de vista da Geografia a partir da década de cinqüenta, a análise regional deixa de lado a procura de espaços uniformes e passa a preocupar-se com as redes de fluxos (de capitais, de população, de decisões etc.), considerando-os importantes organizadores de uma região.

O paradigma desenvolvimentista do pós-guerra e a Revolução Quantitativista da Geografia, incrementaram a instrumentalização do trabalho científico, direcionaram os novos objetivos dos pesquisadores e acabaram por alterar a visão sobre os antigos objetos de análise. Para Kuhn

¹⁴Para Soja (1993), apenas o marxismo francês, que nunca negou totalmente a teorização espacial, é exceção neste caso.

(1994), esta questão não se coloca como o resultado de um processo cumulativo do conhecimento mas como um momento de ruptura onde um novo problema se apresenta gerando novos esquemas de interpretação da realidade. Seguindo o pensamento de Kuhn, naquele momento, investigações extraordinárias subverteram a tradição e salientaram as suas anomalias. Mais ainda, a busca constante de respostas para o paradigma regional acabou por conduzir a Geografia Tradicional – enquanto “ciência normal”- a uma reformulação paradigmática. Claro que, as condições externas ao desenvolvimento da ciência geográfica (históricas, tecnológicas, sociais, econômicas, entre outras) ajudaram a transformar as anomalias em fonte de crise aguda.

Para a Geografia este foi um momento de notável desenvolvimento relacionado ao uso de novas técnicas, de novos métodos de aproximação da realidade e aos progressos da automação. Estava aberto o caminho para a “Nova Geografia” que se colocou em oposição radical à Geografia Tradicional.

O conceito de “rede de fluxos” abriu caminho para análises do espaço funcional, da rede de centros e o conceito de nodalidade de Mackinder – que já havia sido utilizado por La Blache no sentido de concentrador/expulsor de fluxos de maior complexidade. Assim, os “gêneros de vida”, mais associados ao meio rural, dão lugar as análises dos grandes centros urbanos. O espaço funcional foi definido pelas redes em sua trama de relações, não por seus limites. O Planejamento Regional a partir do enfoque sobre sistemas, foi um refinamento do espaço funcional (que desenvolveu os conceitos de região nodal, modelo centro-periferia, difusão de inovações, hinterland) que se aproximava muito dos modelos econômicos.

Assim, a perspectiva histórica ou evolutiva dos fatos geográficos foi substituída pela visão sistêmica dos “arranjos espaciais” na “Revolução Quantitativa”¹⁵ do pós-guerra. Mas a valorização exagerada da análise sin-

¹⁵Esta Nova Geografia foi qualificada por dois adjetivos: quantitativa, expressando a aplicação intensiva de técnicas estatísticas e matemáticas e teórica, visando um apro-

crônica, da “técnica pela técnica” e da especialização desprezou a análise dos processos e do espaço como locus de contradições, transformação e reprodução das relações sociais.

Sobre a Geografia Quantitativa sempre pairaram dúvidas fundamentais se ela se constituiu num paradigma ou num método. Seja qual for a resposta, a Geografia Quantitativa pecou cientificamente ao privilegiar os métodos e as técnicas em relação à realidade. Também o Planejamento Regional à serviço dos projetos desenvolvimentistas reproduziu, na época, o modelo centro-periferia, comprometendo mais uma vez a Geografia em termos ideológicos e utilitários.

A crítica que se instaurou contra a Geografia Quantitativa era proveniente da Geografia Nova/Marxista/Crítica. Esta vertente contestou a falsa neutralidade da ciência geográfica e aprofundou os estudos sobre o “espaço social”- produzido pelos homens, enquanto um instrumento de poder do Estado e da sociedade. O espaço social, produto e ao mesmo tempo condicionante das diversas estruturas (sociais, econômicas, políticas, cognitivas), passa a ser a principal categoria analítica da Geografia Marxista das décadas de setenta e oitenta. Este conceito passou a ser fundamental na análise da representação das diferenças sócio-econômicas produzidas pelo capitalismo.

Como Harvey (1992) e Soja (1993) reconhecem, foi Henri Lefebvre quem recuperou a categoria espaço como fonte de poder social. Este despertar da perspectiva espacial, revigorado pela abordagem dialética, foi mais que aceitar a importância da descrição, localização e limitação espacial para a ação social. Foi uma interpretação renovadora para a teoria social crítica. Harvey, inicialmente, criticou Lefebvre pela insistência deste em colocar o espaço como possuidor de um papel decisivo na estrutura da moderna sociedade capitalista; mas, já na década de oitenta criticou diretamente a difícil-

fundamento teórico e metodológico. O desenvolvimento destas perspectivas levaram Ian Burton (1963) a classificar este período como o de uma “revolução”.

dade das ciências sociais, ligadas ao marxismo ocidental e ao historicismo, em aceitar a importância da análise espacial para a teoria social.

“Marx, Marshale, Weber e Durkheim têm isto em comum: todos priorizam o tempo e a história em relação ao espaço e à geografia e, quando chegam sequer a abordar estes últimos, tendem a encará-los, não problematicamente, como o contexto ou a localização estável da ação social” (Harvey, 1985, p.141, apud Soja, 1993).

Em seu livro mais recente, Harvey (1992) aceita as colocações de Lefebvre¹⁶ e chega a propor um materialismo histórico geográfico. Ele adota a perspectiva materialista na análise das concepções de tempo e espaço – suas categorias analíticas fundamentais, subordinando-as aos processos materiais que servem à reprodução da vida social.

Primeiramente¹⁷ ele explora as experiências do tempo e do espaço no cotidiano da vida individual e social, mas logo conclui que estas categorias devem ser interpretadas à luz da ação social que, de um lado, é disciplinada pela “malha repressiva de controle social”, mas de outro, gera movimentos criativos e clandestinos que também são espacializados.

Harvey descreve o jogo social onde o poder está diretamente relacionado ao domínio do espaço, ao controle do tempo e a posse de dinheiro, salientando como a inter-relação e a oscilação entre estas três categorias vem moldando a história do capitalismo. Ele caracteriza, a partir de meados do século XIX até meados do século XX, a aceleração do processo de “compressão tempo-espaço” reduzindo a uma mesma lógica o fragmentado e o global. Ele explora a evolução do espaço representado pelo mapa e do tempo pelo calendário e cronômetro, mostrando como o amadurecimento do pensamento iluminista confinou “o livre fluxo da prática e da experiência humanas a configurações racionalizadas” (ibid., p.230). Para ele, este esforço

¹⁶Embora ainda discuta com ele as relações dialéticas entre o espaço vivido, o percebido e o imaginado.

¹⁷Ver especialmente a Parte III “A experiência do espaço e do tempo” in HARVEY, D. (1992) *Condição Pós-Moderna*.

foi confirmado pela propriedade privada, de um lado, e pela popularização do relógio, de outro, conjugando a visão totalizante a um mundo fragmentado.

Harvey faz um paralelo entre a estética da arte, o pensamento social e cultural e os acontecimentos político-econômicos. Todos, nas raízes do modernismo, já possuíam como elo comum uma postura esquizofrênica entre a unidade e a diferença, a globalização e a fragmentação, o espaço e o tempo, as forças homogeneizantes do dinheiro e da troca de mercadorias e a emancipação humana. Num primeiro momento, é nesta dualidade que para Harvey subsiste a lógica da modernidade. É inclusive na exploração da dialética entre lugar e espaço que Harvey encontra a estetização da política local, regional ou nacional, espacializando uma ação política que se superpõe as lealdades à classe, trazendo à cena geopolítica um Estado legitimado mais pelos valores estéticos que pelos sociais. Harvey se utiliza das palavras de Nietzsche para dizer que a busca de uma nova moralidade na ciência geopolítica (então em alta com Ratzel, Camille Vallaux, Mackinder e Mahan) tinha em sua essência a “vontade de poder”.

Para o modernismo “heróico”, após 1920, Harvey ainda vê uma arena de combate entre a sensibilidade universalista e a localista. Mas em seguida, apesar do construtivismo e dos movimentos de vanguarda, é a estética dos espaços organizados e submetidos a ordem totalizante do controle racional que ganha a batalha.

Neil Smith (1984), um discípulo de Harvey, também se afasta do marxismo ortodoxo e nos mostra como o desenvolvimento da paisagem material apresenta-se como um processo de produção da natureza. Ele argumenta que, no processo de acumulação de capital a natureza é cada vez mais produto da produção social e, ao nível mais abstrato, é na produção da natureza que o valor de uso e o valor de troca fundem espaço e sociedade.

Voltando a Lefebvre e a outro momento histórico, encontramos a crítica ao reducionismo dogmático na interpretação de Marx, a influência do estruturalismo de Althusser e da fenomenologia existencial, e também dos

movimentos culturais franceses (cubismo, surrealismo). Lefebvre incorporou definitivamente a espacialidade na teoria social e recontextualizou o materialismo dialético. Se no início dos anos setenta tanto Harvey quanto Castells criticaram-no é porque temiam a formação de uma abordagem autônoma e separatista do urbanismo, isolando-o numa estrutura teórica à parte. Eles temiam também a reificação ou fetichização da análise espacial.

Castells, em *A Questão Urbana* (1977, p.115), também associou a teoria espacial à teoria social geral. Ele contribuiu para a construção de uma dialética sócio-espacial ao denominar o espaço como produto material da interação entre cultura e natureza. Criticou a visão espacial como simples reflexo da sociedade, mas deu ênfase à estrutura social; no que Lefebvre foi mais além ao associar a formação de classes às relações tanto sociais quanto espaciais de produção. Neste sentido, Lefebvre focalizou a problemática social da divisão do trabalho numa perspectiva sócio-espacial, unindo as duas estruturas.

Também algumas vozes vindas da sociologia urbana, que já havia sido representada pela Escola de Ecologia Urbana de Chicago¹⁸, com seu viés ambientalista, levantaram-se no final da década de setenta, para combater a demasiada importância teórica dada a análise espacial¹⁹.

Mas Lefebvre seguiu o seu caminho para tratar das influências de um planejamento espacial instrumentalizado que penetrava cada vez mais nas práticas da vida cotidiana. Ele analisou também os efeitos homogeneizantes do capitalismo moderno no contexto da urbanização/espacialização, sempre em diálogo com Marx. Sua principal obra *La Production de L'Espace* (1974) é a confirmação de que o capitalismo cria uma espacialidade própria,

¹⁸Este grupo, liderado principalmente por E.W. Burgess, Robert E. Park, L. Wirth e outros desenvolveu pesquisas cuja tônica era a associação entre as formas espaciais e a produção de práticas culturais.

¹⁹Soja (1993) exemplifica esta posição crítica com o trabalho de Peter Sauters, "Social Theory and the Urban Question", 1981.

sustentando-se por uma ideologia social, e se reproduz – ao mesmo tempo – através da homogeneização, fragmentação e hierarquização.

Com estas e outras contribuições, de geógrafos e sociólogos, é possível afirmar que o debate sobre a interação entre processos sociais e formas espaciais entrou definitivamente para o campo da teoria social, principalmente através dos estudos marxistas contemporâneos. Harvey (1992) e Soja (1993, p.71) avançam nesta discussão ao afirmarem que não só o urbano das décadas de sessenta e setenta possuíam uma espacialidade própria – o que era muito fácil constatar – mas a própria economia capitalista, em sua escala “global”, também se rearticulou com um novo processo de espacialização.

Milton Santos, um dos grandes nomes da Geografia contemporânea e possuidor de uma extensa obra norteadora para a Geografia Crítica brasileira, escreveu:

“O espaço não é um pano de fundo impassível e neutro. Assim, este não é apenas um reflexo da sociedade nem um fato social apenas, mas um condicionante condicionado, tal como as demais estruturas sociais. O espaço é uma estrutura social dotada de um dinamismo próprio e revestida de uma certa autonomia, na medida em que sua evolução se faz segundo leis que lhe são próprias. Existe uma dialética entre forma e conteúdo, que é responsável pela própria evolução do espaço.” (Santos, 1988, p.15)

Apesar da dialética sócio-espacial ter se tornado um caminho interpretativo sólido para a perspectiva do materialismo histórico, muitos problemas epistemológicos ainda eram colocados como entraves para a abordagem marxista. Muitos autores associaram o “fetichismo” espacial a um ecletismo perigoso que não se conciliaria com a análise das classes ou mesmo com o materialismo histórico. Thompson (1981), complementa esta crítica em *A Miséria da Teoria* ao reafirmar o primado da história e do historicismo, do diacrônico sobre o sincrônico, contrapondo o marxismo britânico à tradição marxista francesa. Em discussão com Althusser ele desenvolve um ardoroso debate entre estrutura e processo.

De um modo geral as teorias marxistas se aproximariam mais das análises espaciais a partir da década de sessenta. A crise geral do capitalismo, suas contradições sócio-espaciais e o desenvolvimento desigual reaproximaram esta perspectiva. Contudo, vale lembrar que o marxismo ocidental já havia produzido suas teorias sobre o imperialismo. Na década de setenta, ele concentraria seus esforços na análise da economia política da urbanização.

Após uma longa série de publicações, oriundas da teoria crítica marxista, que hesitaram em relação à espacialidade e à temporalidade concretas do capitalismo, uma nova teorização do tempo-espaço é reivindicada para a teoria social crítica. O espaço e o tempo deixam de ser considerados como mera representação ideológica das sociedades e passam a ser assimilados como a materialidade latente, o substrato da vida social que também é passível de uma leitura para investigar o comportamento e a estratificação sociais.

Concentrando o olhar na ciência geográfica podemos reconhecer que os conceitos de espaço vital, paisagem, região, gêneros de vida, espaço funcional, classe de área, planejamento regional, espaço social, território e outros têm se constituído nos norteadores paradigmáticos desta ciência. Estes instrumentos analíticos, através de suas aplicações, revelam a natureza de certas visões de mundo e da ciência. Apesar da Geografia ser muito criticada pela falta de aprofundamento nas questões epistemológicas e pela preocupação excessiva com a aplicação prática e utilitária, é do âmago deste arsenal conceitual que sua episteme irradia.

O conceito de região²⁰, por exemplo, foi um dos principais formadores de “escolas” dentro da Geografia. Tanto na sua aceitação, na sua refutação ou nas diversas tentativas de transformação de seu conteúdo significativo. Os geógrafos físicos e os deterministas ambientais sempre tiveram na “região natural” o seu recorte espacial. Já os historicistas somaram à região a “paisagem cultural”. Estes últimos, por sua vez, refinaram o olhar

²⁰Sobre a natureza da região há uma discussão considerada clássica de Richard Hartshorne em “The Nature of Geography”, *Annals of the Association of American Geographers*, 29 (3 e 4), 1939.

do conceito e da realidade ao trabalharem com regiões especializadas: urbanas, rurais, industriais...

A Revolução Quantitativa do pós-guerra, apoiada no positivismo lógico, considerou “a região a partir de propósitos específicos e da adoção de procedimentos classificatórios das ciências naturais: a região passa a ser uma classe de área (...) O pluralismo que já existia até então ganha legitimidade metodológica” (Corrêa, 1994, p.216).

Com a Geografia Crítica da década de setenta, novos paradigmas são incorporados. A principal influência é a teoria marxista e a fundamentação no materialismo histórico e dialético; mas também as abordagens humanística e cultural se desenvolveram a partir deste período²¹.

Para os primeiros a região passa a ser entendida “como a organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista” (Gilbert, 1988 apud Corrêa, 1994, p.217). Para a geografia humanística e cultural a região é um foco de identificação onde as relações culturais, em grupos e lugares particulares gera um processo de apropriação simbólica do espaço.

Sob a perspectiva materialista o espaço cognitivo ou mental representa a percepção e cognição humanas em relação ao espaço concreto. Essas representações contribuem para a transformação do espaço social, mas é a produção do espaço social – através de idéias e ideologias incrustadas na materialidade – que comanda o processo. Claro que esta perspectiva é crítica – ou pelo menos “desafiadora”, em relação tanto às abordagens fenomenológicas/psicológicas quanto às perspectivas essencialmente naturalistas/empiristas. É o espaço social que é, ao mesmo tempo, a ferramenta analítica e parte integrante da instrumentalidade do poder político e econômico.

²¹Como representantes desta abordagem podemos citar J.L.Piveteau, Yi-Fu Tuan, Paul Claval, D.Ley e A.Fremont.

Para a teoria social crítica dos anos oitenta as estruturas sociais e espaciais unem-se dialeticamente na vida social. Em escalas espaciais diversas, o poder instrumental do Estado e do capital disciplinam desde a vida cotidiana até os processos mais globais.

Giddens é um exemplo importante entre os teóricos sociais contemporâneos que lidam com conceitos carregados de espacialidade, onde os locais diferenciados e hierarquizados, os cenários, as regiões nodais, a territorialidade dão contextualidade à estrutura social.

Outras contribuições empírico-analíticas têm se multiplicado nos recentes estudos sobre regionalização e, com um enfoque macropolítico e econômico, nos estudos sobre globalização. Todas estas abordagens caminham no sentido de admitir a formação de espaços homogêneos, mas por outro lado, de acentuar a permanência da diferenciação entre regiões/áreas. Ao mesmo tempo em que a economia mundial e a globalização tendem para a homogeneização, elas acentuam diferenças espaciais num complexo processo de fragmentação/articulação.

Assim, a divisão territorial do trabalho, as especializações produtivas, as estruturas sociais, culturais e políticas espacialmente variáveis e específicas são, ao mesmo tempo, dependentes de processos gerais/universais. Novamente o conceito de região se torna necessário, não para acentuar o “excepcionalismo regional” que pressupunha a idéia de unicidade (“uniqueness”), mas para servir como mediação entre o universal e o singular, o autônomo e o dependente, o micro e o macro (Corrêa, 1994, p.221-22).

O URBANO E SEUS ESPAÇOS

A partir das décadas de sessenta e setenta surgem duas vertentes principais no sentido de espacializar a teoria social. De um lado, surgem estudos urbanos oriundos de diversas disciplinas; de outro, estudos sobre a reorganização do espaço urbano mundial com ênfase na estratégia do capi-

talismo para a administração da crise e acumulação de capital. Este último enfoque coloca a cidade como ponto estratégico da reprodução da sociedade capitalista no processo de trabalho, na troca de mercadorias e no padrão de consumo.

Segundo Soja (1993) a problemática urbana e seus estudos sobre a habitação, planejamento, meio ambiente, espaços públicos e outros estudos urbanos tópicos se desenvolveram e proliferaram, separando-se das interpretações sobre o desenvolvimento regional e internacional. Embora ambas fossem oriundas do marxismo, a segunda abordagem passou a desenvolver teorias sobre o desenvolvimento/subdesenvolvimento tendo como inspiração as obras de Mandel (1963, 1975). Este último afirmava que o desenvolvimento espacialmente desigual era tão importante para o capitalismo quanto a exploração do trabalho. Ele fez, ao mesmo tempo, uma periodização e uma espacialização da economia macropolítica do capitalismo contemporâneo.

Sob esta mesma influência também surgiram estudos neo-marxistas a partir da década de setenta, retomando as análises sobre centro-periferia, subdesenvolvimento/dependência, e sobre a acumulação do capital, agora em escala global.

A perspectiva marxista recuperou o conceito de região, associando-o as relações de produção e a organização sócio-espacial dos processos capitalistas e das práticas específicas de classe. As análises privilegiadas recaem sobre a divisão social do trabalho, a acumulação de capital, a reprodução da força de trabalho e dos processos políticos e ideológicos. O enfoque culturalista, associado ou não ao enfoque marxista, também atentou para a região, mas enfatizando a apropriação simbólica de determinados espaços por grupos sociais específicos, num processo definidor de identidade (Corrêa, 1994, p.217).

Como nos lembra Corrêa (1994), é importante frisar que o debate sobre regiões não elimina a importância do debate sobre globalização; ao contrário, são análises complementares. No processo de globalização, que

emergiu a partir da Segunda Guerra Mundial, associado ao capitalismo industrial, o mundo foi simultaneamente unificado e dividido e os espaços relativamente autônomos que ainda sobreviviam passaram a depender de processos gerais e universais. Assim, a globalização implica um imbricado processo de fragmentação/articulação. A fragmentação é representada na divisão territorial de especializações produtivas e especificidades naturais, sociais, culturais e políticas. A articulação é representada por fluxos variados que integram os espaços diferenciados.

Dois conceitos são importantes para a interpretação deste processo: rede e território. Sem entrar aqui num aprofundamento teórico sobre a natureza destes conceitos, vale lembrar que muitos autores têm recorrido a eles como ferramentas analíticas. Garnier (1994, p.305) nos lembra que:

“A tese segundo a qual a proliferação das redes de comunicação à grande velocidade estariam a ponto de modificar a própria consistência do espaço não é nova. Desde vinte anos atrás, numerosos pesquisadores pertencentes às diversas disciplinas (geografia, economia, sociologia, planejamento e urbanismo, ciências da comunicação...) já estavam interessados nos efeitos dos progressos fulminantes realizados no domínio dos transportes e sobretudo das NTC na estruturação dos territórios” (1994, p.305).

As redes comportam fluxos de toda espécie, rompem barreiras territoriais, encurtam distâncias e possibilitam uma complexidade de relações (econômicas, sociais, políticas, materiais, informacionais, culturais, de transportes e muitas outras). Através das redes a homogeneização global constrói uma fragmentação articulada. Os territórios tradicionais, mais relacionados à autonomia, identidade cultural e recursos locais são agora reorganizados para responder às necessidades de um sistema global. As redes funcionam como mediadoras entre o universal da globalização e o singular das especificidades do território.

Levy (1992) trata destes conceitos e propõe o conceito de “cidade-mundo” para compreender a complexidade do espaço social no mundo

contemporâneo. Para ele esta análise possibilita compreender a atual organização geopolítica, a economia-mundo e a distância cultural. A dimensão espacial, tida como uma das dimensões do social “corresponde a uma realidade universal, a luta dos homens contra a distância”, distância que separa as sociedades e, ao mesmo tempo, é o seu princípio de organização.

Guattari (1984 e 1985), numa leitura mais ousada e menos esquemática, analisa a organização do espaço, ou o espaço produzido por determinada sociedade, como um dado fundamental para a caracterização do poder nesta mesma sociedade: Para ele “a ordem capitalista produz uma subjetividade própria, subjetividade essa que determina constrangimentos a nível espacial” (1985, p.109)

Ele também contrapõe dois conceitos muito ricos para avaliar a realidade contemporânea: os espaços lisos e os territórios existenciais. “Um espaço liso – segundo Guattari – é um espaço desterritorializado, aonde não há mais os mesmos tipos de circunscrições ou delimitações por emblemas étnicos ou religiosos, por exemplo” (1985, p.112). Enquanto o alisamento dos espaços leva a destruição dos territórios existenciais, a emergência de novos territórios existenciais pode representar um exemplo de insubmissão às arquiteturas disciplinares.

“Os territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva e o espaço estando ligado mais às relações funcionais de toda espécie. O espaço funciona como uma referência extrínseca em relação aos objetos que ele contém. Ao passo que o território funciona em uma relação intrínseca com a subjetividade que o delimita. A partir daí, dá para colocar uma série de questões. Como é que se pode fazer um território num certo tipo de espaço ou inversamente, como no decorrer da história ou por ocasião de algum procedimento atual a gente desterritorializa territórios existenciais, distendendo-os em espaços lisos” (Guattari, 1985, p.110).

Os processos de territorialização/desterritorialização/reterritorialização do capitalismo têm gerado reflexões importantes no âmbito das ciências sociais. A cidade – modelo inspirador destas análises – expressa, por meio de signos e símbolos, o local e o global. Os territórios-fragmentos da cidade articulam-se e colocam-se em conflito com o espaço global.

Para Harvey, a diminuição de barreiras espaciais, ao contrário do que alguns autores previam, possibilita a exploração de “minúsculas diferenças espaciais” por capitalistas, e aumenta ainda mais a nossa sensibilidade à diferenciação espacial. Em meio a homogeneização do hiperespaço há uma produção de lugares diferenciados ativando a competição entre localidades, cidades, regiões e nações. Para ele, este paradoxo é central na análise espacial da sociedade contemporânea.

“(…) quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital. O resultado tem sido a produção da fragmentação, da insegurança e do desenvolvimento desigual efêmero no interior de uma economia de fluxos de capital de espaço global altamente unificado” (1992, p.267).

Assim como a modernidade contemporânea entrelaça o tradicional ao moderno (e ao pós-moderno?), o movimento de desterritorialização provoca uma nova reterritorialização. Na experiência cotidiana multiplicam-se as intersecções e as ambigüidades. “Assim, a fixação de fronteiras políticas pode ser apenas uma escala dentro da rede da hierarquia econômica verticalizada. Ao mesmo tempo, as redes da economia capitalista podem ser forçadas a se adaptar a territorialidades onde a coesão político-cultural local consegue impor sua especificidade”. (Haesbaert, 1993, p.16)

Toda esta gama de conceitos tem tornado possível uma releitura sobre a importância dos mecanismos espaciais tanto para a experiência individual, para a ação social, como para a nova reorganização político-econômica do capitalismo contemporâneo.

Poderíamos ainda citar outros autores, como Galtung (1979) por exemplo, que ao analisar questões sobre desenvolvimento, ambiente e tecnologia chega a conclusão que há uma “cosmologia social do ocidente” operando nas relações com o espaço, tempo, conhecimento e nas relações entre os homens e destes com a natureza a partir de falsas premissas. Para ele, há uma “estrutura cognitiva do capitalismo ocidental” que confere legitimidade a hierarquia intrínseca: o centro, o topo da pirâmide, a periferia... cada conceito com seu correspondente ao nível social, econômico, cultural, espacial, tecnológico. Do ponto de vista do sistema dominante (Alpha-estrutura, ligada ao super ciclo global, que o autor contrapõe à Beta-estrutura, relacionada a contextos locais) esta estrutura é vista como estrutura normal/natural. As estruturas alternativas baseadas na igualdade, autonomia, solidariedade, participação e integração são vistas como ameaças ao sistema.

Da década de oitenta para cá o espaço contemporâneo foi tratado em várias perspectivas e escalas diferentes, desde as práticas da vida cotidiana até uma nova visão geopolítica da divisão global do trabalho. Os debates sobre a transição da modernidade espacializaram as transformações econômicas, sociais, culturais e políticas mapeando as paisagens local, regional e global e contextualizando as particularidades e universalidades da nova reestruturação capitalista.

Podemos concluir este primeiro mapeamento com Santos (1991, p.63-64), para o qual a produção espacial e o significado das representações sociais contidas no espaço adquirem cada vez mais importância analítica dentro das ciências humanas.

“O espaço parece, pois, transformar-se no modo privilegiado de pensar e agir o fim do século. Assim sendo, é de pensar que as representações sociais do espaço adquiram cada vez mais importância e centralidade analíticas. Os nossos próprios tempos e temporalidades serão progressivamente mais espaciais. É comum identificar em nossas trajetórias pessoais a sucessão do tempo da família, da escola, do trabalho. Foi em atenção a essa sucessão

que se constituíram muitos dos ramos da sociologia e de outras ciências sociais (...) Começamos a ver que cada um destes tempos é simultaneamente a convocação de um espaço específico que confere materialidade própria as relações sociais que nele tem lugar. A sucessão de tempos é também uma sucessão de espaços que percorremos e nos percorrem, deixando em nós as marcas que deixamos neles.”

O DEBATE PÓS-MODERNO

É difícil traçar um panorama expondo onde e como a teoria social contemporânea aproximou-se da perspectiva espacial. Enquanto o marxismo ocidental contemporâneo foi subdividido em perspectivas variadas, a própria realidade econômica, política e social do capitalismo ocidental, a partir da década de setenta, foi objeto de transformações radicais estimulando um debate vigoroso sobre o fim da modernidade (Lyotard, 1979), sobre um novo período de compressão tempo-espaço (Harvey, 1992) e de uma multiplicação do prefixo “pós” na tentativa de explicar a complexização da realidade contemporânea em várias esferas, alertando para uma quebra de continuidade rumo a uma reflexão renovada.

Depois de análises “pós-historicistas”, focalizando a própria teoria social, e análises “pós-fordistas”, focalizando a transição do capitalismo para o regime de acumulação flexível, surge um discurso abrangente sobre a “pós-modernidade”, envolvendo um novo movimento cultural e ideológico.

Agora, de forma mais eloqüente, a lógica espacial ganha destaque. Jameson exemplifica bem esta colocação:

“O espaço pós-moderno (ou multidimensional) não é simplesmente uma ideologia ou uma fantasia cultural, mas tem uma realidade histórica (e sócio-econômica) autêntica, como terceira grande expansão original do capitalismo no globo (depois das expansões anteriores do mercado nacional e do sistema imperialista

mais antigo, cada uma das quais teve sua própria especificidade cultural e gerou novos tipos de espaço apropriados à sua dinâmica). (...) Não podemos retornar a práticas estéticas elaboradas com base em situações e dilemas históricos que já não nos pertencem (...) a concepção do espaço aqui desenvolvida sugere que um modelo de cultura política adequado a nossa situação terá, necessariamente, que levantar questões espaciais como sua preocupação organizadora fundamental.” (Jameson, 1984, p.88-9, apud Soja, 1993)

Mesmo se não concordarmos que a pós-modernidade é fruto da terceira grande expansão do capitalismo, como afirma Jameson; ou que ela seja uma condição das transformações para o capitalismo mais flexível, não há mais como se esquivar do debate sobre as transformações da modernidade.

A construção do discurso pós-moderno, alicerçada no âmbito da arquitetura e da arte na década de setenta, envolve, atualmente, várias esferas da vida moderna. Enquanto a arquitetura moderna (que nasceu do organicismo e do racionalismo) eliminou as arquiteturas locais num esforço totalitário, adequou a arte à modernização da sociedade e fez a forma predominar esvaziando o conteúdo de significados; os pós-modernos atacam a “irracionalidade” da modernização no mundo cotidiano, a homogeneização dos estilos e costumes e o modelo estruturante que, ao mesmo tempo em que dizia-se racional e universal, reduzia a multiplicidade de mundos a uma lógica geométrica esvaziada de sentido. O excesso de funcionalidade do espaço construído invadiu o mundo cotidiano e eliminou a possibilidade das diferenças. Com o debate da pós-modernidade o espaço é reconhecido como categoria fundamental na instrumentalização do poder, do controle e das desigualdades sociais.

Mas, se de um lado, os pós-modernos valorizam as diferenças, os múltiplos contextos sociais e a memória histórica; de outro, eles se utilizam de um tradicionalismo superficial das formas a partir de um total liberalismo de estilos. Tentando recuperar o respeito às diferenças, a arquitetura

pós-moderna combina formas tradicionais, modernas, diferenciadas...mas sem um contexto que as represente. A memória coletiva não é local/nativa, é um recurso selecionado à revelia no “guarda-roupas” da história. Assim, os pós-modernos acabam subvertendo seu próprio projeto com base na diversidade cultural. Ao construírem uma “bricolagem” de formas vazias de sentido (histórico, cultural, social), a arquitetura pós-moderna desterritorializa o espaço.

Tentando superar a contradição entre arte e utilidade os pós-modernos da arquitetura separaram, outra vez, forma e função²². Mais do que isto, ao impor uma arquitetura-símbolo sem significado para a população em seu contexto, ela repetiu os erros da arquitetura moderna que quis impor uma racionalidade social. Mesmo na arquitetura “simbólica” cuja semiologia vem socorrer a “forma” de sua utilidade prática, e o símbolo é pensado para servir de comunicação entre a arquitetura e o público, parece não haver nenhuma superação. Os símbolos escolhidos muitas vezes não vem da linguagem formal da arquitetura e sim dos apelos do mercado. Como coloca Ortiz (1992), a arquitetura pós-moderna é crítica com o passado da modernidade, mas conformista com os desafios do presente. Por isto alguns autores parecem concordar que entre o “simbolizar” da pós-modernidade e o “estruturar” da modernidade muitas semelhanças permanecem.

Para Harvey (1992) existe uma relação necessária entre a pós-modernidade cultural, a acumulação flexível do capital e um novo período de “compressão tempo-espaço”. Mas ele adverte: tais mudanças, vistas à luz das “regras básicas de acumulação capitalista”, mostram-se mais como um recurso camaleônico do capitalismo do que uma ruptura para uma nova sociedade. Assim, a pós-modernidade é colocada como uma “condição”, um referencial inevitável para se pensar a sociedade, mas não uma ruptura.

²²Que segundo Habermas (1981), foi um dos méritos da Arquitetura Moderna

Se por um lado Harvey considera que o ponto forte do pós-modernismo é ter ressuscitado as diferenças que as metateorias do modernismo haviam extinguido, por outro lado, ele não se ilude: “há mais continuidade do que diferença” (1992, p.111), e a superficialidade das obras, dos projetos e das posturas são testemunhas de que as aparências reivindicam o trono da verdadeira essência dos problemas sociais, econômicos, políticos e culturais. A ética foi substituída pela estética cuja forma sugerida é uma encenação, um espetáculo descomprometido com a função. Harvey aponta que este caminho é um discurso perigoso pois desemboca na estetização da política. Sem medo da analogia histórica ele associa a sensibilidade pós-moderna a um novo interesse pela geopolítica, pela estética do lugar e pela questão da espacialidade. Tudo isto, sempre “no interior de uma economia de fluxos de capital de espaço global altamente unificado” (ibid., p.267).

Ele desenha o perfil do caos urbano representado nas mercadorias, modas, gostos, signos, imagens... manipulados pelo mercado e influenciando as práticas sociais, culturais e o poder de classe. Para Harvey, na era da “acumulação flexível”, as imagens como simulacros dominam todos os campos, do econômico ao psicológico, da arte à política, da geografia à arquitetura, do lugar ao espaço globalizado. Harvey se debate entre a identidade social proporcionada pelo lugar e a espacialidade estetizada, fragmentada, superficial e globalizada. Ambas necessárias a uma pós-modernidade esquizofrênica.

Para Habermas (1981) a organização da realidade urbana contemporânea cruza conexões funcionais de difícil tradução, e a linguagem formal da arquitetura não dá conta destas conexões, apenas se submete aos seus meios de representação simbólica. Considerando que a arquitetura moderna respondeu bem às “novas possibilidades técnicas de criação” e às “novas carências qualitativas” do início do século, ele salienta que o problema foi não ter oferecido respostas às questões de “dependência sistêmica dos imperativos da administração planejada e do mercado”. Habermas concorda

com a crítica dos pós-modernos ao que a “Nova Construção” quis impor sua concepção à totalidade de estilos e formas de vida que incluíam múltiplos, complexos e mutáveis mundos da vida, impossíveis de serem enquadrados. Mas, para ele, o erro da arquitetura moderna não foi ter associado forma e função, mas ter subestimado que “as sociedades modernizadas” possuem “conexões sistêmicas” que extrapolam a capacidade de medida e de criatividade do planejador. Após a II Guerra o espaço passou a ser organizado não pela arquitetura, mas pelas limitações econômicas e político-administrativas.

Por isto Habermas não concorda com o diagnóstico dos arquitetos pós-modernos. Para ele o fracasso não foi da arquitetura, afinal, a mediação cada vez maior das conexões sistêmicas não configuráveis sobre o mundo da vida é uma questão que não poderia ter sido resolvida no âmbito exclusivo da arquitetura. Ele afirma que,

“os problemas do planejamento urbano não são primariamente de organização espacial, mas de insuficiência gestonária, de represamento e orientação de imperativos sistêmicos anônimos, que interferem nos mundos da vida cidadãos e ameaçam-lhes consumir a substância urbana” (1981, p.122).

Isto nos leva de volta à teoria social pois, apesar desta afirmação, é possível fazer uma leitura da teoria da ação comunicativa de Habermas onde as escalas espaciais estão fortemente representadas. Não nas “construções” modernas ou pós-modernas mas em suas concepções de mundo da vida, onde está presente a participação com significado e conteúdo; e de conexões sistêmicas, invadindo o mundo da vida e impondo sua lógica à esfera da razão comunicativa.

A separação e a dependência recíproca entre estas duas esferas, a colonização do mundo da vida pelo sistema e a necessidade do próprio sistema desta “contingência criadora” nos leva a considerar que a teoria de Habermas, apesar de mais complexa e mais refinada, tem muitas afinidades

com a escala espacial dos atuais estudos sobre “territórios”, “redes” e “globalização”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto não teve a pretensão de aprofundar questões substantivas sobre a recusa, aceitação ou marginalização da perspectiva espacial na teoria social. Pretendeu apenas fazer um mapeamento preliminar sobre esta questão a partir de importantes contribuições e argumentos de autores que, direta ou indiretamente, lançaram novas questões sobre a abordagem espacial.

Neste sentido a questão ambiental, que se colocou para a sociedade contemporânea, principalmente a partir da década de setenta, trouxe novos desafios para a realidade, para a ciência e para os poderes políticos e econômicos. Na tradição científica as problemáticas relacionadas a população, cultura, ambiente, sociedade e outros temas afins vieram sendo tratadas como conhecimentos estanques da realidade, como se este conhecimento parcelado pudesse, em alguma outra dimensão do conhecimento, abarcar a realidade enquanto totalidade.

A questão ambiental, como parâmetro para a análise social, além de desvendar as diversas relações do homem com a natureza, as tecnologias empregadas e as estruturas sócio-econômicas correspondentes, vai mais além da descrição e classificação do grau de satisfação de necessidades humanas, via a apropriação e manipulação da natureza e a conseqüente interferência nos processos ecológicos. A partir do conhecimento das posturas do homem sobre a natureza é possível compreender suas respectivas organizações sociais e as estruturas cognitivas que as legitimam:

“En el nivel de las formaciones ideológicas mais generales, la problemática ambiental ha significado el requebrajamiento de uno de los dogmas más perdurables desde la tradición judeo-cristiana

hasta la história del pensamiento occidental moderno, es decir, el de la presencia del hombre en la Tierra como amo de la naturaleza. Tal domínio de la naturaleza no sólo ha aparecido como unacapacidad excepcional de la especie humana para transformar los recursos naturales e incluso para controlar una seria de fenómenos naturales por medio de sus creaciones científicas y tecnológicas, a su vez ha permitido ocultar las relaciones de explotación del hombre por el hombre que han permitido la apropiación de la naturaleza y su transformación en riqueza social.” (Montes & Leff, 1986, p.27)

Posturas como esta trouxeram um problema positivo para a ciência: a necessidade de um novo referencial teórico ou, ao menos, a de uma revisão em antigas fronteiras paradigmáticas. Nesse sentido, a abordagem ambiental teve o mérito de ser a catalisadora de novas propostas de análise da realidade enquanto totalidade. Costa (1992, p.12), ao fazer uma leitura de diversas abordagens teóricas que se inscrevem neste debate, parte do pressuposto de que o “espaço” pode ser a categoria de análise capaz de intermediar esta discussão:

“A hipótese básica a ser proposta para discussão é que o espaço seria o elemento, ou a categoria de análise que teria a capacidade de articular estas diversas vertentes teóricas. Através da análise dos processos de produção e apropriação do espaço em geral (e do urbano em particular, que nos interessa mais de perto) seria possível fazer a ponte entre um maior nível de abstração teórica e as realidades concretas”.

De volta ao “espaço” podemos dizer que esta categoria, que não é nova na tradição científica, está passando por uma nova leitura em várias ciências. Se o projeto da modernidade subjugou a natureza à dominação humana, também o espaço construído socialmente, enquanto natureza transformada, foi naturalizado a partir de uma visão onde espaço e natureza nada mais são que recursos disponíveis para o projeto da dominação do homem. Hoje não é mais possível pensar o espaço social somente a partir

de sua materialidade, como um elemento estático da realidade, desprovido de um poder organizador/transformador. Através das representações coletivas de espaços, os grupos sociais podem identificar a si próprios e a sua cultura.

Harvey complementa este debate ao dizer que a questão não é acusar a forma física pelos problemas sociais – o que seria um tipo vulgar de determinismo ambiental. Mas é preciso reconhecer no espaço uma categoria analítica muito rica em “representações sociais” a partir das quais interpretamos e agimos no mundo.

Neste sentido, podemos retornar ao “modelos de desenvolvimento” para refletir sobre duas questões: a primeira é o desafio que a problemática ambiental traz ao planejamento espacial (local, regional e global). A segunda, é este mesmo desafio que coloca para a ciência um questionamento sobre si mesma, seus paradigmas, suas megateorias e sua “divisão disciplinar do conhecimento”.

Quanto a primeira questão é possível dizer que, se por um lado, o avanço da reorganização mundial extrapola fronteiras nacionais, por outro vale dizer que o processo de globalização passa a ser questionado a partir da deterioração dos “modelos de desenvolvimento”. Aqui se coloca a questão das realidade locais e suas peculiaridades. O sistema capitalista ocidental criou uma rede interminável de centros e periferias que possuem a função de propagar e reproduzir a estrutura sócio-econômica e cognitiva do modelo ocidental. A transferência tecnológica transfere também um “modelo de desenvolvimento” que priva certos países, certas localidades de se desenvolverem de acordo com suas próprias necessidades e recursos. (Galtung, 1979)

Criou-se, no mundo ocidental, um modelo para se atingir o desenvolvimento. A propagação deste modelo tem sido, na maior parte das vezes, uma confusão entre meios e fins (Declaração de Cocoyoc, 1974). As realidades locais não contam ou são consideradas nocivas à estabilidade do sistema.

Mas se o conceito não é mágico, o planejamento tampouco. Se a ciência está revendo seus paradigmas, pode-se dizer que os próprios detentores do poder para o planejamento/desenvolvimento estão em busca de novos modelos norteadores.

Uma contribuição importante é a necessidade de se deslocar o problema do desenvolvimento do campo estrito da economia, e nesse sentido adentrar no campo da ética e dos valores das reais necessidades humanas, de que parcela da humanidade se trata, qual sociedade, que tipos de ecossistemas envolvem e quais as condições históricas e materiais de realização de um planejamento.

É importante refletir sobre a transferência destes “modelos”, sobre estas caricaturas de espaços funcionais, e tentar recuperar, nas peculiaridades locais/regionais as estruturas sociais, econômicas e cognitivas que são próprias a cada sociedade com suas práticas, sua materialidade, suas representações de mundo e sua relação com a natureza. Isto não significa descartar o modelo de desenvolvimento global para dividir o espaço e a sociedade em ilhas isoladas e autônomas. Significa encontrar um equilíbrio entre os dois modelos, entre os dois conceitos. Isto é o que prima a questão ambiental.

Em relação ao desafio que a questão ambiental coloca para a ciência, algumas questões são básicas. A primeira é que “há algo errado com a organização disciplinar do conhecimento” (Daly & Cobb, 1989). Os excessos de “cientificismos”, de modelos abstratos e dedutivos e de especialização distanciaram a ciência da realidade concreta/objetiva. A realidade foi fragmentada pela fragmentação do conhecimento, como se este último fosse mais importante que a própria realidade.

Rever fronteiras paradigmáticas, megateorias ou simplesmente romper com a visão dicotômica (sociedade-natureza, principalmente) é um desafio para a ciência neste fim de século. Embora haja uma grande dificuldade de cunho teórico-metodológico devida a extrema especialização dentro

de cada ciência, a problemática ambiental aponta para a necessidade de um trabalho interdisciplinar.

No mundo ocidental desenvolveu-se um modelo para executar o desenvolvimento que muito se aproxima às críticas que Daly faz sobre a ciência. No fim (lembrando que há uma confusão entre meios e fins) o que importa é o funcionamento do próprio modelo (os instrumentos, a técnica e o conhecimento). A tecnologia (ocidental, industrial, capitalista) está para a realidade assim como esta racionalidade científica (ocidental, positiva, linear) está para a ciência. É preciso desmistificar estes modelos, conhecendo-os e construindo uma via alternativa.

O espaço como categoria analítica para a avaliação da problemática ambiental, pode funcionar como um leme orientador para as questões da realidade concreta (do planejamento/desenvolvimento) e para o processo de conhecimento (interdisciplinaridade).

O espaço, enquanto categoria analítica, pode tornar-se fundamental para a análise das diversas inter-relações entre as formas sociais, a política, o modo de produção, as formas de apropriação da natureza, os sistemas cognitivos, o espaço construído e a natureza. Muitos podem questionar se esta categoria se presta a tanto. Isoladamente não. Seria o retorno ao “fetichismo” e ao “determinismo”. Mas no âmbito da teoria social e da nova problemática ambiental, ele é uma ferramenta interpretativa que não pode mais ser negligenciada.

ABSTRACT: This paper is a preliminary of the most important in the human sciences, towards a better understanding of the spatial category – while a science object and analytical tool – in the context of systematization of scientific thinking and also some vius of the word wich drives to a modernity project and it's contemporary developments.

KEYWORDS: space, time, modernity, globalization, environment, social theory.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOTTOMORE, T. e NISBET, R. (orgs.) *História da Análise Sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- BURKE, P. *A Escola dos ANNALES* (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia, São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.
- BURTON, I. A Revolução Quantitativa e a Geografia Teorética, *Boletim de Geografia Teorética*, V.7 (13, p.63-84), 1977, Ageteo-Rio Claro, S.P.
- BUTTNER, A. O Espaço Social Numa Perspectiva Interdisciplinar, in SANTOS & SOUZA (org.) *O Espaço Interdisciplinar*, São Paulo: Nobel, 1986.
- CASTELLS, M. *A Questão Urbana*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 (1ª ed. 1977).
- CORREIA, R.L. Redes, Fluxos e Territórios: Uma Introdução in *Anais do 3o Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, R.J./A.G.B, 1993.
- _____. (1994) "Região: Globalização, Pluralidade e Persistência Conceitual" in *Anais do 5 Congresso Brasileiro de Geógrafos (AGB)*, Curitiba-PR.
- COSTA, H.S.de M. Questão Ambiental, População e Espaço Urbano: Em Busca de Um Novo Paradigma? *Anais da ABEP*, Vol. III, 1992.
- DALY, H.E. e COBB, U.B.Jr. *For the Common Good Redirecting the Economy Toward Community, the Environment and Sustainable Future*, Boston, Beacon Press, Green Print, 1989.
- DURKHEIM, Émile *As Formas Elementares de Vida Religiosa* (o sistema totêmico na Austrália), São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.
- _____. *Sociologia e Filosofia*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1970.
- _____. *As Regras do Método Sociológico*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1990 (1ª ed. 1893)
- FOUCAULT, M. Questions on Geography in GORDON (org.) *Power, Knowledge: Selected Interviews and Other Writings*, 1980.
- _____. Of Other Spaces, *Diacritics*, 16, 1986.
- Temáticas*, Campinas, 4(7):191-238 jan./jun. 1996

- GALTUNG, J. *Development, Environment and Technology: Towards a Technology for Self-Reliance*, New York: United Nations (United Nations Conference on Trade and Development), 1979.
- GARNIER, J.P. L'Écologisme ou la Fétichisation de L'Espace-Temps in *Economies et Sociétés* (Série "Études de Marxologie"), Nº 30-31, 6/7, 1994, p.299-321.
- GUATTARI, F. Espaço e Poder: A Criação de Territórios na Cidade in *Espaço e Debates*, Ano 5, n.16, 1985.
- _____. *Micropolítica – Cartografias do Desejo*, Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.
- HABERMAS, J. Modernidade – Um Projeto Inacabado in *Um Ponto Cego no Projeto Moderno de J.Habermas* (Arquitetura e Dimensão Estética Depois das Vanguardas), Edit.Brasiliense, 1980.
- _____. Arquitetura Moderna e Pós-Moderna in *Novos Estudos Cebrap/1987*, N. 18, 1981.
- HAESBAERT, R. O Processo de Des-Territorialização e a Produção de Redes, Territórios e Aglomerados, *Versão Preliminar*, R.J, 1983.
- HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*, São Paulo: Loyola, 1982.
- HORKHEIMER, M. e ADORNO, T. Conceito de Iluminismo in *Col. Os Pensadores*, (Textos Escolhidos) Ed.Abril Cultural, p.98-124, 1980.
- JAMESON, F. Post-Modernism or the Cultural Logic of Capitalism, *New Left Review*, n.146, 1984.
- KUHN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*, São Paulo: Edit. Perspectiva, 1990.
- LACOSTE, Y. *Os Países Subdesenvolvidos*, SP: Perspectiva, 1983.
- _____. *A Geografia – Isso Serve, em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra*, Campinas: Edit. Papirus, 1988.
- LEFEBVRE, H. *La Production de L'Espace*, Paris: Anthropos, 1974.
- _____. Reflections on the Politecs of Space in *Antipode*, n.8, 1976.
- LÈVY, J. et al. *Le Monde: Espaces et Systèmes*, Paris, FNNSP/Dalloz, 1992.

- MANDEL, E. The Dialectic of Class and Region in Belgium, *New Left Review*, 20, 1963.
- MEGALE, J.F. (org.) e FERNANDES, F. (coord.) *Max. Sorre*, Col. Grandes Cientistas Sociais/Geografia, Edit. Ática, 1984.
- MONTES, J.M. e LEFF, E. Perspectiva Ambiental del Desarrollo del Conocimiento, in LEFF, H. Siglo Veintiuno Edit., México, 1986.
- MORAES, A. C.R. *Geografia, Pequena História Crítica*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MORAES, A.C.R. e FERNANDES, F. (orgs.) *Ratzel*, Col. Grandes Cientistas Sociais (Geografia), Edit. Ática, 1990.
- ORTIZ, R. Reflexões Sobre a Pós-Modernidade – O Exemplo da Arquitetura, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (ANPOCS), N.20, Ano 17, 1992.
- RODRIGUES, J.A. (org.) *Durkheim*, Col. Grandes Cientistas Sociais (Sociologia), edit. Ática, 1990.
- SANTOS, B. de S. Uma Cartografia Simbólica das Representações Sociais, Prolegômenos a Uma Concepção Pós-Moderna do Direito, *Espaço e Debates*, n.33, 1991.
- SANTOS, M. *Por Uma Geografia Nova*, São Paulo: Edit. Hucitec, USP, 1978.
- _____. O Espaço Geográfico Como Categoria Filosófica, in *O Espaço em Questão*, A.G.B. – Terra Livre (5), São Paulo: Ed. Marco Zero, 1988.
- SERRANO, C.M.de T. e LUCHIARI, M.T.D.P. Desenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Suas Críticas in RODRIGUES, A.M.(org.) *Textos Didáticos* (Meio Ambiente: Ecos da Eco), N.8, IFCH/Unicamp, Campinas, 1993.
- SMITH, N. A Produção da Natureza, in *Geografia*, Vol. 9, N.º 17, Rio Claro/Unesp, S.P., 1984.
- SODRÉ, N.W. *Introdução à Geografia* (Geografia e Ideologia), Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.
- SOJA, E.W. *Geografias Pós-Modernas*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1993.
- THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1981.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

INFORMAÇÕES GERAIS

A Revista *TEMÁTICAS* publica trabalhos originais dos alunos de pós-graduação em Ciências Sociais do IFCH/UNICAMP, na forma de artigos, resenhas, comunicações e traduções. Só serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil, nos dois últimos anos, e no exterior, nos quatro últimos anos.

Prioritariamente, os trabalhos devem ser redigidos em português ou em espanhol. O *Resumo* e os *Unitermos*, que precedem o texto, escritos no idioma do artigo, os que sucedem o texto, em inglês (*Abstract/Keywords*).

É permitida a reprodução parcial ou total dos trabalhos da Revista *TEMÁTICAS* em outras publicações ou sua tradução para outro idioma, desde que citada a fonte original.

PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS

Apresentação. Os trabalhos devem ser apresentados em disquete e acompanhados do *printer* (cópia impressa, fiel, do disquete), em um dos

seguintes programas: *Word 4.0*, *Word 5.0*, *Word Perfect*, *Word for Windows*, não devendo exceder 12.000 palavras. O Conselho Editorial se reserva o direito de não considerar a publicação de trabalhos que ultrapassem os limites estabelecidos.

Estrutura do trabalho. Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: folha de rosto com *Título*; *Autor(es)* (por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula); *programa e área* aos quais está(ão) vinculado(s), vínculo docente, endereço residencial e telefone para contato; no corpo do texto: *Título*, *Resumo* (com máximo de 200 palavras); *Unitermos* (com até 7 palavras tiradas do *Thesaurus* da área, quando houver); *Texto*; *Abstract* e *Keywords* (versão para o inglês do *Resumo* e *Unitermos*); *Referências Bibliográficas* (trabalhos citados no texto), *Bibliografia* (indicar obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto, se houver).

Referências Bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT.

Abreviaturas. Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o *Current Contents*.

Exemplos:

- Livros e outras monografias:

FIGUEIREDO, A.C., FIGUEIREDO, M. *O plebiscito e as formas de governo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993, 98 p.

- Capítulos de livros:

JOHNSON, W. *Palavras e não palavras*. In: STEINBERG, C.S. *Meios de comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972, p.47-66.

- Dissertações e teses:

BITENCOURT, C.M.F. *Pátria, Civilização e Trabalho. O ensino nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

- Artigos de periódicos:

LESSA, S. Lukács: Trabalho, objetivação, alienação. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v.15, p.39-51, 1992.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (Torres, 1978). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: “Segundo Schaff (1992)...” Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (Delouya, 1994, p.54). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (Marx, 1984a) (Marx, 1984b). Quando a obra tiver dois autores, ambos são indicados, ligados por & (Lamounier & Meneguello, 1986) e quando tiver três ou mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (Weffort et al., 1988).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé de página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números arábicos, na entrelinha superior.

As opiniões e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

TEMÁTICAS

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DOS PÓS-GRADUANDOS EM
CIÊNCIAS SOCIAIS DO IFCH

Pedidos: **TEMÁTICAS**
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH
Setor de Publicações
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
CEP: 13081-970 - Campinas - SP - Brasil
Fax: (019) 239.3327 / 239.2412
Fone: (019) 239.8342

Tiragem: 500 exemplares

SOLICITA-SE PERMUTA
Exchange Desired

Diagramação - Revisão - Impressão
IFCH/UNICAMP

